MARCELO BRESSANIN

A CIDADE ENTRE AS COLINAS:
O OLHAR ILUSTRADO E AS PAISAGENS URBANAS PAULISTANAS, 1765-1822.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 08/02/2002.

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (Orientadora)

Prof. Dr. Hugo Segawa

Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

Profa. Dra. Izabel A. Marson (Suplente)

Fevereiro/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
B754c
V EX
TOMBO BC/ 48196
PROC. 16-837/02
C D
PREÇO R$ 11,00
DATA
Nº CPD

CM00166094-0

BIB ID 235834

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bressanin, Marcelo

B754c **A Cidade entre as colinas: o olhar ilustrado e as paisagens urbanas paulistanas, 1765-1822 / Marcelo Bressanin . - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.**

Orientador: Leila Mezan Algranti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Urbanização. 2. Iluminismo. 3.Ilustração. 4. Paisagem. 5. Natureza. 6. Urbanização São Paulo (SP). 7. Cidades e Vilas História. 8. Brasil História Período colonial, 1500 - 1822. I. Algranti, Leila Mezan. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo/Abstract 1

Agradecimentos 3

Introdução 5

Capítulo 1

São Paulo: a cidade entre o Sertão e a Colônia 11

I. As geografias da civilização 13

II. À sombra do Sertão 33

III. A cidade, de memória 53

Capítulo 2

A cidade à distância 69

I. O mapa da cidade 71

II. A Cidade e as colinas 94

III. O porto, a cidade e o campo 133

Capítulo 3

A Cidade e as colinas: as paisagens paulistanas setecentistas 153

I. Civilidade e urbanidade: a Cidade como espaço de distinção 155

II. O esteio do Reino: os interesses da Coroa e a paisagem natural da Colônia 182

III. A Cidade Nova: uma nova paisagem entre a Cidade e as colinas 203

Considerações finais 227

Fontes e bibliografia 235

Resumo

Esta dissertação tem como proposta básica analisar a experiência urbana na cidade de São Paulo entre a segunda metade do século dezoito e o início do século dezenove. Assim, resume brevemente as formas como aquela experiência foi tratada pela historiografia, seja nas análises mais genéricas sobre o período colonial brasileiro ou nos estudos voltados para o caso de São Paulo. Em seguida, aborda documentos administrativos para traçar um esboço das formas de organização e dos usos do espaço urbano de São Paulo, entre 1765 e 1822, para tentar indicar possíveis alterações decorrentes das políticas administrativas implementadas pela Coroa portuguesa durante e após a atuação do Marquês de Pombal. Para tanto, emprega o conceito de paisagem, aqui entendido como a representação social do espaço, e privilegia o ponto de vista dos administradores locais.

Abstract

This dissertation has its basic purpose to analyze the urban experience in the city of São Paulo, between the second half of the eighteenth century and the beginning of nineteenth. In doing so, it briefly resume the ways historiography treated that experience, either in the most generic analysis on the brazilian colonial age or in specific treatises about São Paulo. After that, it approaches to administrative records to outline the ways of organization and using São Paulo's urban space between 1765 and 1822, as an attempt to indicate possible changes due to administrative policies implemented by the Portuguese Crown during and after the acts of the Marquis of Pombal. To do so, it employs the concept of landscape, taken here as social representations of space, and priories the local administrators' point of view.

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem o apoio dos professores e funcionários do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Da mesma forma, o financiamento e o apoio científico da FAPESP, Fundação para o Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Registre-se também meu agradecimento aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, principalmente ao Setor de Microfilmagem, pela atenção quando das consultas ao acervo documental daquela instituição.

Lembro ainda os professores que colaboraram com suas sugestões durante a elaboração e avaliação deste trabalho. Fica aqui meu reconhecimento a Robert W. A. Slenes e Vavy Pacheco Borges, do Departamento de História do IFCH/Unicamp, por sua participação no Exame de Qualificação desta dissertação. Agradeço também aos professores Hugo Segawa, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos/USP, Maria Margaret Lopes, do Instituto de Geociências da Unicamp, e Izabel A. Marson, do Departamento de História da Unicamp, por sua atenção ao participar da Banca Examinadora deste trabalho.

Quanto aos colegas que encontrei durante esses anos na Universidade, fica meu agradecimento irrestrito a todos aqueles que, de uma forma ou outra, se somaram aos meus esforços em meio a tantas dificuldades. Entre eles, agradeço particularmente à professora Leila Mezan Algranti que, desde minha iniciação científica, não poupou esforços para meu desenvolvimento como pesquisador. Por sua paciência e atenção, registro aqui meu abraço fraterno.

Gostaria especialmente de lembrar alguns amigos muito queridos que, entre tantos outros, colaboraram de forma marcante para com esta dissertação, através de suas leituras atentas e de suas sugestões, de seu apoio incondicional, da simples presença amiga, sempre disposta ao diálogo, ou do exercício da cada vez mais rara capacidade de simplesmente ouvir. Maria Cláudia Bonadio, Rosa Maria Manchesski, José Rangel Jr., Guilherme Amaral Luz, Flávia Biroli, Alberto Luís de Mello Rosatto e Adélia Canella: a vocês todos, meu mais sincero abraço. Para Vinícius de Albuquerque, além do abraço, o obrigado pela revisão cuidadosa do texto final.

Fica para meus pais a lembrança de que nem todo o resto de minha vida seria suficiente para agradecê-los por tudo o que fizeram por mim, desde o início. Beijos aos dois, sempre.

E, por fim, dedico carinhosamente este trabalho à Mônica Rosatto, que durante tantos anos foi minha maior referência na cidade de São Paulo.

Introdução

Em setembro de 1996, após dois anos de trabalho num projeto de iniciação científica, apresentei ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas a monografia de conclusão de curso *A vida na cidade **vazia**: São Paulo, 1765-1797*, na qual procurei discutir a idéia, presente nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, de Caio Prado Jr. e outros autores importantes, de que as cidades coloniais brasileiras eram cidades despovoadas, demográfica e socialmente pouco importantes em relação aos espaços rurais que as circundavam.

Naquela ocasião, utilizei-me do caso paulistano, bastante empregado como exemplo da precariedade urbana da Colônia, para sugerir que era possível verificar naquela cidade uma forma específica de organização espacial ou urbanística, forma essa que aparentemente era utilizada pela administração local para distinção e para o controle social da população sob sua responsabilidade. Partindo dessa conclusão, busquei chamar a atenção para o fato de que diversas análises dedicadas a São Paulo colonial reafirmaram sua precariedade como requisito necessário à compreensão das transformações posteriormente observadas na cidade, acabando por reduzir sua espacialidade a um contraponto para a explicação da metrópole que se desenvolveu nas primeiras décadas de nosso século.

Silenciava-se, com isso, a experiência social no espaço urbano colonial paulistano, sucessivamente esvaziado e despovoado por algumas gerações de estudiosos.

Algumas semanas após o término do trabalho acima descrito e convencido, portanto, da importância de avaliar o urbanismo colonial como forma de compreender a própria sociedade da Colônia, tive a oportunidade de folhear um álbum fotográfico elaborado a partir do arquivo histórico da Light e que reunia imagens de São Paulo nas décadas finais do século dezenove e no início do vinte[1]. E a presença da natureza naquelas imagens foi impressionante...

Diante de tamanho impacto do universo natural em relação aos espaços urbanisticamente transformados, mais de um século depois do período que havia estudado, hesitei perante as conclusões que tinha defendido há tão pouco tempo. Apenas num segundo momento, tal hesitação me levou a considerar que aquelas fotografias não registravam somente a presença da natureza nos limites urbanos paulistanos, mas, também, o interesse de seus autores, e quem sabe de seus

[1] *A cidade da Light: 1899-1930.* São Paulo: Superintendência de Comunicação/DPH/Eletropaulo, 1990.

contemporâneos, em registrar uma espécie de combate, historicamente compreensível, entre o espaço do homem e o ambiente natural.

Surgia então a idéia para o trabalho que ora apresento, no qual retorno à cidade de São Paulo, entre as décadas finais do século dezoito e as primeiras do dezenove, para investigar as particularidades de sua organização espacial, para tentar relacioná-las à atuação da administração portuguesa e, principalmente, para buscar compreender de que maneira seus administradores e habitantes podem ter experimentado uma experiência urbana em meio à presença provavelmente muito marcante da natureza.

Nessa direção, que talvez contribua para a avaliação do processo e da importância da urbanização durante o período colonial brasileiro, colocam-se alguns temas que tentarei abordar adiante: a construção da oposição entre natureza e civilização, as concepções historicamente variáveis de cidade, de espaço urbano e de natureza e, por fim, as expectativas e as práticas socialmente produzidas em relação ao gradiente de ambientes existentes entre os espaços urbanizados e naturais, na São Paulo das últimas décadas do século dezoito.

Faz-se agora necessário esclarecer ao leitor nosso percurso na tentativa de abordar os temas acima indicados.

No primeiro capítulo deste trabalho, procurei demonstrar que as análises da relação entre o homem e o espaço físico – seja por historiadores, literatos ou geógrafos – geralmente envolvem critérios e comprometimentos diversos, os quais tornam seus observadores sujeitos de representações sociais específicas do espaço, aqui definidas como paisagens. Assim sendo, tentei evidenciar que a construção de oposições como natureza/civilização, sertão/litoral ou sertão/cidade responde a contextos históricos determinados, podendo resultar em categorias espaciais cujos valores variam, às vezes radicalmente.

Aplicado ao caso da cidade de São Paulo, esse raciocínio permite, em meu entender, acompanhar não apenas as diferentes abordagens historiográficas das cidades coloniais brasileiras como também compreender a negação constante de sua espacialidade e buscar procedimentos alternativos para análise de sua experiência histórica.

Conseqüentemente, no segundo capítulo dessa dissertação, abordei os recenseamentos e mapas de população selecionados em meu projeto de pesquisa de forma a tentar recuperar as categorias espaciais utilizadas entre 1765 e 1822 para fracionar e hierarquizar as diferentes áreas

de São Paulo. Com base nesses documentos, foi possível compreender melhor a organização física da cidade, identificando as áreas marcadas pelo urbanismo e pela presença da natureza e percebendo as formas de comparação então possíveis entre esses espaços diferenciados. Ao mesmo tempo, tornou-se mais evidente a utilização desses recortes espaciais pelos administradores da cidade e pelos governadores da capitania na implantação das políticas metropolitanas para a região.

Por fim, no terceiro e último capítulo, abordei a correspondência entre os governadores da capitania e as instâncias administrativas locais e metropolitanas, a partir da segunda metade do século dezoito, numa tentativa de verificar as possíveis transformações das formas de utilização dos espaços da cidade para sua adequação às necessidades do empreendimento colonizador local. Na medida do possível, também procurei evidenciar as transformações nos hábitos e costumes relativos aos recortes naturais e urbanísticos de São Paulo, de forma a relacionar as medidas administrativas da Coroa à conformação de novas interpretações do espaço paulistano ou à configuração de novas paisagens e, conseqüentemente, de novos usos para as áreas do município.

Ao final, arrisco algumas conclusões, sempre provisórias. Mesmo porque, olhar para o passado também é, em última instância, uma forma de olhar, de construir paisagens.

Capítulo 1

São Paulo: a cidade entre o Sertão e a Colônia

Os que andam muito alto enxergam pouco – os que descrevem viagens não devem viajar em balões pelos ares.

Robert Southey

Cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe...

Ítalo Calvino

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRA
SEÇÃO CIRCULANTE

I. As geografias da civilização

Para que possamos tratar das atitudes em relação ao espaço urbanizado e ao ambiente natural na São Paulo da segunda metade do século dezoito é necessário reconhecer que a colonização da América conduziu o europeu ao contato com uma natureza idealizada e desconhecida e que, em função disso, as reações dos colonos frente ao universo natural ou às cidades da Colônia sofreriam transformações.

Essa exposição do europeu à natureza americana foi abordada em estudos importantes[1], dentre os quais destacaremos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Aí, buscou-se explicar o comportamento dos colonizadores diante do ambiente americano ajustando-o a tipos de inspiração weberiana[2]. Ao sintetizar o português como indivíduo voltado para a ocupação do litoral e das margens da rede hidrográfica disponível, avesso à abstração e, conseqüentemente, relutante em acatar a experiência antinatural da vida nas cidades[3], o autor nos apresenta os dois séculos iniciais da colonização como época de povoamento prioritário da faixa litorânea da Colônia, onde mesmo as maiores cidades teriam permanecido vazias, à espera das festas públicas[4].

---

[1] O tema recebeu atenção crescente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, sendo tratado em *Raízes do Brasil*, de 1936, e retomado em *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957). Em seguida, em *Visão do Paraíso* (1959), o autor retornaria ao assunto com a recuperação das imagens paradisíacas envolvidas na colonização do Novo Mundo. Os valores edênicos da natureza colonial também foram tratados por Laura de Mello e Sousa em *O diabo e a terra de Santa Cruz* (1986), no qual a autora demonstra a reedenização da natureza colonial por cronistas como Gandavo e Brandão. Quanto às diversas representações estéticas e científicas da natureza colonial e suas interpretações, destacam-se os trabalhos de Ana Maria de Moraes Belluzzo, em *O Brasil dos Viajantes* (1994), de Karen M. Lisboa, em *A nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius* (1995) e de Márcia R. Capelari Naxara em *Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário* (1999). Cabe ainda indicar *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996), obra em que Warren Dean relaciona a exploração dos recursos naturais brasileiros à destruição progressiva da natureza local.

[2] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 24ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

[3] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 66, 71, 76 e 61, respectivamente.

[4] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 58-60. Tal descrição nos parece resultar da consulta a uma série de cronistas e viajantes do período colonial brasileiro, os quais teriam permitido ao autor apresentar o povoamento e a vida urbana na Colônia, nos séculos dezesseis e dezessete, sobretudo em seus aspectos negativos, procedimento que se repetiu nas

A essa situação teria se seguido, durante o século dezoito, um rompimento dos colonos com a "ordem da natureza" ou "... a transição do convívio das coisas elementares da natureza para a existência mais regular e abstrata das cidades...", transição que "... deve ter estimulado em nossos homens uma crise subterrânea, voraz" [5] e que, assim considerada, sugere mudanças em suas atitudes com relação à natureza e às cidades da Colônia.

De fato, as noções de regularidade e abstração acima mencionadas são antagônicas às de instabilidade, precariedade e provisoriedade, freqüentemente associadas ao "viver em Colônia"[6]. As referências mais importantes para compreendermos uma possível transição entre essas duas atitudes frente ao universo colonial são os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda dedicados à análise da interiorização da colonização e do relacionamento estabelecido entre o adventício e o nativo. Assim, em *Monções*, livro em que estudou meticulosamente as expedições dos colonos a partir de São Paulo, adverte o autor:

> "... só muito aos poucos [...] consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. É inevitável que, nesse processo de adaptação, o indígena se torne seu principal iniciador e guia. Ao contato dele, os colonos, atraídos por um sertão cheio de promessas, abandonam, ao cabo, todas as comodidades da vida civilizada. O simples recurso às rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país, já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos".[7]

---

gerações posteriores, como é possível notar na obra de Caio Prado Jr., especialmente em sua sugestão de uma Colônia sem povo, ou, ainda recentemente, em trabalhos como os de Emanuel Araújo, implacável quanto aos supostos vícios da sociedade urbana colonial. Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia.* 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 279-294. ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

[5] HOLANDA, op. cit. p. 120.

[6] Cf. NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 31.

[7] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções.* 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 20.

Com a leitura do texto acima, podemos perceber três processos associados pelo autor ao deslocamento da colonização do litoral para o interior da América portuguesa: a implantação de formas européias de vida na Colônia, a participação indígena na mediação entre os portugueses e o ambiente natural americano e, por fim, as conseqüências desse processo para a sociedade colonial.

Esses mesmos problemas foram retomados pelo autor em *Caminhos e Fronteiras*[8] com a análise das contribuições indígenas que, assimiladas pelo colono europeu e depois pelo mestiço, viabilizaram a colonização do interior do continente[9]. Nesse processo, estendido até o início do século dezoito, teria se moldado o paulista, "... uma raça em muitos pontos mais próxima do bugre do que do europeu..."[10]. Contudo, a persistência de um "substrato português" implicaria, entre outras características culturais próprias ao colonizador luso[11], na recusa à "... ação [...] sobre o universo material..."[12] e na concepção do urbanismo como abstração à qual o colono não estaria inicialmente disposto.

Apoiado nessas características, Sérgio Buarque de Holanda enfocou a colonização a partir das estruturas mentais do homem ibérico. Movido por suas expectativas quanto às possibilidades oferecidas pelo território a explorar, o português teria sido levado a aproximar-se da natureza tropical e a estabelecer um diálogo com seus conhecedores, podendo oscilar entre sua própria formação cultural e a dos nativos. Isso nos permite pensar na colonização a partir do contato e da troca

---

[8] Segundo Fernando Novais, o livro reúne estudos já apresentados em *Monções* e outros posteriores, todos estabelecendo análises verticais, aprofundadas, de temas antes fixados em *Raízes do Brasil*, o que demonstraria a transição de Sérgio Buarque de Holanda entre o ensaísmo e a pesquisa histórica. Cf. NOVAIS, Fernando A. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 7.

[9] Foi assim com as trilhas indígenas, "veredas de pé posto" nas quais ao meio hostil se contrapôs a habilidade do índio, seja para o reconhecimento das "samaritanas do sertão", oásis disponíveis apenas aos olhares treinados dos nativos, ou para empréstimo das técnicas de caça e pesca. Cf. HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*. p. 35, 37 e 60.

[10] HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*. p. 122.

[11] Tais como a "cultura da personalidade", apropriada a uma sociedade individualista cuja coesão se devia ao esforço centralizador e externo do Estado, a "plasticidade social" ou a "ausência do orgulho de raças", favoráveis à miscigenação e o preconceito contra os trabalhos mecânico. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 4, 9, 22 e 25.

[12] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 10.

realizados entre os europeus e os indígenas na elaboração da civilização aqui constituída, como sugeriu Fernando Novais[13].

E, na medida em que nos parece possível identificar a noção de fronteira ao avanço ou retrocesso nas relações de aceitação ou de sobreposição entre as culturas européias e nativas, torna-se também plausível pensar em duas etapas no processo de colonização: a primeira, baseada na idéia de assimilação, evidenciaria o enriquecimento cultural do colonizador no contato com o indígena; a segunda, pautando-se pela depuração, demonstraria a retomada parcial dos valores europeus em detrimento daqueles elaborados no contato com o nativo.

Dessa maneira, o colonizador português, transposto para um ambiente natural distinto e hostil, que deveria ser ocupado e explorado comercialmente, teria de início se deixado invadir, abrindo as fronteiras de sua civilização, assimilando e utilizando a contribuição indígena em favor de suas necessidades e dos projetos estatais, cujos fios secundavam a ação individual.

Nesse caso, "... o retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimatação..."[14] e, conseqüentemente, a colonização poderia ser entendida como o alargamento ou o enriquecimento das fronteiras culturais da Europa. Mas, após enxergar o tipo ideal cedendo provisoriamente à necessidade ou ao arbítrio, Sérgio Buarque de Holanda destacou uma operação de seletividade sócio-cultural que nos parece reverter aquela etapa inicial. Nas palavras do autor,

> "... para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. [...] as sociedades [...] dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até ao ponto em que se integrem na estrutura tradicional"[15].

---

[13] Cf. NOVAIS, Prefácio. In: HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*. p. 8.

[14] HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*. p. 21.

[15] HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*. p. 55.

Seria compreensível, portanto, que o português rompesse temporariamente com algumas noções que trazia consigo da Europa, americanizando-se ou africanizando-se[16], sem, no entanto, deixar de transmitir a seus descendentes as regras fundamentais do jogo, a saber, as idéias de que o valor individual mede-se pela independência, de que o trabalho mecânico é aviltante, ou ainda, de que o "ócio importa mais que o negócio"[17]. Da mesma forma, se o recurso à experiência nativa facilitou a sobrevivência no interior do território colonial, a insistência em desbravá-lo não prescindiu de formas familiares e mais regulares de convívio. Como destacou Laura de Mello e Souza,

> "... essa vida no meio do mato, em constante movimento, é eminentemente contraditória, construindo, no seio da vida grupal, elementos inegáveis de uma sensibilidade mais afeita ao isolado, na qual aos poucos foi crescendo a valorização dos espaços mais íntimos.
> [...] nos sertões luso-brasileiros dos tempos coloniais [...] homens que circulavam anos a fio longe de sua família e de sua morada procuravam, sempre que possível, recriar a domesticidade e [...] organizar os hábitos reguladores do cotidiano..."[18].

Trata-se, nesse caso, de recuperar uma domesticidade que, como comenta a autora, mantinha sempre presente a possibilidade da volta ao lar e que, embora não correspondesse totalmente aos prazeres do universo doméstico, a ele se referia, permitindo uma ilusão de viver em povoado[19] que nos parece bastante significativa. De fato, as conseqüências mentais desses sacrifícios já haviam sido reconhecidas por Sérgio Buarque de Holanda como uma "... ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventuroso..." dos paulistas, capaz de fazer com que o convívio com "... a ausência de espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte..."[20] colaborasse para a emergência de "... novos ideais, novas tradições, nova

---

[16] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 34-35.

[17] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 4 e 10.

[18] SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e fortificações. In: SOUZA (Org.), *História da vida privada no Brasil*. p. 80-81

[19] Ibidem. p. 55.

[20] HOLANDA, *Monções*. p. 76

mentalidade – [...] de retalhistas, não de aventureiros ou de conquistadores"[21] – entre os habitantes do planalto, na segunda metade do século dezoito.

Em suma, Sérgio Buarque de Holanda parece ter evidenciado uma ruptura inicial dos colonos com suas condições de origem, seguida de uma assimilação – em função das necessidades imediatas do processo de colonização – à qual teria se sucedido, por fim, a recusa parcial dos valores forjados no contato com a natureza e os nativos em privilégio das tradições européias temporariamente esquecidas. Esses processos foram articulados pelo autor para tentar compreender por que "... somos ainda hoje desterrados em nossa terra...", ou por que "... todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de um outro clima e de outra paisagem..."[22].

Trata-se, portanto, de uma tentativa de explicar a formação das especificidades do homem brasileiro a partir de seu convívio com a amplidão de espaços e com a natureza tropical, durante o período colonial. Percebe-se aí a importância do conceito de paisagem, representação social do espaço ou simplesmente imagem social e historicamente constituída a partir da transformação do meio por seus ocupantes.

A esse respeito, é interessante destacar a associação entre os processos de ocupação do território nacional e de formação da nacionalidade, a idéia do Brasil como "nação feita de espaço"[23], como sugere Candice Vidal e Souza. De acordo com a autora, "... a formulação culta da problemática nacional simultaneamente cria e recupera temáticas e padrões explicativos persistentes...", procedimento recorrente em "... trabalhos que se constroem sobre a afirmação de que **a história da ocupação espacial é a história da formação nacional**"[24]. Isso demonstraria um "... imaginário geográfico sobre a identidade brasileira...", no qual "... sertão e litoral constituem o padrão das descrições do espaço nacional e dos modos de vida concebidos como regionalmente

---

[21] HOLANDA, *Monções*. p. 117.

[22] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 3.

[23] SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da Nação no pensamento social brasileiro*. Brasília: UnB, 1996. Mestrado em Antropologia social. p. 1.

[24] Partindo das sugestões de Haydn Whyte, a autora propõe a interpretação dos textos analisados a partir de uma "... qualidade pré-teórica que orienta as perspectivas de história de formação do Brasil: a representação do espaço como elemento caracterizante do país e de seu povo". SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 13 e 17.

diferenciados..."[25], como poderíamos perceber nos autores brasileiros das últimas três décadas dos oitocentos e do início de nosso século[26].

Aceitando as sugestões da autora, devemos, entretanto, nos questionar a respeito da natureza de tal imaginário geográfico. Ao interpretá-lo como um conjunto de imagens recorrentes e articuladas em torno das noções de sertão e de litoral é preciso lembrar que, resultando ou não de uma observação visual, tais imagens foram utilizadas num determinado contexto histórico ou social. Assim, constituem um conjunto de representações sociais do espaço geográfico brasileiro.

A esta altura lembramos as conclusões de Baxandall, para quem a produção e a fruição de uma imagem pressupõem uma influência mútua entre a experiência social de seus produtores e do público ao qual ela se destina[27]. Aplicando-se o mesmo raciocínio ao processo de atribuição de significados a um conjunto recorrente de imagens pictóricas ou verbais, seria possível supor que os sujeitos que dele participem o façam, a um mesmo tempo, partilhando de significados anteriores e contribuindo para com sua atualização.

Nesse sentido, nos parece oportuno verificar em que medida essa possibilidade se confirma em obras como as de Euclides da Cunha e de Capistrano de Abreu, autores importantes no período analisado pelas autoras acima citadas e que fizeram leituras marcantes da polarização entre as idéias de sertão e de litoral.

Publicados respectivamente em 1902 e 1907, *Os sertões* e *Capítulos de História Colonial* possuem, de fato, um conjunto bastante próximo de influências científicas[28] que provavelmente

---

[25] SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 18.

[26] Cf. SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 69. Essa ênfase na análise da oposição entre sertão e litoral buscando compreender a formação da nacionalidade brasileira foi abordada por Nísia Trindade Lima como um procedimento constante entre as três décadas finais do século dezenove e a institucionalização universitária das ciências sociais no Brasil, na década de 60. Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999. p. 14 e 53.

[27] Segundo o autor, "... alguns dos instrumentos mentais através dos quais o homem organiza a sua experiência visual são variáveis, e boa parte desses instrumentos depende da cultura, no sentido de que eles são determinados pela sociedade, que exerce sua influência sobre a experiência individual". BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 48.

[28] Segundo José Carlos Reis, Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, entre outros intelectuais posteriores à década de 1870, participaram da discussão brasileira de idéias como o positivismo, o determinismo climático e biológico, o

contribuiu para aquela idéia de concepção da nacionalidade a partir da ocupação territorial. Coerentemente, as duas obras demonstram uma organização bastante parecida, na qual a descrição das particularidades do meio físico antecipa a abordagem dos aspectos históricos ou humanos[29]. Trata-se de trabalhos avaliados como renovadores na interpretação do Brasil, revelando ou redescobrindo o sertão e o brasileiro[30]. Vejamos, pois, em que medida tais semelhanças podem ter resultado em leituras também aproximadas das categorias de sertão e litoral.

Interessado em "... compreender o Brasil ignoto, diferenciá-lo do Brasil conhecido e finalmente julgar, opinar, sugerir...", Euclides da Cunha nos parece ressentir-se do fato de que faltava ao sertão uma classificação científica[31], dado que nos permite dividir sua a narrativa em pelo menos dois grandes momentos.

No primeiro, que abrange todo o trajeto percorrido por Euclides da Cunha até a entrada do Sertão[32], os elementos geológicos, topográficos, hidrográficos e botânicos do território foram caracterizados de forma minuciosa, como que por um geógrafo experiente[33]. Entretanto, numa segunda etapa, já no ambiente sertanejo, o autor enfrentou uma "travessia torturante", com as

---

darwinismo e as teorias raciais. Cf. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 89. Note-se, a esse respeito, que aos dois autores é atribuída grande influência da geografia ratzeliana. De fato, Capistrano de Abreu empenhou-se na leitura de Ratzel e dedicou-se intensamente à geografia, através de traduções de várias obras, e, embora o mesmo não possa ser seguramente afirmado a respeito de Euclides da Cunha, é bastante provável que ele conhecesse a *Geografia Física do Brasil*, de Wappaeus, traduzida por Capistrano, entre outras obras. A esse respeito ver: VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu – ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s.d. p.p. 29 e 48. AZEVEDO, Aroldo de. Os Sertões e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, julho/1950, p. 24-25.

[29] Cf. AZEVEDO, op. cit. p. 26-27. REIS, op. cit. p. 97-98.

[30] Cf. FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 55-56. REIS, op. cit. p. 95 e 113.

[31] CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Publifolha, 2000. p. 47-48.

[32] Cf. CUNHA, *Os sertões*. p. 12.

[33] Ainda que não fosse um estudioso da geografia, como Capistrano de Abreu, vale lembrar que Euclides da Cunha recorreu a geógrafos profissionais, como Orville Derby e Teodoro Sampaio, para sua descrição do sertão. Cf. AZEVEDO, Os sertões e a geografia. p. 24/25.

"lindes de um deserto"[34], no qual os resquícios da presença humana lembram "monumentos de uma sociedade obscura"[35]. Sobre esse território "... nossas melhores cartas [...] têm um claro expressivo, um hiato, *terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou a idealização de uma corda de serras..."[36].

Note-se que o autor desses excertos não é mais um geógrafo informado, mas sim o engenheiro e jornalista que se colocava diante de uma região restrita ao campo da idealização, do maravilhoso, que permanecia alheia à ciência de sua época[37]. Desafiando os limites impostos pelo objeto que abordava, Euclides da Cunha nos parece que se conscientizava, ao mesmo tempo em que alertava seus contemporâneos, para o fato de que aquele sertão permaneceria não apenas desconhecido em suas características específicas, mas também fugidio – "inabordável, ignoto"[38] – à racionalidade de que ele próprio se armava.

Colocava-se, pois, o imperativo de revelar esse universo, a um mesmo tempo elaborando as categorias científicas apropriadas para sua compreensão e mobilizando os interesses políticos necessários para inseri-lo no contexto nacional.

Para tanto, Euclides da Cunha parece convencido de que os rigores do ambiente sertanejo não seriam entraves, visto que a mesma natureza que espanta o explorador faz do sertão um "paraíso"[39] e "não cria normalmente os desertos"[40], antes os combatendo. Ao contrário, quando se tratava da assimilação do universo sertanejo, o otimismo parece ceder à descrença: como na metáfora do líquen atacando a pedra[41], o autor percebia ritmos diferentes na natureza e na sociedade. Frente a eles, se mostrava em dúvida em relação a um porvir lento e cheio de potencial,

---

[34] CUNHA, *Os sertões*. p. 14

[35] CUNHA, *Os sertões*. p. 15.

[36] CUNHA, *Os sertões*. p. 12.

[37] Segundo Euclides da Cunha, "... nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo em prazo suficiente para o definir. [...] De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo ...". Cf. CUNHA, *Os sertões*. p. 27.

[38] CUNHA, *Os sertões*. p. 13.

[39] CUNHA, *Os sertões*. p. 45.

[40] CUNHA, *Os sertões*. p. 49.

[41] Cf. CUNHA, *Os sertões*. p. 20.

que poderia ser salvaguardado pela atuação racional do homem[42], mas que, sobretudo, se encontrava ameaçado por um ritmo mais rápido, pela "velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século"[43].

Ora, se parte das dificuldades de Euclides da Cunha provinha da não adequação do sertão aos critérios científicos disponíveis, as críticas do autor em relação à civilização litorânea se beneficiam, em contrapartida, de uma posição privilegiada para a análise do padrão familiar da vida nas cidades do litoral. A esse respeito, vale considerar a afirmação de Márcia Naxara, para quem "... embora possamos falar em representações de um lugar sobre o outro [...], a maior parte do material que o historiador pode ter em mãos [...] provém daquilo que a cidade produziu sobre si mesma e sobre o lugar antagônico a si – o campo, a natureza"[44].

Interessante, portanto, que originário de um universo urbano e litorâneo, Euclides da Cunha tenha defendido o sertão da ação negativa dos homens do litoral, tendo apreendido as diferenças entre essas áreas do território como resultantes de uma distância temporal, como percebeu Candice V. e Souza.

> "Desse modo teria sido gerada a estranheza entre a gente de litoral e de sertão quando se encontram, posto que se esbarra com a diferença de tempos em que vivem um e outro. Confessa Euclides que 'não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos'. Nós, da banda costeira do Brasil, corremos à frente dos sertanejos na disputa pela civilidade. Daí a impressão sempre reafirmada pelo autor de que a distância não é espacial, afinal são sociedades contíguas, habitantes de um mesmo território político. No curso do tempo é que se localizam os estágios evolutivos que não mais se avistam um ao outro" [45].

Tanto a lentidão do líquen desfazendo a pedra quanto a rapidez litorânea nos parecem expressar diferentes ritmos percebidos por Euclides da Cunha, os quais faziam do sertão um "vir a

---

[42] Cf. CUNHA, *Os sertões*. p. 53-56.

[43] CUNHA, *Os sertões*. p. 1.

[44] NAXARA, Márcia R. Capelari. *Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Campinas: Unicamp, 1999. Doutorado em História Social. P. 12.

[45] SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 70.

ser" dependente da atuação do brasileiro litorâneo[46]. Assim, embora o ambiente sertanejo descrito em *Os Sertões* possa ser tomado como resultado da articulação das categorias simbólicas de sertão e de litoral, seus significados apenas podem ser lidos como parte das possibilidades de interpretação intrínsecas à experiência do autor. O que nos remete uma vez mais às considerações de Candice Vidal e Souza, para quem "... o relato sobre os *habitats* das formas sociais sertanejas e litorâneas estabelece valores em termos de gradientes de nacionalidade, escala em que se distribuem os lugares de acordo com sua proximidade a um modelo de nação desejável"[47].

Conseqüentemente, a redefinição das categorias sertão e litoral, em nosso entender, parte de uma experiência histórica e é sem dúvida beneficiada pelo "conjunto de imagens significativas previamente existentes". A leitura dessas imagens, contudo, não pode prescindir, ao contrário do que afirma a mesma autora, de uma análise da "... etapa que direciona tanto para onde olhar quanto para o modo de ver e registrar aquilo que se mira..."[48]. Nessa etapa, cremos, são produzidos significados relativos tanto ao presente quanto a um passado não imediatamente acessível, nos permitindo identificar o lugar dos observadores, seus comprometimentos e principalmente seus referenciais simbólicos.

Note-se, nesse sentido, que embora descontente com seus contemporâneos, Euclides da Cunha limita-se a denunciá-los através da comparação entre o modelo litorâneo de civilização e os aspectos imaginados de um passado associado ao sertão, ou ainda, a alertá-los com a demonstração do que havia custado ao sertão a opção brasileira pelo litoral. E o que se coloca em foco, nesse caso, nos parece ser de fato um embate entre civilização e barbárie, expresso nas dicotomias entre o autóctone e o exterior, o interior e o litoral, entre o sertão ignoto e repelente e o

---

[46] Cf. SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 84. LIMA, *Um sertão chamado Brasil*. p. 67-71.

[47] Segundo a autora, trata-se de uma "atribuição de posições pela comparação que, no caso do pensamento social, faz-se na direção litoral-sertão. O escritor opera distinções a partir de seu lugar de habitante do litoral, sobrevoando o panorama nacional, de onde destaca as terras do interior como diferença. Portanto, as narrativas consideradas expõem vozes do Brasil emitidas do ponto fixo de origem do escrevente que parte em viagem – sempre imaginária, seja ela textual ou concreta – rumo às regiões outras do vasto território". SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 21.

[48] SOUZA, *A pátria geográfica*. p. 10.

planalto "formosíssimo" e atrativo[49], todas engendradas a partir do passado colonial brasileiro. Nas palavras do autor,

> "Ao passo que no sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma – tudo isto contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do norte – capitanias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota.
> [...] Preso no litoral, entre o sertão inabordável e os mares, o velho agregado colonial tendia a chegar ao nosso tempo, imutável, sob o emperramento de uma centralização estúpida, realizando a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha.
> Bateu-o, felizmente, a onda impetuosa do sul"[50].

A partir desse trecho é possível avaliar o recurso de Euclides da Cunha ao período colonial brasileiro, significativamente utilizado para particularização de duas áreas distintas do território, o litoral e o sertão: o primeiro associado à permanência de estruturas coloniais estagnadas e o segundo à possibilidade de sua superação. Entre esses dois ambientes, protegidos pela barreira da Serra do Mar e contando com um meio físico favorável, os paulistas teriam tido a chance de evoluir para uma posição de maior autonomia, iniciativa e velocidade[51]. Tal posição se contrapunha tanto à situação de "monotonia acabrunhadora" de um "oceano imóvel, sem vagas e sem praias"[52], como ao sertão.

Apresentam-se, nos termos acima, os elementos que aparentemente permitiram a Euclides da Cunha uma leitura específica da dicotomia entre sertão e litoral e também uma avaliação da

---

[49] CUNHA, *Os Sertões*. p. 74.

[50] CUNHA, *Os Sertões*. p. 72-73.

[51] Em conseqüência direta de tais características geográficas, teríamos o surgimento do paulista, "... autônomo, aventuroso, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos ...", e dessa maneira oposto às raças sertanejas nordestinas, "efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização". Cf. CUNHA, *Os Sertões*. p. 73 e 1.

[52] CUNHA, *Os Sertões*. p. 47.

"onda impetuosa do sul": tendência civilizadora local, e não exógena, cuja independência já havia sido capaz de superar a monotonia característica do agregado litorâneo colonial e que talvez pudesse tê-la superado outras vezes se seus contemporâneos paulistas não tivessem preferido os "... princípios civilizadores elaborados pela Europa, e armados pela indústria alemã...", promovido um "refluxo ao passado"[53].

Concordamos, portanto, com a opinião de Nísia Trindade Lima, para quem as posições de Euclides da Cunha – nas quais incluímos as representações sociais do espaço articuladas pelo autor – podem ser mais bem compreendidas a partir da

> "... tensão entre uma civilização supostamente artificial e outra autêntica, ainda por se desenvolver, mas cujo cerne estaria nas raízes autóctones.
> No caso brasileiro [...], veríamos uma sociedade cindida – parte progressista, mas cuja ambigüidade residiria em viver como copista de outra sociedade; na outra parte, atrasada, isolada, poderia paradoxalmente estar o cerne da nacionalidade"[54].

No caso de *Os Sertões*, portanto, a polêmica em torno do processo civilizador nos parece expressar, basicamente, a crítica de Euclides da Cunha às decisões políticas da época[55]. É esta crítica que, em nossa opinião, orienta o autor em sua leitura do imaginário geográfico disponível e articulado em torno das noções de litoral e de sertão, associando essa geografia simbólica ao processo de colonização portuguesa na América e permitindo valorizar o ambiente sertanejo como antítese da experiência colonial litorânea no Brasil, como também fez, na época, Capistrano de Abreu.

De fato, ao se aproximar do problema que considerava ser "a questão mais importante da história pátria, o povoamento entre o São Francisco e o Parnaíba"[56], Capistrano de Abreu concluiu

---

[53] CUNHA, *Os Sertões*. p. 1.

[54] LIMA, *Um sertão chamado Brasil*. p. 51.

[55] Era da incapacidade de compreensão e de uma ação transformadora, realmente capaz de desfazer desertos, que se ressentia o autor ao concluir, quase num presságio: "Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos". CUNHA, op. cit. p. 65.

[56] RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os*

pela existência de quatro centros povoadores beneficiados pela geografia favorável[57], entre os quais Pernambuco e São Vicente primeiro teriam se prestado ao fluxo povoador[58].

Essa tônica nos desígnios dos elementos geográficos permeia todas as páginas dedicadas por Capistrano de Abreu aos caminhos e ao povoamento da Colônia: para toda área entre o São Francisco e o Parnaíba, o autor estabeleceu as relações entre as condições do meio e as iniciativas colonizadoras[59]. No litoral, localizou uma população composta de pescadores empobrecidos, proprietários rurais que se valiam da exploração dos recursos naturais, escravos dóceis e mulatos rixentos, além de funcionários metropolitanos e comerciantes, todos oprimidos pela sociedade convencionalista[60]. No sertão, visualizou uma maioria mestiça, cujas origens e tipos físicos variavam regionalmente, assim como os hábitos econômicos e alimentares[61].

Tendo concebido essas linhas gerais do povoamento da Colônia, Capistrano de Abreu aprofundou sua análise através da investigação dos mecanismos geradores dessas características regionais, entre os quais se sobressaem a abertura de caminhos e o estabelecimento da população, ou ainda, o trânsito e a estabilização.

Desse enfoque, cremos, resultam as especificidades atribuídas pelo autor aos paulistas: prejudicados em seu acesso ao litoral, projetaram-se para o sertão. Em busca do trabalho dos indígenas, terminam por herdar deles também "... sua coragem, sua impavidez no perigo, sua agilidade, e espírito de iniciativa, sua repugnância a canseiras, sua sede de vingança...", características que "... patenteiam a procedência selvagem pelo lado materno, assim como a finura e

---

caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 19.

[57] Cf. ABREU, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. p. 261-263.

[58] O primeiro, "... na parte mais oriental do novo e mais vizinha do velho mundo, facilitava as comunicações com a Europa, de onde viriam capitais e braços para explorar suas riquezas...", e o segundo, cuja colonização era possível porque "... a mata litorânea, que começa em Ilhéus, prossegue para Santa Catarina, até onde avança a serra do Mar, estreita-se, porém, em frente a São Vicente...". ABREU, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. p. 231 e 235.

[59] É importante lembrar que Capistrano distinguiu duas correntes de povoamento, uma delas "espontânea", contínua, característica do litoral, de Norte a Sul, e outra "voluntária", "salteada e desconexa", rumo ao sertão. Cf. ABREU, *Capítulos da História Colonial*. p. 183.

[60] Cf. ABREU, *Capítulos da História Colonial*. p. 193-195.

[61] Cf. ABREU, *Capítulos da História Colonial*. p. 183-193.

a vivacidade de seu espírito denunciam a ascendência portuguesa pelo lado paterno..."[62]. Mas, abertas as trilhas para o sertão, elas arrastariam os paulistas para as vilas dos distritos mineradores, exaurindo São Paulo, cuja população "... não era tanto que pudesse resistir a tantas sangrias ininterruptas que a vitimaram..."[63].

Assim, após comentar o trânsito dos paulistas pelo território da Colônia, ponderou Capistrano: na segunda metade do século dezoito, findos os estímulos metropolitanos para aquela corrente de povoamento "voluntária", "salteada e desconexa"[64] que caracterizara a expansão paulista, os homens do planalto já "... não sabiam mais sertanejar nem minerar..."[65]. Note-se, aqui, uma das semelhanças com a análise de Euclides da Cunha: os paulistas, inicialmente apresentados como uma das forças indóceis e férteis no processo de colonização, tendem ao sedentarismo, afastando-se do sertão e, quem sabe, aproximando-se da civilização litorânea.

Além disso, ao final de sua reflexão sobre processos como a aventura paulista, Capistrano de Abreu concluiu que os três séculos de colonização resultaram na constituição de "... cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo..."[66]. Demonstrada em hábitos ou habilidades historicamente explicáveis, e não em comportamentos determinados pelo meio geográfico, formara-se a diversidade brasileira a partir da mobilidade dos colonos pelo sertão.

Valorizando, portanto, a vida no sertão, os dois autores erigiram parte da experiência colonial, especificamente aquela marcada convivência com a natureza no interior do território, como um marco fundador, a ser resgatado, para a consolidação de uma civilização brasileira[67].

---

[62] ABREU, *Capítulos da História Colonial.* p. 190.

[63] ABREU, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* p. 237.

[64] ABREU, *Capítulos da História Colonial.* p. 183.

[65] ABREU, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* p. 240.

[66] ABREU, *Capítulos da História Colonial.* p. 200.

[67] Assim, ao afirmar a necessidade de recuperar a originalidade do sertanejo, em detrimento da superficialidade da civilização litorânea, essas duas falas sobre a nacionalidade brasileira nos parecem ir ao encontro dos questionamentos posteriores de Sérgio Buarque de Holanda a respeito do desterramento do brasileiro moderno, nos ajudando a compreender os interesses dos intelectuais posteriores às últimas décadas do século dezenove.

Nos dois casos, estamos diante de leituras historicamente produzidas de diferentes recortes geográficos do Brasil. As semelhanças dessas leituras, em nosso entender, apenas podem ser atribuídas às imagens pré-existentes do sertão e do litoral se considerarmos tais imagens como representações sociais desses espaços produzidas a partir de uma determinada experiência histórica ou social. Traduzem-se assim alguns valores e possibilidades de interpretação, favorecendo a hipótese de que o recurso a um imaginário geográfico nos informa, principalmente, a respeito do olhar dos homens que dele se utilizaram e para com ele contribuíram.

Tendemos, pois, a concluir que a busca dos significados atribuídos a um conjunto de imagens, pictóricas ou verbais, se nos apresenta como um recurso válido para a análise das atitudes em relação à natureza e ao espaço urbanizado. Torna-se necessário, entretanto, atentar para o contexto da vinculação entre tais imagens e seus significados e, nesse sentido, talvez seja importante verificar em que medida os valores das noções de sertão e litoral seriam alterados por um contexto contemporâneo à colonização, como nos parece o de Robert Southey[68].

Southey nunca esteve no Brasil, o que nos permite descartar seu contato imediato com as áreas que descreveu e a população que avaliou[69]. Ainda assim, construiu uma "geografia hipotética" da colônia portuguesa[70], marcada por duas imagens físicas distintas do país. A primeira delas, referente ao século dezessete, aproxima-se da seqüência de disposição das capitanias hereditárias e beneficia-se, para isso, dos relatos de frei Santa Rita Durão, Vieira, Jaboatão e Simão de

---

[68] De acordo com Maria Odila da Silva Dias, os três volumes da obra de Southey foram publicados na Inglaterra entre 1810 e 1819, praticamente um século antes dos trabalhos de Euclides da Cunha e de Capistrano de Abreu, antes comentados. Foram, também, anteriores à geografia de Ratzel, que supostamente influenciou os dois autores brasileiros, e orientados pelas teorias de Humboldt a respeito da aclimatação das espécies vegetais e pelas idéias de Hume sobre a manutenção das tradições no decorrer processo histórico, as quais embasaram a crítica moralista do autor ao capitalismo industrial. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 226, 228-229 e 249-254.

[69] O historiador obteve seus conhecimentos a respeito do país à distância. Sem acesso aos fundos documentais brasileiros, coletou informações na da biblioteca de seu tio, o reverendo Herbert Hill, utilizou-se dos relatos de cronistas e viajantes, mantendo contato direto com homens como Koster e Luccock, e permaneceu um período em Portugal. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DIAS, op. cit. p. 72.

[70] Cf. DIAS, *O fardo do homem branco*. p. 225.

Vasconcelos, entre outros[71], sugerindo uma geografia tão litorânea quanto teria sido a dos dois primeiros séculos da colonização ou quanto poderiam tê-la feito parecer os documentos acessíveis além-mar. Em relação ao século dezoito, a percepção do autor ganha em longitude com a abordagem das regiões de Minas, Mato Grosso e Goiás, dos sertões nordestinos e dos campos do sul[72].

Porém, em qualquer dos períodos enfocados, Southey parece ter utilizado o arcabouço da descrição física apenas para situar e pormenorizar os "progressos" realizados em cada uma dessas épocas. Entre eles estariam os produtos cultivados, a intensificação da escravidão, o desenvolvimento dos costumes, do comércio e da urbanização, dados aos quais foi sobreposta a polarização entre civilização e barbárie, bem como as proposições dela decorrentes. Nesse sentido, retomemos as palavras do historiador.

> "Tenho de falar de selvagens tão desumanos [...] e de colonos [...] tão avarentos como bárbaros, perpetravam o maior dos crimes pelo mais vil dos motivos. [...] do ignóbil guerrear e das empresas destes homens obscuros, surgem conseqüências mais amplas, e provavelmente mais duradouras, do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre ou Carlos Magno" [73].

Mais do que pelos processos situados nas terras portuguesas, Southey se interessou pelo confronto entre colonizadores e colonizados, que parece se exprimir, não respectivamente, como o embate entre a civilização e a barbárie[74]. Nesse posicionamento reside o pioneirismo de sua abordagem, como veremos.

---

[71] SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1977. v. 2, p. 361-395.

[72] Cf. DIAS, *O fardo do homem branco*. p. 226. A opção de Southey pela orientação cronológica poderia explicar, através de processos como a descoberta do ouro e da navegabilidade de rios que percorrem a Colônia, a diferença entre tais percepções territoriais. Além disso, considere-se a disponibilidade, no início do século dezenove, da *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, referência importante para os estudiosos do momento no que se relaciona à geografia do Brasil. Cf. PRADO JR., Caio. A evolução da geografia no Brasil e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 19, março/1955. p. 53.

[73] SOUTHEY, *História do Brasil*. v. 2, p. 9.

[74] Southey acreditava na colonização como um "dever humanitário", "um fenômeno cultural e religioso", e não como uma transposição de instituições exógenas que, antes, "... implicaria uma ruptura na continuidade do processo histórico,

"Ainda os planos de Piratininga não tinham sido melhorados pela cultura européia; a natureza em verdade os preparara para um paraíso terrestre, mas qual ela os deixara, assim estavam, não assistidos da arte humana"[75].

"A três léguas de Piratininga ficava uma aldeia, chamada de Santo André, e habitada principalmente por mestiços. Longe de ser um vínculo que unisse as duas raças, era esta casta mais desesperadamente infensa aos naturais que os próprios portugueses. Odiavam os jesuítas, que combatiam o costume do país, como diziam, intervindo no que chamavam de liberdade de fazer escravos. A redução e civilização dos índios olhavam-na estes miseráveis como necessariamente destrutiva dos seus interesses..."[76].

Na opinião do autor, Piratininga parecia ter oferecido aos colonos um paraíso que, entretanto, permanecia intocado, o que revela a importância atribuída por Southey à ação do homem como elemento transformador da natureza[77]. Este trabalho, parte edificante do processo colonizador, é identificado pelo autor ao ímpeto civilizador dos jesuítas, tão laborioso que poderia dispensar "maquinismos"[78] como os dos milagres atribuídos a Anchieta.

Em seguida, temos a crítica de Southey aos moradores de Santo André, vistos como agentes contrários à atuação civilizadora dos padres. Podemos notar, assim, a oposição operada entre a catequese e a escravidão, o trabalho e a exploração, e, talvez, entre a civilização e a barbárie, esta última desculpada pela ruptura de tradições ou pela própria miscigenação.

---

subentendendo o desenraizamento e a fragmentação das tradições dos colonos no novo mundo...", crença que embasava sua crítica à colonização da América, aconselhava as futuras aventuras inglesas e desculpava a selvageria à qual recorriam os europeus, uma vez que, "... arrancados do seu meio, tendiam a degenerar e a cometer desatinos, no mundo novo e desconhecido dos trópicos ...". DIAS, *O fardo do homem branco.* p. 229.

[75] SOUTHEY, *História do Brasil.* v. 1, p. 196.

[76] SOUTHEY, *História do Brasil.* v. 2, p. 197.

[77] Segundo Maria Odila da Silva Dias, "... os contemporâneos da Revolução Industrial reviviam o conceito renascentista da natureza, a ser domada e trabalhada pela arte e pelo engenho dos homens...". Cf. DIAS, *O fardo do homem branco.* p. 243.

[78] SOUTHEY, op. cit. v. 1, p. 197.

Coerentemente, essas polarizações explicam grande parte dos problemas detectados por Southey na Colônia portuguesa. Segundo o autor,

> "... se no amanho do solo tivesse havido o mesmo zelo que se desenvolvia em removê-lo à procura dos metais preciosos, teriam estes países, favorecidos como foram da natureza, generosamente remunerado a indústria do homem. Mas um dos efeitos perniciosos da escravidão, sistema de que são perniciosos todos os efeitos (talvez mais perniciosos ainda para o senhor do que para o escravo), é que onde quer que ela exista passa o trabalho por aviltar o homem livre"[79].

O trecho acima resume bem o caráter civilizador atribuído por Southey ao trabalho e a constatação de sua incompatibilidade, na Colônia, com a escravidão, sobretudo danosa ao espírito do colono. Resume ainda, suas idéias a respeito da colonização, encarada como processo no qual, menos que a adaptação física, tornou-se problemática a sobrevivência das tradições culturais do colonizador num território selvagem.

Tais problemas parecem decorrer, para Southey, do comprometimento da empresa portuguesa, ocasionado pela dicotomia entre princípios abstratos presentes no interior do processo colonizador ibérico: o lucro e a moral, a exploração e o trabalho, o capitalismo e a missão civilizadora que se enfrentaram, na América, seja entre os espanhóis ou entre os portugueses[80].

Nesse enfrentamento, coube à vida no sertão exemplificar a degeneração à qual conduziu o princípio econômico e individualista[81] do empreendimento português.

> "Achavam-se os sertanejos num curioso estado, a que o mundo velho nem na história antiga nem na moderna oferece paralelo, pois que nas passadas eras de barbaridade se formavam as instituições e costumes de todos os países com referência à guerra, sendo esta quem associava os homens. Mostrará o futuro qual há de ser o caráter das nações que não passaram por esta depuração, mas o que até agora se tem visto não permite aguardar grandes coisas. No mundo velho fora também a

---

[79] SOUTHEY, *História do Brasil*. v. 2, p. 363.

[80] Cf. DIAS, *O fardo do homem branco*. p. 240/241.

[81] Segundo Southey, "... descoberto por acaso, e ao acaso abandonado por muito tempo, tem sido com a indústria individual e cometimentos particulares, que tem crescido este império...". SOUTHEY, op. cit. v. 1, p. 39.

> tendência dos sucessos para reunir os homens em Estados, ou em tribos quando a sociedade se achava em condição mais rude, mas ligando-os por toda a parte com laços de mútua dependência: no mundo novo pelo contrário tem a tendência sido para a separação, e para uma espécie de selvagem independência. [...] teria esta tendência tornado cada geração mais bárbara do que a anterior, se a civilizadora influência do comércio, estendendo-se da costa para todas as partes, não houvesse contrabalançado este natural processo" [82].

É clara a associação entre o sertão e as antíteses do comportamento valorizado pelo historiador inglês: a vida no sertão se equipara à dispersão, à ausência de laços de dependência e de comunidade, ao afastamento da costa e de todo o seu potencial civilizatório. A disseminação dos colonos é associada a uma "selvagem independência" que dificulta a associação humana e a aclimatação das instituições e costumes do Velho Mundo, ou seja, a própria colonização. Fica explícita, portanto, a oposição entre o sertão e o litoral, a vida sertaneja e a tarefa da colonização, ou o Sertão e a Colônia, noções que expressam modos de vida ou padrões morais antagônicos, embora se definam mutuamente.

Ainda assim, Southey preferiu acreditar que a obra civilizadora européia se efetuou através da expansão do comércio, a partir do litoral, de forma que "... ao transferir-se de Lisboa para aqui a sede do governo, [...] era português o povo, português na linguagem, português nos sentimentos..."[83]. Havia, pois, uma identidade cultural, uma tradição européia definida que sedimentaria o Estado emergente, enquanto este resistisse "aos flagelos da revolução"[84].

Numa abordagem efetuada não do litoral para o interior mas sim da Europa para o sertão colonial, Southey evidenciou suas preocupações mais caras e, por conseguinte, os registros que orientaram sua leitura da dualidade sertão/litoral: a impossibilidade da manutenção das tradições européias ou até a ruptura definitiva para com elas, fruto de temíveis revoluções.

A esta altura, nos parece evidente que, retrocedendo algumas décadas entre os olhares de Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu e o de Robert Southey, podemos perceber a grande influência da experiência cultural ou social, como sugerimos a partir da proposta de Baxandall, na

---

[82] SOUTHEY, *História do Brasil*. v. 3, p. 421.

[83] SOUTHEY, *História do Brasil*. v. 3, p. 381.

[84] SOUTHEY, *História do Brasil*. v. 3, p. 476.

atribuição de significados a determinadas imagens. Como vimos, enquanto para Euclides e Capistrano a originalidade brasileira dependia da recuperação da pujança do homem sertanejo e de sua assimilação pelo Brasil litorâneo, cujas cidades estagnadas permaneciam tributárias da civilização superficial d'além mar, homens como Robert Southey viam nessas cidades o ápice de um modelo de civilização. Ou, mais genericamente, notamos que categorias como sertão e litoral, quando empregadas em uma análise comprometida com o processo de colonização da América, expressam valores contrários àqueles utilizados para o diagnóstico e para a solução dos impasses da nacionalidade brasileira, no início do século vinte.

Em suma, mais do que recortes geográficos, expressões como sertão e litoral denotam, em nosso entender, diferentes geografias da civilização: imagens que podem assumir valores antitéticos, como os de Sertão e Colônia, mas cujos significados variam em diferentes contextos históricos, expressando uma seletividade sócio-cultural semelhante àquela indicada por Sérgio Buarque de Holanda, no caso da convivência entre colonizadores e autóctones. Daí a necessidade de, ao operarmos com tais categorias, permanecermos atentos à historicidade dos valores a elas atribuídos, principalmente porque, se expressam determinado imaginário geográfico, fazem-no de acordo com os critérios visuais, científicos, sociais e políticos de uma época.

II. À sombra do Sertão

Como sugerimos, a compreensão dos valores atribuídos ao ambiente sertanejo ou litorâneo, ao Sertão ou à Colônia e aos espaços naturais ou urbanizados não pode prescindir da consideração do local de onde essas polarizações teriam sido anunciadas. E, na medida em que nos interessa enfocar aquela atribuição de valores partindo das tensões porventura existentes entre as diretrizes metropolitanas e a vida urbana paulistana, a partir da segunda metade do século dezoito, cabe ressaltar que tais tensões resultariam da atuação de homens para quem o ambiente urbanizado não era uma novidade.

É interessante, a esse respeito, a opinião de Maria da Glória Porto Kok, para quem a conquista de territórios pelos portugueses levou a uma "... noção de geografia cuja concepção de

espaço – controlado, ordenado, limitado e mapeado – punha-se definitivamente a serviço da Coroa para garantir o domínio de terras e gentes ..."[85].

Nesse sentido, note-se que a criação de núcleos urbanos no Brasil é um processo progressivo e que data de muito antes. De acordo com Aroldo de Azevedo, o século dezesseis assistiu a formação de "aglomerados urbanos marítimos"[86] que, aos poucos, durante o dezessete, se expandiram em direção ao sertão[87], constituindo um "panorama urbano" que apenas no século dezoito "... conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica"[88]. Portanto, fica descartada a hipótese identificada por Sérgio Buarque de Holanda de que a recusa dos colonos às áreas naturais pudesse ser creditada ao início da urbanização do território colonial.

Mas, o que eram afinal essas cidades da Colônia?

> "Salvo Rio de Janeiro e Salvador, tais centros urbanos não mereciam realmente a classificação como *cidades*, no sentido rigoroso e moderno da palavra: eram simples *vilas*, quando muito *vilas grandes*, 'acanhadas e sujas, atropeladas de becos e vielas, de designações pitorescas, e espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos, das chapadas ou das serras. A vida urbana, sonolenta e obscura, chocada no funcionalismo burocrático e num comércio desconfiado e ratinhão, arrasta-se na monotonia das ruas e das estradas, cujo silêncio é apenas quebrado de longe em longe pelo chiar dos carros de bois, pelo tropel de cavalos e burros de carga e pelas cantigas de africanos e tropeiros'"[89].

Ignoremos, por ora, o "sentido rigoroso e moderno" de cidade, ao qual retornaremos adiante, e atentemos para a descrição elaborada por Aroldo de Azevedo que basicamente afirma a precariedade do ambiente urbano colonial, sugere sua proximidade com a atmosfera rural, e resume

---

[85] KOK, Maria da Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições na capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: USP, 1998. Doutorado em História. p. 22.

[86] AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*, São Paulo, n. 208, 1956. p.15.

[87] AZEVEDO, *Vilas e cidades do Brasil colonial*. p. 29.

[88] AZEVEDO, *Vilas e cidades do Brasil colonial*. p. 34.

[89] AZEVEDO, *Vilas e cidades do Brasil colonial*. p. 65.

a vida urbana à presença da burocracia administrativa e de um comércio precário. Ao mesmo tempo, o trecho transcrito nos deixa a impressão de que toda a vida parecia transcorrer ao redor da cidade, nas chácaras, sítios e caminhos de tropas que a circundavam.

Note-se, também, que a descrição acima parece adaptar-se facilmente às propostas de Sérgio Buarque de Holanda, para quem "... a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem..."[90].

Ora, temos aqui elementos suficientes para uma discussão interessante. Se considerarmos que o século dezoito teria assistido a ruptura do colono com o ambiente natural da Colônia e ao mesmo tempo presenciado uma expansão da rede urbana colonial, com a proliferação de cidades que, contudo, não negavam a paisagem natural, estaremos diante de situação paradoxal: qual a explicação para tal expansão da malha urbana brasileira se as cidades permaneciam despovoadas, vazias, e não se diferenciavam da natureza ao seu redor? O "domínio de terras e gentes"?

Em nossa opinião, tanto a incoerência entre a urbanização crescente e a precariedade das cidades coloniais quanto a oposição entre a vida no sertão e no litoral foram resultados de explicações genéricas do processo de colonização. Tais explicações, que se distinguem pela ênfase em aspectos culturais ou econômicos da atuação portuguesa na América, datam das décadas de 30 e 40 de nosso século, época em que surgem importantes ensaios de explicação do Brasil, como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

Não seria difícil selecionar na vasta obra de Gilberto Freyre aspectos pontuais diretamente relacionados à nossa discussão. Entretanto, preferimos nos referir ao trabalho de Freyre para salientar um procedimento bastante freqüente nas análises da sociedade colonial brasileira: o recurso às diferentes formações culturais dos países colonizadores.

Ao analisar as especificidades da colonização ibérica e britânica, Richard M. Morse destacou, a esse respeito, a necessidade de compreender que os dois processos resultaram "de uma matriz moral, intelectual e espiritual comum", no interior da qual "... entre os séculos XII e XVII,

[90] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 76.

foram feitas opções e construídos modelos conceituais que viriam a produzir os diferentes padrões do que chamamos 'civilização ocidental'..."[91].

Nessa direção, Élide Rugai Bastos destacou o "iberismo" – ou a idéia do "*não europeísmo* da sociedade ibérica"[92] – presente nas considerações de Gilberto Freyre a respeito da colonização. De acordo com Bastos, a especificidade da sociedade colonial brasileira derivaria, para Freyre, da não ortodoxia ibérica em relação aos valores culturais europeus ou de sua situação como uma zona de transição entre a cultura européia, ocidental, e as civilizações africanas[93] ou do Mediterrâneo[94]. Esse iberismo implicaria no caráter harmonizador ou democrático da sociedade colonial brasileira, na sua recusa à racionalidade e à homogeneização burguesas, e em sua abertura para a diversidade de formas culturais[95].

Tal tendência para uma análise da experiência colonial nas Américas a partir das heranças culturais recebidas do Velho Mundo não se deteve à síntese das características próprias aos ibéricos. Os matizes perceptíveis da civilização ocidental no processo colonizador não se limitaram às diferenças entre o as Américas ibérica e anglo-saxônica, como propôs Richard Morse, mas se manifestaram também dentro das fronteiras culturais da própria Península Ibérica[96].

Nesse sentido, é significativa a distinção operada por Sérgio Buarque de Holanda entre os espanhóis e portugueses, e entre os resultados de sua atuação na América. Tendo avaliado com grande tato a obra da colonização ibérica no Novo Mundo, o autor encontrou nas trajetórias nacionais dos hispânicos e dos lusos as bases culturais para a distinção entre ladrilhadores e semeadores[97], diferenciados em função de suas atitudes em relação ao espaço, como podemos perceber nos trechos abaixo.

---

[91] MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 22.

[92] BASTOS, Élide Rugai. Iberismo na obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, São Paulo, n. 38, junho/julho/agosto de 1998. p. 50.

[93] Cf. BASTOS, Iberismo na obra de Gilberto Freyre. p. 50.

[94] Cf. BASTOS, Iberismo na obra de Gilberto Freyre. p. 55.

[95] Cf. BASTOS, Iberismo na obra de Gilberto Freyre. p. 51.

[96] Cf. MORSE, *O espelho de próspero*. p. 42-44.

[97] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 82.

"A fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se [...] até sobre o traçado das cidades coloniais – vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação"[98].

"Portugal, por esse aspecto, é um país comparativamente sem problemas. Sua unidade política, realizara-a desde o século XIII [...]. Essa precoce satisfação de um impulso capaz de congregar todas as energias em vista de um objetivo que transcendia a realidade presente, permitindo que certas regiões mais elevadas da abstração e da formalização cedessem o primeiro plano às situações concretas e individuais [...] cabe talvez relacionar com o 'realismo' e o 'naturalismo' de que deram tamanhas provas os portugueses..." [99].

Codificação e uniformização, decisões espanholas de caráter abstrato e pragmático, opõem-se, na análise de Sérgio Buarque de Holanda, ao realismo do português, que "... renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais..."[100]. A oposição entre esses dois comportamentos encontra-se na origem de uma das tendências que orientou boa parte das análises sobre a atuação espanhola e portuguesa na América, no que se refere às formas de transformação do espaço: a presença ou ausência da planificação urbana nas cidades coloniais.

E, num primeiro momento, é importante destacar que mesmo a existência de cidades anteriores à chegada do europeu foi analisada sob esse prisma. Veja-se a posição de Frédéric Mauro, que também distinguiu as formações culturais dos espanhóis e portugueses, sendo os primeiros aventureiros, ávidos de enobrecimento, e os últimos mais sedentários, embora comerciantes afeitos ao lucro. Dadas essas características, o autor busca conciliá-las às diferentes circunstâncias encontradas pelos colonizadores ibéricos em seus respectivos domínios americanos[101].

---

[98] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 82.

[99] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 83.

[100] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 76.

[101] MAURO, Frédéric. Preeminence urbaine et reseau urbaine dans L'Amerique coloniale. 1972.

No caso da América espanhola, conquistadores mais habituados à urbanidade, afirmou Mauro, teriam se confrontado com povos também já adaptados a uma rede urbana, à qual estavam vinculadas as demais hierarquias de sua organização social, numa combinação que permitiria ao invasor apenas sobrepor-se a uma rede de relações urbanas e interurbanas, utilizando as cidades locais como instrumentos de conquista[102]. Trata-se, pois, de uma explicação na qual a pré-existência de uma sociedade urbana teria facilitado o domínio espanhol, ao contrário do que se teria verificado na América portuguesa, explicando a precariedade de nossas cidades coloniais através da inexistência da mesma anterioridade urbana[103].

Em relação às idéias de Mauro, nos parece válido considerar que a possibilidade de que os conquistadores espanhóis fossem mais familiarizados a uma vida citadina e, portanto, capazes de utilizar uma rede urbana anterior à colonização não significa que ela possa ter sido efetivamente empregada a favor dos projetos da Espanha. Para tanto, entendemos, seria necessário supor a compreensão desse universo urbano americano, proveniente de culturas razoavelmente diversas da européia. Nesse sentido, queremos apenas indicar que a disponibilidade física de estruturas urbanas não nos parece resultar, necessariamente, em sua utilização efetiva e a favor dos conquistadores.

Daí a importância do debate em torno das soluções urbanísticas para a construção das cidades coloniais no Novo Mundo, que envolve, como já indicamos, a utilização ou não de um planejamento urbano rígido, por espanhóis ou portugueses. Nessa discussão, podem ser identificados alguns elementos recorrentes, sendo o primeiro deles a exclusividade espanhola quanto à utilização do traçado urbano reticulado e perpendicular, conceito que, segundo Robert C. Smith, seria inédito mesmo na Europa[104], tornando a não utilização desse traçado, por oposição, a característica marcante das cidades coloniais portuguesas.

Essa polêmica em torno do desenho urbano das cidades coloniais remete, na maioria das vezes, às influências renascentistas, que teriam atingido de forma diferenciada as cidades

---

[102] Cf. MAURO, Preeminence urbaine et reseau urbaine dans L'Amerique coloniale. p. 117.

[103] Cf. MAURO, Preeminence urbaine et reseau urbaine dans L'Amerique coloniale. p. 123-125.

[104] Cf. SMITH, Robert C. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Archictectural Historians*. N. York, v. 14, n. 4, december/1955. p. 3. De fato, a possibilidade de que a utilização do traçado urbano perpendicular fosse exclusiva das áreas de colonização espanhola reforça a idéia de que a anterioridade da rede urbana na América espanhola, destacada por Mauro, não seria, enfim, tão importante.

ultramarinas de Portugal e Espanha; nesse sentido, Smith sugere o atraso português em relação ao urbanismo espanhol e afirma a ausência de códigos urbanísticos no Brasil colonial[105]. Já Luiz Centurião prefere acreditar que o modelo renascentista de cidade não rompeu totalmente com o urbanismo medieval e não afirmou um padrão novo e rígido, aceitando a permanência de elementos medievais que, por circunstâncias como a grande disponibilidade de terras, a topografia acidentada, a necessidade de defesa e o número reduzido de imigrantes, teriam prevalecido nas cidades da América portuguesa[106].

Um argumento semelhante, utilizado por Maria Fernanda Bicalho para a explicação do urbanismo colonial português, insiste no fato das cidades coloniais brasileiras não terem sido utópicas, ou de não terem representado rupturas absolutas em relação aos modelos urbanísticos europeus ou ibéricos. Dessa maneira, haveria um mimetismo entre as cidades da Colônia e as da metrópole portuguesa, acompanhado das diferentes circunstâncias políticas, econômicas e culturais que contextualizaram o desenvolvimento urbano na Colônia[107].

Para esses dois últimos autores, portanto, e ao contrário do que afirmou Mauro, os portugueses parecem principalmente repetidores de um modelo urbano já conhecido, diferente daquele utilizado pelos espanhóis, recusando, portanto, a utopia ou a abstração e preferindo "... agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim..."[108].

Nas proposições acima, foram enfatizados modelos culturais atribuídos aos colonizadores ibéricos, talvez por influência de análises como a de Sérgio Buarque de Holanda, sendo os exemplos de urbanização sempre utilizados no sentido de confirmar este ou aquele aspecto atribuído à matriz cultural metropolitana em questão. Em outras palavras, tais estudos, em nosso

---

[105] Cf. SMITH, Colonial towns of Spanish and Portuguese America. p. 7.

[106] Cf. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. A cidade na América colonial portuguesa. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, junho/1996. p. 121, 123 e 129.

[107] Cf. BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, junho/1998. p. 33, 37 e 39. Da mesma autora veja-se também *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. São Paulo: USP, 1997. Doutorado em História. p. 180-182.

[108] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 76.

entender, mais se dedicam a compreender o processo de implantação da civilização européia ou ibérica nos trópicos, através da urbanização, do que propriamente ao desvendamento da experiência urbana colonial, a partir de seus sujeitos[109].

Além da discussão a respeito do caráter urbano ou urbanístico das cidades coloniais ibéricas nos trópicos, desenvolveu-se também uma segunda vertente de estudos dedicados ao passado urbano da América, porém com fundamentos eminentemente econômicos.

No tocante a esses estudos de natureza econômico-social, cabe inicialmente dizer que a constituição dos tipos ibéricos de Sérgio Buarque de Holanda não se limitava, absolutamente, à análise da postura de portugueses e espanhóis em relação ao espaço, ou especificamente ao espaço urbano. De fato, segundo o mesmo autor, raízes comuns faziam com que os dois povos compartilhassem de uma "ética da aventura", que implicava na desvalorização do trabalho e na busca do enriquecimento rápido[110], perfil que teria favorecido o desenvolvimento da monocultura escravista no Brasil[111]. Partindo, assim, de um componente cultural, o autor garantiu parte da sustentação necessária à tese de que a sociedade brasileira teve raízes rurais e de que as cidades coloniais teriam sido dependências das propriedades agrícolas.

Coube a Caio Prado Jr., mais tarde, apresentar novas explicações para a formação da sociedade brasileira, nelas designando o espaço ocupado pelas cidades coloniais e suas populações na dependência do latifúndio.

> "Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos [...]. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número [...] dos desclassificados, inúteis e inadaptados..." [112].

---

[109] A esse respeito, tendemos a concordar com Raquel Glezer, para quem tais iniciativas se preocupam antes com a colonização do que com a urbanização. Cf. GLEZER, Raquel. *Chão de terra: um estudo sobre São Paulo colonial*. São Paulo: USP, 1992. Livre docência em História. p. 22.

[110] Cf. HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 10-15.

[111] Segundo Sérgio Buarque de Holanda, "... aos portugueses [...] coube sem dúvida a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho". HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 17.

[112] PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. p. 281.

A partir do trecho acima citado podemos perceber que Caio Prado Jr. encontrou na agricultura latifundiária e escravista o eixo para a organizar a sociedade colonial através da definição e da oposição total entre dois pólos antagônicos, senhores e escravos, e da indistinção da população intermediária – ao contrário de Robert Southey, para quem a escravidão podia ser considerada como o principal fator contrário à civilização dos trópicos. Curiosamente, sobretudo ao considerarmos as diferenças ideológicas entre os autores, ambos parecem ter acreditado na idéia de que o comércio seria responsável pela transformação das condições internas na Colônia.

É com o comércio, afirmou Prado Jr., que "... surge uma rica burguesia de negociantes, que, por seus haveres rapidamente acumulados, começa por em cheque a nobreza dos proprietários rurais...". Por obra dessa burguesia abastada "... as cidades do litoral, onde se fixa, se transformam em centros populosos e ricos..."[113], talvez capazes de se contrapor àquela "selvagem independência" que tornaria "... cada geração mais bárbara do que a anterior, se a civilizadora influência do comércio, estendendo-se da costa para todas as partes, não houvesse contrabalançado este natural processo..."[114], como preferia Southey.

E nenhuma cidade melhor que a capital paulista para exercer tal influência, uma vez que "... as linhas que irradiam de São Paulo indicam não só as artérias principais do sistema de viação da capitania, mas ainda os eixos em torno dos quais se condensa a população do planalto..."[115].

As considerações acima apontadas nos remetem às conclusões críticas de João Luís Fragoso sobre a acumulação de fortunas comerciais no início do século dezenove. Esse processo, ao invés de diminuir a importância atribuída à nobreza dos proprietários de terra, contribuiu para a reiteração da agricultura exportadora colonial, provável fonte de posições sociais significativas e de melhores condições comerciais[116]. De qualquer forma, mesmo a análise de Fragoso fortalece a hipótese de que as cidades passariam a assumir um papel central com o desenvolvimento da atividade comercial.

---

[113] PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império.* 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 38-39.

[114] SOUTHEY, *História do Brasil. v.* 2, p. 363.

[115] PRADO JR., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história.* São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 31.

[116] Cf. FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Essa idéia também foi contemplada no belo ensaio em que Richard Sennett relaciona o liberalismo econômico de Adam Smith, a descoberta do sistema circulatório por William Harvey, no início do século dezessete, e as concepções de planejamento urbano posteriores ao Iluminismo.

Estabelecendo vínculos sugestivos entre a descoberta da circulação sanguínea e o desenvolvimento de novas idéias a propósito da saúde econômica, que implicaria na mobilidade irrestrita das mercadorias, Sennett sugere que as cidades, tidas por pensadores medievais como parasitárias ao universo rural, passariam a ser tomadas como centros de especialização do trabalho e de estímulo econômico para a produção agrícola, também especializada[117].

Assim, com base nas propostas desses dois autores, já poderíamos questionar a idéia de que um surto de desenvolvimento da vida urbana colonial, a partir do século dezoito, significasse um rompimento com a ordem agrária e implicasse na primazia do comércio como atividade produtiva. Antes disso, seria mais adequado concluirmos por uma mudança na articulação econômica e social entre o campo e as cidades.

De fato, aquela idéia da rigidez econômica e social da Colônia e de sua superação apenas a partir do desenvolvimento comercial tardio vem sendo revista há alguns anos e vários autores têm demonstrado a fluidez e a diversidade da economia e da sociedade colonial. A esse respeito importa lembrar, entre outras[118], as considerações de José Roberto do Amaral Lapa[119], que evidenciou a

---

[117] Cf. SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 220-221 e 225-226.

[118] Em relação ao mercado interno colonial lembramos o trabalho de Mafalda Zemella, que descreve os percursos e as conseqüências da circulação de mercadorias entre as áreas mineradoras das Gerais e diversas regiões da Colônia, a posição de Maria Yedda Leite Linhares, que afirma a necessidade de reavaliação da preponderância atribuída à grande produção agro-exportadora no contexto da economia colonial, enfatizando a importância da agricultura de abastecimento e da pecuária, além de estudos regionais, como o de Valter Martins e o de Cláudia M. Fuller, que demonstram a contribuição da pequena agricultura para a promoção social dos indivíduos não diretamente absorvidos pela grande lavoura monocultora. Cf. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 edição. São Paulo: Hucitec, 1990. LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 132-150. MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Curitiba: UFP, 1995 (Mestrado em História). FULLER, Cláudia Maria. *Os pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. Campinas: Unicamp, 1995 (Mestrado em História).

[119] Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.

importância do mercado interno e do comércio intercolonial, os quais, não se restringindo a momentos de crise do sistema de exploração colonial, nos permitem perceber que a economia da Colônia não se limitava a cumprir as exigências econômicas do Estado metropolitano, tampouco obedecia a um "sentido" único ou obrigatório da colonização.

Ressalte-se também que a idéia da desclassificação social de grande parte da população colonial como mero resultado da oposição entre senhores e escravos foi questionada por Laura de Mello e Souza. A autora demonstrou a dupla utilidade ou inserção dos chamados "desclassificados" ou "vadios" no processo colonizador, seja no devassamento do sertão, nos presídios, na agricultura, nas obras públicas, nos bandos armados mantidos pelos poderosos locais, nas áreas de fronteira e nas milícias[120], seja na justificativa ideológica do escravismo, a partir de sua definição como uma "outra humanidade", "inviável".[121]

Entretanto, anterior e resistente a tais críticas e revisões, foi principalmente a imagem das cidades vazias, repletas "... de casas sem moradores..."[122], aquela que chegou a Aroldo de Azevedo e a outros tantos estudiosos do passado paulistano interessados em caracterizar a São Paulo colonial como exemplo de pobreza e precariedade necessário à afirmação da metrópole moderna, esta sim, correspondente ao "sentido rigoroso e moderno" de cidade.

> "A maior parte destes [centros urbanos] não é senão um apêndice rural, um puro reflexo do campo. Em torno da igreja paroquial e de um pequeno comércio, a venda e a loja, eles se constituem. A quase totalidade de seus moradores será de lavradores que vivem normalmente dispersos na vizinhança, às vezes até mesmo muito afastados, e que os procuram só aos domingos e dias de festa. De população fixa [...] não contam senão com raros comerciantes [...]; excepcionalmente algum artífice: quem precisará deles, quando as fazendas têm tudo e satisfazem suas necessidades com o próprio pessoal? Mais numerosos os vadios e as prostitutas" [123].

---

[120] Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 71-90.

[121] SOUZA, *Desclassificados do ouro*. p. 219-220.

[122] HOLANDA, *Raízes do Brasil*. p. 59.

[123] PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo*. p. 292/293.

A descrição de Prado Jr. nos apresenta a vida urbana colonial não apenas como mero reflexo da vida rural, mas sim como seu reflexo negativo, ou o oposto da auto-suficiência e da pujança do latifúndio. Como resultado, caberia às cidades da Colônia abrigar uma massa disforme e desclassificada composta por vadios e prostitutas. A escravidão garantiria a conservação do "nexo social da colônia" e fora da dicotomia entre senhores e escravos predominaria a "inorganização", impedindo a possibilidade da existência de uma "estrutura" social[124].

Quanto à cidade de São Paulo, que segundo Prado Jr. tanto se prestaria ao comércio e à reversão do marasmo colonial, teve que, antes disso, adequar-se ao papel de cidade vazia, pobre e precária, por excelência. Nesse sentido, note-se que, a partir do século dezoito, alguns religiosos e funcionários ligados à administração local, entre eles Pedro Taques de Almeida Paes Leme[125] e frei Gaspar da Madre de Deus[126], registraram em suas "memórias" diversos aspectos relativos à cidade e à capitania de São Paulo. Nelas reuniram e preservaram informações de valor documental e demonstrando um enfoque genealógico destinado, em grande parte, à exaltação dos feitos de sertanistas e bandeirantes paulistas.

Como afirmou José Honório Rodrigues, havia então uma preocupação em glorificar "os feitos do passado em face do marasmo do presente paulista na segunda metade do século dezoito"[127]. Esse marasmo seria reforçado pelas memórias de caráter mais econômico elaboradas por Marcelino Pereira Cleto, Manuel Cardoso de Abreu e José Arouche de Toledo Rendon[128], todas imersas no contexto do período posterior ao governo de Pombal e, portanto, empenhadas em demonstrar o sub aproveitamento das potencialidades da região.

A partir dessa proposta de valorização do passado glorioso do bandeirante, sintomaticamente seguido por um período de "decadência", ganhou fôlego uma tendência

---

[124] Cf. PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo*. p. 344.

[125] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana, histórica e genealógica*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1926.

[126] MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. São Paulo, 1920.

[127] Cf. RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 138.

[128] Cf. RODRIGUES, *História da história do Brasil*. p. 151-161.

interpretativa na qual a descrição dos feitos heróicos paulistas e o esmiuçamento da vida administrativa e político-institucional da cidade e da capitania ocuparam lugar de destaque.

Esse enfoque resistia até a época das comemorações do quarto centenário da cidade, em autores como Tito Lívio Ferreira, Afonso E. Taunay, Nuto Santana e Aureliano Leite, entre outros, e no conjunto da produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Todos se esforçaram na coleta e organização de uma imensa variedade de informações de caráter eventual a respeito da história da cidade de São Paulo. Paralelamente, a influência modernista e a adoção de um "modelo francês" permitiram, a partir dos anos 20, a investigação do passado em torno de novos temas, para além do bandeirantismo e da nobiliarquia, e o surgimento de análises mais amplas, que inseriam a capitania paulista no contexto da Colônia e da Europa[129].

Graças a essa renovação, as décadas seguintes assistiram a emergência de temas como a subsistência e o cotidiano na cidade e no sertão, a fusão entre as culturas européia, indígena e africana, tratados, entre outros, por autores como Alcântara Machado, Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda.

Já nos anos 50, Ernani Silva Bruno, assumindo textualmente a influência recebida por parte das proposições "humanísticas"[130] da história urbana de Lewis Mumford, apresentou, pela primeira vez, a história da cidade por um viés cultural e urbanístico, valorizando os usos e valores específicos do espaço do núcleo urbanizado[131]. Mas, apesar de todas as renovações, ainda predominavam as idéias da decadência econômica paulista, da pobreza e do esvaziamento populacional da cidade na segunda metade do século dezoito.

Apenas a partir da década de 70, com o surgimento dos primeiros trabalhos de demografia histórica aplicados ao caso paulistano, fez-se uma crítica à imagem negativa, de miséria, pobreza e estagnação demográfica e econômica, presente na historiografia sobre São Paulo. Maria Luiza

---

[129] Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 79-84.

[130] Segundo Monkkonen, Mumford fixa os eixos centrais para a primeira vertente renovadora da história urbana, no caso, uma "crítica humanista" baseada na existência de experiências próprias ao ambiente urbano, considerado como um local que exprime a cultura de uma comunidade. Cf. MONKKONEN, Eric. H. *America becomes urban: The development of U.S. cities & towns, 1780-1980*. Berkeley: University of California Press, 1988. p. 10-16.

[131] BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

Marcílio, munida dos dados estatísticos referentes à população da Paróquia da Sé, obteve os primeiros resultados na revisão da propalada "decadência" paulista, demonstrando não só o crescimento populacional local como também o aquecimento econômico da Cidade e da região. Heloísa L. Bellotto, ainda nos anos setenta, chamou a atenção para a ligação entre a política metropolitana e a renovação intelectual portuguesa, que, a partir do governo de Pombal, afetou diretamente as relações entre a Metrópole e a Colônia, se fazendo sentir claramente em São Paulo, na segunda metade do século dezoito. Na década seguinte, a convivência marcada por tensões sociais entre a população pobre – mais especificamente as mulheres pobres da cidade – e a administração municipal, foi recuperada por Maria Odila Leite da Silva Dias[132].

Por fim, uma terceira abordagem da urbanização no período colonial foi indicada por Richard M. Morse. Segundo o autor, um dos problemas para a historiografia da urbanização na América Latina é a ausência de um arcabouço teórico apropriado para o caso em questão. Nesse sentido, Morse aponta como exemplo a diferença entre a análise histórica das cidades européias, que se depara com o problema das origens urbanas, e o caso latino-americano, no qual seria mais cabível uma análise funcional[133].

Deslocando a discussão para além das influências urbanísticas do Renascimento, Morse vinculou às cidades coloniais latino-americanas um caráter intencional, voltado para a partilha das terras e para a exploração dos recursos naturais disponíveis na região[134]. Tais preocupações contemplariam o que Morse considerou ser uma fase inicial no desenvolvimento das metrópoles americanas, que surgiriam para dominar áreas mal ocupadas e pouco articuladas para as trocas internas.

Coerente, portanto, que o autor explicasse a suposta pobreza de São Paulo, na segunda metade do século dezoito, como uma transição conjuntural, na qual à "decadência" se contrapunha

---

[132] Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[133] MORSE, Richard M. Some characteristics of latin american urban history. *The American Historical Review*, v. 67, n. 2, janeiro/1962. p. 317.

[134] MORSE, Some characteristics of latin american urban history. p. 325.

um período de "germinação", de "mudanças de hábitos e atitudes"[135] necessárias à emergência da economia açucareira e cafeeira e da metrópole dos séculos dezenove e vinte. Sugerindo, assim, a avaliação da experiência urbana colonial a partir do meio ambiente do Novo Mundo[136], Morse avança em relação ao debate em torno das formas urbanas assumidas pelas cidades coloniais espanholas e portuguesas. Seu trabalho demonstra, em nosso entender, o surgimento de análises apoiadas numa tipologia urbana que propõem a existência de cidades com funções como a defesa, a ocupação territorial, a produção agrícola, a administração civil ou eclesiástica, entre outras[137].

De qualquer maneira, nos interessa aqui ressaltar que todas as tendências acima discutidas resultam, em nossa opinião, de enfoques que têm privilegiado os antecedentes, a forma ou as funções das cidades coloniais brasileiras, reforçando a imagem de sua precariedade, de sua dependência da esfera rural e de seu não rompimento em relação à natureza colonial.

Nesse caso, o exemplo paulistano ocupa uma posição de destaque, seja como a "ponta de lança" da civilização portuguesa, apontada para o sertão, seja como a "cidade vazia" por excelência[138]. Para compreender a atribuição dessas características à São Paulo colonial, nos parece interessante o estudo elaborado por Odilon Nogueira de Matos[139].

---

[135] MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970. p. 35.

[136] MORSE, Some characteristics of latin american urban history. p. 338. Nas palavras de Morse, "... colonial Latin América was a congeries of diverse ecologial zones; in each, the patern of urbanization was determinated by the domintant economic activity and the external commercial relations it dictated and by the character and organization of the labour force, as well as by iberian institutions and traditions ...". Podemos perceber nas sugestões do autor uma proposta que, embora permita evitar generalizações como a idéia de cidades vazias em função do latifúndio escravista, vincula as cidades coloniais americanas às oportunidades econômicas regionais, entre outros aspectos relativos à colonização, e ainda, como vimos, ao devir histórico dessas cidades. MORSE, Richard M. Brazil's urban development: Colony and Empire. *Journal of Urban History*, v. 1, n.1, november/1974, p. 42.

[137] Presente em trabalhos de caráter sociológico, como o de Nelson Omegna, a tendência de condicionar o desenvolvimento urbano ao contexto regional ou a uma contingência política específica resulta na proposição de cidades com funções específicas ou em tipos de cidade. Cf. OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2ª edição. Brasília: Ebrasa, 1971. p. 63-82. SOCOLOW, Susan M. e JOHNSON, Lyman L. Urbanization in colonial Latin America. *Journal of Urban History*, v.8, n. 1, 1981. p. 37-44.

[138] A utilização de São Paulo como exemplo das cidades vazias da Colônia foi tema de nossa monografia de graduação, trabalho no qual utilizamos os mapas de população da Paróquia da Sé e a correspondência dos governadores da capitania de São Paulo para discutir a organização espacial da cidade, na qual destacamos a área central, que, longe de

Nitidamente voltado para os aspectos práticos da produção historiográfica sobre São Paulo, Matos aponta para três processos que, de fato, nos parecem ter recebido tratamentos privilegiados por parte dos historiadores da cidade: a fundação da vila, tardiamente estudada em virtude da exigüidade de fontes existentes e do demorado acesso à documentação elaborada pelos jesuítas; a mobilização dos paulistas para a exploração do sertão, a respeito da qual o autor novamente indica a carência de informações, destacando as iniciativas levadas a cabo por Orville Derby e por Teodoro Sampaio com objetivo de reconstituir os roteiros das bandeiras paulistas e a paisagem do sertão antes da conquista, respectivamente; por fim, a preparação da cidade "... para o desempenho de sua condição de província do Reino que em breve se constituiria..."[140], mais facilmente acompanhada graças às obras de Pedro Taques e de Gaspar da Madre de Deus, além de relatórios de governo e outros documentos publicados pelo Museu Paulista e pelo Arquivo do Estado de São Paulo.

Tais enfoques foram analisados de maneira aprofundada por Janice Theodoro da Silva, para quem os momentos de instalação da vila de São Paulo, da expansão de seus moradores pelos sertões da Colônia e de reorganização do espaço urbano paulistano evidenciam etapas diferentes da inserção progressiva da vila no sistema de exploração colonial. A cada uma delas corresponderia, respectivamente, a necessidade de interiorização do papel de colonizador por parte dos portugueses e de sua proteção em relação às hostilidades do território colonial, a ruptura desses colonizadores com o ambiente protegido da vila, que passa a exercer, simultaneamente, os papéis de bastião da civilização européia e de entroncamento dos caminhos utilizados para sua expansão, e, finalmente, a incorporação ou recusa das transgressões operadas pelos colonos e sua adaptação aos objetivos previstos pela Coroa[141].

---

vazia, nos pareceu um espaço importante para o exercício da civilidade, características silenciadas através de um "esvaziamento historiográfico" do espaço paulistano. Cf. BRESSANIN, Marcelo. *A vida na cidade "vazia": São Paulo, 1765-1797.* Campinas: Unicamp, 1997 (Monografia de bacharelado em História).

[139] MATOS, Odilon Nogueira de. Alguns aspectos da historiografia paulista. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1994/1995, v. 3/4, p. 29-41.

[140] MATOS, Alguns aspectos da historiografia paulista. p. 31.

[141] Cf. SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial.* São Paulo: USP, 1980. Doutorado em História.

Apesar da grande diferença entre os dois estudos acima citados, podemos observar que, em ambos, a análise da produção historiográfica a respeito da cidade de São Paulo evidencia uma abordagem voltada para os territórios além de seus muros ou de seus limites. Verifica-se também a resistência de uma posição formulada após os anos 20, como apoio às pretensões paulistas em relação a uma maior participação na vida política republicana: a permanência historiográfica da mitologia bandeirante, erigida a partir de autores como Alfredo Ellis Jr., Afonso Taunay e Alcântara Machado, como propôs Kátia M. Abud[142].

Nesse caso, como notou Tânia Regina de Luca, a configuração de uma imagem para São Paulo e para o paulista estava associada a uma finalidade maior: a constituição da identidade nacional brasileira. Segundo a autora, naquela ocasião,

> "... vários pensadores mostravam-se céticos em relação à permeabilidade à civilização de uma região tropical recém saída da escravidão. Desprovido de uma história gloriosa, com grandes extensões de terras ainda intocadas, habitado por uma população escassa e estigmatizada pela presença de sangue de índios e negros, então considerados inferiores, o país parecia fadado a permanecer alijado do concerto das grandes nações" [143].

Frente a essa situação, afirma a mesma autora, a implementação de uma memória coletiva favorável era mais do que necessária e, como tal, mobilizou geógrafos e historiadores. Estes, em seus respectivos domínios, atuaram na construção da idéia do Brasil como uma nação jovem, cuja grande vantagem residia em seu potencial para o futuro. Nesse processo, a contribuição da geografia foi bastante significativa, e pautou-se pela promoção das vantagens resultantes da grande extensão territorial brasileira, garantida pelas expedições dos bandeirantes paulistas. Em conseqüência, completa a autora,

> "... era possível restituir ao período colonial, normalmente caracterizado como uma época obscura na qual o país foi espoliado por uma metrópole decadente, uma positividade que vinha sendo

---

[142] ABUD, Katia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antônio Celso (Org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 76-78.

[143] LUCA, Tania Regina de. São Paulo e a construção da identidade nacional. In: FERREIRA (Org.), op. cit. p. 82.

sistematicamente negada. Afinal, foi durante estes séculos que os habitantes de São Paulo se embrenharam pelas matas, assegurando para o Brasil a posse de um território de dimensões continentais"[144].

Como podemos perceber, no início do século vinte, a tendência para a utilização de uma perspectiva extrovertida nas análises a respeito da cidade de São Paulo podia ser justificada, ideologicamente, pela necessidade de afirmação da nacionalidade. Afinal, se o Brasil era "uma nação feita de espaço", nada seria mais importante que a atuação de seus desbravadores. Mas, em decorrência dessa decisão, nos parece ter sido estabelecida uma seqüência necessária entre os três processos anteriormente comentados: a fundação, a expansão e a reorganização de São Paulo, durante o período colonial.

Em outras palavras, o surgimento da vila seiscentista, por obra dos jesuítas, como teria preferido Robert Southey, marcaria a abertura do planalto selvagem às iniciativas civilizadoras européias, sendo responsável pela instalação local dos primeiros aparatos do poder metropolitano, sob a proteção dos muros que isolavam os colonos da barbárie tropical. O passo seguinte teria sido, necessariamente, a dispersão dos colonizadores pelo sertão, fossem eles movidos pelos interesses materiais ou por uma missão civilizadora. A diáspora bandeirante, providencialmente, resultaria no esvaziamento da cidade, que, dessa forma, teria assistido à distensão máxima de sua população e ao desmantelamento de sua capacidade produtiva, tornando-se o exemplo perfeito para os historiadores que, a partir das décadas de 30 e 40, visualizaram as cidades coloniais como "apêndice rural, puro reflexo do campo"[145].

Por fim, essa seqüência garante o lugar para uma terceira etapa, de recuperação ou reorganização. Lembremo-nos, pois, da explicação elaborada por Richard Morse, para quem o declínio paulistano pode ser interpretado como uma conjuntura que "... armou o palco para uma junção de forças que produziria a metrópole..."[146], sendo esta última a preocupação do autor.

Tal raciocínio demonstra, de fato, o desdobramento lógico da ênfase atribuída à expansão bandeirante, tão necessária à Nação, permitindo justificar a pujança econômica de São Paulo e as

---

[144] LUCA, São Paulo e a construção da identidade nacional. p. 87.

[145] PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. p. 292.

[146] MORSE, *Formação histórica de São Paulo*. p. 35.

reivindicações paulistas, no início do século vinte. A esse respeito também podemos considerar a crítica de Maria Luiza Marcílio sobre lacuna "... entre os séculos XVI e XVII do bandeirante, que empolgou o historiador épico e da linhagem, e os séculos XIX e XX do café, do imigrante e da indústria..."[147], lacuna que nos permite enxergar comparação então efetuada entre duas cidades distintas, senão opostas, embora diretamente relacionadas. A primeira delas, apreendida na segunda metade do século dezoito, deveria permanecer pequena e mergulhada num período de crise ou decadência para que pudesse oferecer um contraponto adequado para a metrópole que despertou nas primeiras décadas de nosso século.

Essa interpretação torna-se ainda mais significativa se nos lembrarmos que a colonização litorânea já havia sido tomada como o oposto da nacionalidade autêntica, e que a produção da mitologia bandeirante e sua associação às origens da Nação permitiram reavaliar, senão reverter, a partir do final do século dezenove, os valores negativos atribuídos ao processo de convivência com os sertões do território, durante o período colonial.

Nesse sentido, se a Nação apenas podia ser configurada a partir do domínio territorial, seria também forçoso reconhecer que, para isso, a própria idéia de Colônia tinha que ser reavaliada em função de seus vínculos com a civilização sertaneja, como anteciparam Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu. E, especificamente no caso da cidade de São Paulo, que, como indicamos acima, foi rotineiramente tratada como uma cidade vazia e extrovertida,

> "... o papel político e econômico secundário ocupado pela região em séculos anteriores pode então ser interpretado como conseqüência do espírito de luta dos paulistas, que primeiro construíram a nação, comprometendo nessa empreitada a sua própria existência, para depois se ocuparem dos próprios interesses, atitude digna de verdadeiros heróis épicos"[148].

Fica claro, portanto, que tanto as análises sobre a vida urbana colonial quanto à visão recorrente e exemplar da cidade de São Paulo, marcada pela pobreza, pela precariedade e pela desorganização urbana, comprometem-se muito mais com a necessidade de interpretação do

---

[147] MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700/1836.* São Paulo: USP, 1974. Livre docência em História. p. 10.

[148] LUCA, São Paulo e a construção da identidade nacional. p. 88.

brasileiro e com um projeto de constituição da memória nacional do que com a experiência urbana durante o período colonial. E, nesse caso, a cidade de São Paulo afirmava-se embora permanecendo à sombra do Sertão, território ufânico onde germinariam as sementes da civilização, deixadas pelos heróicos paulistas.

Mas, mesmo aceitando o fato de que alguns autores brasileiros, já no final do século dezenove, tenham intencionalmente invertido o maniqueísmo estabelecido pelos primeiros estudiosos do passado colonial entre as idéias de Sertão e de Colônia, antes associadas à barbárie e à civilização, nos parece importante notar que essa reavaliação não foi operada no tocante às cidades coloniais.

Ao contrário, a leitura do ambiente urbano colonial passou a ser efetuada, mesmo naqueles casos em que este negava o valor da urbanização litorânea, em função de novos modelos de urbanismo e de civilização que acentuaram a desvalorização das cidades coloniais brasileiras. Isto porque, como afirmou Janice Theodoro da Silva, os projetos urbanos implantados nas décadas finais do século dezenove vinculavam-se ainda a "... oligarquias de base agrária, as quais desejavam destruir a tradição colonial presente no espaço da cidade, substituindo-a por um desenho que aproximasse São Paulo dos referenciais europeus..."[149].

Define-se, portanto, aquele "sentido rigoroso e moderno" de cidade, que segundo Aroldo de Azevedo não se poderia aplicar à urbanização colonial. Valida-se, ao mesmo tempo, a crítica de Euclides da Cunha, para quem os projetos civilizadores brasileiros já no século dezenove parecem ter se nutrido de padrões estrangeiros, em favor dos quais buscaram apagar o modelo urbanístico colonial que, entretanto, como no exemplo paulistano, podia contraditoriamente ser empregado na construção de uma memória para a Nação.

Existe, em nosso entender, uma alternativa para a superação dos enfoques extrovertidos ou mitificadores acima indicados. Vimos que, no século dezoito, em função de uma ruptura com a natureza tropical, o colono passou a se aproximar do modelo de civilização d'além-mar. Seria válido, portanto, tentar compreender a renovação dos significados atribuídos ao espaço urbano colonial em função daquela ruptura com a vida no sertão para um cotidiano mais citadino. As conseqüências

---

[149] SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: quatro séculos de história. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1994/1995, v. 3/4, p. 49.

dessa renovação seriam a negação das contribuições culturais nativas e a revalorização das tradições européias, como pensou Sérgio Buarque de Holanda, de forma coerente com as tendências de urbanização do século dezenove, como indicou Janice Teodoro da Silva.

Ainda assim, é preciso evitar que essa análise da experiência urbana colonial seja operada apenas em função de uma recusa ao sertão. Como abordar, então, o espaço urbano colonial, que pode parecer mais fugidio do que o sertão observado por Euclides da Cunha? Partindo do que ele nos parece ter de próprio, a saber, de sua configuração espacial específica.

E, nesse caso, se pretendemos identificar as possíveis alterações nas atitudes diante do ambiente natural e do espaço urbanizado na São Paulo das últimas décadas do século dezoito e do início do dezenove, a melhor alternativa nos parece ser o levantamento e a crítica das imagens que lhe foram atribuídas de forma recorrente, a verificação da validade dessas imagens no período de nosso interesse e, em seguida, a avaliação de seus significados para os administradores e habitantes da cidade, naquele período.

III. A cidade, de memória

A idéia de que as cidades coloniais devem ser analisadas a partir de suas configurações espaciais implica na necessidade de lidarmos com esses próprios espaços ou com suas representações. Essas duas possibilidades perpassam um artigo de Maria Stella Bresciani, no qual relatos de memorialistas das últimas décadas do século dezenove e do início do século vinte foram utilizados para discutir a formação de uma identidade paulista[150]. Nesse texto, afirma a autora,

> "... as cidades trazem em si camadas superpostas de resíduos materiais [...]. Poucas vezes mantidos em sua integridade, sobrevivem na forma de fragmentos, resíduos de outros tempos, suportes materiais da memória, marcas do passado inscritas no presente. Estas camadas de resíduos materiais convivem com outras, também compostas por camadas sucessivas, contudo menos

[150] BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA (Org.), *Encontros com a História*. p. 11-45.

> perceptíveis ao olhar, embora não menos importantes para a elaboração de uma identidade. Trata-se das memórias diversas [...] constitutivas do viver em cidades, ambiente da urbanidade" [151].

Como podemos perceber, Bresciani distingue dois tipos de testemunhos referentes à experiência nas cidades, as estruturas materiais e as memórias relativas à vida urbana.

Considerando inicialmente aquele estrato material das cidades, poderíamos pensar numa decapagem dos espaços urbanizados, com a intenção de revelar os sucessivos arranjos espaciais do território urbano ou a sobrevivência e a convivência de diferentes técnicas e estilos construtivos na área urbanizada, ou ainda, o levantamento das transformações – permanências e rupturas, sobrevivências e lacunas – observáveis na área urbana de São Paulo, por exemplo.

Entretanto, como lembrou Maria Stella Bresciani, as camadas físicas da temporalidade urbana apenas sobrevivem de forma fragmentada, raramente oferecem elementos suficientes para a análise de experiências citadinas no passado.

Como alternativa, nos restaria a abordagem daquela segunda ordem de testemunhos, camadas sucessivas de memórias, leituras subseqüentes da cidade, efetuadas em contextos diferenciados e portando suas próprias representações do espaço urbano.

Para tanto, um recurso disponível seria a análise dos relatos de memorialistas das duas décadas finais do século dezenove. De fato, Bresciani sugere, com base em tais documentos, que os autores daquele período enfatizaram uma clivagem entre as partes "nova" e "velha" da cidade de São Paulo, separadas pela construção de uma "alteridade" definida "no contraste entre as lembranças fragmentadas do passado e o crescimento e mudança rápidos no presente"[152].

Tal contraste, afirma a autora, era parte constitutiva das representações da cidade, testemunhando o "... momento em que ela se deixou levar pela voracidade dos tempos modernos..." ou, mais contundentemente, já "... participa do circuito internacional, entra na história, em suma..."[153].

Nas proposições acima, alguns elementos chamam nossa atenção. O primeiro deles se refere especificamente à idéia de alteridade, que exprime, basicamente, uma comparação[154]. No

---

[151] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 11.

[152] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 28 e 29.

[153] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 30.

[154] De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, a noção de *álter* implica na elaboração de um conceito que

caso das leituras da cidade de São Paulo recuperadas por Bresciani, o pólo negativo da comparação se constitui a partir da "... imagem do burgo de contornos coloniais, acanhado, a mover-se numa letargia provinciana [...] contrastada com a da cidade que se desdobra, modificada pelo ritmo rápido do crescimento..."[155].

Longe de ser uma interpretação pontual, como já indicamos, a desvalorização historiográfica do ambiente urbano colonial nos parece antes um procedimento recorrente. Com efeito, São Paulo tem sido repetidamente tomada como o exemplo de cidade que apenas abandonaria o estigma colonial no limiar do século vinte, deixando então de ser outro daqueles "... locais episódicos de encontros, marcados essencialmente pela vida administrativa e religiosa..."[156], quebrando, enfim, o marasmo colonial, numa transição para uma atmosfera de valores superiores[157].

A força dessa idéia, como vimos, deve-se em grande parte à construção de uma mitologia paulista e à adoção de modelos urbanísticos europeus, durante o século dezenove, implicando no reconhecimento e na negação dos elementos próprios ao urbanismo colonial. Além disso, a oposição aparentemente necessária entre o colonial e o moderno, em nossa opinião, mantém válidos alguns compromissos assumidos por historiadores da cidade de São Paulo, no mesmo período.

Lembremo-nos, pois, da seqüência freqüentemente estabelecida entre os processos de fundação da vila, da dispersão de seus habitantes pelo sertão e, por fim, de reorganização da cidade, na segunda metade do século dezoito, anteriormente comentados. Esta seqüência que sugere um veio interpretativo cujas premissas centrais não se comprometem especificamente com a dinâmica da vida urbana paulistana, mas sim com a participação de São Paulo na colonização e na gestação de um sentimento de nacionalidade ou, com sua inserção no "circuito internacional"[158]. Não

---

permite a distinção entre um indivíduo e os demais.

155 BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 29.

156 Cf. LANNA, Ana L. Duarte. *Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913.* São Paulo: USP, 1994. Doutorado em História. p. 6 e 10.

157 O ritmo supostamente lento atribuído à vida em Colônia chegou a ser comparado ao de uma sociedade "cristalizada", que se tornaria "instável" somente após a introdução da mão de obra livre imigrante. Cf. LOBATO, Monteiro. Breve explicação. In: BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes.* São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. X.

158 BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 30.

pretendemos aqui negar a importância desses processos mas alertar para a necessidade de encará-los como partes do contexto no qual ocorreu o desenvolvimento urbano paulistano, e, principalmente, como influências presentes na leitura de sua experiência colonial.

Nesse sentido, é oportuno destacar um segundo elemento interessante que nos parece estar envolvido na discussão efetuada por Maria Stella Bresciani e que se aparta da polêmica entre o moderno e o colonial para aproximar-se do "viver em cidades, ambiente da urbanidade"[159]. O viver em cidades e a urbanidade, para utilizar as expressões da autora, pressupõem componentes materiais e mentais. E, uma vez que a materialidade do passado urbano colonial, como dito acima, se apresenta fugidia, restam-nos apenas as impressões de um viver em cidades que não mais existem, a não ser como fragmentos físicos ou como memórias igualmente parceladas.

Conseqüentemente, e na medida em que nossa decisão de abordar a experiência urbana colonial a partir de sua configuração física esbarra na exigüidade dos testemunhos materiais disponíveis, resta considerar a maneira como tal configuração foi representada para comparação com aquelas que a sucederam.

De fato, os depoimentos consultados por Maria Stella Bresciani evidenciam que o confronto entre esses arranjos espaciais, a alteridade entre o moderno e o colonial, faz da São Paulo pretérita, quando muito, uma "cidade invadida", ameaçada por uma "... suposta perda de sua identidade original, uma espécie de corrupção ou contágio, externo e estranho a ela, a modificá-la esteticamente, [...] inserindo-a enfim no movimento em direção às exigências do 'progresso' e 'preconceitos da civilização' "[160].

Assim, a São Paulo colonial, vista pelos memorialistas do final do século dezenove, teria sido, na melhor hipótese, vítima de um processo de transformação de sua "identidade original", em grande parte associada a uma determinada organização espacial ou estética: a cidade colonial.

Nesse mesmo sentido, é muito mais freqüente e menos amena a imagem da São Paulo colonial como embrião da futura metrópole, que se destaca na obra de Richard Morse, na qual a evolução paulistana demonstra uma transição entre a "comunidade" e a "metrópole". Comunidade que remete à cidade de São Paulo por volta de 1820, com "... seu tamanho limitado; seu relativo

---

[159] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 11.

[160] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 24.

isolamento e provincianismo; a modesta economia de subsistência de seus arredores, refletindo-se na configuração urbana e na vida dos habitantes; a importância das relações pessoais; a unidade devida aos ritos e festejos de uma mesma fé...". Metrópole que, surgindo em meados do século vinte, define uma "... ordem urbana que extravasou os limites da cidade para reordenar as instituições de uma ampla zona rural...", estabelecendo uma relação de "... interdependência econômica [...] não [...] necessariamente acompanhada pela visão social, o planejamento regional e a reorganização política"[161].

Uma vez mais, a polarização entre o colonial e o moderno utiliza elementos que retratam a vida urbana colonial a partir da precariedade e do isolamento. No caso das considerações de Morse, essa leitura do passado colonial da cidade vincula-se claramente à ênfase das características da metrópole que o sucedeu, no início do século vinte: a dissolução dos compromissos pessoais ou comunitários e a afirmação de relações de interdependência econômica como articuladoras da organização espacial e social, local e regionalmente.

Justamente em função de interpretações como a de Morse, é interessante retomar a idéia de Bresciani a respeito das temporalidades que compõem o conhecimento sobre as cidades. De acordo com a autora,

> "... há [...] um [...] tempo cuja textura se compõe de transmissões de memórias [...]. Tempo que constitui lugares, que torna os espaços vazios insuportáveis, uma ausência a subverter nossa concepção de urbano, lugar do pleno, do preenchido, por excelência" [162].

O trecho acima nos remete à idéia anteriormente discutida de que, na maioria das vezes, o historiador dispõe apenas de testemunhos urbanos sobre as cidades e sobre seus opostos, tais como o campo ou o sertão. Além disso, nos alerta para a possibilidade de não apenas o local do discurso mas também sua temporalidade deve ser considerada na abordagem da vida urbana. De fato, conceber a sobreposição de tempos ou memórias como constituinte de lugares – sejam eles referentes a espaços físicos ou aos sujeitos do discurso – nos parece ser fundamental para a compreensão da experiência urbana, qualquer que seja seu recorte espacial ou cronológico.

---

[161] MORSE, *Formação histórica de São Paulo*. p. 24.

[162] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 12.

No caso da análise de Richard Morse, por exemplo, é o fenômeno da metropolização paulistana que nos parece tornar superado, e, portanto negativamente concebido, o passado colonial da cidade.

Passamos, portanto, a considerar essa sobreposição temporal cada vez mais importante na medida em que, como procuramos demonstrar, a análise da vida na São Paulo colonial pautou-se, em diferentes momentos, por critérios alheios ou externos à própria cidade, ora tomada como centro para a adaptação e a expansão dos colonizadores, ora como ponto nevrálgico para a formação do território e do sentimento nacional, ou ainda, como local despovoado e dependente do ambiente rural, repleto de desclassificados[163], mas que, ao mesmo tempo, permitiu assimilar, através de sua própria negação, a cidade moderna, civilizada, posterior ao século dezenove[164].

Por isso mesmo, não podemos deixar de considerar que, assim como uma sucessão de memórias, tais camadas interpretativas expressam diferentes concepções de urbano – como aquela que, de acordo com Maria Stella Bresciani, valoriza os espaços preenchidos, o traçado retilíneo, a salubridade, entre outros aspectos[165]. Essas concepções são capazes de constituir lugares: tanto o lugar físico, o espaço da cidade, positiva ou negativamente avaliado, mas também o lugar do observador que procede a sua avaliação. Trata-se, pois, dos resultados de processos de produção social e cultural do espaço, que devem ser necessariamente contextualizados.

Nesse sentido, ressaltamos a posição de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, para quem

> "... as representações urbanas não são mera conversão de um fato urbano [...] a uma forma representativa dele. Nessa perspectiva, tal fato urbano teria uma exterioridade radical em relação ao agente social, ao habitante da cidade, que funcionaria como um reles codificador. [...] As representações urbanas [...] teriam que ser entendidas como *componentes da prática social global*. Não se trata de imagens como reflexos *a posteriori* de uma realidade objetiva. Trata-se de imagens imbricadas na prática (cotidiana) do espaço urbano" [166].

---

[163] Para lembrar da opinião de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. p. 281-284.

[164] Cf. BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 18-19.

[165] Cf. BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 32-34.

[166] MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática do imaginário urbano. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano XXX, n. 171, outubro/ dezembro 1988. p. 329.

Veja-se assim que o engendramento dessas noções de urbano, de urbanidade ou de vida nas cidades – influenciado por um contexto histórico e por uma exposição cotidiana ao espaço urbanizado, principalmente num momento de afirmação social e material de um novo arranjo espacial, como sugerem as memórias analisadas por Bresciani – orienta-se pela observação dos elementos materiais da cidade e a seleção daqueles que serão valorizados ou não. Nesse caso, compreende-se a negação dos componentes coloniais de São Paulo em função do movimento ou do progresso que negavam, aos olhos dos memorialistas da cidade, no início do século XX.

A esse respeito, o desenvolvimento da metrópole paulistana referenciou parte da produção acadêmica a respeito da cidade, que, como percebeu Bresciani, não estava desvinculada da percepção da experiência urbana naquele momento e nem se furtou às opções que discriminaram os elementos urbanísticos velhos e residuais dos novos e promissores[167].

Assim, é relevante analisarmos algumas posições presentes na produção de geógrafos que se dedicaram ao estudo da cidade de São Paulo, tais como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig[168]. A respeito dessas concepções, atentemos para as palavras de Monbeig, na aula inaugural do curso de Geografia Humana na Universidade de São Paulo.

> "... o geógrafo opera na realidade. Isto [...] leva a uma observação essencial, a saber, que o campo de estudos do geógrafo é a paisagem [...]. A todos é possível 'ver' a paisagem [...]; [...] o geógrafo a 'explica', lhe compreende o sentido e a realidade naquilo que apresenta de mais vivo e mais concreto" [169].

A proposta de Monbeig é clara: cabe ao geógrafo o estudo da paisagem, em sua forma visível, tangível, material. Concreta, essa paisagem pode ainda ser observada em duas condições,

---

[167] Cf. BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 36.

[168] Colaboradores na fundação da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo e principais responsáveis pela orientação impressa à sua produção acadêmica inicial, os dois geógrafos partilhavam de concepções da ciência geográfica cujos pressupostos podem ser percebidos já na primeira geração de geógrafos brasileiros formados por aquela instituição e responsáveis por vários estudos sobre a cidade de São Paulo. AZEVEDO, A geografia em São Paulo e sua evolução. p. 49/50.

[169] MONBEIG, Pierre. *Ensaios de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940. p. 12/13. Note-se, aliás, a associação operada pelo autor entre a idéia de civilização e o domínio da natureza.

uma natural e outra cultural, sendo esta última concebida como o resultado da atuação de grupos humanos sobre o meio natural, como "reflexo da civilização"[170]. Tal objeto nos é apresentado de forma semelhante por Deffontaines, que justifica uma geografia humana a partir do momento em que ela tenha por "... domínio o estudo das obras dos homens sobre a Terra, do trabalho visível, tangível [...], realizado pela caravana humana que se desloca na superfície do globo..."[171].

Como é possível notar, os dois autores aparentemente voltaram suas atenções para a paisagem, definida como resultado material da atuação humana. Essa orientação, mais ampla, adquiria um "... caráter eminentemente sintético [e interdisciplinar] nos inquéritos da geografia urbana..."[172], disciplina que nos interessa particularmente. E é do próprio Monbeig a definição a seguir apresentada, sobre o estudo das cidades.

> "Para ele [o geógrafo], a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano; qual é este solo, quais são estes homens, eis as primeiras indagações [...]. Mas, como a situação presente é apenas um momento numa longa série evolutiva, e não poderia ser interpretada convenientemente sem a reconstrução desta série, convém transpor nossas indagações ao passado; qual era este solo que a obra do homem tem freqüentemente modificado e quais foram estes homens?"[173]

A cidade, como podemos verificar, ocupa um papel central na geografia humana de Deffontaines e Monbeig, por objetivar de forma singular as intervenções humanas sobre a paisagem primitiva ou o mundo natural. Entretanto, este "changing environment"[174] só pode ser compreendido numa duração, num processo histórico. É justamente nessa confluência entre as alterações do meio e a historicidade da atividade humana, entre os olhares do geógrafo e o do historiador, que começam a se nos apresentar alguns problemas interessantes para as análises dos valores atribuídos ao espaço urbano e à natureza, sobretudo no período colonial.

---

[170] MONBEIG, *Ensaios de Geografia Humana brasileira*. p. 241.

[171] DEFFONTAINES, Pierre. Posições da Geografia Humana – Por que Geografia Humana? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 32, julho/1959. p. 3.

[172] MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957, p. 34.

[173] MONBEIG, *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. p. 34.

[174] Cf. MONBEIG, *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. p. 35.

Consideramos, pois, interessante verificar quais seriam, na opinião de Monbeig, as etapas ideais de um estudo de geografia urbana. De início, sugere o autor, deve o geógrafo se dedicar ao "... estudo do quadro natural em que [...] cresceu a cidade...", fazendo "... tábula rasa de tudo o que os homens puderam acrescentar ao cenário natural [...] e restabelecer, no sentido que os arqueólogos [...] empregam este termo, a paisagem natural tal como era no tempo em que o núcleo urbano começou a se desenvolver..."[175].

Numa segunda etapa, continua Monbeig, o estudo do quadro natural deve se restringir aos estudos da "situação" e da "localização"[176] urbanas, através dos quais obteríamos dados, principalmente topográficos, a respeito da inserção da cidade em sua região; com isso, poderíamos compreender as formas assumidas pela área urbana. Em seguida, o pesquisador deve tentar uma "classificação urbana", entendida como a análise "... de que vantagens dispôs o homem para estabelecer a cidade...", de "... como essas condições locais auxiliaram ou entravaram o desenvolvimento da cidade..." e da "... forma material que ela imprime na paisagem..."[177].

Esse roteiro continua ainda com uma análise da "evolução do espaço", através das plantas da cidade, e com um estudo da massa humana, de sua composição étnica, profissional e de classes. Contudo, mesmo tão detalhado, o plano de Monbeig nos parece ter se esquecido de uma idéia importante, postulada, a propósito, pelo próprio autor: a de que a geografia parte da observação da paisagem concreta, analisando-a em suas alterações no decorrer do tempo.

De fato, como cumprir todas as etapas acima previstas senão a partir da cidade que se observa no presente? Como retroceder ao passado, nesse caso, sem estar necessariamente preso aos elementos que dele tenham sido preservados ou à sua relação com a dinâmica da área efetivamente observada? Por fim, uma vez que tanto Deffontaines quanto Monbeig consideraram o processo de transformação do meio como a base do estabelecimento dos objetos de uma geografia humana, de que forma retroceder a tal situação primitiva sem negar os apoios básicos da disciplina que se pretendia então afirmar?

---

[175] MONBEIG, *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. p. 37-38.

[176] Cf. MONBEIG, *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. p. 38.

[177] MONBEIG, *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. p. 39.

Uma possibilidade talvez tenha sido apontada por Deffontaines ao afirmar que a originalidade de tal geografia humana é o desejo de "... traçar em definitivo o papel paisagístico, visível, do pensamento..."[178]. Assim sendo, talvez se buscasse chegar até um determinado modo de apreender, no passado, o ambiente natural ou urbano e, com isso, à compreensão de suas transformações e a uma idéia de seu estado primário.

Essa idéia, que nos parece bastante apropriada, não encontrou resolução nos primeiros geógrafos brasileiros formados pelos mestres franceses, o que talvez possa ser parcialmente explicado pela sedução da metrópole que então se impunha. Nesse contexto, destaca-se o trabalho de Aroldo de Azevedo que, em *Vilas e cidades do Brasil colonial*, comenta o relevo, a vegetação, a distribuição populacional, as áreas de urbanização, os tipos de cidade e suas funções, as características urbanísticas, contemplando, enfim, boa parte do roteiro sugerido por seus mentores e aplicando-o a todo o território brasileiro, do século dezesseis ao dezenove.

Infelizmente, conclui o autor, aparentemente contrariado:

> "Na verdade - tudo parece indicar - a concessão do título de cidade a um aglomerado urbano, no período colonial, não constituía um atestado de sua importância demográfica, social ou econômica. Traduzia, muitas vezes [...] mera honraria [...]. Diante disso, somos forçados a reconhecer que o papel hoje representado pelas cidades o era, na época, indiferentemente, pelas *cidades* e pelas *vilas*"[179].

Curiosamente, após cumprir todo o processo tido como ideal por seus professores franceses, Azevedo constata a precariedade do urbanismo no período colonial. Com isso, deixa uma dúvida: não teria o homem transformado o meio natural a ponto de lhe atribuir valor urbano? Não cremos que essa seja uma possibilidade razoável. Antes, tendemos a considerar que o contexto e o lugar de onde se anuncia a produção do autor estejam na raiz de sua conclusão, idéia que se torna ainda mais plausível se considerarmos um outro trabalho de Azevedo, a respeito da cidade de São Paulo.

---

[178] DEFFONTAINES, Posições da Geografia Humana – Por que Geografia Humana? p. 15.

[179] AZEVEDO, *Vilas e cidades do Brasil colonial*. p. 87.

Organizada como parte das comemorações do quarto centenário paulistano, a coleção *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*[180], dirigida por Aroldo de Azevedo, se deteve meticulosamente ao plano metodológico sugerido por Monbeig e Deffontaines. O planejamento de seus quatro volumes previa o estudo da região onde se desenvolvera a cidade, a análise de sua evolução urbana e a discussão de aspectos econômicos e espaciais da área central, dos bairros e dos subúrbios da metrópole[181], sempre com a preocupação de explicar como "... a cidade, que durante três centúrias permanecera enclausurada num âmbito que não tinha mais que um km de raio, passou a atingir, através de seus tentáculos, distâncias de 15 a 20 km em relação a seu centro..."[182].

Perceba-se que o objetivo central dos esforços conduzidos por Azevedo era compreender a maneira pela qual a pequena cidade colonial tinha dado origem à metrópole quadricentenária, embora esta tivesse eclodido há apenas algumas décadas. Tratava-se, pois, de desvendar as origens coloniais do papel então representado pela metrópole. Natural, portanto, que o referencial de observação previsto no projeto fosse a cidade efetivamente disponível para o olhar dos geógrafos nele envolvidos, ou seja, a São Paulo da década de 50. Compreensível, assim, o comentário introdutório à análise da São Paulo colonial, no segundo volume da obra, dedicado à evolução urbana paulistana.

> "Quem das alturas contempla o compacto casario da metrópole de São Paulo, quem examina o mosaico de seu levantamento aerofotográfico ou simplesmente desdobra a planta da cidade atual, fica perplexo e quase não acredita que esse imenso bloco urbano, contanto já quatro séculos de existência, veio a expandir-se há somente pouco mais de sessenta anos. Fascinante tarefa [...] a de quem, através de sucessivas abstrações, se abalance a remontar o passado, numa tentativa de reconstituição, o mais possível e honesta, dos diferentes estádios desse crescimento realmente prodigioso" [183].

---

[180] AZEVEDO, Aroldo de (Org.) *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

[181] Cf. AZEVEDO, *A cidade de São Paulo.* v. 1, p. XVI e XVII.

[182] AZEVEDO, *A cidade de São Paulo.* v. 1, p. 10.

[183] SILVA, Raul de Andrada e. São Paulo nos tempos coloniais. In: AZEVEDO, *A cidade de São Paulo.* v. 2, p. 5.

Como podemos notar, a cidade que se pretende explicar é, sempre, a de meados do século vinte. É ela, em última análise, que direciona o olhar retrospectivo do geógrafo/historiador em sua busca pelo passado colonial – não por acaso adequado à seqüência entre a fundação, a expansão, e a reorganização de São Paulo, antes comentada – e que possibilita localizar a cidade que "... despedia-se [...] do período colonial, em busca do surto de progresso político, cultural, social, econômico, demográfico e urbano, que lhe caracteriza a história, desde a segunda metade do século XIX"[184].

Nesse caso, a concepção de paisagem enquanto resultado material e visível das transformações do meio nos parece demonstrar suas limitações. Aplicável apenas à metrópole que atraía os olhares, ela somente permitia aos geógrafos uma imagem abstrata, conveniente e retrospectivamente forjada da cidade colonial.

E o termo abstração realmente nos parece ser o mais apropriado para definir a imagem então obtida da São Paulo colonial, menos por um caráter imaginativo ou desprovido de vínculos com dados empíricos, do que por sua origem hipotética, absolutamente comprometida com a metrópole que se podia mapear, fotografar e medir, das mais diversas maneiras. Melhor do que isso, "sucessivas abstrações", como propôs Raul de Andrada e Silva, seriam necessárias para que se pudesse, a partir da metrópole, vislumbrar a São Paulo colonial.

Considerando as limitações acima indicadas, cabe-nos, a esta altura, resgatar a idéia de Maria Stella Bresciani, para quem o tempo *constitui*, e não *reconstitui* lugares, aliando-a a proposta de Ulpiano T. Bezerra de Menezes, que sugere considerar tal constituição de lugares como resultado de uma prática social que pressupõe sujeitos historicamente contextualizados. Isso nos permitiria, enfim, abordar as sucessivas representações do espaço urbano paulistano a partir de um conceito ampliado de paisagem, que compreenderia um acúmulo de tempos, como propõe Milton Santos, no trecho abaixo.

> "Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção de espaço, essa acumulação é diferente [...].

---

[184] SILVA, São Paulo nos tempos coloniais. In: AZEVEDO, *A cidade de São Paulo*. p. 44.

A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade."[185]

A opinião de Milton Santos é elucidativa em relação à paisagem enquanto uma configuração transitória do espaço, variável em função das necessidades e do desenvolvimento de um grupo social determinado e que, por isso, define-se temporalmente. Dessa maneira, uma paisagem se nos apresentaria como a apreensão histórica ou socialmente produzida de um determinado arranjo espacial.

Compreensível, assim, que os escritos dos memorialistas paulistanos do final do século dezenove e início do vinte, permitam detectar duas imagens de São Paulo. A primeira é aquela que "... se fixa no passado como história ainda apreensível nos traços materiais do centro antigo...". Essa paisagem retrospectiva "... contrasta com a nova que se fixa visualmente como o resultado da ação do homem..." e que "... é referida à operosidade dos seus habitantes", privilegiando "os números, dados e dimensões [que] apoiam a elaboração da potência dos homens paulistas...", como percebeu Bresciani[186].

Note-se, contudo, que a primeira dessas paisagens se refere principalmente a elementos coloniais e nos parece ter sido constituída como o contraponto necessário para a segunda, na qual o trabalho ou as cifras implicam na idéia de modernidade. Esta, por sua vez, abriga uma determinada concepção de "viver em cidade" na qual a ânsia pelo preenchimento dos vazios faz de São Paulo, nas palavras de Bresciani, cidade "*sublime pela condição de artefato, negação, domesticação da natureza*"[187].

Mais uma vez, as sugestões da autora se nos apresentam ricas, sobretudo no que se relaciona às maneiras de apreensão do espaço e da experiência da vida urbana. Entretanto, nos questionamos, a princípio, sobre a maneira de interpretarmos tais representações da cidade, uma vez que, em nosso entender, é preciso identificar a que cidade ou a que momento se reportariam.

---

[185] SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 38.

[186] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 20.

[187] BRESCIANI, Imagens de São Paulo: estética e cidadania. p. 20.

De acordo com Milton Santos, "... a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos..."[188]. Nesse caso, as imagens ou as concepções urbanas acima apresentadas denotariam apenas uma paisagem representativa da São Paulo moderna, uma vez que o conjunto dos elementos materiais relativos à organização urbana colonial apenas seria capaz de servir como contraponto à cidade que se deseja afirmar, pois estaria limitada pelo acesso sensorial a uma percepção visual incompleta.

Mas, refinando sua definição, Milton Santos nos permite avançar em relação a essa situação, na medida em que considera que uma paisagem "... não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições..."[189] sendo também "... uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas..." ou "... um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço..."[190].

Neste caso, de acordo com o autor, os testemunhos materiais do passado colonial paulistano seriam indícios cujas peculiaridades técnicas nos permitiriam conceber uma determinada relação entre o homem e o espaço, na Colônia.

Ainda que essas proposições de Milton Santos nos reportem, à primeira vista, às idéias de Monbeig e Deffontaines, no que se refere à paisagem como o resultado da transformação do meio pela ação humana, elas permitem um avanço significativo, uma vez que identificam vínculos entre a produção do espaço e a sociedade que a opera. Nessa direção, nos diz o autor, "... as formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre o desgaste dos materiais...", mas também sofrem de um "... envelhecimento social [que] corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas..."[191]. Isso nos permite compreender, em parte, a constituição – e não a reconstituição – e também a destruição do espaço colonial, na São Paulo do início do século vinte.

A esse respeito, vale considerar a conclusão de Luiz Ricardo Centurião, após longa análise da urbanização no período colonial brasileiro:

---

[188] SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 62.

[189] SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado*. p. 66.

[190] SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado*. p. 68.

[191] SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado*. p. 70.

> "... a mentalidade própria da modernidade no Brasil, e o desejo de modernização que a acompanha, encontrando um de seus campos de expressão mais visível no quadro urbano brasileiro, constituiu a oposição a um passado marcado, na sua ótica, pela falta e pela negatividade. Tal fato [...] inscreve a cidade brasileira num processo constante e ininterrupto [...] de desconstrução e reconstrução contínuas" [192].

Considerando essa renovação constante do tecido urbano das cidades brasileiras, não poderíamos pensar, a princípio, numa paisagem paulistana colonial, engendrada no início do século vinte, mas sim numa representação social do espaço paulistano naquele momento, se afirmando como negação da São Paulo colonial, antagônica à cidade que podia ser de fato observada. Ou, no caso da representação produzida em torno da São Paulo colonial, talvez pudesse ser considerada como a paisagem colonial, como se apresentava aos homens que a ela se referiam, nas últimas décadas do século dezenove e no início do vinte.

Ao mesmo tempo, e justamente em função do envelhecimento social das formas urbanas e de sua sucessiva reconstrução, tendemos a concordar com a posição defendida por Paul Claval, para quem, embora o homem apreenda o mundo sensorialmente, tais sensações são estabilizadas por um "... universo mental que se interpõe entre as sensações recebidas e a imagem construída..." ou por "representações"[193], que dão origem a valores e instituem uma ordem normativa". Nos parece válida, portanto, a idéia de que "... os homens não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele..."[194].

Nesse sentido, o conceito de paisagem apenas nos parece completo quando, além de interpretado como uma leitura ou representação social do espaço, como buscamos indicar a partir das propostas de Bresciani, Meneses e Santos, incluir também o caráter de "... matriz e marca da cultura: [...] matriz, visto que a organização e as formas que estruturam a paisagem contribuem para

---

[192] CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial no Brasil.* Porto Alegre: PUCRS, 1999. p. 336.

[193] CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 93.

[194] CLAVAL, As abordagens da geografia cultural. p. 94

transmitir usos e significações de uma geração a outra; marca, visto que cada grupo contribui para modificar o espaço que utiliza e gravar aí os sinais de sua atividade..."[195].

A partir dessa concepção, cremos, torna-se possível compreender os processos de transformação do meio não só em seus aspectos técnicos ou materiais, mas também culturais. E, mais importante, instaura-se uma possibilidade para considerarmos o universo urbano – e natural – paulistano não através de uma retrospecção guiada pela apreensão posterior das áreas urbanas envolvidas, como na geografia retrospectiva de Aroldo de Azevedo, ou de uma reconstrução das paisagens pretéritas a partir de um inventário das técnicas disponíveis, como formulou Milton Santos, ou das representações entusiastas ou ressentidas da modernidade, como nos relatos de memorialistas avaliados por Maria Stella Bresciani, mas sim a partir do universo simbólico ou mental, e também técnico, dos homens ou da sociedade que se toma por objeto.

Com essa perspectiva, a investigação das imagens atribuídas à São Paulo colonial – tais como aquelas elaboradas pelos memorialistas ou geógrafos das primeiras décadas do nosso século – se nos apresenta como maneira interessante de compreender a experiência urbana paulistana naquele momento e de avaliar a produção de paisagens imaginárias relativas à cidade colonial. Conseqüentemente, a ambição de apreender as paisagens paulistanas de final do século dezoito ou início do dezenove impõe a necessidade de, na medida do possível, desvendar o universo mental da administração e/ou da população da cidade naquele período, buscando enfocar sua relação com as diferentes formas de organização espacial de forma socialmente significativa.

E note-se que o plural aqui é importante uma vez que, como afirmou Milton Santos, "... não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo..."[196]. Assim, um primeiro passo importante nos parece ser o inventário e a análise das categorias empregadas na organização espacial paulistana, a partir da segunda metade do século dezoito. É hora, enfim, de adentrarmos os limites paulistanos setecentistas.

---

[195] CLAVAL, As abordagens da geografia cultural. p. 102.

[196] SANTOS, *Pensando o espaço do homem*. p. 41.

Capítulo 2

A cidade à distância

Querida São Paulo, hoje tão orgulhosa de tuas espléndidas conquistas,
é com um sorriso de ironia que nos lembramos da vida
singela e austera que então levavam os teus filhos.

Maria Paes de Barros

I. O mapa da cidade

A iniciativa de recuperar os possíveis limites e significados das diversas áreas que compunham a São Paulo das décadas finais do século dezoito esbarra na ausência de registros gráficos que nos seriam de grande utilidade para a apreensão das formas de organização do espaço urbano paulistano. Para compensar esse hiato recorreremos ao que, em nossa opinião, mais se aproxima de um registro documental da organização espacial da cidade no período: seus recenseamentos e mapas de população. Esse procedimento, entretanto, requer cuidados como a consideração dos motivos envolvidos e dos critérios utilizados na elaboração desses documentos, o levantamento do material disponível e a adoção de instrumentos que permitam o manuseio das informações coletadas.

Além disso, é importante ressaltar que, embora utilizados nas páginas que se seguem como alternativa aos mapas ou plantas da cidade, os recenseamentos coloniais não serão empregados para uma análise da dinâmica da população[1]. Mesmo não se tratando de registros imagéticos, tais documentos serão aqui explorados como potenciais fontes de informações que nos permitam entender a organização espacial paulistana e as possíveis formas de sua apreensão pela população e pela administração local, no período abordado.

Cabe, portanto, em nossa opinião, aplicar a essa documentação as sugestões de J. B. Harley, para quem uma das possibilidades de tratamento teórico da cartografia é considerar o conhecimento nela apresentado como um produto social, o que apontaria para duas possibilidades de sua interpretação: a primeira, derivada das propostas de Foucault, concebendo os mapas como

---

[1] Apesar da utilização de dados quantitativos disponíveis nos recenseamentos, eles não serão tratados de forma a contemplar o tamanho, a composição, a evolução ou o crescimento da população, num determinado contexto histórico, como no trabalho de Marcílio, nem para o acompanhamento demográfico de famílias, como sugere Nadalin. Conseqüentemente, não serão aqui adotadas as orientações que, de acordo com Rodolfo Chena, constituem a metodologia de pesquisa em demografia história proposta por Louis Henry, aliás, utilizada por Marcílio. Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 59. NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994. Ver Capítulo 1. CHENA, Rodolfo. La población de una parroquia novo-hispana del siglo XVIII: Santa María de la Presentación de Chilalpa. *Estudios demográficos y urbanos*, México, v. 7, n. 1, enero-abril, 1992. p. 170.

formas de poder e de vigilância, e a segunda, resultante das análises de Giddens, enfocando a confecção de mapas como parte do processo de retenção e controle do conhecimento pelo Estado[2].

Segundo Harley, o interesse pela contagem da população é um dos processos que se destaca na administração pública; esse recurso, de fato, foi utilizado na Capitania de São Paulo, no período posterior a 1765.

E, a respeito desse período, é fundamental lembrarmos que, entre 1750 e 1777, Portugal esteve sob o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal. Kenneth Maxwell[3] ressalta na atuação pombalina os seguintes aspectos: restabelecimento do controle português sobre as riquezas que convergiam para Lisboa em decorrência da colonização[4]; utilização de mecanismos econômicos mercantilistas para promover a acumulação de capitais e sua retenção na economia interna de Portugal[5]; centralização de poder a partir de reformas administrativas[6]; implantação de um reformismo no ensino, com vistas à formação de "funcionários ilustrados" para o Estado e a Igreja[7]; redução da influência dos jesuítas nos domínios portugueses, em favor do aumento da miscigenação, do crescimento populacional e da proteção das fronteiras coloniais[8]; a militarização de Portugal juntamente com a redução de sua dependência de suas defesas relação às armas da Inglaterra[9].

Em relação ao povoamento e à defesa das áreas portuguesas, certos acontecimentos[10] que marcaram a atuação do Marquês de Pombal no Reino se fizeram sentir intensamente também no

---

[2] Cf. HARLEY, J. B. Maps, knowledge and power. In: COSGROVE, Denis and DANIELS, Stephen. *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, 1997. p. 279.

[3] MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

[4] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 95.

[5] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 67-68.

[6] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 98.

[7] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 104-110.

[8] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 53-54.

[9] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 120-122.

[10] De acordo com Maxwell, as invasões espanholas ao território de Portugal, em 1762, demonstrariam ao ministro o despreparo das defesas do Reino. Controladas as pretensões da Espanha com a ajuda das forças inglesas, Pombal empreendeu uma campanha para melhoria das defesas portuguesas, contando, para isso, com a assessoria de Graf

Brasil. Foi assim que, em 1763, logo depois de contornada a ameaça espanhola a Portugal, Pombal passou a preocupar-se com a defesa da Colônia: transfere a sede do governo colonial para o Rio de Janeiro e, em 1765, restaura a Capitania de São Paulo, que após um período de submissão ao governo da Capitania do Rio de Janeiro volta a possuir um governador próprio, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus[11].

Nas instruções recebidas do ministro de D. José I destacavam-se, segundo o próprio governador e capitão-general enviado a São Paulo, "... três pontos principais [...]: defender as fronteiras; [...] povoá-la, para que possa defender-se por si mesma e [...] tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descobertos neste vasto continente..."[12]. Estas preocupações, por sua vez, se desdobrariam numa série de iniciativas características do governo de D. Luís Antônio de Sousa, com destaque para a militarização[13] e a urbanização[14] da capitania. Tudo isso vinculado a uma mesma finalidade: a defesa dos territórios ao sul da Colônia contra uma possível invasão espanhola.

A implantação dos recenseamentos sistemáticos[15] na Capitania de São Paulo deu-se, portanto, com interesses eminentemente militares e seus critérios, que foram insistentemente apregoados por D. Luís Antônio de Sousa e por seus sucessores, podem ser observados nos documentos abaixo.

Lippe, militar inglês que havia conduzido a luta contra a Espanha. Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 119-122.

[11] Considerado por Maxwell como parte grupo de parentes e amigos que assessoraram a administração pombalina, D. Luís Antônio de Sousa também teria sido nomeado para o governo de São Paulo em função de já ter trabalhado anteriormente com Graf Lippe, condutor das reformas militares de Pombal. Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 116 e 126.

[12] MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. *Governo do Morgado de Mateus no vice-reinado do Conde da Cunha: São Paulo restaurado*. São Paulo, 1938. p. 89. Apud: MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 126-127.

[13] De acordo com Heloísa Liberalli Bellotto, "... o próprio Morgado de Mateus referir-se-ia ao fato de que o fomento agrícola era uma das razões de sua vinda...", embora "... as instruções explicitassem, antes de mais nada, a militarização...". BELLOTTO, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. p. 81-82.

[14] Cf. FLEXOR, Maria H. M. Occhi. *Os núcleos urbanos planejados do século XVIII: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989.

[15] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 77/78

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"Vmce. logo que receber esta [...] fará uma lista de tida a gente de sua Companhia, com os nomes das cabeças de casais e sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor de seus bens, distinguindo os filhos pelo seu nome e idade, tudo na forma do exemplar que remeto [...]."[16]

O texto acima, encaminhado a todas as vilas da Capitania de São Paulo, demonstra o modelo a ser empregado para a contagem da população, e nos permite verificar a ênfase atribuída à estrutura familiar. Mais tarde, em 1797, esses critérios seriam refinados com a introdução da exigência de distinção racial entre brancos, pardos e pretos e com a organização da população em faixas etárias[17]. O cumprimento dessas determinações, contudo, aparentemente não foi facilmente garantido pelos governadores, originando repetidas reprimendas aos responsáveis pelas listas de população.

Assim, no final do século dezoito, ainda eram registradas críticas aos recenseadores locais, uma vez que "... sendo [...] o método de as fazer tão antigo e regular [...] é mais que ignorância mandar [...] um simples resumo dos moradores [...] quando todos eles devem vir descritos por extenso, com as suas idades, filhos, escravos e agregados..."[18]. Mas, se o método tão antigo e regular ainda enfrentava resistências, o que dizer das inovações, como as apresentadas abaixo?

"Desejando Sua Majestade que a esta corte cheguem anualmente noções mui exatas e individuais de cada uma das Capitanias do Brasil foi servida ordenar que se preparassem os mapas que acompanham esta carta e que os remetesse a V. Sa. a fim de que se principie um trabalho por meio do qual se possa chegar ao conhecimento [...] dos habitantes; [...] da ocupação dos mesmos [...]; dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; [...] da

---

[16] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Capitão-mor de São Paulo.* Santos, 30/07/1765. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.* São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. 72. p. 27-28. Doravante DI 72: 27-28.

[17] *Carta da secretaria de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para o capitão-mor de Mogi das Cruzes.* São Paulo, 30/07/1797. DI 87: 9-10.

[18] *Carta da secretaria de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para o sargento-mor de Jacareí.* São Paulo, 31/01/1798. DI 87: 55-56.

importação; [...] da exportação; [...] das produções da Capitania, consumo e exportação das mesmas produções; [...] dos preços correntes dos gêneros; [...] do número de navios que entram e saem."[19]

A princípio, o trecho transcrito nos permite verificar o interesse em informações adicionais àquelas relativas à composição doméstica, antes solicitadas por D. Luís Antônio de Sousa, com ênfase na descrição da exportação e importação de gêneros, de seu consumo e preços. Nesse caso, enquanto as instruções recebidas e divulgadas por D. Luís Antônio de Sousa enfatizavam, como comentamos, a contagem da população, com vistas à melhoria das defesas da Colônia, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, que governou a Capitania de São Paulo entre 1797 e 1802, recebia de seus superiores instruções voltadas principalmente para a vida econômica local.

De fato, o trecho acima citado nos parece sumarizar a política metropolitana em relação ao Brasil, tal como se configurou no período posterior ao Marquês de Pombal, ao mesmo tempo em que reforça, indiretamente, algumas opiniões de Maxwell a respeito do governo do ministro de D. José. Para o autor, a luta contra os espanhóis teria inibido a aplicação das demais reformas pombalinas à Colônia, processo semelhante e simultâneo ao que ocorria nas fronteiras de Goa, área na qual, apesar dos esforços portugueses, as medidas reformistas não se consolidariam[20]. Justifica-se, portanto, a opinião antes comentada de que o governo do Morgado de Mateus em São Paulo teria priorizado os assuntos da guerra ao invés das práticas de fomento econômico.

Mas, com o fim do governo pombalino, a paz com a Espanha ocuparia as atenções da Coroa, ao custo da Colônia de Sacramento, das missões no Uruguai e de áreas fronteiriças[21] (o que talvez possa se justificaria por ter a crise na exploração das possessões orientais ter reservado ao Brasil o peso da manutenção econômica da Metrópole[22]). Ao mesmo tempo, completava-se lentamente a reforma da administração portuguesa pelos intelectuais ilustrados, como desejara

---

[19] *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça.* Mafra, 21/10/1797. DI 89: 43-44

[20] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal.* p. 137-139

[21] Cf. HEREDERO, Laura Santolaya. Sobre el Portugal ilustrado. *Espacio, tiempo y forma,* Madrid, serie IV, tomo 5, 1992. p. 213.

[22] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal.* p. 139.

Pombal, ainda que em benefício de seus sucessores; estes passaram a contar com os resultados dos esforços realizados no sentido de formar funcionários ilustrados para a Coroa[23]. Oportuno, o recurso a esses intelectuais seria motivado pela necessidade de superar as dificuldades impostas pelo impasse no Oriente; para isso, os prossecutores das políticas pombalinas se dedicariam principalmente ao desvendamento e ao aproveitamento dos recursos naturais brasileiros[24].

Entende-se, portanto, que D. Rodrigo de Sousa Coutinho tenha sido o primeiro a cercar-se ostensivamente de intelectuais – em grande número brasileiros e herdeiros das reformas de Pombal – cujos esforços pragmáticos dividiam-se entre o estímulo à produção agrícola colonial (sobretudo de gêneros exportáveis, nativos ou exóticos), a atenção para descobertas mineralógicas e a intensificação do comércio interno e externo brasileiro[25]. Tais esforços caracterizariam, segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, "... o momento em que a *ilustração* portuguesa realmente avançou [...] e passou a agir com objetividade na estruturação de um *novo império*...", através de práticas que eliminassem "... os pontos de atrito entre interesses metropolitanos e coloniais...", e apresentassem a colonização a como uma relação recíproca e interdependente. Portugal favorecia-se como centro natural do comércio entre a América portuguesa e a Europa[26].

Como notamos nas instruções para os recenseamentos paulistanos, essas informações nos permitem inserir a procura progressiva do Estado português por informações pormenorizadas a respeito da economia colonial num momento de sedimentação das reformas implantadas por Pombal. Por sua vez, tal insistência da Coroa na reunião de informações "mui exatas e individuais" sobre seus domínios além do Atlântico demonstra a relação direta entre as práticas metropolitanas e a elaboração dos mapas de população coloniais, que cada vez expressavam os interesses do Reino. Assim, o conhecimento reunido em tais mapas seria de fato produto social, como sugere Harley; se voltarmos nossa atenção agora para a maneira como era organizado ou para as demandas que deveria satisfazer, talvez possamos conhecer melhor os agentes que dele se apropriavam.

---

[23] Cf. MAXWELL, *Marquês de Pombal*. p. 115-116.

[24] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, janeiro/março 1968. p. 113.

[25] DIAS, Aspectos da ilustração no Brasil. p. 117.

[26] LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 64 e 71.

Retornemos, portanto, aos recenseamentos paulistanos posteriores a 1765, para, através deles, tentar apreender a organização espacial da cidade de São Paulo, como se dá a entender a partir dos critérios utilizados por seus administradores.

Resultado das ordens e dos critérios divulgados por D. Luís Antônio de Sousa e um dos mais importantes documentos demográficos relativos a São Paulo, na segunda metade do século dezoito, o recenseamento de 1765 era originalmente composto pela reunião das "Listas da gente que compreende a Cidade de São Paulo e todo seu termo"[27]. Tais listas se referem às contagens da população nas "freguesias" da Cidade, de Santo Amaro, de Cotia, de Conceição dos Guarulhos, de Nazaré, de São João de Atibaia, de Jaguari e de Juqueri.

Na introdução do documento fica também esclarecida a distribuição da "... gente que compreende o distrito da Cidade de São Paulo e seu termo esteve, até o presente, regimentada em Companhias de Ordenança...", a saber, as companhias da Cidade, dos bairros de Nossa Senhora do Ó e Santana, do bairro de Caguaçu, do bairro de São Miguel, das freguesias de Cotia, de Conceição dos Guarulhos, de Nazaré, de São João de Atibaia, de Jaguari, de Juqueri e, ainda, as duas companhias de ordenanças da freguesia de Santo Amaro.

Cidade, *termo*, *distrito*, *freguesia*, *companhias* e *bairros* – qual a contribuição desse conjunto de expressões, utilizado de forma tão sistemática no início do documento de 1765, para a organização do território e da população da São Paulo setecentista?

Primeiramente, é importante ressaltar que tais expressões não denotam características exclusivas da cidade de São Paulo[28]. Ao contrário, a partir da segunda metade do século dezoito, elas apontam para a rotina administrativa envolvida nos recenseamentos efetuados na Capitania[29]: a

---

[27] *Lista das gentes que compreende a Cidade de São Paulo e todo seu termo, de que é Capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso (1765).* DI 62: 7-246. Das listas de população acima comentadas, apenas foram publicadas as referentes à Freguesia da Cidade.

[28] Antes disso, elas testemunham as etapas subseqüentes da apropriação do espaço urbano colonial, desde seu uso comunitário e basicamente religioso até o momento em que adquire valor de mercado, ou, desde que consistia em local pio até constituir-se em patrimônio leigo. Cf. MARX, Murillo, *Nosso chão: do sagrado ao profano* (São Paulo: Edusp, 1989) e *Cidade no Brasil: terra de quem* (São Paulo: Edusp/Nobel, 1991). ABREU, Maurício de Almeida, A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO (Org.), *Explorações geográficas*. p. 197-245.

[29] Segundo Maria Luiza Marcílio, uma vez determinada a execução dos recenseamentos, os governadores e capitães generais das capitanias deveriam acionar os capitães-mores das vilas e cidades a serem recenseadas, os quais, após

mobilização de instâncias militares e religiosas para a contagem da população, procedimento importante para compreendermos as formas de organização administrativa e social do espaço paulistano. Analisemos, assim, cada uma daquelas noções, respeitando a ordem de sua utilização no documento de 1765.

Atentemos, inicialmente, para a primeira distinção presente no recenseamento, entre a *Cidade* e seu *termo*. A princípio, o documento consultado não nos permite esclarecer os significados de tais conceitos, podendo-se apenas inferir uma relação de pertencimento entre duas áreas, impressão que pode ser confirmada e melhor definida através de dicionários:

> "Cidade. Multidão de casas, distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas de homens que vivem em sociedade e subordinação."[30]

> "Termo. Da vila ou cidade. É o distrito ou espaço de terra aonde chega a jurisdição dos juizes ordinários ou de fora ou outras justiças. Chama-se assim dos marcos ou padrões de pedra que tem os títulos das vilas ou cidades e terminam ou põem termo à extensão da dita jurisdição."[31]

Decorre da leitura dos verbetes transcritos a distinção de natureza física entre as idéias de *cidade* e de *termo*: apenas para a primeira são definidas as características urbanísticas necessárias, como a presença de casas, ruas, praças e muros, enquanto o *termo* é apenas um "espaço de terra", não necessariamente arruado ou edificado, que permanece sob a jurisdição exercida a partir de uma vila ou cidade. Nesta acepção, o *termo* da cidade assemelha-se à idéia de *distrito*, empregada tanto

---

garantir a cooperação do ouvidor-mor e das autoridades religiosas paroquiais, transferiam a incumbência da contagem da população para os capitães das companhias de ordenanças locais, estes sim, em tese, os "... últimos agentes que efetuariam, enfim, o recenseamento da população...". Apesar dessa orientação, a autora esclarece que pouco se pode afirmar sobre a maneira como esses recenseamentos eram conduzidos na prática. Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 78-83.

[30] Verbete *Cidade*. In: BLUTEAU, Raphael, S. J. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

[31] Verbete *Termo*. In: BLUTEAU, *Vocabulário português e latino*.

no recenseamento de 1765 quanto na definição de *termo*, acima transcrita. De acordo com Bluteau, *distrito* deriva do verbo apertar, em latim, "... porque distrito denota jurisdição e não há poder de jurisdição sem aperto da liberdade", podendo compreender ainda "... toda jurisdição do território que foi acrescentado ao termo ou aos primeiros limites da jurisdição de uma cidade..." ou " ... o espaço e lugar a que se estende qualquer jurisdição"[32].

Podemos perceber a semelhança entre as idéias de *termo* e *distrito*: ambas indicam a área de alcance de uma jurisdição estabelecida a partir de uma *cidade*. E, embora as duas primeiras expressões nos pareçam exprimir algo equivalente à noção de *município*[33], ou seja, a circunscrição territorial sob os limites legais da cidade, elas se distinguem da *cidade* em função de diferentes formas de ocupação do espaço e se assemelham a ela do ponto de vista das expectativas sociais relativas às suas respectivas populações. Como pudemos notar, além da presença de estruturas arquitetônicas, a concepção de cidade acima apresentada se vale ainda da exigência de vida em sociedade e de subordinação, que também podemos considerar válida para a região de todo o *termo*. Nesse sentido, tanto a área urbanizada, a *cidade*, quanto o *termo* ou o *distrito* em torno dela, supõem certa subordinação, certo "aperto da liberdade".

O controle previsto sobre o *termo* da *cidade* fica ainda mais evidente se notarmos que, no recenseamento de 1765, a população de São Paulo foi enumerada e descrita em oito listas, cada uma delas referente a uma *freguesia*, o que nos apresenta as subdivisões da área ocupada pela *cidade* e por *seu distrito*, ou, melhor, pelo *município*. Além disso, a cada uma dessas *freguesias* citadas no documento correspondia ao menos uma *companhia de ordenanças*[34]. De acordo com a

---

[32] Verbete *Distrito*. In: BLUTEAU, *Vocabulário português e latino*.

[33] Autores com diferentes interesses, como Caio Prado Jr., Raymundo Faoro e Nestor Goulart dos Reis Filho, parecem concordar com a idéia de que o município, recortando uma área submetida ao termo de uma cidade, pode ser tomado como uma instituição de caráter político-administrativo e judiciário transferida de Portugal para o Brasil, onde participaria de forma mais ou menos ativa da administração colonial. Cf. PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo*. p. 303. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político* brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. p. 165-172. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968. p. 34-38.

[34] Excetuadas as freguesias de São Amaro, com duas *companhias*, e da Cidade, composta por quatro *companhias*, as únicas, em todo o documento de 1765, identificadas a *bairros* da cidade, a saber, os de N. Senhora do Ó e Santana, de Cagoassú e de São Miguel. Cf. *Lista das gentes que compreende a Cidade de São Paulo e todo seu termo, de que é*

utilização da época, a expressão *freguesia* traduz primariamente a relação entre fiéis e serviços religiosos paroquiais[35]. Já as *companhias de ordenanças* ocupavam a base da hierarquia militar utilizada nos recenseamentos do período sendo, em tese, responsáveis pela contagem da população nas diversas áreas do município e pela elaboração das listas que seriam posteriormente remetidas aos governadores das capitanias.

Portanto, a sucessão de conceitos como *termo* ou *distrito*, *freguesia* e *companhia de ordenança* nos sugere uma hierarquia institucional utilizada para subdivisão do território municipal em parcelas cada vez menores, como os *bairros*; estes parecem ter ocupado a base da pirâmide de categorias relativas ao espaço paulistano dos setecentos. Podemos observar, na **Tabela 1**, como essas estruturas se achavam imbricadas, por volta de 1765, para organização do espaço paulistano.

Note-se que, em 1765, a jurisdição municipal de São Paulo estendia-se até 78 km de distância do núcleo urbanizado. Nessa área espalhavam-se as paróquias ou freguesias da Sé, de Atibaia, de Juqueri, de Santo Amaro, da Cotia e de Guarulhos[36], às quais estavam vinculadas pelo menos uma *companhia de ordenanças* – com exceção das freguesias de Santo Amaro e da Cidade (Paróquia da Sé). A organização desta última área é particularmente interessante.

Lembremo-nos que, diferente das outras freguesias do município, a Freguesia da Cidade dividia-se em quatro companhias de ordenanças. Dentre elas, destaca-se a Companhia de Ordenanças da Cidade, a única cuja lista de população apresenta indícios daquelas características urbanísticas que definem uma cidade, de acordo com os dicionários da época. Além disso, nessa área urbanizada estava sediada a Paróquia da Sé, a única que estendia sua influência sobre um território que atingia bairros ou capelas localizadas nas bordas do próprio município, constituindo assim um grupo disperso de fregueses religiosos.

Essa situação demonstra a superposição e extravasamento das hierarquias jurisdicionais, religiosas e militares que contribuíam para a configuração espacial e funcional da São Paulo setecentista. Nela, a área urbanizada central, identificada à Companhia de Ordenanças da Cidade e

---

Capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso (1765). DI 62: 8-9.

[35] De acordo com Bluteau, freguesia era a "igreja paroquial" ou ainda, "o lugar da cidade ou do campo em que vivem os fregueses". Paróquia era o mesmo que "freguesia, igreja paroquial, governada por pároco". Verbete *Freguesia*. Verbete *Freguesia*. BLUTEAU, *Vocabulário português e latino*.

[36] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 54.

TABELA 1: SITUAÇÃO RELIGIOSA E MILITAR DAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1765

Localidade	Freguesia	Estatuto religioso	Companhias de Ordenança	Distância (da Sé)
Área central	da Cidade	Paróquia autônoma (Sé)	4	–
São Bernardo	de São Bernardo	Capela (Paróquia da Sé)	1	21 km
Jaguari	de Jaguari	Capela (Paróquia da Sé)	1	72 km
Nazaré	de Nazaré	Capela (Paróquia da Sé)	1	78 km
Santo Amaro	de Santo Amaro	Paróquia autônoma	2	12 km
N. S. C. de Guarulhos	de N.S. C. de Guarulhos	Paróquia autônoma	1	18 km
Juqueri	de Juqueri	Paróquia autônoma	1	30 km
Cotia	de Cotia	Paróquia autônoma	1	39 km
Atibaia	de Atibaia	Paróquia autônoma	1	60 km

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).*

sede da principal paróquia do município, pode ser tomada como a *cidade*, o núcleo urbanizado com jurisdição sobre o restante do território municipal.

Embora coerente com as definições de *cidade* e *termo* dadas nos dicionários de época, a descrição acima não nos apresenta uma situação definitiva em relação aos limites externos ou internos da São Paulo colonial. De fato, uma alteração importante nos limites do município paulistano ocorreu em 1769, com a elevação da Freguesia de Atibaia à condição de vila, à qual foram anexadas as capelas de Nazaré e Jaguari. Efetuada essa primeira redução territorial de São Paulo (**Figura 1**) podemos dizer que, durante praticamente todo o período de nosso interesse, o mesmo se estendeu por um raio de cerca 39 km, contados a partir do núcleo urbanizado.

Uma das conseqüências dessa restrição da jurisdição municipal de São Paulo foi a primeira redução dos limites da Paróquia da Sé, como podemos perceber na **Tabela 2**.

Se compararmos as duas tabelas acima apresentadas, poderemos perceber que, a partir de 1769, a Paróquia da Sé passou a compreender apenas a Freguesia da Cidade, desvinculando-se das capelas de Nazaré e Jaguari, as mais distantes da área urbanizada central. Nessa ocasião, permaneceriam como fregueses da Sé os fiéis estabelecidos em torno das capelas de São Bernardo, N. Senhora da Penha de França, S. Miguel, Santana, N. Senhora do Ó, sedes de suas respectivas companhias de ordenanças, bem como aqueles residentes nos bairros de Santa Ifigênia, Cagoassú, Pinheiros e Piraçoiaba[37].

Em relação a 1765, esse novo quadro institucional exibe um município cuja configuração espacial merece ser comentada: seus limites externos permaneceriam estáveis por décadas, enquanto em seu interior duas áreas se configuravam. A primeira delas era composta pelas localidades mais distantes da paróquia central, que sediavam as paróquias limítrofes[38] à Sé. Estas serviam como marcos para delimitação de uma segunda área importante, cujo espaço foi ocupado por bairros e capelas mais próximas e que permaneceram sob a influência direta da Sé.

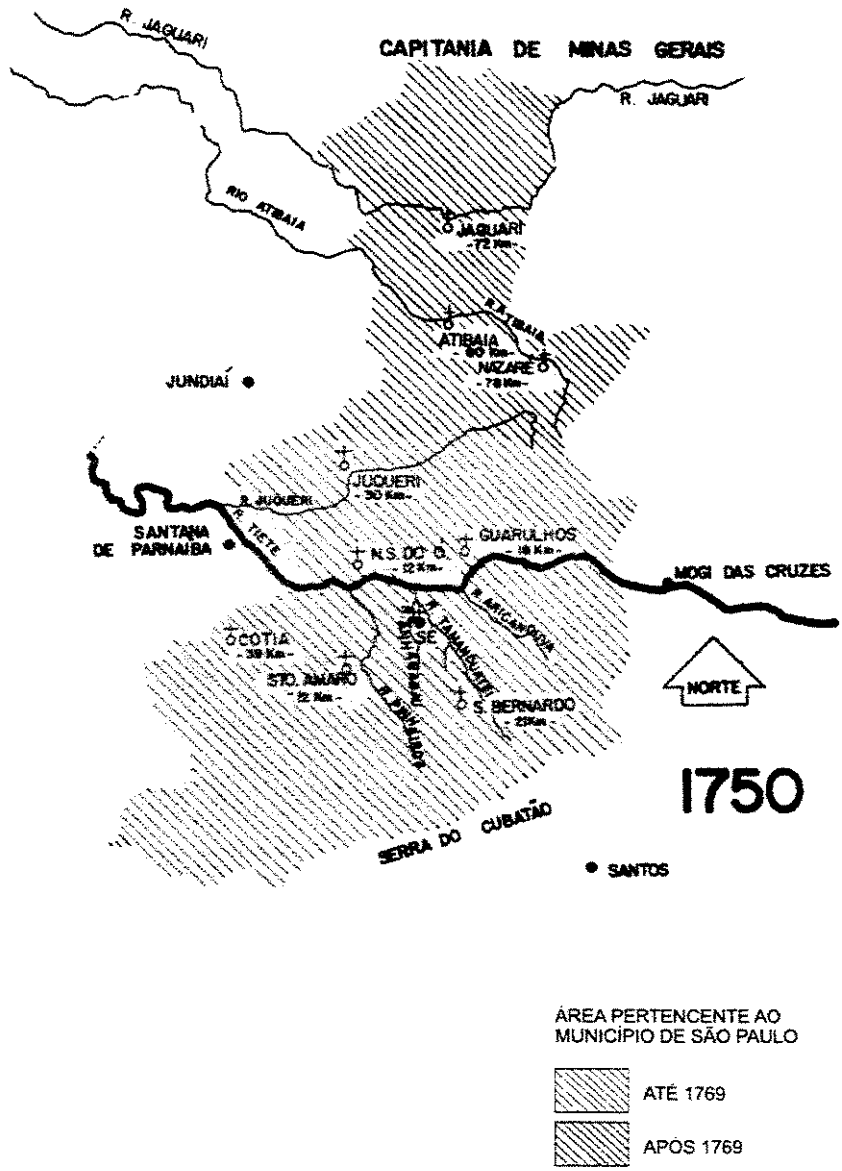
Estes últimos se instalavam nas áreas periféricas[39] à Sé, e seu desmembramento em

[37] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 38.

[38] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 34.

[39] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 40-49.

Figura 1: Alterações territoriais do município de São Paulo em 1769



Fonte: Marcílio, Maria Luíza, *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).* Vários mapas elaborados pela autora foram utilizados para a composição desta imagem.

TABELA 2: SITUAÇÃO RELIGIOSA E MILITAR DAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1769

Localidade	Freguesia	Estatuto religioso	Companhias de Ordenança	Distância (da Sé)
Cidade	da Cidade	Paróquia autônoma (Sé)	4	–
São Bernardo	de São Bernardo	Capela (Paróquia da Sé)	1	21 km
Santo Amaro	de Santo Amaro	Paróquia autônoma	2	12 km
N. S. C. de Guarulhos	de N.S. C. de Guarulhos	Paróquia autônoma	1	18 km
Juqueri	de Juqueri	Paróquia autônoma	1	30 km
Cotia	de Cotia	Paróquia autônoma	1	39 km

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).*

relação a esta paróquia, que ocorreu apenas a partir de 1796, possibilitou a aproximação paulatina entre as hierarquias militares e religiosas que estruturavam a cidade de São Paulo, conforme podemos notar na **Tabela 3**.

Em decorrência da criação de novas paróquias, como podemos notar, os bairros periféricos à Sé, que em 1765 se apresentavam como companhias de ordenanças ligadas à Freguesia da Cidade ou à Paróquia da Sé, aos poucos se tornaram localidades autônomas. No início do século dezenove, essas reduções da área submetida à Sé (**Figuras 2** e **3**) fizeram com que a organização do município de São Paulo se tornasse mais nítida: diminuiu o número de capelas e bairros distantes vinculados à paróquia central, cuja influência já não se estendia além de um raio de 10,5 km, a partir da área urbanizada, como é possível perceber através da **Tabela 4**.

De acordo com os dados apresentados, podemos afirmar que, durante a primeira década do século dezenove, a Paróquia da Sé sofreu reduções progressivas, restringindo a extensão territorial ocupada pela Freguesia da Cidade e aproximando-se dos possíveis contornos da área urbanizada central.

No compasso dessas transformações na organização religiosa das áreas do município, teve lugar um segundo processo: a multiplicação das estruturas militares que atuavam no interior dos limites paulistanos. Como vimos, o censo de 1765 listava oito freguesias recenseadas, entre as quais se distribuíam doze companhias de ordenança. Esse quadro começa a se alterar em 1785 com o aparecimento da segunda companhia da Freguesia da Cidade. Mais tarde, em 1797, quando o território de influência da Sé havia sido drasticamente reduzido, uma terceira companhia seria criada e, finalmente, em 1815, o número de companhias na Freguesia da Cidade seria elevado para nove. Nessa mesma época, outras nove companhias se distribuíam pelas demais paróquias do município[40].

As justificativas para a multiplicação dessas companhias são, a propósito, significativas. Segundo Bernardo José de Lorena, elas se impunham pelo fato de que, "... tendo acrescido em grande número os povos [...] não podem estes ser corrigidos pelos dois Capitães que existem, quando o pedir as ocorrências do Real serviço ..."[41]. Trata-se, portanto, de manter sob fiscalização

---

[40] MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 87.

[41] *Carta de Bernardo José de Lorena para a Câmara de São Paulo*. São Paulo, 31/01/1797. DI 46: 352.

TABELA 3: ALTERAÇÕES TERRITORIAIS DA PARÓQUIA DA SÉ ENTRE 1796 E 1812

Localidade	Desmembramento da Paróquia da Sé	Desmembramento do município de São Paulo	Distância (a partir da Sé)
N. S. da Penha de França	1796	–	10,5 km
São Miguel	1796	–	18 km
Santa Ifigênia	1809	–	–
N. Senhora do Ó	1796	–	12 km
São Bernardo	1812	1889	21 km

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).*

Figura 2: Alterações territoriais na Paróquia da Sé entre 1747 e 1809

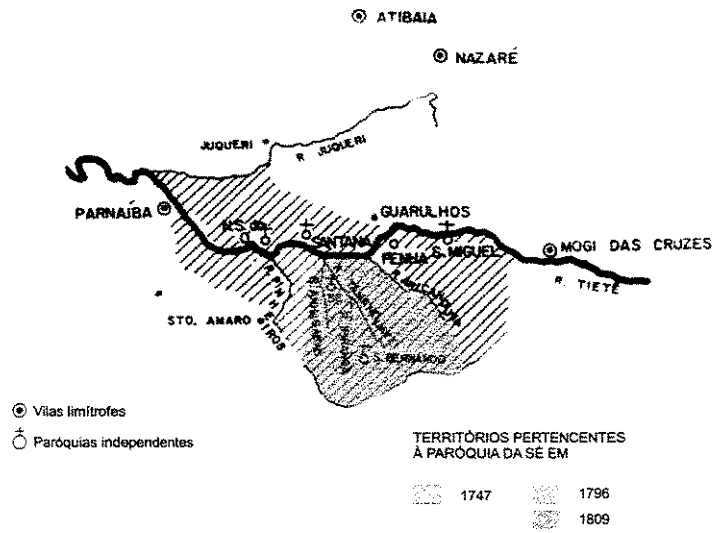
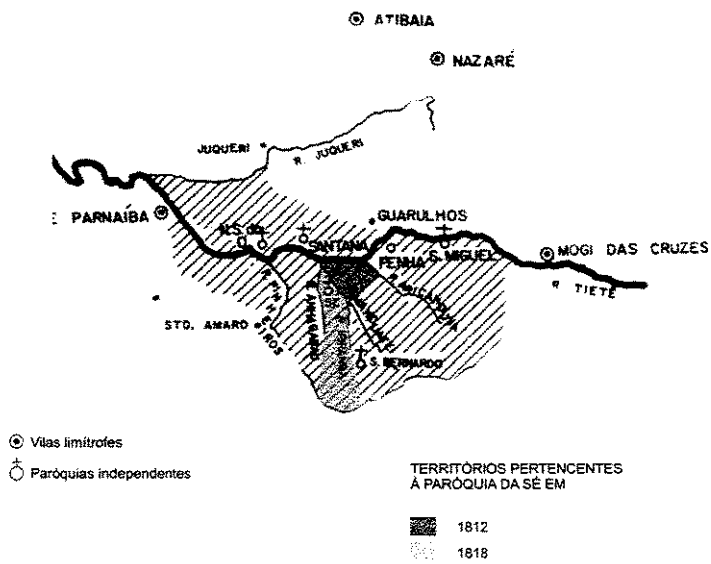


Figura 3: Alterações territoriais na Paróquia da Sé entre 1812 e 1818



Fonte: Marcílio, Maria Luíza, *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. Vários mapas elaborados pela autora foram utilizados para a composição desta imagem

Tabela 4: Situação religiosa das localidades de São Paulo no início do século XIX

Localidade	Freguesia	Estatuto religioso	Desmembramento da Paróquia da Sé	Desmembramento da cidade de São Paulo	Distância (em relação à Sé)
Cidade	Cidade	Paróquia da Sé	–	–	–
Bairro de Santana	Cidade	Paróquia da Sé	–	–	–
Bairro de S. Ifigênia	Cidade	Paróquia autônoma	1809	–	Centro
Bairro do Brás	Cidade	Paróquia autônoma	1818	–	Centro
Bairro de N. S. Penha	N. Senhora da Penha	Paróquia autônoma	1796	–	10,5 km
Bairro de N. S. do Ó	N. Senhora do Ó	Paróquia autônoma	1796	–	12 km
Bairro de S. Miguel	São Miguel	Paróquia autônoma	1796	–	18 km
Santo Amaro	Santo Amaro	Paróquia autônoma	1680	1832	12 km
N. S. C. Guarulhos	N. S. C. Guarulhos	Paróquia autônoma	1685	1880	18 km
São Bernardo	São Bernardo	Paróquia autônoma	1812	1889	21 km
Juqueri	Juqueri	Paróquia autônoma	Séc. XVII	1889	30 km
Cotia	Cotia	Paróquia autônoma	1723	1856	39 km

Fonte: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850).*

os habitantes locais, que demandavam os cuidados do governo, principalmente no cumprimento do serviço de Sua Majestade[42].

Não nos foi possível definir os critérios populacionais então exigidos para a criação de novas companhias de ordenança: apenas podemos afirmar que, como vimos acima, seu número estava relacionado ao total dos habitantes da região[43]. De qualquer maneira, sua importância nos parece clara no trecho abaixo.

> "... devo por na Presença de V. A. R. que o Corpo de Ordenanças é em toda a América aquele sobre quem mais carrega o peso do serviço e a quem pelo expediente do Governo se distribuem repetidas ordens e diligências da maior importância. Ele está incumbido da factura das Listas e Mapas Gerais da População, que anualmente se remetem à Secretaria, da fiscalização e arrecadação de muitos direitos reais que se cobram na passagem dos rios e registros, do reparo das estradas públicas e construção de pontes e aterrados. A ele se encarrega a prisão dos criminosos e malfeitores que se acoitam pelos distritos, a conservação efetiva das paradas para a pronta expedição das ordens do governo, o despacho dos viandantes e tudo mais que é relativo ao comando das povoações e inspeção da polícia, por não haver nelas a magistratura competente. Finalmente, a oficialidade do mesmo Corpo é quem ordinariamente serve nas Câmaras, de cujos cargos se eximem os milicianos, fundando-se nos seus privilégios."[44]

---

[42] De acordo com Prado Jr., as companhias de ordenança "... tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares...". PRADO JR., *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. p. 324.

[43] No início do século dezenove, governo da Capitania determinava que "... as Companhias de Ordenanças desta Cidade e seu Distrito hão de compor-se cada uma de 150 fogos, pouco mais ou menos, entrando neste número os dos milicianos e mais pessoas que andam nos mapas de população...", mas não temos dados que nos permitam validar essa informação para o período anterior. *Carta circular dos governadores interinos de São Paulo para as Câmaras das vilas e cidades da Capitania*. São Paulo, 02/12/1817. DI 88: 6.

[44] *Carta de Antônio José da Franca e Horta ao Conselho Ultramarino*. São Paulo, 28/01/1804. DI 94: 58.

Seja na execução das determinações do governo local, na contagem da população, na fiscalização das diversas formas de arrecadação, na manutenção das estradas e pontes que uniam as diversas áreas do município, na perseguição aos malfeitores, no comando das povoações ou no exercício das Câmaras, as companhias de ordenança aparentemente exerceram um importante papel para aquele "aperto de liberdade" que, como sugeriu Bluteau, era previsto no termo municipal.

Considerando, pois, os processos de estabilização da área territorial sob a jurisdição paulistana e de multiplicação das estruturas religiosas e militares nela existentes, podemos sugerir que o ajuste promovido entre as áreas ocupadas pelo município e suas estruturas institucionais internas fosse justificado pela necessidade de um controle mais eficiente da população; a princípio, tal prática nos parece coerente com as exigências crescentes do governo em relação aos recenseamentos e com a necessidade metropolitana de intensificar a exploração colonial.

Nesse caso, seria relevante investigar as razões dessa atitude através da atuação normativa de seus administradores, enfocando a experiência colonial paulistana na segunda metade do século dezoito.

Uma segunda alternativa seria considerarmos as alterações do território e da organização institucional paulistana, no mesmo período, através da dinâmica da população local. Essa abordagem já produziu resultados importantes, como demonstra o trabalho de Maria Luiza Marcílio, que permitiu questionar, a partir dos dados demográficos relativos à Paróquia da Sé, a idéia recorrente da decadência da cidade[45]. A autora deixa claro que a cidade não havia definhado a favor da colonização ou da formação da nacionalidade, mas havia se transformado espacial, administrativa e economicamente.

Poderíamos ainda tentar acompanhar as modificações na configuração espacial e institucional paulistana a partir da análise das especificidades das diferentes áreas que compunham a São Paulo de finais do século dezoito e início do dezenove. Nesse caso, seria possível adotarmos critérios urbanísticos, elaborando um inventário das diferenças porventura existentes entre a *cidade* e o restante do *termo* municipal. No entanto, não se deve perder de vista que estes recortes, apesar de diferenciados pela exigência de características urbanísticas, abrigavam populações expostas a uma mesma necessidade de sujeição, de vida em sociedade ou de "aperto da liberdade".

---

[45] Cf. MARCÍLIO, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. p 292-296.

Por si só, tais alternativas de trabalho apontam para a importância de avaliarmos os critérios de época para organização espacial. Mas, considerando que nosso interesse é o de investigar as atitudes da administração colonial e da população paulistana em relação ao espaço urbano e ao universo natural, tais possibilidades só podem ser adotadas de forma complementar: seria preciso vincular as expectativas e normas metropolitanas, as formas de organização espacial da população paulistana e as características físicas e institucionais das áreas que compunham a São Paulo colonial.

Para tanto, nos defrontaríamos com alguns entraves de ordem prática: empecilhos para a obtenção e a consulta de um conjunto documental disponível e comparável, referente à tamanha extensão territorial, dificuldade de acompanhar a transformação e a atuação das hierarquias religiosas e militares em cada uma das localidades do município, em diferentes momentos, abarcar a multiplicidade de características físicas dessas áreas do território, entre outros.

Buscando superar esses obstáculos, as análises doravante elaboradas serão baseadas num mapa parcial de São Paulo; através dele procuraremos nos adequar às imposições práticas da pesquisa – como a necessidade de estabelecer limites espaciais apreensíveis ou de compor um conjunto de documentos suficiente e manuseável, que nos permita explorar os problemas estabelecidos – sem deixar de atentar para os significados que porventura possam ter sido atribuídos a cada uma das localidades abordadas.

Assim, voltaremos nossa atenção para uma fração da cidade de São Paulo, resultado de escolhas cujo objetivo foi possibilitar o encaminhamento de nossa investigação. A principal dessas escolhas deu-se em função de nossa decisão de utilizar os mapas de população relativos ao período estudado para a descrição das diferentes localidades que compunham o município setecentista. Esses documentos nos permitem compreender a inserção dos bairros da cidade nas hierarquias militares e religiosas municipais e nos oferecem também informações relativas à organização urbanística desses núcleos de povoamento, sobretudo do núcleo central, e uma grande variedade de dados referentes à composição de sua população, à organização dos domicílios e às atividades econômicas, entre outros.

Contudo, o trabalho com os mapas de população posteriores à segunda metade do século dezoito enfrenta obstáculos de ordem prática[46]: apenas uma parte dessa documentação foi preservada, o que dificulta a obtenção de séries documentais regulares relativas às localidades de São Paulo. Por esse motivo, nosso primeiro critério para a escolha das áreas abordadas foi a organização cronológica dos documentos disponíveis e a seleção daqueles com datas aproximadas. Isso que nos permitiu comparar a situação de cada uma das áreas estudadas, respeitando intervalos temporais semelhantes.

Concluída essa etapa, notamos que apenas uma pequena parte dessa documentação foi publicada, com privilégio dos mapas de população referentes à área central do município. Cria-se assim um segundo problema: apesar de microfilmados e disponíveis para consulta no Arquivo do Estado de São Paulo, os censos não publicados são de difícil leitura, principalmente em virtude das más condições dos documentos originais. Assim sendo, uma vez em posse da lista dos recenseamentos disponíveis para cada um dos bairros paulistanos, selecionamos aqueles com maiores possibilidades de leitura, respeitando sempre a necessidade de aproximação cronológica, acima comentada.

Com isso, selecionamos um conjunto de documentos referentes ao núcleo urbanizado, as Companhias de Ordenanças da Cidade[47], e aos bairros de Nossa Senhora do Ó, de Santana e de Nossa Senhora da Penha e São Miguel[48], que constituirão a fração da cidade de São Paulo da qual nos ocuparemos.

---

[46] Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 77-93.

[47] Cabe considerar que a área central cidade tem sido associada à Paróquia da Sé. Mas, como vimos, apenas no início do século dezenove os limites dessa paróquia, progressivamente reduzidos, passaram a coincidir com os daquela área. Assim, ao nos referirmos aos mapas de população do núcleo central do município, estaremos utilizando os documentos relativos às Companhias de Ordenança da Cidade, cujas características nos parecem mais fortemente ligadas ao espaço arruado central, durante todo o período avaliado. Em relação a essa área, serão analisados os seguintes documentos: o censo de 1765, que contempla a área central de São Paulo e as demais áreas selecionadas, e o de 1775, abrange apenas o núcleo urbano, ambos publicados. Entre os mapas de população não publicados, disponíveis para consulta nos microfilmes da série Maços de População, no Arquivo do Estado de São Paulo, foram selecionados os seguintes documentos: listas da 1 e 2 Cias. de Ordenança da Cidade (1795), lista da 1 Cia. da Cidade (1796), lista da 2 Cia. da Cidade (1797), listas da 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, e 9 Cia. da Cidade (1822) e a lista da 3 Cia. da Cidade (1823).

[48] Em relação aos outros núcleos de povoamento selecionados serão consultados, além do censo de 1765, os seguintes

Apesar de referente a uma área reduzida, se comparada a todo o território submetido à jurisdição do município, esse conjunto documental nos oferece uma enorme quantidade de informações. A partir delas elaboramos um banco de dados relativos aos bairros acima mencionados observando aquela que nos parece ser a unidade básica dos recenseamentos analisados: o domicílio. Vejamos o exemplo abaixo, recenseado na Rua de São Bento e Anhangabaú, área central de São Paulo, em 1765.

EXEMPLO DE DOMICÍLIO RECENSEADO NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM 1765

Domicílio	Número de Homens	Número de Mulheres	Habitantes	Idades	Cabedais
102		226	Josefa de Almeida, viúva de João G. Figueira	49	
		227	Anna Maria do Pilar, filha da dita, casada com João de Godoy, ausente	29	250$000
	158		Manoel, filho desta	13	
	159		Brás, mulato casado, agregado	50	
		228	Anna, mulher do dito	24	
	160		Antônio, mulato casado, agregado	40	
		229	Rita, sua mulher	30	

Fonte: Lista das gentes que compreende a Cidade de São Paulo e todo seu termo, de que é Capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso. DI 62: 36.

As informações acima exemplificam os dados recorrentemente apresentados para a descrição dos domicílios recenseados na área central de São Paulo, em 1765: sexo, idade, estado civil do chefe do domicílio, presença de filhos, outros familiares ou agregados, discriminação de cor dos componentes, entre outros. Tais informações, como dissemos, estavam disponíveis para a maioria dos fogos ou domicílios da Companhia da Cidade em 1765; entretanto, isso não garantia que tivessem sido empregadas para a descrição dos domicílios recenseados nos demais documentos que seriam consultados.

---

mapas de população: bairro de N. Senhora do Ó: listas de 1795 e de 1822; bairro de Santana: listas de 1796 e de 1820/1823; bairro de N. Senhora da Penha e São Miguel: listas de 1795 e de 1822.

Por isso, efetuamos uma análise preliminar das estruturas domiciliares observadas nos censos referentes à área central e aos bairros selecionados de São Paulo que permitiu elaborar uma lista inicial dos dados mais freqüentes nesse tipo de documentação. O caráter repetitivo dessas informações nos autorizou a considerá-las como variáveis válidas para a descrição das unidades domiciliares, durante todo o período de nosso interesse.

Tendo, portanto, selecionado os tipos de dados disponíveis e de nosso interesse, passamos a atribuir códigos alfanuméricos aos seus valores mais freqüentes[49]. Em seguida criamos um conjunto de variáveis e de códigos que foram utilizados na tradução das características de cada uma das unidades domiciliares recenseadas, nos bairros selecionados, entre 1765 e 1822, para formar um banco de dados. Como resultado, obtivemos um conjunto de informações através do qual procuraremos, a seguir, caracterizar cada uma das áreas sob nossa análise e, quando possível, compará-las.

A cidade resultante desse processo, como dissemos, é uma fração da São Paulo de finais do século dezoito e início do dezenove. Suas cifras, ainda que parciais, se adaptam à nossa tentativa de comparação entre as características do núcleo urbano paulistano e de alguns bairros que se dispersavam até cerca de dezoito quilômetros, a partir da região urbanizada central. Percorrida com atenção, essa distância talvez seja mais do que suficiente para que possamos perceber o relevo particular da cidade setecentista e, quem sabe, de parte da experiência urbana colonial.

II. A Cidade e as colinas

Uma vez definidos os contornos da área que será utilizada como referencial para nossas considerações, vale lembrar que mesmo as dimensões reduzidas da fração de São Paulo aqui analisada não são garantia de um percurso fácil.

---

[49] Assim, para a leitura da informação e/ou o preenchimento da variável "sexo do chefe do domicílio", por exemplo, definimos os seguintes códigos: 1 (homem), 2 (mulher).

Como já indicamos, o bairro de N. Senhora do Ó estava localizado a cerca de 12 km a Norte-Noroeste da área central do município, a partir da qual se contavam 10,5 km, a Noroeste, até o bairro de N. Senhora da Penha. Esses dados evidenciam, como demonstrou Maria Luiza Marcílio, mais do que a distância entre os bairros acima citados, uma característica importante da cidade de São Paulo, a saber, o "... povoamento original, polinuclear em sua forma de estruturar-se ..."[50].

Tal estrutura polinuclear, tanto quanto a organização institucional do município, nos coloca frente a uma pergunta importante: como analisar a vida na cidade? Uma primeira possibilidade seria imaginar que ela se constituía exclusivamente a partir da unidade imposta pela jurisdição municipal a um conjunto de paróquias e bairros espacialmente desconexos. Isso implicaria em aceitar a existência necessária de uma relação estabelecida entre a *cidade*, ou o núcleo urbanizado, e *seu termo*, ou a área total sob a jurisdição municipal; essa relação que pressuporia tanto o exercício efetivo da autoridade exercida a partir da área central, quanto sua ampla aceitação.

Uma segunda hipótese seria concebermos a cidade como um conjunto de núcleos de povoamento dispersos, auto-suficientes e autônomos, ainda que submetidos à jurisdição municipal. Isso, por sua vez, implicaria em admitir e buscar explicar tanto uma possível autonomia para cada um daqueles núcleos quanto a ineficiência do controle que, a princípio, talvez devesse ser exercido a partir das instituições instaladas no núcleo urbano.

As duas hipóteses são, obviamente, extremadas. Em ambas, o controle previsto a partir do núcleo central e expresso na relação entre a *cidade* e seu *termo* poderia ser considerado válido, no caso paulistano, seja através da grande extensão da Paróquia da Sé ou, quando de sua redução, do surgimento de outras paróquias ou da multiplicação das companhias de ordenanças. Entretanto, a existência de estruturas de poder (centralizadas ou dispersas) não implicaria no sucesso de sua atuação. Isso, aliás, poderia ser posto em questão já a partir da constante reiteração das ordens centrais, como no caso dos recenseamentos.

Portanto, torna-se necessário encontrar o caminho do meio, que pode ser localizado se consideramos o conjunto de características das localidades que compunham o município, bem como a maneira como se operava o relacionamento entre elas. Desse modo, nos parece pertinente tratar

---

[50] MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 181.

das particularidades dos núcleos de povoamento da cidade. Vejamos, pois, a descrição abaixo, relativa ao sítio urbano de São Paulo.

> "As colinas, que movimentam o relevo dos últimos quilômetros que precedem a confluência do Tietê com o Pinheiros, constituem o domínio geográfico que sustenta o corpo principal da capital paulista.
> Disso resulta que sua estrutura urbana teve de se adaptar a um sítio urbano de amplitude altimétrica absoluta relativamente fraca, mas variada nos detalhes do relevo e no número de elementos topográficos que comporta."[51]

O texto de Ab'Sáber é bastante claro e sugestivo, no que diz respeito às características do sítio urbano paulistano: os movimentos do relevo ordenavam a feição característica da área ocupada pelo "corpo principal" da capital, correspondente, em meados do século vinte, à mancha de expansão contígua da cidade de São Paulo (ver **Figura 4**). Aumentam, assim, os elementos de que dispomos para descrição de nossa fração espaço urbano paulistano; sobre este já podemos considerar, além da distância existente entre o núcleo central e os bairros de N. Senhora da Penha e São Miguel, N. Senhora do Ó e Santana, também a oscilação da topografia no percurso que os unia. De fato, essas duas características são importantes para que possamos compreender a organização municipal paulistana. De acordo com Ab'Sáber,

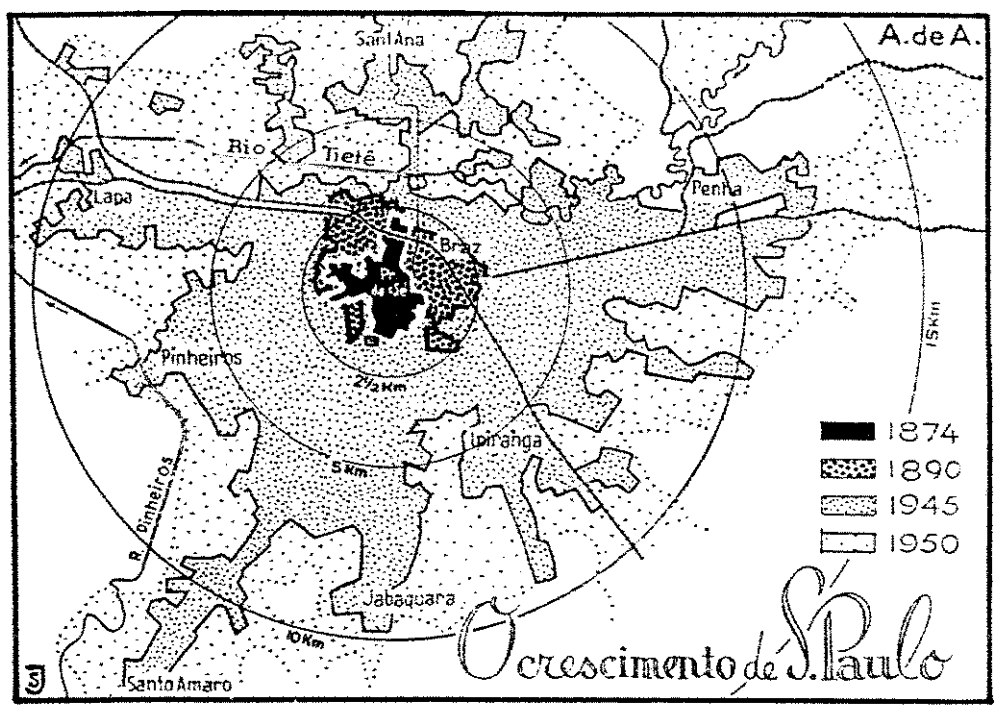
> "... desde *Guarulhos* até a *Freguesia do Ó*, o povoamento antigo dos outeiros e das altas colinas de além-Tietê obedeceu surpreendentemente a um mesmo estilo. Quase todos os pequeninos núcleos, ali formados até ao século XIX, nasceram no topo suave das primeiras colinas que se encontravam logo após as grandes várzeas do Tietê. Dessa forma, aqui e ali se implantaram núcleos e povoados, em torno de rústicas igrejas ou capelas, enquanto em outros pontos altos foram localizadas sedes de fazendas ou chácaras, pertencentes a moradores abastados da cidade"[52].

---

[51] AB' SÁBER, Aziz Nacib. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, *A cidade de São Paulo*. v. 1, p. 173/174.

[52] AB' SÁBER, O sítio urbano de São Paulo. v.1, p. 227.

Figura 4: Crescimento da cidade de São Paulo entre 1874 e 1950



Fonte: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: ensaios de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

A leitura do trecho acima transcrito nos remete às unidades através das quais o município de São Paulo se organizou, fora de seus limites urbanisticamente marcados. Chácaras, fazendas, capelas, igrejas e povoados são expressões que identificam diferentes formas de hierarquização e utilização do espaço[53], como no caso daquelas que indicam as estruturas institucionais atuantes na organização municipal. Porém, no que se refere aos núcleos de povoamento, mais importante é notarmos que, quaisquer que tenham sido seus estatutos no conjunto da organização municipal e sua distância da área central, parecem ter obedecido à orientação de buscar sempre o topo das colinas, enquanto "... as várzeas paulistanas mantiveram-se com uma história urbana muito modesta e marginal". Esses espaços,

> "... por muitos anos, foram uma espécie de quintal geral dos bairros encarapitados nas colinas. Serviram de *pastos* para os animais das antigas carroças que povoaram as ruas da cidade. Foram uma espécie de *terra de ninguém* ..."[54].

De acordo com a descrição de Ab'Sáber, a opção deliberada de ocupação das áreas mais elevadas, onde se originaram os diversos bairros da cidade, nos parece obedecer a um critério que opera, basicamente, com duas categorias espaciais: colinas e várzeas. Essa distinção entre os extremos da topografia do sítio paulistano foi um elemento bastante explorado para a análise da expansão da área urbanizada de São Paulo. De fato, mesmo no início do século vinte, as áreas de várzea aparecem como focos de resistência à ocupação urbanística (conforme **Figura 5**).

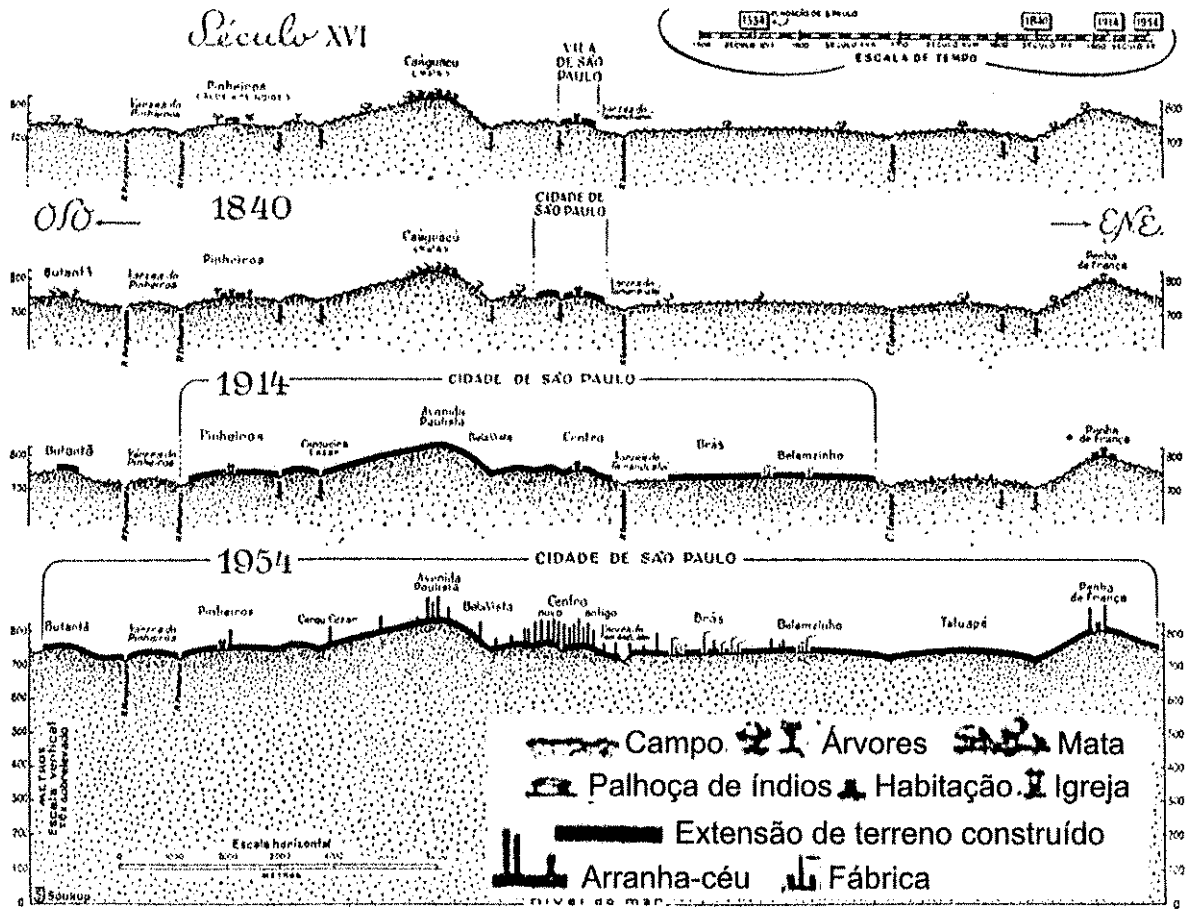
Mas o que mais chama a atenção nessa imagem é o fato de a "cidade" de São Paulo nela retratada ser definida, na legenda, pela "extensão do terreno construído". De fato, os perfis nela apresentados deixam claro o interesse em destacar a existência de uma área construída central, como nos recenseamentos coloniais. Trata-se de uma região diferenciada no interior do município,

---

[53] Segundo Murillo Marx, "... as vilas surgiram e se viam rodeadas de terras vazias, como reserva de pastagem para o gado dos moradores, de lenha para o seu uso, da terra cultivável para pequenas hortaliças e pomares de subsistência, ou de terras vazias que podiam ser aforadas e concedidas para exploração ou moradia...". MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* p. 73-75.

[54] AB' SÁBER, O sítio urbano de São Paulo. v. 1, p. 216.

Figura 5: Quatro etapas da expansão da cidade de São Paulo



Fonte: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana.*

Algumas alterações foram feitas na legenda da imagem original para sua melhor leitura.

ao lado de algumas outras áreas também construídas, em altitudes iguais ou superiores à da região central, mas que não partilham de sua condição de "cidade".

Em parte, essa situação vai ao encontro do quadro que apreendemos até o momento. Entretanto, não podemos nos esquecer de que os diferentes espaços do município participavam de uma mesma malha de caráter institucional; nem tampouco de que, como descreveu Ab'Sáber, a população estabelecida no topo das colinas características do planalto paulistano reservou para as margens alagadiças dos rios Tietê e Pinheiros outras funções, que não as de alojar sedes de paróquias, de companhias de ordenanças ou mesmo de a abrigar bairros ou capelas.

Sem dúvida, essa seletividade poderia ser justificada pelas características naturais de cada uma daquelas formas de relevo, como a maior susceptibilidade das várzeas a alagamentos[55]. Entretanto, se pretendemos analisar as particularidades das diversas áreas da cidade sem perder de vista a noção de totalidade implicada ao se supor uma jurisdição municipal abrangente e efetiva, talvez seja interessante insistir nas diferentes formas de ocupação relativas à *cidade* e a *seu termo* retornando à análise de Ab'Sáber.

> "Por muito tempo, exceção feita de *Santana*, os núcleos de povoamento situados a cavaleiro das altas colinas regionais permaneceram como aglomerados de casinholas e povoados modestíssimos, isolados entre si pelos vales afluentes da margem direita do Tietê e muito distantes da antiga cidade de São Paulo. Em relação a muitos desses povoados, o centro da cidade de São Paulo ficava à vista, de 3 a 5 km em linha reta, porém muito distante na realidade, devido aos caminhos irregulares, mal conservados e, principalmente, ao sistema vagaroso de transporte animal."[56]

O que se coloca, no trecho acima, pouco discorda das explicações recorrentes a respeito da cidade de São Paulo: a precariedade e a pobreza seriam as marcas características dos bairros dispersos ao redor da área central, senão dessa última. Entretanto, há aqui dados interessantes, que não devem passar desapercebidos. Note-se que, de acordo com o autor, os núcleos que orbitavam

---

[55] AB' SÁBER, O sítio urbano de São Paulo. v. 1, p. 178.

[56] AB' SÁBER, O sítio urbano de São Paulo. p. 227.

a área central insistiam em manter-se ligados a ela através de caminhos irregulares, precários, vagarosos e de trânsito difícil, além dos quais a *cidade* se mantinha sempre à vista, e à mesma altura.

Além disso, ao instalar suas paróquias, companhias de ordenanças e capelas nos locais mais altos, os bairros permaneciam distintos – tanto quanto o próprio núcleo urbanizado – das áreas de várzea que compunham o restante do território municipal, simples "espaço de terra", "terra de ninguém". Em outras palavras, os núcleos de povoamento paulistanos permaneciam vinculados e alinhados àquela área de onde, a princípio, deveria emanar a jurisdição responsável por articular a população daquela porção de terra.

Frente a esta situação, concluímos que tanto a dispersão populacional característica da São Paulo setecentista quanto a fragmentação do município em bairros espalhados, longe de garantir uma situação única e privilegiada para o núcleo urbano, faziam parte de uma estratégia de organização urbana específica. A população se adaptava às condições da topografia, espalhando núcleos de povoamento pelas regiões mais altas, que se destacavam no horizonte; com isso, dois processos simultâneos se desenvolviam: o município se estendia, garantindo a ocupação e a exploração efetiva do território que se encontrava sob sua jurisdição e algumas de suas áreas se distinguiam, se especializavam, se verticalizavam, acompanhando o sobe e desce das colinas, que marcava as áreas privilegiadas em relação às várzeas alagadiças.

Esses dois movimentos nos parecem importantes para a análise das expectativas e práticas em relação ao espaço urbanizado e a seus arredores naturais, a partir da segunda metade do século dezoito. Contudo, poderiam nos conduzir à idéia de que os núcleos de povoamento paulistanos – sujeitos à mesma autoridade central e tendo em comum a ocupação das áreas mais altas – possuíssem semelhanças internas, possibilidade que fica descartada com uma apreciação cuidadosa dos perfis acima apresentados (**Figura 5**).

De acordo com a ilustração, no século dezesseis a vila de São Paulo dispunha de uma pequena área construída na qual se destacavam algumas igrejas, enquanto a região de Pinheiros possuía somente "palhoças" indígenas, o que indica diferenças técnicas significativas entre as duas localidades. Mas, em 1840, época em que a cidade de São Paulo apresentava uma maior extensão construída, Pinheiros havia aparentemente superado a condição de "aldeia de índios", exibindo igrejas e habitações que, mesmo assim, não lhe permitiam fazer parte da *cidade*.

Note-se, pois, os diferentes tratamentos dedicados as duas localidades, demonstrativos do interesse de Aroldo de Azevedo em mensurar o progresso na expansão de uma linha contínua de espaço construído a partir da área central de São Paulo, e não em acompanhar uma sucessão de técnicas construtivas ou a transição das palhoças para as habitações e igrejas. E a importância dessa distinção não é apenas física ou geográfica, mas cultural ou social, na medida em que ela também demarca as expectativas, os usos e os significados reservados ao espaço urbanizado e a seus arredores, bem como a suas respectivas populações, em meados do século vinte.

Nesse caso, é relevante lembrar as sugestões de Pasquale Petrone, para quem os aldeamentos indígenas paulistanos, caso dos bairros de Pinheiros e de São Miguel, entre outros, representavam uma fácil reserva de mão de obra[57]. Assim, embora em áreas semelhantes à do núcleo central e de outras localidades[58], desempenharam papel importante e diferenciado na constituição das "... paisagens culturais dos arredores da capital ...", uma vez que, " ... a presença dos núcleos indígenas [...] assim como a presença de moradores mestiços ou não, mas de qualquer forma ocupando terras dentro de condições muito semelhantes às dos indígenas, são alguns dos fatos que contribuem para que se possa compreender a definição, em torno de São Paulo, do cinturão caipira ..."[59].

Mas, vejamos se e de que maneira a idéia de bairro, no final do século dezoito, confirma essa possibilidade. De acordo com Bluteau, bairro era "... certa parte da cidade, com suas casas e ruas ...", sendo que, "... nas partes de Santarém, é o mesmo que Monte ...", este último definido pelo autor como "... terra ou penedio muito mais alta que o nível ordinário da terra. [...] Lugar retirado da comunicação da gente. Lugar inculto e solitário [...] Pobre habitação de alguns lavradores, fora de povoado."[60]

Diante dessa definição, é importante lembrar que os documentos analisados até o momento nos possibilitam afirmar que a área central distinguia-se dos demais bairros do município em função de suas casas arruadas e de suas instituições religiosas e militares, aproximando-nos do conceito de

---

[57] Cf. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 209.

[58] Cf. PETRONE, *Aldeamentos paulistas*. p. 137-140.

[59] Cf. PETRONE, *Aldeamentos paulistas*. p. 384.

[60] Verbete *Bairro*. BLUTEAU, *Dicionário português e latino*.

cidade apresentado por Bluteau. Mas, em seu conceito de bairro, o mesmo autor nos informa que nessas áreas, elevadas como o núcleo central, também eram previstas casas e ruas.

Ora, no caso de todos os bairros aqui abordados, tais casas certamente existiam, mas, como sugeriu nossa análise preliminar dos mapas de população, não há elementos que indiquem seu arruamento ou qualquer outra forma de organização, o que se constitui numa ruptura importante com a área central. Entretanto, de acordo com Bluteau, mesmo que esses elementos fossem encontrados, não permitiriam comparação com a vida em povoado.

O que definiria, então, um bairro, em comparação com a cidade ou o povoado? O isolamento e a presença da atividade agrícola, a julgar-se pela definição acima apresentada.

No primeiro caso, a insistência na manutenção dos caminhos paulistanos, já citada na descrição de Ab'Sáber, desautoriza a idéia de que tais bairros permaneciam isolados. De fato, como demonstrou Janice Theodoro da Silva, a partir do século dezessete a Câmara Municipal de São Paulo passou a envolver-se progressivamente na conservação de estradas, pontes e aterrados que ligavam o núcleo urbano a seus arredores. Para isso exigia inicialmente o trabalho dos moradores locais, e num segundo momento, em função da intensificação das atividades econômicas regionais no século dezoito, passou a arrecadar contribuições para a conservação daqueles caminhos[61], que provavelmente facilitavam a fiscalização da população.

Resta-nos, portanto, considerar o segundo critério utilizado por Bluteau para definição de um bairro: a associação com as atividades agrícolas, componente funcional que torna nossa discussão mais complexa, na medida em que nos leva a uma comparação entre as atividades desempenhadas nos núcleos de povoamento do município, incluindo a área central.

Colocado o problema, trataremos, de imediato, das possíveis diferenças entre as atividades exercidas no núcleo urbanizado e nas demais áreas de povoamento aqui analisadas. Para tanto, consideremos a distribuição espacial dos domicílios nessas duas áreas de São Paulo, entre 1765 e 1822, a declaração de ocupações[62] e de cargos pelos chefes de domicílio ali recenseados.

---

[61] Cf. SILVA, *São Paulo (1554-1880): discurso ideológico e organização espacial*. p.130-134. Veja-se ainda RIBEIRO, Maria da Conceição Martins. *A vida urbana paulistana vista pela administração municipal*. São Paulo: USP, 1972. Doutorado em História. p. 58-61.

[62] Para tanto, empregamos os mesmos critérios utilizados por Maria Luíza Marcílio e por Iraci del Nero da Costa, agrupando as ocupações declaradas nos setores primário (agro-pecuária), secundário (manufatura) e terciário (serviços).

Na **Tabela 5**, podemos observar a distribuição dos 423 fogos da Companhia de Ordenanças da Cidade pelos logradouros e bairros nos quais se organizava a área recenseada em 1765[63], bem como o número de chefes de domicílios que declararam exercer ocupações ou cargos.

A partir desses dados, podemos notar que, em 1765, 385 (91%) fogos da Companhia de Ordenanças da Cidade foram distribuídos em dez logradouros. Essa relação não seja precisa, uma vez que as referências espaciais utilizadas abrangiam recortes amplos da área recenseada (como no caso da Rua do Canto do Cirurgião Fonseca até o Beco de Santa Teresa, que não só indicava o caminho entre duas áreas específicas como também abrangia várias travessas). Entretanto, ela nos permite dizer que, aos olhos do responsável pela contagem da população, a maior parte dos moradores pertencentes à Companhia da Cidade reunia-se em uma área que poderia ser particularizada em virtude de sua organização urbanística.

É interessante que a identificação desses logradouros empregue elementos de origem religiosa, como a Sé, o Rosário, Santo Antônio, São Gonçalo e Santa Teresa, ou institucional, como a Misericórdia, a Cadeia e a Forca. Isso permite inferir um dos prováveis critérios utilizados pelo recenseador para a ordenação do conjunto de domicílios então abordado: a justaposição de fogos em torno de caminhos e travessas que, por sua vez, articulavam edificações ou áreas de maior importância nas proximidades. Simultaneamente, expressões como "rua de ... para" ou "rua de ... até" favorecem a possibilidade de aproveitamento de uma lógica de circulação rotineira e própria daquela área.

Nos dois casos, nos parece evidente a importância de referenciais urbanísticos, sobretudo dos edifícios de destaque na área construída, para o reconhecimento e mapeamento da localidade a ser recenseada.

Os 38 domicílios restantes (9%) estavam localizados fora da área arruada, em bairros como o dos Pinheiros, do Pari, de Pirajussara e Emboassava, todos vinculados à Companhia da Cidade. A descrição dessa fração da população paulistana não utiliza quaisquer indicações urbanísticas, o que nos leva a questionar quais seriam os vínculos e semelhanças entre esses bairros e o restante da

---

Cf. MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo*. p. 129-135. COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*, São Paulo: IPE/USP, 1979. p. 166-180.

[63] Nessa data, apenas 7 dos 430 fogos recenseados não apresentaram informações referentes a sua situação em bairros ou logradouros.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS, OCUPAÇÕES E CARGOS RECENSEADOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO (CIA DE ORDENANÇAS DA CIDADE), 1765

Logradouro / Bairro	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Declarações de cargos	Declarações de ocupações e cargos	Domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	Total			
R do Canto do Cirurgião Fonseca até o Beco de S. Teresa e travessas	1	12	2	1		26	4		93
R de São Bento e Anhangabaú	1	6	9			16	1	1	62
R do Canto da Sé até o Rosário		6	9			15			53
R Direita		12	12			24	1		42
R do Canto da Lapa até a Misericórdia		16	7		1	24			30
R da Freira		3	2			5			30
R de São Gonçalo até o Largo da Sé		1	3			4			20
Canto de Santo Antônio e Anhangabaú Grande até a Cadeia		4				4			19
Rua do Canto da Misericórdia para o Campo da Forca e travessas		2				2			18
Rua da Cadeia		5				5			18
Totais para os logradouros	2	67	54	1	1	125	6	1	385

Logradouro / Bairro	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Declarações de cargos	Declarações de ocupações e cargos	Domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	Total			
Bairro dos Pinheiros		2				2			10
Bairro do Pari		4				4			14
Bairro de Pirajussara									9
Bairro de Ambuassaba									5
Totais para os bairros		6				6			38
Total	2	73	54	1	1	131	6	1	423

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenança da Cidade de São Paulo, 1765 (ver **Bibliografia**).

área pertencente à mesma Companhia. Note-se, por exemplo, que o bairro dos Pinheiros, apesar de recenseado em 1765 como parte da Companhia de Ordenanças da Cidade, não prolongava a extensão construída de São Paulo no século dezoito, como pudemos observar na **Figura 5**.

Percebemos, portanto, que a maior parte (91%) dos chefes de domicílio dessa Companhia de Ordenanças possuía residência na área arruada, a *cidade*. Dentre eles, 125 (32,5%) declararam suas ocupações, entre as quais apenas dois (1,6%) estavam ligadas ao setor primário, 67 (53,6%) ao secundário e 54 (43,2%) ao terciário. A esse respeito, cabe indicar que, entre os dez logradouros indicados no censo de 1765, cinco – a saber, a R. do Canto do Cir. Fonseca até o Beco de Santa Teresa, R. de São Bento e Anhangabaú, a R. do Canto da Sé até o Rosário, a R. Direita e a R. do Canto da Lapa até a Misericórdia – concentram mais da metade (66,2%) dos domicílios contados e a maioria das atividades recenseadas (80,2%). Note-se, ainda, que os poucos cargos declarados pelos chefes de domicílio também estavam concentrados nessa área específica do espaço arruado.

Tomadas isoladamente, tais informações nos permitem apenas uma primeira vista da organização da área central do município: cercada por bairros de pequena população, sem aparente especialização espacial ou ocupacional, ela se impunha como a única área arruada, eminentemente voltada para as atividades manufatureiras e comerciais, e na qual alguns logradouros destacavam-se pela concentração de domicílios e atividades profissionais.

Vejamos, na **Tabela 6**, o quanto e de que maneira essa situação inicial se alterou nos mapas de população subseqüentes. Nela encontramos uma nova distribuição dos domicílios recenseados nos logradouros e bairros da Companhia de Ordenanças da Cidade, que em 1775 ainda era a única correspondente à área central de São Paulo. A partir desses dados, verificaremos que o número de domicílios contados através desses referenciais sofreu um aumento significativo (15,8%) quando comparado ao de 1765. Além disso, podemos perceber que a maioria dos domicílios dessa área (93%) continuava aglomerada na região arruada, onde, em dez anos, o número de logradouros cresceu de dez para dezesseis.

Em relação a estes últimos, destaque-se inicialmente que, com exceção da Rua Direita e da Rua de São Bento e Anhangabaú, a maioria dos logradouros discriminados no censo de 1765 não mais aparece. Com isso, os antigos sentidos de circulação – entre a Sé e o Rosário, a Lapa e a Misericórdia ou Santo Antônio e a Cadeia, por exemplo – são substituídos pela identificação direta das ruas a seus edifícios de destaque. Assim, a toponímia empregada nos sugere, além da

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS RECENSEADOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO (CIA DE ORDENANÇAS DA CIDADE), 1775

Logradouro/Bairro	Número de domicílios
Rua de São Bento e Anhangabaú	50
Caminho da Luz	44
Rua para o Carmo e suas travessas	42
Travessa	42
Rua Direita	40
Rua de São Gonçalo até a Sé e travessas	32
Rua das Flores	31
Rua da Quitanda	30
Rua para São Francisco	29
Rua da Boa Vista	24
Travessa para o Colégio	22
Rua para São Gonçalo e suas travessas	21
Rua do Rosário	16
Rua detrás de São Francisco e Guaçu	15
Páteo de São Gonçalo	14
Páteo da Sé	4
Total para os logradouros	456
Bairro dos Pinheiros e Emboassava	19
Bairro de Pari	15
Total para os bairros	34
Total	490

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenanças da Cidade de São Paulo, 1775 (ver **Bibliografia**).

persistência das instituições religiosas como referenciais urbanísticos, a identificação mais precisa das ruas e de suas travessas, em comparação ao mapa de população de 1765.

Os dados de 1775 demonstram ainda uma distribuição mais eqüitativa dos domicílios em relação aos logradouros citados, com uma menor oscilação entre o número mínimo/máximo de fogos por logradouro, em comparação a 1765[64]. Entretanto, e apesar da mudança dos topônimos empregados, persiste a concentração dos domicílios em torno dos eixos formados pelas áreas de São Bento/Anhangabaú/Luz e pela Rua Direita.

Analisados em conjunto, esses dados tornam possível perceber que, em uma década, o núcleo central da cidade manteve-se como a área de maior concentração domiciliar e sua a organização espacial tornou-se mais complexa e equilibrada. O aumento do número de domicílios contados foi acompanhado pela proliferação de ruas e travessas que distribuíam mais uniformemente os fogos recenseados.

Também em relação ao censo de 1775 é interessante notar que a quantidade de fogos recenseados fora da área arruada sofreu um pequeno decréscimo, em relação 1765, passando a totalizar 34 fogos (6,9%), divididos entre os bairros do Pari, dos Pinheiros e de Emboassaba. Considerados em função do crescimento no número de domicílios e de logradouros na área arruada, tais números poderiam mesmo sugerir uma tendência para a diminuição dos fogos nesses bairros. Por fim, ressalte-se que, apesar de permanecer vinculado à Companhia de Ordenanças da Cidade, o bairro de Pinheiros ainda não havia se integrado à área construída de São Paulo (**Figura 5**), como em 1765.

Quanto às ocupações e cargos declarados, o recenseamento de 1775 não nos permite quaisquer considerações. Contrariando as insistentes instruções ditadas pelo governo da Capitania, essas informações parecem ter sido registradas aleatoriamente, resultando em percentuais muito inferiores aos registrados no censo de 1765. O mesmo problema ocorre com os dados relativos ao censo de 1795, o que não nos impede, contudo, de acompanhar ao menos a disposição dos domicílios na área recenseada nessa data. Para tanto, vejamos os dados apresentados na **Tabela 7**.

---

[64] De acordo com os dados de 1765, os três menores logradouros da Companhia de Ordenanças da Cidade detinham entre 4,6 e 4,9% dos fogos, enquanto os três maiores contavam entre 13,8 e 24,2% dos domicílios com indicação de logradouro. No censo de 1775, nessa mesma Companhia, os números se alteram para a faixa de 0,9 a 3,3%, nos menores logradouros, e de 9,2 a 11%, nos maiores.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS RECENSEADOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO (1 E 2 COMPANHIAS DE ORDENANÇAS DA CIDADE), 1795

Logradouro/Bairro	Número de domicílios
Rua do Rosário	66
Rua de São Bento	56
Rua da Quitanda	51
Rua do Padre Joaquim Elias	48
Rua do Padre Antônio de Oliveira	45
Rua da Boa Vista	41
Rua Direita	30
Rua detrás de São Gonçalo	30
Rua de Santa Ifigênia	29
Ponte Nova até o Piques	28
Rua das Flores	26
Rua de Santa Teresa	24
Rua Nova	24
Rua detrás do Carmo até Santa Teresa	22
Rua do Padre Manoel Álvares	20
Anhangabaú	19
Rua do Jogo da Bola	17
Rua da Freira (R. das Freiras)	15
Rua detrás do Carmo	13
Rua do Cônego Paulo	12
Rua de São Francisco	11
Páteo do Carmo	10
Páteo da Sé	8

Logradouro/Bairro	Número de domicílios
Rua do Defunto Padre Gualhabeira	8
Páteo da Misericórdia	8
Rua da Sé	8
Rua do Cônego Faustino	8
Debaixo de São Bento	7
Rua do Sementério (Rua do Cemitério)	6
Rua do Coronel Mexia	6
Rua de Antônio Bernardino	6
Caminho da Luz	5
Tabatinguera	5
Páteo do Colégio	5
Rua de Santa Teresa até a Sé	5
Ponte do Carmo	4
Rua da Fundição	4
Rua do Padre João Esteves	4
Rua detrás de São Bento	3
Rua dos Quartéis (Rua do Quartel)	2
Total para os logradouros	739
Bairro dos Pinheiros	8
Bairro do Pari	25
Bairro de Pirajussara	18
Bairro de Emboassava	14
Total para os bairros	65
Total	804

Fontes: Mapas de população das Companhias de Ordenanças da Cidade de São Paulo, 1795 (ver **Bibliografia**).

Diante dessa nova distribuição dos fogos pelos logradouros e bairros de São Paulo, então divididos nas duas Companhias de Ordenanças da Cidade, percebemos que as unidades domiciliares contadas em 1795 cresceram cerca de 64% em relação aos totais de 1775. Tal crescimento foi acompanhado, por sua vez, da multiplicação das ruas e outras referências utilizadas para a transcrição dos dados domiciliares, que já somavam quarenta. Novamente, parte dos logradouros antes utilizados desaparece, dando lugar a denominações que descrevem mais cuidadosamente a área recenseada. Assim, a antiga Rua de São Bento e Anhangabaú é substituída por outras, como a de São Bento, a Detrás de São Bento, a Debaixo de São Bento, e pela referência isolada ao Anhangabaú. Cabe ainda observar que também desaparecem as indicações de simples travessas, o que nos leva a crer que talvez os componentes da malha urbanizada já fossem mais precisamente identificados.

Do ponto de vista da toponímia empregada no recenseamento, os elementos de origem religiosa continuavam a prevalecer sobre os demais, seja em virtude dos vários templos citados ou da associação de nomes de padres e cônegos às ruas da *cidade*. Entretanto, esses topônimos religiosos já rivalizavam com outros ligados a novas edificações, como o quartel, o cemitério, a fundição ou a quitanda, indicativos de novos usos do espaço.

Quanto aos 65 fogos recenseados fora da área arruada (8,1% do total), podemos considerar que, em 1795, os dados mantinham-se próximos dos índices de 1765 (8,8%) e de 1775 (6,9%), novamente não acompanhando os índices de crescimento da área arruada. Tais domicílios, como antes, ainda se ajuntavam nos bairros do Pari, dos Pinheiros, de Pirajussara e de Emboassava, situação que, basicamente, se aproximava à das décadas anteriores.

Ainda que não nos seja possível comparar os dados referentes aos três recenseamentos acima abordados do ponto de vista das ocupações e cargos indicados pelos chefes de domicílio, cremos, a esta altura, poder inferir ao menos algumas características urbanísticas que poderiam ser atribuídas exclusivamente à área central da cidade. Destacamos a presença de estruturas de organização do espaço – principalmente ruas e travessas – articuladas em função de edifícios de destaque, sobretudo de uso religioso, que de fato se confirma com a análise das informações referentes a 1822[65].

[65] Antes disso, cabe lembrar que, nessa data, a organização religiosa e militar do espaço urbanizado de São Paulo havia

Para essa data, a **Tabela 8** nos apresenta a distribuição dos domicílios, das declarações de ocupação e de cargos nos logradouros e bairros recenseados nas nove Companhias de Ordenanças da Cidade. Segundo tais informações, o número de domicílios contados a partir dessas referências espaciais quase duplicou (178%) em relação ao censo de 1795; esse crescimento foi acompanhado por um novo aumento, embora não tão expressivo, do número de logradouros indicados, que então já somavam 49. Observe-se ainda a diversificação dos topônimos empregados, bem como a proliferação de nomes não vinculados à religiosidade, mas sim, associados a atividades como o comércio (R. da Quitanda, R. do Comércio, R. das Casinhas), às autoridades políticas e administrativas (R. do Príncipe, R. do Ouvidor) e a equipamentos urbanos como o cemitério, o quartel e o curral[66].

Como já sugeriam os dados relativos a 1795, além dessas novas associações, o aumento do número de logradouros coincide com a não discriminação de travessas sem identificação. O que podemos perceber, ao contrário, é a indicação de travessas que, como os demais logradouros, foram associadas a topônimos de origem diversificada. A esse respeito, a única diferença entre ruas e travessas realmente parece ser, a esta altura, o menor número de domicílios contados nessas últimas[67].

---

sido transformada, em relação aos censos anteriormente analisados, sobretudo em virtude da criação de novas paróquias, que se desmembram do território pertencente à Sé, e do surgimento de novas Companhias de Ordenança, que alteram a segmentação interna da área que permaneceu sob a autoridade daquela paróquia.

[66] Após um estudo detalhado da toponímica paulista, Maria V. de P. do Amaral Dick conclui que a nomenclatura utilizada durante os séculos XVII e XVIII, na área central de São Paulo, "... é de origem espontânea, retirada dos elementos mais sugestivos ao denominador, de índole descritiva (elementos ambientais) ou associativa (referenciais religiosos, antroponímicos e histórico-sociais)", o que, em nosso entender, reforça sua validade enquanto indicador dos usos do espaço urbano. DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996. p. 380.

[67] Segundo Murilo Marx, a relação hierárquica aí se expressa pelo fato das travessas ligarem "... duas outras vias de maior importância, seja pela largura e extensão, pela sua direção em relação a um, dois ou mais pontos de referência urbana, seja pelas atividades de todo tipo que estas congreguem", situação revertida à medida em que "... se a povoação prospera, as plantas costumam revelar um ou outro prédio se abrindo para essas vias mais estreitas". MARX, Murilo. Rua e Travessa, outro percurso. Cadernos de História de São Paulo. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1996. v. 5, p. 15 e 17.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS, OCUPAÇÕES E CARGOS RECENSEADOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO (9 COMPANHIAS DE ORDENANÇA), 1822

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Total de declarações de cargos	Total de declarações de ocupações e cargos	Total de domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	Total			
R de São Bento	2	40	25	7	8	82	30	24	105
R do Rosário	1	19	34	2	3	59	42	30	83
R da Boa Vista	1	23	7		1	32	20	8	60
R da Pólvora		10	7	1	19	37	13	9	57
R do Ouvidor		11	18	6	8	43	12	11	56
R das Flores		19	12	4	2	37	10	10	53
R de São José		13	10	5	7	35	7	6	50
R do Hospital		12	10	2	12	36	16	14	47
R do Comércio		3	28	2	1	34	27	22	45
R que vai p/ a Ponte Grande		16	5		2	23	9	7	45
R Direita	1	1	23	4	2	31	18	16	40
R do Pe. Joaquim Elias		10	6	2	1	19	11	2	40
R do Rego		18	11			29	6	4	38
R de Santa Ifigênia		7	2		13	22	14	10	35
R do Quartel		12	6	1		19	5	5	34
R da Cachoeira		16	6		5	27	8	8	34

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Total de declarações de cargos	Total de declarações de ocupações e cargos	Total de domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indetermi Nadas	Total			
R do Príncipe		11	1	2	1	25	9	8	30
R da Figueira	2	14	9	1		26	1	1	30
R do Cemitério		9	7	2	1	19	6	6	28
R do Curral		7	5	1	8	21	4	4	25
R de São João Batista		10	3	3	6	22	10	9	24
R detrás do Quartel		7	5		2	14	5	4	24
R da Freira		9	1	3	5	18	5	3	22
R do Santíssimo		6	8		1	15	7	6	22
R do Tanque		8	1	3	4	16	5	5	17
R da Quitanda		4	9			13	2	2	16
R debaixo do Santíssimo	1	5	4			10	2	2	13
Travessa do Colégio		2	1	2	1	6	6	3	13
Páteo de São Francisco		8		1		9	2	2	12
R detrás da Boa Morte		4		1	1	6			12
R debaixo de Santa Teresa			4			4			12
R que principia no Curro		3		1	3	7	1	1	11
Páteo de São Gonçalo		1	5		1	7	6	5	11
Travessa do jogo da bola		6			1	7	1	1	10
Travessa das Casinhas		1	6			7	6	5	9

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Total de declarações de cargos	Total de declarações de ocupações e cargos	Total de domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	Total			
Páteo da Sé		3		1		4	5	2	8
R que vai para SantaTeresa		1	3	1	3	8	5	5	8
Travessa do Quartel		1	4	1		6	3	3	8
Beco da Lapa		2	2			4	1	1	7
Travessa de Santo Antônio		2	3		1	6			7
Travessa do P. Capão		1	1	2		4	3	1	7
Páteo da Cadeia		2	2	1		5	1	1	5
Travessa da Quitanda		1	3			4	2	2	5
Travessa de Santa Teresa							1		3
Travessa do Cemitério									2
Beco do Inferno									2
Beco da Borda			1			1	1	1	1
Total para os logradouros	8	358	308	62	123	859	348	269	1226
Bairro do Piques		27	19	1	15	62	19	16	73
Bairro de Pirajussara	29		6		1	36	22	22	36
Bairro do Pari	5		5		17	27	9	9	27
Bairro dos Pinheiros	9	3	6		6	24	13	13	24
Bairro de Ambuassava	6	2	5		2	15	7	6	17
Bairro do Tatuapé	4		1	1	6	12	2	2	12

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor						Total de declarações de cargos	Total de declarações de ocupações e cargos	Total de domicílios nos logradouros
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	Total			
Bairro do Ipiranga	3		5			8	4	4	8
Bairro do Mata Fome		1	2		3	6	2	2	7
Total para os bairros	56	33	49	2	50	190	78	74	190
Total	64	391	357	64	173	1049	426	343	1430

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenança da Cidade de São Paulo, 1822 (ver Bibliografia).

Entretanto, a respeito dos domicílios recenseados fora da área arruada surge uma novidade: um total de 190 fogos, cerca de 13,3% dos domicílios contados, nos indica um crescimento do número de unidades domiciliares em bairros como o dos Pinheiros, do Pari, de Pirajussara, de Emboassava, e em outros até então não citados, tais como o do Ipiranga, o do Piques, o de Tatuapé e o Beco do Mata Fome. Isso talvez se justifique pelo próprio surgimento de novas companhias de ordenanças, subordinando áreas antes não recenseadas juntamente com o restante da *cidade*.

De modo geral, como procuramos demonstrar, o número de domicílios e dos logradouros recenseados na área arruada cresceu continuamente em todo o período entre 1765 e 1822. Nesse intervalo, a toponímia empregada pelos recenseadores para designar as referências urbanísticas sugere uma percepção mais nítida e diversificada dos espaços da *cidade*, na medida em que evitou a aglomeração de grandes áreas e assimilou novos referenciais, além dos de caráter religioso, que sugerem novos usos do espaço urbanizado.

No mesmo período, as demais áreas ligadas à Companhia da Cidade, caso dos bairros de Pinheiros, do Pari, de Pirajussara e Emboassava, entre outros, mantiveram-se como núcleos de povoamento reduzidos, com pequenos índices de crescimento. Além disso, no momento em que a malha urbanizada da área central tornava-se mais complexa, nenhum dos mapas de população desses bairros revelou indícios de organização urbanística, mesmo que incipiente. Significativamente, tais bairros apenas seriam anexados à mancha construída central durante nosso século, como podemos notar nas **Figuras 4** e **5**.

No que se refere à indicação de ocupações e cargos, o recenseamento de 1822 volta a apresentar informações sistemáticas a partir das quais podem ser feitas comparações com a situação registrada no censo de 1765. De fato, ao considerar os dados referentes aos mapas de população de 1822 (**Tabela 8**), note-se o grande percentual de indicações de ocupação, em comparação aos censos anteriores: apesar da irregularidade e mesmo da ausência de informações nos documentos de 1775 e de 1795, a porcentagem de citação das ocupações saltou de 31% dos chefes de domicílios recenseados, em 1765, para, 73,4%, em 1822. Em nossa opinião, isso reafirma a incorreção das informações apresentadas naqueles dois censos realizados entre essas datas.

Entre as ocupações apontadas no recenseamento de 1822, 6,1% vinculavam-se ao setor primário, contra 37,3% e 34% no secundário e no terciário, respectivamente. Frente a esses dados, colocam-se duas questões interessantes: o aparente aumento no índice das ocupações primárias

entre a população do núcleo central e o predomínio, na mesma área, das atividades secundárias e terciárias.

Para análise daquele primeiro problema, note-se que, de acordo com a **Tabela 8**, 64 chefes de domicílio contados declararam ocupações primárias, sendo que 56 deles viviam nos bairros do Piques, de Pirajussara, do Pari, dos Pinheiros, de Emboassava, do Tatuapé e no Mata Fome. O aumento dessas ocupações em relação a 1765 poderia ser associado, assim como o crescimento do número de fogos recenseados na área central do município, à criação de novas Companhias de Ordenanças da Cidade, com a provável incorporação das ocupações de suas populações ao rol de atividades encontradas. Fica evidente, de qualquer maneira, que as atividades de caráter primário eram exercidas majoritariamente fora da área arruada central, mesmo não sendo as únicas a ser declaradas nos arredores da *cidade*.

A esse respeito, note-se: conforme a mesma tabela, o bairro dos Piques apresentava exclusivamente ocupações secundárias e terciárias, que também aparecem nos demais bairros, quase igualando as declarações de atividades primárias. Mas, antes de quaisquer conclusões, vejamos a **Tabela 9**, que descreve as atividades terciárias declaradas pelos chefes de domicílio da área não arruada das Companhias de Ordenança da Cidade, e nos permite perceber, entre elas, um destaque para o comércio, seguido das tropas e de um número reduzido de ocupados com a prestação de serviços. Nada semelhante, portanto, com a situação *cidade*, como veremos.

A título de comparação, relacionamos na **Tabela 10** as ocupações do setor terciário declaradas pelos chefes de domicílio da área arruada de São Paulo, em 1822, entre as quais notamos uma presença importante do comércio (bastante diversificado) e uma grande variedade de serviços prestados. Com efeito, a julgar-se pelo exemplo desse grupo de atividades, poderíamos dizer que, no período entre os recenseamentos de 1765 e 1822, não era simplesmente a pequena expressão das atividades primárias ou o predomínio das ocupações secundárias e terciárias que caracterizavam a vida econômica do núcleo urbano paulistano mas também a diversificação das atividades ali desempenhadas.

Essa sugestão é ainda mais relevante se notarmos que, apesar de aglutinarem quase três quartos (71,6%) dos chefes de domicílio da área arruada e que declararam ocupações em 1822, os setores secundário e terciário já conviviam com o exercício de atividades diversificadas (22,6%), tais como o aluguel de imóveis, a obtenção de rendas através dos escravos, e a dependência dos

TABELA 9: ATIVIDADES DO SETOR TERCIÁRIO DECLARADAS PELOS CHEFES DE DOMICÍLIO NOS BAIRROS DO PIQUES, PIRAJUSSARA, PARI, PINHEIROS, EMBOASSAVA, TATUAPÉ E MATA FOME, 1822

OCUPAÇÕES DECLARADAS	NÚMERO DE DECLARAÇÕES (EM FUNÇÃO DO TOTAL DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS RECENSEADAS NA ÁREA)
Caixeiro	1
Lavadeira	1
Vive de carros	4
Vive de música	3
Vive de seu negócio	6
Vive de sua venda	16
Vive de seu soldo	3
Vive de sua côngrua	1
Vive de sua tropa (Tropa de bestas/Tropeiro)	6
Vive de suas escritas	8
Total de declarações no setor terciário	**49**

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenanças da Cidade de São Paulo, 1822 (ver **Bibliografia**).

TABELA 10: ATIVIDADES TERCIÁRIAS DECLARADAS PELOS CHEFES DE DOMICÍLIO RECENSEADOS NA ÁREA ARRUADA DE SÃO PAULO, 1822

Ocupações declaradas	Número de declarações
Advogado	1
Barbeiro	1
Boticário (Vive de sua botica)	3
Caseira	2
Cirurgião	1
Com fazenda seca na Vila de Itu	1
Com loja, com venda, venda, vendilhão, de sua venda	98
Com ocupação na Casa da Ópera (Vive da C. da Ópera)	2
Caixeiro	4
Com emprego no Banco	3
Cômico	1
Escreve na Secretaria	1
Lavadeira	16
Letrado	2
Médico	1
Membro do governo	1
Músico (Músico – 2 Linha)	4
Requerente	3
Tropa de bestas (Vive de sua tropa)	3
Vive de carros	2
Vive de fazenda seca, de fazenda seca e molhados, de negócio de fazenda, de molhados ou de negócio de molhados, de loja fazenda ou de loja de fazenda seca, de armazém de molhados	44
Vive de jogo de bilhar	2
Vive de loja de ferragem	1

Ocupações declaradas	Número de declarações
Vive de negócio de dízimos	1
Vive de seu armazém	1
Vive de seu soldo	56
Vive de seu negócio	75
Vive de sua côngrua, de suas ordens	3
Vive de sua tropa (Tropa de bestas)	3
Vive de sua venda de açúcar	1
Vive de suas missas	10
Vive de suas quitandas	10
Total	354

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenança da Cidade, de São Paulo, 1822 (ver **Bibliografia**).

salários, dos ofícios e das agências indeterminadas, enfatizando a diversidade das atividades exercidas na área arruada.

A propósito, o recenseamento de 1822 também nos permite verificar de que maneira essas ocupações estavam distribuídas pelas ruas da *cidade*. Conforme os dados da **Tabela 8**, tais atividades tendiam a se concentrar nas ruas com maior número de fogos recenseados (Rua de São Bento, do Rosário, da Boa Vista, da Pólvora, do Ouvidor, das Flores e de São Jose, entre outras), processo que já havíamos notado no censo de 1765 e que aparentemente se manteve até as primeiras décadas do século dezenove.

Além do crescimento e da diversificação das atividades recenseadas no núcleo central, o censo de 1822 (**Tabela 8**) demonstra que 29,8% dos chefes de domicílio contados nos logradouros e bairros das Companhias da Cidade ocupavam cargos. A esse respeito cabe acrescentar: paralela à crescente indicação de cargos ao longo do período considerado, parece haver uma tendência progressiva na declaração simultânea de ocupações e de cargos, de tal forma que, naquela data, 343 (38,9%) chefes de domicílio informaram o exercício de pelo menos uma atividade profissional e a ocupação simultânea de ao menos um cargo. Além disso, a **Tabela 8** também nos permite concluir que, entre esses chefes de domicílio, 269 (78,4%) viviam na área arruada de São Paulo.

A **Tabela 11** nos apresenta a localização desses mesmos chefes de domicílio nos logradouros recenseados em 1822 e também sua distribuição entre os setores da economia local. Como podemos perceber, tratavam-se de indivíduos ocupados majoritariamente em atividades secundárias e terciárias (21,2 e 61,7%, respectivamente) e instalando-se naquelas ruas que, como vimos, concentravam a maioria das unidades domiciliares e das indicações de ocupação.

É possível afirmar, portanto, que no interior da área urbanizada ou da *cidade* coexistiam espaços definidos em função da concentração demográfica e das atividades desempenhadas. Estas últimas demonstram um aumento e uma diversificação crescentes e parecem estar diretamente relacionadas com a indicação de cargos pelos chefes de domicílio.

Assim, concluímos que a área submetida às Companhias de Ordenanças da Cidade, única marcada por caracteres urbanísticos em todo o município, também pode ser particularizada em função das atividades econômicas ali exercidas, entre as quais as relativas ao setor terciário estavam mais vinculadas à ocupação dos cargos recenseados. O que sugere que a organização e a

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO COM OCUPAÇÕES E CARGOS RECENSEADOS NOS LOGRADOUROS DE SÃO PAULO (9 COMPANHIAS DE ORDENANÇA), 1822

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor					Total de declarações de ocup. e cargos
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	
R de São Bento	1	4	14		5	24
R do Rosário		10	18		2	30
R da Boa Vista	1	4	3			8
R da Pólvora		1	6		2	9
R do Ouvidor		2	9			11
R das Flores		1	8		1	10
R de São José	1	4			1	6
R do Hospital		3	4		7	14
R do Comércio		2	20			22
R que vai p/ a Ponte Grande		4	3			7
R Direita			15		1	16
R do Pe. Joaquim Elias		1	1			2
R do Rego			4			4

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor					Total de declarações de ocup. e cargos
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	
R de Santa Ifigênia		2	2		6	10
R do Quartel		1	4			5
R da Cachoeira		2	3		3	8
R do Príncipe		2	6			8
R da Figueira			1			1
R do Cemitério			5		1	6
R do Curral		2			2	4
R de São João Batista		2	3		4	9
R detrás do Quartel			3		1	4
R da Freira		1	1	1		3
R do Santíssimo			5		1	6
R do Tanque		3			2	5
R da Quitanda		1	1			2
R debaixo do Santíssimo			2			2
Travessa do Colégio		1	1		1	3
Páteo de São Francisco		2				2

Logradouros/Bairros	Declarações de ocupações dos chefes de domicílio por setor					Total de declarações de ocup. e cargos
	Primário	Secundário	Terciário	Outras	Indeterminadas	
R que principia no Curro		1				1
Páteo de São Gonçalo		1	4			5
Travessa do jogo da bola		1				1
Travessa das Casinhas			5			5
Páteo da Sé		2				2
R que vai para Santa Teresa			2	1	2	5
Travessa do Quartel			3			3
Beco da Lapa		1				1
Travessa do P. Capão			1			1
Páteo da Cadeia			1			1
Travessa da Quitanda			2			2
Beco da Borda			1			1
Total	2	57	166	2	42	269

Fonte: Mapas de população das Companhias de Ordenança da Cidade de São Paulo, 1822 (ver **Bibliografia**).

utilização do espaço contribuíam para o destaque urbanístico e social de uma determinada região do município: a Cidade de São Paulo.

Seriam as mesmas conclusões válidas para os bairros de Santana, de N. Senhora da Penha e S. Miguel e de N. Senhora do Ó? Para discutir esta questão, vejamos os dados da **Tabela 12**, que nos permite comparar o número de domicílios, de atividades e de cargos recenseados na Cidade e nos bairros acima citados em 1765 e em 1822.

Entre essas informações, é importante observar inicialmente que, entre 1765 e 1822, o número de domicílios recenseados nos bairros de Santana, N. Senhora do Ó e de N. Senhora da Penha e S. Miguel aumentou progressivamente, acompanhando o crescimento observado na área central do município. De fato, nesse período, podemos observar um aumento importante no número de fogos nos bairros de Santana (251,9%), N. Senhora do Ó (233,3%) e de N. Senhora da Penha e São Miguel (173,7%). Tais índices, apesar de inferiores aos registrados na área central da cidade (cerca de 367,9%), demonstram um crescimento do número das unidades domiciliares nesses bairros – sem permitir que se afirme o surgimento ou o desenvolvimento de uma malha urbanizada nessas localidades, como no caso da Cidade.

No que se refere às ocupações recenseadas, os mapas de população consultados demonstram que, em 1822, os percentuais de declaração de ocupações dos chefes de domicílio nos bairros de Santana (91,2%), de N. Senhora do Ó (94,7%) e de N. Senhora da Penha e São Miguel (91,3%) ultrapassam aqueles registrados no núcleo central do município (74,7%), demonstrando a participação daqueles indivíduos na economia local.

Entretanto, isso não nos permite afirmar que o aumento dos domicílios recenseados nessas áreas tenha sido acompanhado, assim como na área central de São Paulo, por uma diversificação das ocupações nelas exercidas[68]. Ao contrário, o rol das atividades declaradas nesses bairros demonstra que sua população vinculava-se basicamente ao setor primário, contrariando o que se observava na área central do município, e confirmando a existência de diferenças funcionais entre o

[68] De fato, apenas por volta de 1822 os recenseamentos desses bairros passaram a apresentar informações relativas às ocupações ou cargos dos componentes dos domicílios, o que dificulta a comparação entre o perfil ocupacional da população da área central e dos bairros aqui analisados, no período anterior àquela data.

TABELA 12: COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS, OCUPAÇÕES E CARGOS RECENSEADOS NAS 9 COMPANHIAS DE ORDENANÇAS DA CIDADE E NOS BAIRROS DE N. SENHORA DO Ó, SANTANA E N. S. DA PENHA E S. MIGUEL, EM 1765 E 1822

	Cidade		N. Senhora do Ó		Santana		N. S. da Penha e S. Miguel	
	1765	1822	1765	1822	1765	1822	1765	1822
Primárias	2	66	47	105	46	59		91
Secundárias	73	401	6	14	2	21		50
Terciárias	54	404		7		17		13
Outras	1	76	1			8		2
Indeterminadas	1	235	1			19		1
Total de declarações de ocupações	131	1182	55	126	48	124		157
Total de declarações de cargos	6	488	10	50	8	67	1	19
Total de declarações de ocup. e cargo	1	397	9	46	6	59		15
Total de domicílios recenseados	430	1582	57	133	54	136	99	172

Fonte: Mapas de população dos Bairros de Nossa Senhora do ò, Santana, Nossa Senhora da Penha e São Miguel, 1765 e 1822 (ver **Bibliografia**)

núcleo urbanizado e os bairros paulistanos, entre o povoado e os montes, como sugeriu Bluteau, ou entre a Cidade e as colinas que a circundavam.

Assim sendo, nos parece correto afirmar que esses bairros diferiam da Cidade não apenas pela ausência de estruturas urbanísticas de organização espacial como também pela forma de utilização do espaço, privilegiando as ocupações agrícolas.

É, portanto, compreensível que mesmo não sendo "terra de ninguém", como o restante do território pertencente ao *termo* municipal, esses bairros aparentemente não se apresentavam a seus recenseadores como semelhantes ao núcleo central. Apesar da mesma orientação topográfica, da existência de caminhos insistentemente mantidos, da existência de casas e da presença comum de instituições religiosas e militares, nos parece haver uma ruptura qualitativa entre os bairros – fossem eles destinados à reserva de mão de obra indígena ou às atividades agrícolas – e a área arruada do município.

Mas, apesar das diferenças evidentes entre a organização econômica da área central e dos bairros do município acima considerados, é interessante observar alguns processos comuns às duas áreas. De fato, a **Tabela 12** demonstra que, tal como na área arruada de São Paulo, os números de indicações de cargos e de declarações simultâneas de ocupações e cargos tiveram um aumento semelhante ao das indicações de ocupação, sugerindo uma maior participação da população dessas áreas na economia e nas instituições municipais.

A esse respeito, cabe ainda considerar os dados reunidos na **Tabela 13**, que demonstram o perfil ocupacional dos chefes de domicílio com cargos declarados nos bairros de Santana, de N. Senhora do Ó e de N. S. da Penha e S. Miguel, em 1765 e 1822. Como podemos notar, os dados retirados dos mapas de população desses bairros indicam que a maior parte dos chefes de domicílio com cargos recenseados exercia atividades ligadas ao setor primário.

Assim sendo, esses bairros, com suas capelas, paróquias ou companhias de ordenanças fixadas no topo dos montes que cercavam a Cidade, também nos parecem ter experimentado uma relação específica entre as atividades econômicas ali desenvolvidas e a participação nas instituições locais. Nesses bairros, como na área arruada central, configuravam-se arranjos espaciais e sociais marcados por uma organização e utilização específica do espaço, respectiva e sumariamente caracterizados pela inexistência de marcos urbanísticos e pela dedicação às atividades primárias, as quais aparentemente se relacionavam com a ocupação dos cargos recenseados.

TABELA 13: OCUPAÇÕES DECLARADAS PELOS CHEFES DE DOMICÍLIO COM CARGOS, NOS BAIRROS DE N. SENHORA DO Ó, SANTANA E N. S. DA PENHA E SÃO MIGUEL, 1765 E 1822

Atividades	N. Senhora do Ó		N. S. da Penha e S. Miguel		Santana	
	1765	1822	1765	1822	1765	1822
Primárias	8	39		9	8	37
Secundárias	1	2		2		9
Terciárias		5		4		5
Indeterminadas						5
Outras						
Total	9	46		15	8	59

Fonte: Mapas de população dos bairros de N. Senhora do ó, Santana e N. S. da Penha e São Miguel (ver **Bibliografia**).

Reforça-se assim nossa suposição de que, apesar de instalados em áreas mais ou menos distantes do núcleo central (selecionadas por seus habitantes em virtude das vantagens oferecidas pela topografia) e de desenvolverem diferentes formas de organização física e de utilização do espaço, os habitantes do município estavam sujeitos a um mesmo "aperto da liberdade" e partilhavam das mesmas estratégias.

Dessa forma, nos parecem válidas para o caso paulistano, entre 1765 e 1822, as conclusões de Taylor a respeito das "cidades invisíveis" da África oriental, no século dezenove. Segundo o autor, uma "cidade invisível" pode ser definida como "... uma locação na qual muitas das funções de uma cidade são contempladas apesar da pequena ou da não existência de estruturas permanentes associadas a essas funções, ao contrário do que os observadores acostumados ao conceito ocidental de cidades poderiam esperar ..."[69].

Tais funções seriam exercidas em áreas específicas que, de acordo com Taylor, representavam "lugares centrais" para as sociedades analisadas. Esses lugares, apesar de não utilizados para residência, possibilitavam a dispersão e o crescimento da população sem que se descaracterizasse o vínculo comunitário. Tal situação, se comparada às expectativas do europeu ocidental em relação às cidades, permitiria ao autor concluir que "... diferentes culturas percebem e usam o espaço de formas diferentes ..."[70].

Adaptadas ao caso da São Paulo de finais do período colonial brasileiro, essas sugestões nos levam a imaginar que, desempenhando papéis diferentes no conjunto da organização municipal, os habitantes dos bairros que orbitavam a Cidade permaneciam tão sujeitos às regras da vida urbana quanto os moradores da área arruada: desempenhavam os papéis econômicos desejados e mantinham ativas as estruturas de controle religioso e leigo organizadas a partir da área central.

Em outras palavras, adequando-se às expectativas sociais relacionadas aos diferentes núcleos do município – que configurariam, portanto, diferentes paisagens ou leituras socialmente produzidas do espaço – seus respectivos habitantes partilhariam o ambiente urbano tanto quanto a população que habitava a área arruada. Nesse caso, constituiria-se uma cidade invisível, na qual a

---

[69] TAYLOR, D. R. F. The concept of invisible town and spatial organization in East Africa. *Comparative urban research*, v. 5, n. 2-3/1978. p. 44.

[70] TAYLOR, The concept of invisible town and spatial organization in East Africa. p. 46.

urbanidade corresponderia à adequação do comportamento individual ao olhar dos homens que, a partir do núcleo urbanizado central, definiam os valores atribuídos às colinas, ao redor do povoado.

Assim sendo, a análise da especialização desses espaços, ou da espacialização de atribuições nas áreas pertencentes ao território de São Paulo, nos parece ser uma etapa importante para a compreensão dos valores atribuídos pela administração metropolitana e pelos habitantes de São Paulo ao espaço urbanizado paulistano e à natureza que o cercava. Mas, para tanto, cremos ter demonstrado que a simples eleição dos padrões urbanísticos como instrumento exclusivo e suficiente para delimitar a *cidade* ou a experiência da vida urbana não seria a melhor das opções.

A esse respeito, lembramos as considerações de Taylor, sobre a percepção e o uso sociais do espaço.

> "As atividades humanas são simultaneamente conformação e ocupação do espaço e existe uma inter-relação entre os objetivos estabelecidos e as estruturas e processos utilizados para alcançá-los. As estruturas espaciais refletem os objetivos da sociedade. Se estes mudam, o mesmo deveria acontecer com aquelas. Se isso não ocorrer, as mudanças na direção daqueles objetivos poderão ser lentas ou, em alguns casos, bloqueadas."[71]

De acordo com o autor, a análise da transformação espacial imposta pelas atividades humanas implicaria em atentarmos para os objetivos sociais nelas envolvidas. Como procuramos demonstrar, a compreensão da experiência urbana colonial não poderia pautar-se pela exclusão de formas não urbanísticas de apropriação do espaço, em função de idéias posteriores de cidade ou de vida urbana; ao contrário, deveria buscar compreender as diferentes formas de organização e transformação espacial observadas num contexto histórico a partir dos objetivos e valores socialmente estabelecidos. Mesmo porque o "viver em cidade" que nos importa é o que pode ser apreendido nas concepções então válidas e empregadas de cidade e de vida urbana.

Isso considerado, é importante lembrar que, se as experiências urbanas dos memorialistas e geógrafos paulistanos da primeira metade do século vinte – com suas respectivas constituições do espaço urbano colonial – são instrumentos importantes para a compreensão dos conceitos de

---

[71] TAYLOR, The concept of invisible town and spatial organization in East Africa. p. 48.

cidade ou de urbanidade próprios daquele período de nosso século, apenas buscando recuperar os significados desses mesmos conceitos, no final do século dezoito, poderemos avaliar coerentemente a vida urbana na São Paulo colonial, bem como sua importância para a administração metropolitana ou para a população local.

Façamos, pois, um esforço para tentar nos esquecer da vila que teria voltado-se para o sertão, doando-se em favor da Nação, ou para não procurar na mancha construída da São Paulo setecentista apenas o embrião da metrópole moderna. Com isso, talvez possamos percorrer os diferentes espaços que compunham o município mantendo em nosso horizonte o sobe e desce vagaroso das colinas a partir das quais se podia avistar, à distância, as torres e os telhados característicos da Cidade. Esses, quem sabe, poderiam oferecer mesmo aos moradores dos bairros mais distantes o sentimento do viver em povoado.

III. O porto, a cidade e o campo

Tendo em vista nosso interesse em analisar a organização espacial e social paulistana a partir da segunda metade do século dezoito, é importante lembrar que a experiência urbana na São Paulo daquele período já foi avaliada sob diversas perspectivas. Assim, indicamos inicialmente que, no debate em torno das especificidades e dos destinos da Nação, São Paulo representou um exemplo da oposição entre as civilizações sertaneja e litorânea, entre o nacional e o estrangeiro, o próprio e o exterior, Sertão e Colônia. Em decorrência dessa associação, a cidade também teria sido tomada como exemplo da urbanização colonial: pobre, precária e despovoada, ela demonstraria bem os resultados de uma colonização centrífuga, monocultora e escravista, responsável por grande parte das mazelas brasileiras.

Em seguida, buscamos evidenciar que a transformação de São Paulo num exemplo de cidade moderna também exigiu uma leitura direcionada de seu passado colonial. Nessa leitura, além da construção de uma mitologia em torno do bandeirante paulista, ergueu-se a idéia da cidade como entroncamento de caminhos naturalmente favorecidos para o domínio do planalto, senão do país.

Para isso, no entanto, deveria negar suas características urbanísticas coloniais, típicas de uma cidade sonolenta, vazia, e não de uma metrópole progressista.

Por fim, demonstramos que, apesar dessas leituras retrospectivas do espaço urbano paulistano, a São Paulo do final do século dezoito e início do dezenove possuía uma organização espacial e institucional específica, cujas características têm sido minimizadas em função de idéias exógenas ou posteriores de cidade e de vida urbana.

Resta-nos, pois, buscar uma leitura da cidade daquele período a partir de sua organização espacial e dos valores a ela atribuídos por seus administradores e, na medida do possível, por sua população. Para tanto, partiremos das sugestões de Taylor, acima comentadas: considerar a avaliação do espaço como resultante de objetivos sociais historicamente estabelecidos e tratar as descrições da cidade e da vida urbana como paisagens ou apropriações culturais e históricas do meio e de seus usos, denotativas tanto daqueles objetivos quanto das representações do espaço deles decorrentes.

Nessa direção, vejamos inicialmente parte de uma das primeiras cartas enviadas ao Conde de Oeiras por D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, capitão-general e governador da capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, após sua chegada ao território da Colônia.

> "Não me parece que será desagradável a V. Exa. que eu ponha na sua presença o grande gosto com que vi e admirei a grandeza deste porto do Rio de Janeiro, reconhecendo dentro em mim uma especial satisfação por ele ser do domínio do nosso Augustíssimo Monarca.
> Notei a sua dilatada entrada e a facilidade com que [...] permite o poder-se dar fundo seguramente ao mar [...].
> Nesta se entra quase sem perigo porque somente o há no que se vê descoberto; acha-se bem defendida de fortalezas na qual a mais útil é a de Santa Cruz [...]. Dentro encerra uma baía capaz de conter em si as maiores armadas.
> A Cidade é bastante grande e populosa e as terras são admiráveis porque as lavradias, e mesmo os montes, tudo produz com tal vigor como não se vê na Europa e por isso não se pode facilmente imaginar o que elas são."[72]

---

[72] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. Rio de Janeiro, 22/06/1765. DI 72: 8-9.

O trecho acima, que descreve o roteiro de D. Luís Antônio de Sousa em sua chegada ao Rio de Janeiro, nos parece bastante sugestivo quanto aos elementos que chamaram a atenção do governador: o porto, a cidade e o campo. Tais recortes do meio observado, inclusive por sua utilização precoce na correspondência do governador, nos indicam um caminho para compreender seus critérios de apreensão do universo com o qual se defrontava e para desvendar os objetivos que dirigiam seu olhar.

A atenção a estas formas de uso e transformação do espaço não seria, a propósito, característica do século dezoito. Segundo Maria Fernanda Bicalho, já era possível notar, nos dois séculos anteriores, "... certa constância nas referências à natureza, à baía e ao próprio aglomerado urbano ...", referências vinculadas às necessidades de defesa da região sul da Colônia[73].

Assim, já de início, as possibilidades de navegação e defesa oferecidas pelo porto natural do Rio de Janeiro, a utilidade das fortalezas construídas à beira mar, as proporções e a população da cidade, bem como a abundância das áreas agrícolas, figuram como elementos indicativos de algumas das possíveis preocupações de D. Luís ou mesmo de seus superiores, na metrópole portuguesa. Em nossa opinião, esses três aspectos podem ser analisados a partir de dois objetos que, cremos, são apresentados no texto: a natureza e as cidades da Colônia.

No que se refere ao universo natural brasileiro, o documento transcrito é enfático quanto à admiração causada ao governador. As baías são profundas, seguras e amplas, situação ainda mais favorável pelo fato de estarem bem defendidas; os campos, por sua vez, eram admiráveis, produtivos de forma a não se poder imaginar semelhantes na Europa. Destaque-se, portanto, o entusiasmo de D. Luís Antônio de Sousa frente aos recursos naturais encontrados. Estes justificariam um otimismo inicial pelo fato das novidades relatadas pelo governador a seu superior corresponderem aos interesses da administração metropolitana, ou até por superarem suas expectativas.

Mas, como veremos, tal otimismo não duraria muito.

"Nestas Américas tudo é grande, as províncias, os rios, os montes, as Campinas, os matos, as árvores excedem extraordinariamente ao que se costuma ver no Reino. Sobretudo as

[73] Cf. BICALHO, *A Cidade e o Império*. p. 29-30.

baías e enseadas são amplíssimas e, por este motivo, difíceis de fortificar.
Os matos que cerram as passagens, a penúria e a pobreza dos habitantes daquelas praias são a única defesa. Estas enseadas de Santos ainda que não são tão grandes são contudo tão extensas que podem as naus dar fundo no meio delas sem nenhum receio que lhe chegue a artilharia das praias [...].
Todos estes portos desejo muito ir ver [...] porque na minha opinião todo o risco que se deve por hora temer nestas Américas deve ser por mar ..."[74].

O trecho acima reproduzido reforça a admiração de D. Luís Antônio de Sousa quanto ao litoral da Colônia, com suas grandes baías e enseadas, enfatizando as proporções incomparáveis da natureza colonial em relação aos padrões do Reino. Segundo o governador, tudo nas Américas era muito grande, excedendo os referenciais europeus e provocando, além do otimismo, certos transtornos. Tão desmesurado, o litoral brasileiro seria de difícil defesa, tarefa com a qual contribuíam as matas cerradas e a pobreza dos habitantes locais.

Note-se, aqui, uma situação conflitante com a descrição elaborada por D. Luís Antônio de Sousa após sua chegada ao Rio de Janeiro. De fato, onde antes se apresentavam os portos naturais bem defendidos e os campos copiosamente produtivos, vêem-se agora as enseadas expostas, protegidas apenas pela pobreza decorrente dos matos fechados e incultos. Tal mudança no tom das descrições do governador é ainda mais explícita num outro documento da mesma época.

"Depois de conferir com o Conde de Cunha, Vice Rei no Rio de Janeiro [...] parti imediatamente para a vila de Santos. [...] sobrevindo tempestade [...] fomos dar fundo ao pé do Cabo do Cairussú, que forma uma das pontas mais avançadas ao mar da enseada de Paraty. Como não se podia fazer viagem, me aproveitei [...] para ver a enseada por dentro [...] e não compreendi que houvesse meios de se lhe poder fazer algum gênero de impedimento porque a dita enseada é grandissíssima, representa o mar largo sem nenhuma diferença e se perde quase de vista a terra donde se saiu [...] e todo o resto do país, que são

[74] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 30/07/1765. DI 72:40-43

morros muito altos, estão cobertos de densíssima e asperíssima mata."[75]

No trecho acima, assim como nos anteriores, as dimensões da natureza litorânea da Colônia são apresentadas como o principal problema para a defesa dos domínios portugueses na América: as enseadas grandíssimas, tal como o próprio mar, e os morros muito altos, de mata asperíssima, aparentemente não ofereciam ao governador opções para a proteção do território.

Dessa maneira, como em sua descrição inicial da baía do Rio de Janeiro, D. Luís Antônio de Sousa relaciona os elementos que parecem ter despertado sua atenção – provavelmente coincidentes com os motivos de suas expectativas e preocupações em relação à América portuguesa[76]. Entretanto, ao defrontar-se com este último problema, o governador exibia certa dubiedade em relação à natureza litorânea da Colônia. Embora as baías do litoral de Santos sejam retratadas com a mesma admiração que as fluminenses, note-se, porém, que seu porte, ao que tudo indica incomum para os homens do Reino, representava um obstáculo para a fortificação. Da mesma forma, mesmo que as matas servissem como barreiras naturais às ofensivas externas, atuariam, no entanto, como entraves para a colonização lusa, impedindo a proliferação daqueles campos abundantes vistos em torno da cidade do Rio de Janeiro – o que provocaria a pobreza da população litorânea.

Difícil, portanto, avaliar os repetidos superlativos utilizados pelo governador. Tudo era grande demais nestas terras, o que aparentemente dificultava a tarefa de D. Luís ao relatar sua experiência no local. Daí, cremos, a comparação recorrente com os referenciais europeus, sempre superados em favor da afirmação da ostensividade da natureza tropical, ou a freqüente afirmação do governador como um observador direto dos objetos abordados. Essa insistência na comparação

---

[75] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 25/07/1765. DI 72: 39-40.

[76] A defesa da Colônia é um dos temas que, presentes na correspondência de D. Luís Antônio de Sousa, também ocupou seus sucessores. De fato, no final do século dezoito, ao nomear um comandante de esquadras para as costas brasileiras, D. Rodrigo de Sousa Coutinho instruía-lhe a obter "... as mais exatas informações das costas do Brasil, dos portos que há nas mesmas, do que seria útil fazer para povoar e, finalmente, dos meios que o conhecimento local das costas poderão sugerir para estabelecer para o futuro um grande e arrazoado sistema de defesa para aqueles tão importantes como vastos domínio...". *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para João Felipe da Fonseca*. Palácio de Queluz, 07/01/1797. DI 89: 23.

entre o ambiente colonial e o Reino, bem como na exclusão de intermediários quando da elaboração dos relatos enviados à Corte, nos informam ainda a respeito das dificuldades encontradas pelo governador para, em meados do século dezoito, traduzir para os seus pares, em Portugal, o impacto causado pelo contato com o ambiente tropical[77].

A percepção dessas dificuldades, por sua vez, é duplamente importante: demonstra um registro prévio do olhar dos administradores metropolitanos a respeito de alguns aspectos da vida na Colônia ao mesmo tempo em que nos permite conhecer seus interesses em relação a tais objetos e seus mecanismos para apreendê-los. De fato, longe de representar um recurso esporádico, a comparação e o testemunho visual ainda eram utilizados por Bernardo José de Lorena, no final do século dezoito.

> "Remeto a V. Exa. as observações feitas pelos astrônomos de V. M. [...]. Por elas verá V. Exa. a verdadeira latitude e longitude geográfica desta cidade, a qual fiz registrar na Câmara. Igualmente achará V. Exa. a variação magnética, a altura da cidade sobre o nível do mar e se admirará de ver que em tanta proximidade do trópico, o maior calor que se sentiu no verão deste ano de 1789 [...] chegou unicamente a 83 graus e o maior frio [...] que experimentamos, o frio da congelação, tendo 32 graus Farenheith. Eu mesmo vi gelo como raras vezes se vê em Lisboa."[78]

Note-se que, embora munido de um aparato científico legitimado pela chancela da Coroa, Lorena parece desconfiar da devida recepção das informações enviadas que, se causavam admiração, provavelmente o faziam por contrariar o senso comum a respeito do clima na Colônia. E,

---

[77] A propósito, tais dificuldades podem ser percebidas em outros autores, mesmo mais tarde. Note-s, por exemplo, as manobras de Aires de Casal em sua *Corografia Brasílica*, na tentativa de apresentar a seus contemporâneos europeus algumas espécies da fauna tropical, como a anta, que "[...] é o mais corpulento dos quadrúpedes brasílicos e não entra na classe de espécie alguma dos conhecidos, fazendo um gênero à parte na história dos animais. É do tamanho de um bezerro pequeno, e mui semelhante ao porco na figura do corpo, do qual animal tem também as orelhas [...]. Pasta como cavalo [...]". CASAL, Pe. Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817). São Pulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976. p. 37.

[78] *Carta de Bernardo José de Lorena para Martinho de Mello e Castro.* São Paulo, 31/07/1789. DI 45: 31-32.

neste caso, talvez importasse para a veracidade dos fatos o testemunho pessoal do reinol, capaz de avaliar a intensidade da notícia através da comparação com fenômenos conhecidos de seus iguais.

Embora tal possibilidade seja levantada a partir de uma breve análise da postura de alguns dos governadores de São Paulo em relação à observação e à descrição de certos aspectos do universo natural da Colônia, ela nos servirá como guia para alcançar, após o porto, as cidades portuguesas na América.

De fato, como vimos, ao contrário do porto e dos campos observados por D.Luís Antônio de Sousa quando de sua chegada ao Rio de Janeiro, a visão daquela cidade, "bastante grande e populosa", não motivou o governador a comparações com as cidades do Reino nem tampouco mereceu adjetivos entusiasmados. Isto posto, talvez possamos afirmar que a cidade não superava as expectativas do governador quanto à urbanização da Colônia – ainda que não ficasse muito aquém do que se poderia esperar.

Note-se que, segundo D. Luís, a capital do governo colonial, descrita sem maiores referências a seus aspectos urbanísticos, se nos apresenta apenas a partir de suas dimensões e do porte de sua população, dados que nos indicam alguns dos prováveis interesses do governo metropolitano em relação às cidades da Colônia. Nessa direção, é interessante observarmos uma carta em que D. Luís Antônio de Sousa nos oferece uma descrição inicial da cidade de São Paulo.

Respeitando a ordem do texto, vejamos o documento.

> "Está edificada a Cidade de São Paulo no meio de uma grande Campina, em sítio um pouco elevado que a descobre toda em roda."[79]

Como podemos perceber, os primeiros elementos utilizados pelo governador para descrição de São Paulo evidenciam sua posição central em relação a uma campina, área de relevo menos acentuado que parece se contrapor ao "sítio elevado" no qual se encontra a "Cidade". De tal "sítio elevado", a "Cidade" se "descobre", se dá a ver "em roda", estabelecendo-se como uma referência visual aparentemente privilegiada. O governador torna-se, então, um observador que relata seu ponto de vista. Mas também existe a possibilidade de que o "sítio elevado" figurasse como um

[79] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 57.

elemento importante na paisagem, forçosamente notado por todos os demais observadores que estivessem "em roda" da "Cidade", nas outras áreas da campina.

A esta altura, é interessante lembrar a sugestão de Ab' Sáber[80], que enfatizou a idéia de que os núcleos de povoamento paulistanos, mesmo os mais distantes, procuravam manter a área urbanizada sempre à vista.

Superado esse pequeno desnível entre as duas áreas do relevo acima mencionadas, surgem os primeiros detalhes a respeito da "Cidade".

> "O seu terreno é brando e tem as ruas, planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém não são calçadas, todas as paredes dos edifícios são de terra; os portais e allizares de pau por ser muito rara a pedra..."[81]

As referências ao "terreno brando" e às "ruas planas" nos fornecem, novamente, informações a respeito da topografia local, complementando a descrição inicial segundo a qual a cidade estaria instalada numa região plana, embora de destaque em relação a seu em torno. Entretanto alguns elementos apresentados nos trechos acima nos oferecem condições para avançar em relação a um simples reforço dos detalhes de localização e de particularidades topográficas: a "Cidade" está "edificada", tem "ruas, planas, largas e direitas" e também edifícios. A "Cidade", como aparentemente apreendida por D. Luís Antônio de Sousa, recorta a área de espaço urbanizado, evidenciando o primeiro critério distintivo da ocupação espacial empregado no documento: a presença de ruas, de edifícios e de equipamentos arquitetônicos, como pudemos perceber nas definições formuladas por Bluteau.

Essa informação inicial a respeito da existência da malha urbana é complementada na seqüência: as ruas da Cidade e as casas que por ela se alinham são conjuntamente hierarquizadas, sendo que as "...Ruas principais têm casas grandes e de Sobrado...", enquanto as demais casas "... são baixas e com quintais largos que a fazem parecer de maior extensão"[82].

---

[80] AB' SÁBER, O sítio urbano paulistano. p. 227.

[81] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 57.

[82] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 58.

Neste último trecho, podemos notar a indicação da existência de ruas principais, nas quais podiam ser observadas as construções de maior porte e, por exclusão, de ruas secundárias, com suas "casas baixas". A descrição das ruas principais com suas casas grandes ou sobrados reforça nossa análise dos mapas de população, claros a respeito da concentração de domicílios em alguns logradouros da área urbanizada. Nestes também se aglutinava a maioria das atividades econômicas, em contraste com as ruas menos densamente ocupadas e com menores índices ocupacionais.

Além de ruas não calçadas e de casas de terra, elementos urbanísticos cuja hierarquização espacial e funcional nos pareceu imbricada, a presença de alguns edifícios foi especialmente notada por D. Luís Antônio de Sousa. Mesmo na ausência de pedra, que já nas casas e sobrados havia sido substituída pela terra e pela madeira como os principais materiais construtivos, a Cidade

> "... não deixa de ter Conventos e bons Templos e altas Torres da mesma matéria com bastante segurança e duração, os mais suntuosos e melhores são a Sé, este Colégio que foi dos Jesuítas, especialmente o Seminário em que estou aquartelado, a Igreja do Carmo, e o seu convento, que se está reedificando, a de São Bento, que não está acabada e o de São Francisco, que é antigo, e o pretendem reformar; há mais um Recolhimento de mulheres, coisa limitada..."[83].

Tal comentário talvez possa ser justificado pela necessidade de relatar a presença de instituições, sobretudo religiosas, na área urbanizada, hierarquizando-as a partir de sua aparência. Entretanto, o cuidado em ressaltar a segurança, a durabilidade e a suntuosidade dos conventos e templos, a preocupação com a manutenção dos mais antigos e, principalmente, a indicação da existência de uma arquitetura notável, com altas torres, nos permitem verificar outros critérios utilizados pelo governador naquela que nos parece ser uma tentativa de comparação entre a sede da Capitania de São Paulo e as demais cidades da Colônia ou mesmo da Metrópole – com destaque para os elementos familiares à sua própria vivência urbana ou à de seus leitores metropolitanos.

Com efeito, a caracterização elaborada pelo governador ao tratar dessa área central construída, bem como o critério de distinção da ocupação espacial baseado na presença de ruas, de

---

[83] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 57/58

edificações ou elementos arquitetônicos, não nos parecem derivar de um contato empírico com a área descrita; parecem antes resultar de uma estratégia descritiva caracterizada pelo elenco, pela hierarquização e pela comparação de equipamentos urbanos, como ruas, casas e edifícios, e de seus materiais constitutivos (que, aliás, sempre comparados à pedra, nos fazem pensar nos referenciais utilizados por D. Luís Antônio de Sousa).

E, como podemos perceber, a descrição acima comentada nos parece corresponder, ainda que mais detalhadamente, à necessidade de demonstrar o porte ou as dimensões da cidade, como no caso do Rio de Janeiro, ou de descrever uma cidade bastante grande e equipada para exercer a tarefa de sediar o governo da capitania.

Entretanto, é importante ressaltar que a descrição do espaço nem sempre foi elaborada com base em seus atributos visíveis, podendo vincular-se a questões como sua hierarquização religiosa ou administrativa, como veremos abaixo.

> "Consta esta Cidade atualmente segundo a lista que mandei tirar de trezentos e noventa e dois fogos, seiscentos e quarenta e nove homens e oitocentos e sessenta e sete mulheres, porém a sua freguesia que se estende a doze léguas tem oitocentos e noventa e nove fogos em que se compreendem mil e setecentos e quarenta e oito homens e duas mil e novecentas mulheres contando neste número os de maior e menor idade..."[84].

Em relação ao trecho acima, note-se que a relação entre a "Cidade" e sua "freguesia" se expressa, basicamente, através da contagem da população, que, como na descrição antes apresentada da cidade do Rio de Janeiro, foi tratada logo após as dimensões físicas das duas cidades abordadas.

Além disso, ainda que sem o emprego imediato de atributos visuais diretamente relacionados ao espaço físico, o texto acima evidencia uma relação espacial entre a Cidade e "sua freguesia": tal relação se expressa tanto na contagem parcial e cumulativa do número de fogos ou domicílios, quanto na medida das "doze léguas" que se estendem entre as duas áreas.

---

[84] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 58.

Mas, mesmo com a descrição de D. Luís Antônio de Sousa, não dispomos de elementos para inferir mais do que uma possível dispersão populacional num território efetivamente ligado à Cidade por uma relação de "freguesia". Esta situação é mais complexa do que a ruptura entre a Cidade e seus arredores mais baixos e o documento isolado não nos permite esclarecê-la.

Contudo, tendo em mente essa clivagem estabelecida pelo governador entre a *cidade* e "sua freguesia", talvez possamos indicar as diferenças entre a cidade de São Paulo, recorte definido pelo olhar do governador em função de atributos visuais, topográficos e construtivos, e o município de São Paulo, delimitação mais ampla que, como discutimos anteriormente, se definia através da sobreposição de estruturas administrativas, judiciais e religiosas, reunindo diferentes configurações espaciais.

Tais estruturas perpassam a abordagem e descrição do espaço da São Paulo colonial e nos remetem diretamente aos procedimentos dos recenseadores paulistanos. Estes percebiam e organizavam a população enumerada na área central do município a partir de uma malha de ruas e travessas cujo valor definia-se reciprocamente ou através de sua situação em meio a edifícios ou logradouros de maior importância. Tal critério não se aplicava ao recenseamento dos demais habitantes do município.

Revela-se, portanto, um olhar contemporâneo, treinado para o reconhecimento, a diferenciação e a valorização de elementos visuais, no meio urbanizado ou não, o que também pode ser feito a partir da observação e da descrição da população das cidades da Colônia.

De fato, diante da ênfase dada à observação direta e à comparação como instrumentos para assimilação do universo colonial e às recorrentes tentativas de normatizar a abordagem demográfica e econômica da Colônia, consideramos que, se havia um olhar histórico voltado para o universo urbano ou natural brasileiro, era antes o resultado da combinação entre as instruções e a experiência de seus administradores – fossem eles os governadores da Capitania ou os milicianos encarregados da contagem da população – e não apenas o resultado da atuação imediata desses homens, no local.

Assim, se os critérios para o recenseamento da população emanavam da Metrópole, traziam consigo determinadas noções de cidade e de urbanidade que, por sua vez, iriam se confrontar com as especificidades da organização espacial e populacional paulistanas. Ao mesmo tempo, como sugere Taylor, as perspectivas dos administradores metropolitanos podem ser tomadas como

portadoras de objetivos historicamente estabelecidos, cuja realização prática implicaria na assimilação e, se necessário, na transformação da natureza desmesurada e das formas de organização espacial e social da população, como apreendidas com a permanência na Colônia.

Conseqüentemente, a convivência com esses espaços deveria contribuir para que fossem alcançados os objetivos desejados naquele contexto histórico, exigindo a adesão da população àqueles objetivos e, se necessário, a transformação das estruturas espaciais necessárias para sua realização efetiva. Ou, mais sucintamente, produzindo uma idéia de vida urbana e de cidade.

Poderíamos, portanto, nos referir à insistência de D. Luís em relação à posição central e ao relevo privilegiado da Cidade em relação à campina, à presença de ruas, mesmo que não calçadas, e de edifícios de terra e madeira, na ausência da pedra, como elementos constituintes de um recorte qualitativo operado pelo governador entre o espaço urbanizado e seus arredores. Este recorte é de grande importância para que possamos compreender a historicidade de sua atuação.

De fato, se retornarmos à descrição elaborada por D. Luís Antônio de Sousa quando de sua chegada a São Paulo, poderemos perceber que as características Cidade – tais como a situação elevada na campina, acompanhada de formas específicas de ocupação espacial, como a presença de ruas e edifícios – são exclusivas e, no decorrer do relato, foram contrapostas aos atributos utilizados para caracterização dos arredores da cidade, ou da área não edificada.

De acordo com D. Luís Antônio de Sousa,

> "... os seus arredores são alegres mas infrutíferos, cuido que pela negligência dos Naturais; por uma parte é regada da Ribeira Tamanduateí, que com repetidas voltas a Circula e com as suas enchentes inunda a maior parte da Campanha, fertilizando-a de bons pastos; pela outra tem um pequeno Ribeiro diminuto de águas, e juntas entram a pouco espaço no Tietê, ou Niemby..."[85].

Fica evidente no trecho acima a existência de uma área periférica, a dos "arredores" da Cidade, cujas características são bastante distintas das da área central. Note-se, em primeiro lugar, a referência aos "... arredores [...] infrutíferos, [...] pela negligência dos Naturais...", para os quais não

[85] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 58.

existe qualquer indicação de uma apropriação urbanística do espaço, como por exemplo a presença de ruas, casas ou edifícios; o que há, sim, é a percepção da ausência de uma forma potencial e negligenciada de uso, ou seja, a exploração agrícola.

Note-se, também, a referência ao Rio Tamanduateí e a suas "repetidas voltas" e enchentes, características de rios em áreas de várzea. Tais informações nos levam a considerar que o objeto de descrição é, nessa altura, aquela região de relevo mais baixo observada "em roda" da Cidade ou a região que "a circula". Complementando suas considerações a propósito dessa área periférica à Cidade, D. Luís Antônio de Sousa faz clara menção a sua configuração natural e utilização potencial: trata-se de área fértil, com "bons pastos", com usos bastante diferentes, portanto, da região onde uma "Cidade" foi edificada. Era a "Campanha" que então se apresentava ao olhar do governador.

Retorna, portanto, a nosso horizonte, o povoamento polinuclear de São Paulo, que, como discutimos anteriormente, privilegiou as áreas mais altas do território municipal, reservando às várzeas funções outras que não as de sediar capelas, paróquias ou bairros. De fato, as perspectivas evidenciadas pelo governador em relação a estas últimas áreas ficam evidentes num outro trecho do documento, no qual são abordados os rios que atravessam a região em torno da Cidade.

> "... por uma parte é regada da Ribeira Tamanduateí, que com repetidas voltas a Circula e com as suas enchentes inunda a maior parte da Campanha, fertilizando-a de bons pastos; pela outra tem um pequeno Ribeiro diminuto de águas, e juntas entram a pouco espaço no Tietê, ou Niemby, Rio Grande, que discorrendo até a Vila de Itú, que na língua da terra quer dizer - Salto d'água - ali se despenha e ao depois é navegável, admitindo as Frotas de Canoas, que com dilatada viagem transportam as mercadorias para nossa Capitania do Cuiabá e Mato Grosso de onde trazem também o Ouro em abundância, e os quintos para Sua Majestade, que Deus Guarde, podendo-se também navegar pelo mesmo Rio Niemby para o Paraguay entrando no Paraná ou Rio Grande, e do sobre dito Rio passar por outros com facilidade ao Rio da Prata, e Nova Colônia do Sacramento, porque para todas estas partes e outras mais que não cabem na brevidade desta Descrição dá fácil entrada ao sobre dito Rio."[86]

[86] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 10/12/1766. DI 73: 58.

Em relação a esta área periférica, o "recôncavo" da Cidade, como aparece mais tarde na correspondência entre o bispo de São Paulo e o Conselho Ultramarino[87], ganha destaque a proximidade dos rios como vantagem natural para as práticas agrícolas ou de criação. Em seguida, é posta em evidência a utilidade dos cursos d'água para a circulação através do território colonial. Seja para o abastecimento das capitanias do interior ou para o escoamento dos quintos da mineração até os cofres metropolitanos, a ênfase na posição geográfica de São Paulo em relação às vias naturais de transporte denota uma das preocupações do governador: a circulação de mercadorias e riquezas.

Ainda tratando da inserção de São Paulo na rede de comunicação fluvial conhecida e utilizada, D. Luís Antônio de Sousa menciona o acesso, através do rio Tietê, à bacia platina e, especificamente, à Colônia do Sacramento, no extremo sul do território colonial, palco de disputas entre portugueses e espanhóis durante toda a segunda metade do século dezoito. Mais uma vez, a oportunidade de deslocamento proporcionada pelos rios a partir de São Paulo é enfatizada pelo governador, afirmando a importante posição estratégica da capital, favorecida pelos recursos naturais disponíveis.

De qualquer forma, em nenhum momento as considerações efetuadas por D. Luís sugerem a possibilidade de ocupação urbanística das áreas mais baixas do território municipal. Segundo os gráficos elaborados pelos geógrafos que se dedicaram ao estudo da expansão da mancha urbana paulistana, tal prática só se consolidou a partir da segunda década do século vinte. Estaríamos, portanto, diante de um determinado conjunto de interesses ou objetivos sociais que, em meados dos setecentos, definiam e concatenavam duas áreas distintas na cidade de São Paulo, bem como suas formas de aproveitamento.

E cabe dizer, a esta altura, que além de alguns dos critérios para abordagem das diferentes formas de apropriação e uso do espaço, os documentos acima analisados revelam uma série de temas que compõem parte da tônica da correspondência dos governadores de São Paulo, entre 1765 e 1822. A esse respeito são notáveis, logo no início do governo de D. Luís Antônio de Sousa, a importância concedida à diferenciação e à afirmação da vida urbana, em detrimento da permanência

---

[87] *Provisão do Conselho Ultramarino sobre as honras eclesiásticas que se devem fazer aos Senhores Generais.* Lisboa, 15/05/1801. DI 89: 231.

nos sertões despovoados da capitania, ao aproveitamento dos recursos disponíveis para a agricultura, à descoberta e exploração do potencial da natureza colonial e às ameaças aos territórios na região Sul da Colônia e especificamente à Colônia do Sacramento.

A propósito, a constância desses temas na correspondência dos governadores da Capitania reforça a possibilidade da existência de orientações políticas e econômicas originárias do governo metropolitano, que provavelmente alcançaram as esferas administrativas locais e participaram do engendramento histórico de um determinado olhar para com os ambientes urbanizados e naturais.

Vejamos, nesse sentido, alguns outros documentos.

> "Como por todas as informações que tenho tomado é manifesto que o Arraial de Mogi Guaçu [...] se acha tão mal situado e em sítio pantanoso e doentio [...] ficando tudo desta sorte metido em um fundo insalubre e desagradável, pelo que se faz menos atendível que o Arraial de Mogi Mirim, que suposto seja mais pequeno, se acha mais vantajosamente situado e por esta causa foi preferido para se levantar nele o pelourinho e erigir em vila.
> Como pelas mesmas informações me consta que junto ao Arraial de Mogi Guaçu há uma chapada muito própria para se poder situar uma larga povoação e aquele primeiro erro, que a princípio se deu na mal fundada situação, se pode emendar para o futuro [...]
> Ordeno [...] se me informe a respeito da nova situação que se pode eleger na dita chapada e para mudar pouco a pouco pelo tempo futuro o dito Arraial..."[88]

Como podemos perceber, tal como no caso paulistano, a idéia de que o terreno a ser ocupado pela área urbanizada deveria ser alto e plano foi recorrente na atuação de D. Luís Antônio de Sousa, que não hesitou em determinar o deslocamento de um povoado já estabelecido até uma região mais adequada a fim de garantir as condições supostamente necessárias para sua elevação à condição de vila. De certa forma, esse procedimento nos parece adequar-se às sugestões de Taylor, para quem a não adaptação das estruturas físicas poderia mesmo impedir a realização dos objetivos socialmente desejados.

---

[88] *Ordem de D. Luís Antônio de Sousa para construção da capela de Mogi Guaçú*. São Paulo, 15/11/1769. DI 65: 291/292.

A mesma orientação pode ser percebida em repetidos documentos, tal como podemos perceber abaixo.

> "Todos os estabelecimentos que V. Mce. mandar fazer devem ser fundados em sítio muito escolhido, cansando-se os exploradores em examinar todos os territórios vizinhos para poderem acertar a situação em paragem sadia, alegre, com boas águas, exposta ao sol, e ao mesmo tempo defensável. Destas situações são as melhores aquelas que se acham na confluência de dois rios, ou nas bordas daqueles que são navegáveis, quando o terreno não é pantanoso, para se poderem aproveitar os moradores da comodidade da navegação e das utilidades das pescarias; também se deve atender a que nos contornos haja bons campos criadores e sítios acomodados para neles se fazerem chácaras aonde colham toda a sorte de mantimentos."[89]

Escrevendo ao oficial encarregado das expedições enviadas de São Paulo para a região do Tibagy, na fronteira com os domínios espanhóis, D. Luís Antônio de Sousa o instruiu cuidadosamente, demonstrando seus interesses em relação à urbanização do território colonial e, ao mesmo tempo, sintetizando as diferenças qualitativas percebidas em relação às duas áreas que deveriam compor um núcleo de povoamento, uma futura vila ou cidade: a área destinada à urbanização e aquela reservada para a exploração dos recursos naturais.

Essa distinção, como poderemos notar abaixo, aparentemente se sedimentou na administração da Capitania.

> "... devendo-se [...] formar uma aldeia em o distrito da vila de Lorena [...] ordeno a Vmce. que [...] vá escolher o sítio em que há de ser estabelecida, tendo sempre em vista que deve ser perto de águas, para os seus usos domésticos, em lugar enxuto e que tenha uma suficiente extensão de matas para as suas plantações [...] ainda que para ele se lance mão de terras já dadas a outros cultivadores que não as cultivem nem as tenham medidas e

[89] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Tenente Coronel Ajudante de Ordens Afonso Botelho de Sampaio e Sousa.* São Paulo, 24/01/1770. DI 19: 427-431.

demarcadas [...]. Escolhida dessa sorte a paragem [...] deve Vmce. mandar limpar o terreno, escolher um lugar para se fazer a Igreja, que deve ser no centro [...] e logo mandará por as demarcações para as ruas, que deverão ter cem palmos de largura e tiradas em linha reta, bastando por hora fazer somente duas que se cruzem e no meio das quais ficará o lugar para a Igreja."[90]

Nos dois documentos acima, como podemos perceber, apenas uma das áreas reservadas a um novo núcleo de povoamento diferenciava-se por atributos urbanísticos. A segunda definia-se como uma área de apropriação e uso agrícolas, ou ainda, como nos sugerem as cartas de D. Luís Antônio de Sousa, reservada para a navegação, a pescaria, o pastoreio, a agricultura; genericamente, para o convívio com a natureza colonial e sua exploração. Distante, portanto, da aparência edificada e dos usos previstos para a Cidade.

A atenção para estas diferenças nos apresenta, inicialmente, uma idéia de cidade que se inseria num contexto de povoamento, de defesa e de exploração econômica do território e que, para isso, contemplava a convivência de pelo menos duas áreas distintas, com diferentes formas de uso e de organização do espaço. Uma cidade cuja definição certamente não resultou apenas de um relacionamento empírico ou imediato com o mundo natural, mas, ao contrário, após quase três séculos de colonização, ainda se adequava às expectativas de seus administradores, permitindo a estes últimos a assimilação da experiência colonial.

Frente a essas constatações, concordamos com Sérgio Paulo Rouanet a respeito dos vínculos entre os projetos urbanos e as visões de mundo pelas quais se orientaram. Nesse sentido, destaca o autor, uma determinada concepção de cidade envelhece quando erigida sobre formas que expressam características de uma visão de mundo, e não seus princípios constitutivos[91]. E, no caso da cidade iluminista, afirma Rouanet, tais princípios não deveriam ser buscados nas idéias do

---

[90] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça para o Capitão da vila de Lorena.* São Paulo, 26/06/1800. DI 87: 205-206.

[91] Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. In SCHIAVO, Célia e ZETTEL, Jaime (Coords.). *Memória, cultura e cidades.* Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997. p. 2-3.

Iluminismo, mas em sua configuração prática ou empírica, a Ilustração[92] (que, como vimos, se insere num contexto de intensificação da exploração colonial).

Para tanto, o autor recorre à análise do verbete "cidade", na *Enciclopédia*, a partir do qual enxerga a relação entre a visão de mundo iluminista e seus princípios urbanísticos, evidentes no movimento da Ilustração[93]. Assim, afirma Rouanet,

> "... chamemos de *civitas* o núcleo normativo constituído por [...] princípios diretores, e de *urbs* a cidade real que o urbanista projeta ou na qual ele intervém, em conformidade com a *civitas*. Temos assim uma construção em três patamares: no alto, a concepção do mundo, o Iluminismo enquanto idéia; embaixo, a *urbs*; e, mediatizando as duas, a *civitas*, que, obtida a partir da Ilustração, traduz em normas formais de ação urbanística os valores do Iluminismo..."[94].

Ora, como pudemos observar, a normatização do processo de urbanização pelos administradores da Capitania foi um processo recorrente. Influenciadas, nesse caso, por uma *civitas* ilustrada, as cidades propostas por D. Luís Antônio de Sousa e por seus sucessores deveriam obedecer a exigências topográficas, climáticas, estratégicas e econômicas. A estas, concluímos, se sobrepunham também determinações de papéis sociais – haja vista que em cada uma das áreas previstas para a *urbs* resultante de tais instruções seriam exercidas atividades determinadas.

Nesse sentido, cabe lembrar que seja em relação às formas de organização ou de uso do espaço, as áreas externas à *cidade* de São Paulo apresentavam uma configuração bastante diferente dessa área central, como pudemos constatar através da consulta aos mapas de população

---

[92] Cf. ROUANET, A cidade iluminista. p. 4.

[93] Segundo Rouanet, essa concepção urbana ilustrada se constituiu a partir de quatro polaridades básicas, a saber, entre a abertura e a clausura, o individual e o coletivo, o estético e o utilitário e entre o novo e o antigo. E, no caso da cidade prevista pela Ilustração, propõe Rouanet, deveria ser socialmente aberta, receptiva, embora mantendo uma fronteira clara em relação à natureza, voltada para os interesses individuais, sem comprometer os públicos, funcional, sem abdicar dos aspectos estéticos e, finalmente, receptiva às inovações, mas garantindo a preservação da memória. Cf. ROUANET, A cidade iluminista. p. 7-8 e 11-12.

[94] Cf. ROUANET, A cidade iluminista. p. 10.

das Companhias de Ordenanças da Cidade e dos bairros de Santana, N. Senhora do Ó e de N. Senhora da Penha e São Miguel. Nestes últimos, agricultores, lavradores ou roceiros, com seus cargos nas milícias locais, constituíam boa parte da população, que se mantinha ligada administrativa e religiosamente à área urbanizada, à Cidade, onde a maior parte dos chefes de domicílio declarava a seus recenseadores o exercício de atividades ligadas ao comércio ou a serviços diversos e somava a maior parte dos cargos recenseados.

Essas características, obtidas através da análise da organização municipal paulistana, nos parecem exemplificar as particularidades de uma forma urbana cuja historicidade vem sendo diminuída, seja em estudos de caráter retrospectivo, como vimos, comprometidos com a necessidade de explicar processos urbanos ou urbanísticos posteriores, seja em estudos importantes a respeito das cidades coloniais brasileiras, embora mais preocupados em discutir se e o quanto elas se tratavam de aplicações locais de modelos urbanos apriorísticos ou exógenos, adaptados à colonização.

Obviamente, não seria razoável afirmarmos que a urbanização colonial manteve-se isenta das influências culturais inerentes ao processo de colonização. Em contrapartida, não nos interessa acatá-las como modelos acabados e monolíticos, mas sim discutir em que medida e de que forma uma suposta *civitas* ilustrada pode ter participado da percepção, avaliação e instrumentalização da vida no ambiente urbano paulistano.

Nesse caso, trata-se de verificar se e de que maneira essa *civitas* ilustrada, além de orientar as transformações físicas da *urbs* paulistana materializando as idéias iluministas e, como sugeriu Taylor, ensaiando a realização de seus objetivos, poderia ter contribuído para reforçar ou mesmo estabelecer relevos sociais. Freqüentemente tratados como conseqüências da topografia colonial, das heranças mentais dos colonizadores ou da apropriação econômica desigual das terras disponíveis, tais relevos teriam se sobreposto não só ao perfil e às demais características do território paulistano como ao cotidiano de seus habitantes, produzindo novas paisagens urbanas e padrões locais de civilidade, ou de urbanidade.

Capítulo 3

A Cidade e as colinas: as paisagens paulistanas setecentistas

A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente. A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.

Ítalo Calvino

I. Civilidade e urbanidade: a Cidade como espaço de distinção

No primeiro capítulo deste trabalho, procuramos demonstrar que a experiência urbana colonial, sobretudo a de São Paulo, foi diversas vezes abordada a partir de enfoques vinculados à necessidade de compreender processos posteriores a seu contexto histórico. Foi tratada como um objeto de estudo que permitiu ilustrar diversas interpretações da colonização portuguesa na América. No capítulo seguinte, insistimos na idéia de que, para avaliar a vida nas cidades coloniais brasileiras, é importante atentar para suas especificidades físicas e sociais, abordando-as a partir das categorias empregadas em sua contemporaneidade.

Ao final desse percurso concluímos que em meados do século dezoito a cidade de São Paulo, talvez como outras na Colônia, e apresentava como um espaço cindido em pelo menos duas áreas distintas, seja em sua organização espacial ou funcional: a *cidade* e seus arredores. Cabe agora tentar verificar de que maneira esses diferentes espaços foram socialmente interpretados por seus administradores e habitantes.

Para tanto, cabe inicialmente lembrar que, por volta de 1765, quando a capitania de São Paulo voltou a possuir um governo autônomo, a fundação de núcleos de povoamento era uma das prioridades da administração metropolitana. E, apesar de todo o debate historiográfico em torno da utilização, ou não, de planejamentos urbanísticos na América portuguesa, tais núcleos foram criados num momento específico[1], com formas e objetivos claramente estabelecidos.

Lembremo-nos ainda que a nomeação de D. Luís Antônio de Sousa, naquela data, para o governo recém restaurado de São Paulo, privilegiava a necessidade de defesa da Colônia contra a ameaça espanhola, que também atemorizava o Reino. Somente depois de superadas as lutas contra a Espanha e do declínio da crise nos domínios portugueses no Oriente, portanto após a queda de Pombal, a ênfase na proteção do território colonial seria superada pelas tentativas de uma exploração mais eficiente dos domínios coloniais e principalmente do Brasil. Nesses termos, é

[1] Ao examinar a política de criação de núcleos de povoamento em São Paulo e em Porto Seguro, Maria H. Occhi Flexor sugeriu que esses povoados podem ser considerados os primeiros núcleos urbanos planejados da Colônia, justamente em função de sua inserção no contexto de defesa das fronteiras coloniais. Cf. FLEXOR, *Os núcleos urbanos planejados do século XVIII*.

possível distinguir pelo menos dois interesses da Ilustração portuguesa, entre a segunda metade do século dezoito e as primeiras décadas do dezenove: a militarização e a defesa de Portugal e de suas colônias e o melhor aproveitamento das riquezas coloniais.

Mas, apesar desses interesses específicos, as orientações metropolitanas em relação à forma das cidades coloniais brasileiras não nos parecem ter sofrido alterações. Como vimos, as normas divulgadas na segunda metade dos setecentos determinavam recorrentemente que a criação de novos núcleos de povoamento deveria conciliar uma área central, elevada, seca, salubre e defensável, na qual seriam estabelecidas as ruas, casas e templos, a uma região periférica, com boas terras, águas, caça e pesca, para abastecimento dos moradores.

No caso paulistano, como demonstramos através da consulta aos recenseamentos do período, a distinção acima indicada já era válida nos relatos iniciais de D. Luís Antônio de Sousa, mantendo-se até os censos do início do século dezenove. Assim sendo, nos parece seguro propor que São Paulo adaptava-se às exigências da administração metropolitana no período aqui considerado. Pode, conseqüentemente, ser tomada como um objeto capaz de nos esclarecer a respeito das possíveis alterações nas atitudes dos administradores e habitantes da cidade em relação aos diferentes recortes espaciais que a compunham.

Nessa direção, resta a explorar o conjunto das expectativas dirigidas na época àquelas duas áreas articuladas pelo município de São Paulo, a *cidade* e seu termo. Vejamos, pois, o documento abaixo, no qual D. Luís Antônio de Sousa comenta a forma e a importância do estabelecimento de novas povoações na Capitania.

> "Como S. Majestade [...] é servido mandar congregar os povos dela em povoações civis, que tenham ao menos de cinqüenta vizinhos para cima, atendendo aos graves inconvenientes que se seguem ao serviço de Deus e ao Seu, de viverem os homens dispersos, sem o pasto espiritual [...] criarem-se os homens sem educação nem verdadeira doutrina civil, por não terem testemunhas que as emendem de seus vícios, nem os obrigue a valer-se do cotidiano trabalho [...] caindo pouco a pouco na lassidão e na preguiça e constituindo deste modo a miserável pobreza que se está observando em toda parte [...] me é preciso valer das pessoas hábeis como Vmce. é pare que [...], escolhendo entre o povo aqueles casais que não tem que perder, que vivem em sítios volantes [...] e destes [...] ir ajuntando o maior

> número e escolher uma paragem de boas terras [...] onde haja caça e rio para pescar e neste sítio mandar lançar roças [...], levar os casais a fundar a igreja em sítio seco, alegre e desembaraçado, abrir-lhe praça quadrada, cordear as ruas muito direitas, com suas travessas, formando quadras largas [...], plantar logo estacões e fundar nos ângulos ou cantos das ruas as primeiras casas, para que logo fique figurada a terra na sua direitura para que seja mais agradável a sua vivenda..."[2]

No trecho acima transcrito, o governador de São Paulo reitera com clareza as instruções antes comentadas a respeito das duas áreas que deveriam compor um novo povoado: o centro arruado e seus arredores cultiváveis. No que se refere ao planejamento da área urbanizada, note-se a insistência para a construção da praça quadrada, de ruas direitas e quadras largas, comparável às normas rígidas dos ladrilhadores espanhóis, destacadas por Sérgio Buarque de Holanda[3].

Mas, ultrapassando a simples regulamentação dessa configuração física, D. Luís Antônio de Sousa nos indica sua importância para a congregação da população dispersa: esta, uma vez mantida em grupos de ao menos cinqüenta vizinhos, poderia ser submetida às doutrinas civis e religiosas, recuperada de seus vícios, preservada da preguiça e da pobreza e mantida à disposição dos serviços divinos e da monarquia.

Compreenda-se, da mesma forma, a preocupação do governador da capitania ao determinar que "... Mathias Leme e dois filhos [...] que se acham morando no bairro de Tremembé, em uma casa coberta de palha e sem mais lavoura ou situação permanente, por cuja causa vem a entrar no número dos sítios volantes [...] vão se arranchar em qualquer lugar arruado desta Capitania, em que tenha de cinqüenta vizinhos para cima..."[4].

De acordo com a descrição do governador, mesmo nos arredores de São Paulo – sede da capitania, cidade cuja configuração espacial correspondia aos desejos da Coroa e que

---

[2] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para Lourenço Ribeiro de Andrade, em Curitiba.* São Paulo, 02/04/1767. DI 67: 104-105.

[3] HOLANDA, Raízes do Brasil. p. 62-64.

[4] *Ordem de D. Luís Antônio de Sousa para serem notificados Mathias Leme e dois filhos para irem morar em terra povoada.* São Paulo, 19/09/1768. DI 65: 223.

provavelmente já inspirava D. Luís[5] – a permanência em pequenos agrupamentos sem o exercício de atividades estáveis não seria suficiente para garantir os objetivos acima mencionados.

Fica evidente, portanto, o interesse de D. Luís Antônio de Sousa não apenas na urbanização e no povoamento, que consistiam em medidas sem dúvida ligadas à defesa dos territórios ao sul da Colônia, mas também no desenvolvimento de uma vida regrada, que implicava na obediência a critérios físicos, demográficos e de comportamento para organização da população. Esta deveria ser congregada, uma vez que "... a dispersão que se costuma habitar não permite a devida civilidade, nem a necessária doutrina espiritual, de que procede que esquecidos os homens das obrigações, com que nasceram, seguem a desordem natural de seus costumes, uns adormecendo-se nos vícios, outros cometendo execrandos delitos de que se ouvem notícias todos os dias."[6]

Note-se, pois, que as preocupações do governador relacionam-se principalmente à dispersão dos colonos; se não assentados de forma apropriada, estes permaneceriam supostamente alheios à civilidade devida. Assim, a configuração de um núcleo de povoamento seria condição importante para atingir os objetivos metropolitanos, sobretudo no que se relacionava à exigência de civilidade: isto garantiria o ajuntamento de um número mínimo de habitantes, em local fixo, arruado ou agrícola, com algum tipo de atividade produtiva.

Afinal, foram essas as exigências não cumpridas por Mathias Leme e seus filhos, que atraíram para si a atenção de D. Luís Antônio de Sousa por "entrarem no número" dos sítios volantes,

---

[5] Das situações apropriadas para a instalação de um núcleo de povoamento, dizia o governador, "... são melhores as que se acham na confluência de dois rios ou nas bordas daqueles que são navegáveis quando o território não é pantanoso [...] para se poderem aproveitar os moradores da comodidade da navegação e das utilidades das pescarias; também deve atender a que nos contornos haja bons campos....". Analisada com alguma atenção, essa descrição nos faz pensar que após cinco anos em São Paulo, D. Luís praticamente assimilou aquelas características mais evidentes do sítio urbano paulistano, assim como seus usos, adotando-as como um referencial não explícito nas instruções a seus funcionários. Cf. *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Ajudante de Ordens Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, no Tibagy*. São Paulo, 24/01/1770. DI 19: 428-429.

[6] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para Sua Majestade D. José I*. São Paulo, 01/12/1776. DI 23: 253.

> "... casas que há pelas ribeiras, feitas de taipa de canas, cobertas de folhas, com suas laranjeiras ao pé, algumas bananas e uma pequena roça de mandioca e nada mais, porque os seus móveis são duas redes, uma em que dormem e outra com que pescam, e destas há infinitas por toda a parte, e ali vivem anos e anos sem missa, nem pároco nem civilidade ...".[7]

A julgar pelo trecho acima, o governador acreditava que a corrupção dos costumes locais derivava da mobilidade permitida pela satisfação exclusiva do mínimo necessário para a sobrevivência. Tal mobilidade impossibilitaria, em sua opinião, não apenas o recurso dos homens à religião e à vida em civilidade, como também a fiscalização exercida em contrapartida. Nesse caso, mesmo que, na falta de pedra, a *cidade* fosse edificada em terra e madeira, ela ainda era concebida como um referencial muito mais estável e permanente do que as casas volantes, tão facilmente descartáveis quanto precariamente construídas.

A precariedade e a provisoriedade tornavam-se, portanto, um problema, na medida em que permitiam a ruptura com o aperto das liberdades verificado nos limites municipais. Além disso, dariam margem ao comportamento de indivíduos descritos como o avesso da civilização, pois "...vivendo nos matos, sem domicílio certo [...] a maneira de membros podres ou paralíticos do corpo humano, não são úteis para o bem comum nem para si..."[8].

Assim, a paisagem elaborada por D. Luís Antônio de Sousa vincula claramente atributos físicos, urbanísticos, econômicos, políticos e sociais, e deixa perceber os vários mecanismos presentes em sua leitura do espaço paulistano. Diante da negação desses vínculos, determina o governador que os homens

> "... que nos sertões dessa capitania [...] vivem como feras, separados da sociedade civil e do comércio humano, sou servido ordenar que [...] sejam logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos em povoações civis [...] excetuando-se, contudo, primeiramente os roceiros, que com criados escravos e fábrica de lavoura vivem nas suas fazendas [...], em segundo lugar os rancheiros, que pelas estradas públicas se acham

---

[7] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* Santos, 22/09/1765. DI 72: 96.

[8] *Bando de D. Luís Antônio de Sousa para se observar a Lei de Polícia.* São Paulo, 04/12/1766. DI 65: 114.

estabelecidos com seus ranchos para a hospitalidade e a comodidade dos viajantes, [...] terceiro lugar as bandeiras ou tropas, que em corpo e sociedade útil e louvável vêm aos sertões congregados em boa união..."[9].

Como podemos notar, o discurso de D. Luís Antônio de Sousa nos apresenta a vida no sertão a partir de duas possibilidades: o isolamento da sociedade civil e a negação das virtudes supostamente produzidas sob os olhares da Igreja e do Estado ou a inserção das iniciativas individuais dessa população isolada, dispersa e móvel no conjunto das ações de interesse metropolitano. Nesse sentido, é significativo que roceiros, rancheiros e tropeiros fossem excluídos do rol dos selvagens, inúteis para o bem comum e para o seu próprio.

Portanto, se durante o período da administração pombalina existia um conjunto de práticas urbanizadoras características da Ilustração portuguesa, a correspondência de D. Luís nos sugere que tais medidas voltavam-se principalmente para a valorização social ou política da permanência no âmbito das cidades da Colônia. Estas deveriam congregar um contingente populacional localmente estabelecido e capaz de prover-se das necessidades básicas, submetendo-o a regras específicas de convivência e às necessidades do Estado português.

A exploração dessa hipótese, em nosso entender, é de dupla importância já que nos permite repensar a discussão estabelecida em torno dos aspectos urbanísticos das cidades da Colônia, considerando o valor simbólico das áreas arruadas e construídas, e não apenas sua resolução material. Além disso, ela nos sugere uma estratégia para a investigação da experiência urbana colonial paulistana em busca de possíveis alterações nas atitudes diante do espaço urbanizado e do ambiente natural, a saber, a análise das relações estabelecidas, na época, entre a permanência na *cidade* ou em seus arredores não urbanizados e os comportamentos que seriam considerados civilizados.

Nessa última direção, é relevante notar que os documentos acima analisados indicam que seria possível viver de forma civilizada mesmo além da área central dos municípios: a dedicação ao trabalho agrícola em torno dos povoados arruados com ao menos cinqüenta vizinhos ou a atuação

[9] *Bando de D. Luís Antônio de Sousa para se observar a Lei de Polícia.* São Paulo, 04/12/1766. DI 65: 114.

nas roças das fazendas, nos ranchos ou nas tropas, já seria suficiente para tornar os colonos mais bem vistos que aqueles indivíduos que, como feras, se apartavam da civilização.

Porém, isso não implica numa menor importância daquele espaço reservado para o arruamento e a edificação da *cidade*. Ao contrário, essas transformações urbanísticas obrigatoriamente previstas para o núcleo central dos povoamentos seriam valiosas para estimular o desenvolvimento da civilidade desejada. Para tanto, a administração colonial estava aparentemente disposta a negociar com a população, em troca de sua colaboração, como podemos notar nas estratégias de D. Luís Antônio de Sousa.

> "Ordeno ao Dr. Ouvidor que [...] deixe determinado que todas as pessoas que vivam nas roças dos distritos e tiverem possibilidades sejam obrigados a fazer casas arruadas dentro das vilas a que pertencem e, enquanto não as fizerem, de nenhuma sorte sejam reputados por republicanos delas, nem sejam admitidos nas pautas para servirem de vereadores ou outros ofícios públicos..."[10].

A vida com civilidade no termo ou no distrito de um município, acima mencionada, implicaria no controle descrito por Bluteau como um "aperto de liberdade", que a esta altura poderíamos associar à correção dos vícios, ao doutrinamento espiritual, à dedicação ao trabalho ou simplesmente ao controle civil e religioso, como pregado por D. Luís Antônio de Sousa. De fato, os recenseamentos coloniais paulistanos nos informam que a população instalada ao redor do núcleo urbanizado de São Paulo dedicava-se basicamente à produção primária e permanecia sob o cuidado das paróquias e sob a fiscalização das tropas de ordenanças.

Dessa forma, a vida nas roças ao redor da *cidade* seria, sem dúvida, civilizada. Afinal, tais roceiros aglutinavam-se naquelas áreas agrícolas previstas em torno dos povoados e correspondiam às expectativas da administração portuguesa.

Mas, apesar de submissos ao Rei e à Igreja, poderiam alcançar melhores condições sociais desde que aptos a construírem na área arruada central.

---

[10] *Ordem de D. Luís Antônio de Sousa para que os moradores das roças dos distritos façam casas arruadas nas vilas às quais pertencerem.* São Paulo, 27/06/1769. DI 65: 263.

De fato, enquanto a disposição para os sacramentos, a disponibilidade para as necessidades da monarquia, a dedicação ao trabalho e a permanência em grupos mínimos de população eram apresentadas como necessárias para uma vida com civilidade, a posse de casa na área arruada fixava-se como condição para o exercício de cargos públicos, principalmente daqueles ligados à administração municipal. Assim, a possibilidade de erguer moradia na área urbanizada central ampliava o exercício da civilidade desejada, na medida em que permitia a integração de alguns indivíduos às instituições do governo local. A vida em povoado sobrepunha-se, social e politicamente, à vida civilizada no termo da *cidade*, através da criação de mecanismos de distinção individual.

A partir dessa constatação, vale a pena lembrar que o censo paulistano de 1765 praticamente não indicava declarações de cargos por parte dos chefes de domicílio recenseados no município, o que torna bastante compreensíveis os comentários de D. Luís Antônio de Sousa em relação à população de São Paulo, como veremos no documento abaixo.

> "Nestas terras não há povo e por isso não há quem sirva ao Estado: exceto muito poucos mulatos que usam seus ofícios, todos os mais são senhores ou escravos que servem aqueles senhores. [...] algum oficial que vem do Reino, passado pouco tempo logo se mete a senhor, compra escravos, ensina-os e passa-lhes o ofício e fica recolhendo os jornais; estes sobem a preços altos e ninguém pode fazer obras, eles não tem o que fazer e está a cidade por edificar.
>
> Também não havia outra graduação até o tempo em que se levantaram as tropas senão a de branco, mulato e negro, porque dentro destas três diferenças ninguém se reconhecia."[11]

No trecho acima podemos localizar facilmente elementos que favoreceriam aquelas interpretações tradicionais a respeito da vida urbana colonial, supostamente estruturada em torno da escravidão e caracterizada pela precariedade e pelo esvaziamento das cidades. Entretanto, há bem mais que isso aqui.

---

[11] *Carta de Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 31/01/1768. DI 23: 378-379.

O documento transcrito demonstra claramente o interesse do governador de São Paulo em identificar diferenças sociais entre a população descrita. Dessa forma, tanto a oposição entre senhores e escravos quanto as referências aos reinóis e à falibilidade dos critérios raciais são elementos empregados por D. Luís Antônio de Sousa ao afirmar a importância das tropas para graduação e reconhecimento da população local. No relato do governador essa necessidade de classificar e distinguir os colonos apresenta-se como remédio para a ausência de povo ou para a falta de indivíduos que atendessem às necessidades da Coroa.

Mas, a esta altura, é preciso salientar a retórica do governador. Sabemos que a dignidade dos cargos deveria ser considerada como recompensa para a construção de casas e para a permanência no povoado, mas não podemos nos esquecer que a ausência de declarações de cargos entre os habitantes de São Paulo, em 1765, não correspondia ao abandono da área arruada do município.

Ao contrário, a *cidade* dispunha, na época, de um número significativo de domicílios arruados e articulados em função de diversos edifícios de uso religioso. Ainda assim, aos olhos de D. Luís Antônio de Sousa, embora abrigasse uma população civilizada, não haveria ali um "povo": segundo o governador, a existência de povo vinculava-se diretamente às demandas do Estado português.

Mas, como ressaltamos, mesmo a vida fora da área arruada central fazia de roceiros, tropeiros e rancheiros homens úteis ao Estado e a si mesmos e, portanto, o fato de não constituírem um "povo" nos parece carregado de significados a respeito da sociedade urbana então desejada. Para tanto, aparentemente não bastava ao governador a reunião de vizinhos em torno de um núcleo urbanizado, cumprindo com os rituais da vida civilizada, como deixa explícito o documento abaixo.

> "... vivendo os homens fora de povoado, metidos pelos matos sem ouvirem mais que a sua família, faltos de instrução e de doutrina e até dos primeiros princípios de nossa fé, [...] hão de ser pior que feras [...]; abandonados à lei da natureza, criados entre as brenhas, como feras, são capazes dos maiores danos e quando não o fazem se não pode esperar deles utilidade alguma, nem para o reino do céu nem par o de S. Majestade [...].
>
> Eu falo da maior parte do povo desta capitania que vive assim por este modo, não falo daqueles filhos do Reino, que têm casas de negócio, fazendas ou lavras estabelecidas, nem

daqueles fidalgos paulistas que se conservam com seu modo de vida [...] a maior parte do tempo em povoado, pois é certo que eles têm toda a civilidade que se requer." [12]

A vida dispersa pelos matos, como vimos, nos foi inicialmente apresentada por D. Luís Antônio de Sousa como avesso da civilidade desejada. Uma vez superado esse erro, seria necessário estimular entre os vizinhos de um núcleo de povoamento a construção de casas e a freqüência ao povoado (ou seja, à área arruada central), condições para o exercício dos cargos da república. Segundo o trecho acima transcrito, apenas assim seria definida a população útil ao reino dos céus e de Sua Majestade, o povo, em suma.

Tendemos, pois, a considerar que, logo no início de sua atuação na Colônia, D. Luís Antônio de Sousa reconhecia na jurisdição municipal e em sua área arruada diferentes potenciais em relação aos interesses metropolitanos. No primeiro, a vida com civilidade possibilitaria a agregação e o controle da população, enquanto apenas na segunda uma parte dos moradores atuaria em favor dos projetos metropolitanos e exibiria suas recompensas. Assim, podemos afirmar que enquanto a permanência no termo do município permitia uma vida civilizada, apenas aos residentes na *cidade* estava reservada a experiência da *urbanidade*, distinção de caráter social em relação aos demais habitantes locais.

Caberia, em última instância, a essa fração da população agregada nos núcleos urbanizados edificar a *cidade*, missão que implicaria nos processos mutuamente relacionados de construção da área arruada e de constituição de seu corpo civil, uma vez que erguer casa no povoado era condição para o exercício de privilégios sociais e que estes só se tornam reconhecíveis nesse mesmo espaço. Nesse caso, a *cidade*, paisagem resultante de uma visão de mundo ilustrada, seria o espaço físico necessário e apropriado para a afirmação e a distinção social do povo, entendido como cúmplice do Estado metropolitano. Em contrapartida, essa urbe ilustrada faria ver e reconhecer de forma positiva aqueles que, úteis a Deus e à Coroa, se faziam distintos dos demais.

Por oposição, a paisagem dos arredores da *cidade* se nos apresenta como o espaço que, além do abastecimento da área arruada central, garantiria o domínio físico e político da Coroa sobre o universo colonial, civilizando-o. E, por fim, para além dos limites do município, a paisagem

[12] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 23/12/1766. DI 23: 2-3.

sertaneja, como podemos tentar apreendê-la a partir dos julgamentos de D. Luís Antônio de Sousa, seria correspondente ao espaço não edificado, sem marcos urbanísticos fixos e duradouros, sem integração à vida econômica local, marcado pela dispersão da população e por sua mobilidade e inutilidade, diante dos projetos metropolitanos[13].

Cabe-nos, agora, verificar se e de que maneira as expectativas do governador encontrariam ecos entre os habitantes de São Paulo, permitindo o reconhecimento das diferenças sociais entre os vizinhos e adequando-as às necessidades do Reino. Nesse sentido, vejamos o documento abaixo, que descreve alguns costumes paulistanos.

> "O luxo dos vestidos é desigual à possibilidade desta gente; se as fazendas fossem do Reino tudo ficava em casa, porém, sendo estrangeiras, não há ouro que as pague. Nessa Corte dizem as senhoras que não podem com o gasto de sapatos [...]: nesta terra as mulheres não ganham uma pataca, custam os sapatos 4$800 réis e para cima e trazem-nos todas de melhor seda, e pela rua. Nesse Reino, vestem de pano muitos fidalgos; nas províncias, boa gente trazem linho; aqui os brancos vestem o melhor veludo e ninguém o traz senão da Holanda; tudo isto compra-se fiado e depois estuda-se para se pagar. "[14]

A partir do documento acima, poderíamos tomar o ambiente paulistano como um espaço de ostentação exagerada no qual, novamente, o que se observava na Colônia era desproporcional em relação ao universo metropolitano. Entretanto, uma vez mais, a cidade de São Paulo parece

---

[13] Não se trata aqui de reconstruir, agora a partir do ambiente urbano da Colônia, um novo critério de classificação de sua população. De fato, em sua correspondência com o Conde de Oeiras, o próprio Morgado de Mateus sugere o aproveitamento de um bando liderado por um "... facinoroso e vadio, que não tem obediência nem domicílio certo..." para a inquietação dos presídios dos espanhóis, nas fronteiras ameaçadas. Isso explicita um procedimento de inserção alternativa desses homens à colonização, como demonstrou Laura de Mello e Souza. Cf. *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras*. Rio de Janeiro, 03/07/1765. DI 72: 18. SOUZA, *Os desclassificados do ouro*. O que pretendemos ressaltar, antes, é a existência de critérios de época para a leitura e a valorização de diferentes espaços do universo colonial, urbanizados ou naturais, em função de expectativas ideais, como as apresentadas pelos documentos consultados.

[14] *Carta de Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 31/01/1768. DI 23: 381.

adequada às expectativas de D. Luís Antônio de Sousa: o ambiente urbanizado era empregado para o reconhecimento das diferenças sociais, como esperava o governador.

Porém, ao contrário do que pretendia D. Luís Antônio de Sousa, tal potencial não era utilizado de forma a colaborar com a Metrópole, mas sim de maneira que dificilmente permitiria reconhecer uma utilidade para seus habitantes, uma vez que o comportamento da população chegava a provocar uma perda de divisas com a importação de artigos estrangeiros. Julgado a partir dessa descrição, o espaço urbanizado paulistano nos remeteria ao espetáculo de vícios atribuído ao cotidiano urbano da Colônia. Nas palavras de Emanuel Araújo, "... assim era no Brasil colonial: ou se alardeava ócio – e, portanto, de qualquer modo, fidalguia ou coisa próxima ou parecida a isso – ou se submetia a uma existência socialmente apagada, e, aí sim, sujeita à exposição de seus delitos e à expiação de todas as penas previstas e inventadas para coibi-los."[15]

Mas, sem precipitações, nos parece importante tentar considerar os problemas acima evidenciados sob o ponto de vista de seus contemporâneos. E, nesse sentido, uma explicação possível nos é apresentada pelo próprio governador em seu comentário sobre a fugacidade dos valores demonstrados através de tanta exibição, como veremos a seguir.

> "Como está em uso fiarem-se todos, quem não fia não vende e segue-se que as fazendas são mais caras porque os mercadores atendem às perdas que necessariamente lhes resultam os fiados. Seguem-se às facilidades dos créditos as grandes dívidas e quotidianas contendas [...] reduzindo-se cabedais a vento, porque examinadas as riquezas daqueles que tem grandes créditos, consistem estes em uma gaveta de maços de papéis velhos, de que nada se obra."[16]

A julgar-se pela descrição acima, além do desvio de divisas para a Holanda, o que comprometia os comportamentos observados na *cidade* de São Paulo era seu caráter ilusório. As dívidas eram tantas entre os paulistas que, ao final, talvez pudéssemos dizer que o crédito fosse sua principal riqueza. E, como vimos, as práticas criticadas por D. Luís não se mantinham senão por

---

[15] ARAÚJO, *O teatro dos vícios*. p. 113.

[16] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Azambuja*. São Paulo, 04.02.1768. DI 23: 392-393.

esse mesmo crédito. Mas, curiosamente, não há nos trechos acima criticas à ostentação em si, e sim às aparências infundadas.

Nesse caso, a população, ainda que civilizada, podia ser repreendida em função de sua pouca utilidade ao Estado, o que não lhe permitiria alcançar as virtudes do "povo". De qualquer forma, a relação entre crédito e exibição pública nos leva a considerar que se praticava então um exercício de urbanidade apoiado na aparência. A esse respeito, diríamos que, entre a população paulistana, o valor individual parecia corresponder diretamente ao crédito que já se havia garantido e àquele que se poderia obter a partir deste último.

Portanto, não é possível negar a importância ou a efetividade do espaço urbanizado paulistano, configurado, em 1765, como uma área física e socialmente diferenciada, capaz de produzir diferenças. Ao contrário, nos parece interessante destacar como esse espaço distinto foi empregado por D. Luís Antônio de Sousa para o cumprimento das instruções recebidas da Metrópole.

Nesse caso, retomaremos as sugestões de Taylor, antes comentadas, para compreender a relação entre a leitura contextual ou cultural do espaço físico paulistano e o alcance dos objetivos socialmente estabelecidos. Assim, e pressupondo que ao assumir o governo de São Paulo D. Luís trazia consigo idéias e metas não necessariamente coincidentes ou semelhantes às da população que iria administrar, nos parece importante observar que se o governador encontrou em São Paulo uma organização espacial que correspondia a suas expectativas, também nos parece que se defrontou com a tarefa de promover a reorganização de seus valores aos olhos da população.

Em nossa opinião, à semelhança de Pombal, encarregado da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755[17], o Morgado de Mateus deveria não apenas empreender a construção de novos povoados, garantindo as fronteiras da Colônia frente aos espanhóis, mas também dar cabo

[17] Segundo Maxwell, a necessidade de reerguer Lisboa teria dado a Pombal "... o impulso para o poder virtualmente absoluto, que ele conservaria por mais vinte e dois anos...". E, graças à sua atuação no projeto, teria sido erguido "... um exemplo clássico de cidade planejada do século dezoito...", cujas ruas principais e secundárias, com suas respectivas larguras, além de uma grande praça ao longo do Tejo, de utilização eminentemente comercial, beneficiavam-se das preocupações sanitaristas orientadas por Ribeiro Sanches. Cf. MAXWELL, *O Marquês de Pombal*. p. 24-27. Essas idéias seriam aplicadas, mais tarde, em outras cidades do Reino e, queremos crer, ecoaram nas orientações divulgadas por D. Luís Antônio de Sousa durante seu governo em São Paulo.

daquela que talvez fosse sua maior tarefa na administração da Capitania: uma reconstrução simbólica dos espaços urbanizados e naturais paulistanos, de forma a civilizar a população ao adequar parte dela às suas expectativas ou à sua noção de povo.

E ainda que criticasse os mecanismos de crédito e ostentação acima comentados, o governador da capitania soube se aproveitar deles em sua tarefa, e é nesse contexto que, cremos, pode ser interpretado o trecho abaixo.

> "Porquanto S. Majestade [...] manda honrar e distinguir em toda parte as pessoas que nesta Capitania louvavelmente se empregam no serviço de suas tropas, concedendo-lhes amplos privilégios [...], ordeno que para se lhe fazerem as honras que o mesmo Senhor tem determinado, se conheçam as pessoas que as ditas honras são devidas [...], que com a brevidade [...] possível se fardem as tropas [...] e determino [...] com elas apareçam na Igreja e em todos os lugares públicos para poderem ser distinguidos e honrados por todos."[18]

Como destacamos, o emprego nos serviços de Sua Majestade foi um dos elementos inicialmente utilizados pelo governador da capitania para referir-se à civilidade necessária aos colonos, enquanto a posse de casa nas áreas arruadas era condição necessária para os cargos públicos. Por sua vez, as tropas também foram citadas por D. Luís Antônio de Sousa como uma das poucas graduações sociais reconhecíveis na *cidade*, além das diferenças de cor. Na confluência entre a necessidade imediata da preparação de tropas para os projetos de defesa então mantidos pela Metrópole e os interesses em diferenciar a população do espaço urbanizado central, o governo da capitania aparentemente não hesitou em beneficiar-se daquela lógica de ostentação a seu favor[19].

---

[18] *Ordem para todos os oficiais assim de cavalo como de pé se fardarem conforme seus uniformes.* São Paulo, 12/01/1767. DI 65:124-125.

[19] Segundo Raymundo Faoro, "... o cargo público em sentido amplo, a comissão do Rei, transforma o titular em portador de autoridade. Confere-lhe a marca da nobreza...". Tal nos parece ser, de fato, o fundamento das determinações de D. Luís Antônio de Sousa para a promoção das tropas em São Paulo. Cf. FAORO, *Os donos do poder*. p. 193-198.

Dessa maneira, o suposto privilégio do uso das fardas era permitido para que as recompensas e distinções derivadas do serviço de Sua Majestade fossem reconhecidas visual e publicamente, de preferência na freqüência aos edifícios da área arruada central.

Com vistas à valorização social das atividades militares, o próprio governador comparecia aos exercícios realizados em Santos e São Paulo, nos quais envolvia-se pessoalmente, "...compondo [...] os soldados nas fileiras [...], mostrando-lhes [...] o manejo da arma a fim de lhes tirar a vergonha de as tomarem em público ..."[20]. A esse respeito, é significativa sua afirmação quanto aos pudores da população alistada, que resistia em portar publicamente as armas e exibir sua participação nas milícias.

Como podemos interpretar tal resistência? Insistindo no potencial da área arruada das cidades como área de exibição e reconhecimento das diferenças sociais. Nesse caso, nos parece importante destacar que, em suas tentativas de promoção das tropas, D. Luís Antônio de Sousa utilizou-se ainda de uma segunda estratégia, na qual embora também recorresse a sua imagem pública, voltava-se nitidamente para um público especial, como podemos perceber a seguir.

> "Faço saber que S. Majestade [...] tem me ordenado que sendo eu Capitão General me declare Coronel do Regimento que se fizer da melhor gente e de mais notório luzimento, denominando-o o Regimento do General, diante do qual montarei a cavalo, postando-me na frente dele nas ocasiões mais públicas que se oferecerem e outrossim é o mesmo Senhor servido que todas as pessoas que forem alistadas nesta tropa possam usar de uniformes, cairéis de ouro e prata a meu arbítrio, como é permitido às tropas pagas do Reino, sem embargo das ordens em contrário ..."[21]

Como podemos notar, nas duas situações, o governador se expunha publicamente numa tentativa evidente de promover o militarismo através de sua dignidade pessoal. Com isso, nos faz lembrar da metáfora empregada por Raymundo Faoro, na qual o monarca absolutista se compara ao sol, cuja luminosidade projeta os funcionários como sombras ou desdobramentos do poder

---

[20] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* São Paulo, 17/01/1767. DI 23: 120.

[21] *Bando de D. Luís Antônio de Sousa sobre a formação dos corpos auxiliares.* São Paulo, 01/1/1765. DI 65: 23.

centralizado[22]. De modo semelhante, o administrador da Capitania fazia reconhecer publicamente seu valor, do qual se dispunha a partilhar com aqueles que demonstrassem sua utilidade ao Estado.

Entretanto, longe de eliminar as diferenças sociais existentes entre esses últimos, agia de forma a intensificá-las, a favor daquelas gentes de maior valor. Assim, a *cidade* novamente era utilizada como um espaço que permitiria reconhecer, entre os homens de vida civilizada, um grupo específico, com maiores privilégios. E, note-se, estamos tratando aqui de uma negociação, que envolve custos e benefícios. Se o exercício dos cargos da administração pública nobilitava, também exigia a vida em povoado. No caso das tropas, que introduziriam uma nova graduação social nos limites municipais, havia contudo um preço a ser pago, como demonstram os documentos abaixo, que descrevem as condições estabelecidas pelos governadores da capitania para a ocupação de cargos militares.

> "Há o mesmo Senhor por bem de lhes fazer mercê [...] que possam usar assim os ditos oficiais como os soldados, de uniformes, divisas e cairéis [...] e para o pronto serviço das sobreditas tropas serão obrigados todos os oficiais e soldados a terem à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme e os da cavalaria a terem e sustentarem também à sua custa um cavalo e um escravo para cuidar dele..."[23]

> "Os quatro Capitães de Cavalaria são dos paulistas mais distintos que achei e com possibilidade de sustentarem melhor o posto com luzimento, e, como fossem paisanos, para dar-lhes uma patente tão honrada consegui facilmente deles, com grande utilidade da Fazenda Real, que cada um fizesse sua Companhia à sua custa, não só aprontando os cem cavalos como os arreios competentes mas também todo o armamento [...], permitindo-lhes me propusessem os seus oficiais subalternos..."[24]

---

[22] Cf. FAORO, *Os donos do poder*. p. 193-194.

[23] *Bando de D. Luís Antônio de Sousa*. São Paulo, 01/10/1766. DI 23: 125-127.

[24] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha a Martinho de Mello e Castro*. São Paulo, 01/12/1775. DI 28: 103-104.

Segundo as ordens de D. Luís Antônio de Sousa, se o uso das fardas e divisas poderia ser considerado uma mercê concedida pela monarquia, certamente ela não era concedida sem exigências. Ao contrário, mesmo para os postos menos significativos da hierarquia, eram estabelecidas as obrigações para com a posse das armas necessárias e, quando se tratava de cargos nas tropas montadas, exigia-se a capacidade de sustentar o cavalo e o escravo que dele se ocupava. De modo semelhante, Martim Lopes Lobo e Saldanha negociou com os distintos paulistas altas patentes, que aparentemente valiam os investimentos necessários para a manutenção de toda uma companhia militar.

Como podemos perceber, se havia uma promoção social da população alistada nas milícias, ela provavelmente seria correspondente aos investimentos necessários para o ingresso nos grupos de maior destaque. Assim, quanto maiores as exigências, maiores deveriam ser as recompensas por parte do governo metropolitano, no sentido de diferenciar, entre as tropas, aquelas compostas pelas melhores gentes.

Nesse contexto, compreende-se também a necessidade de recuperação dos postos superiores das milícias, publicamente desvalorizados pela concessão indiscriminada de "patentes *ad honoren*": exercidas por "pessoas menos hábeis", tornaram-se conhecidas como "de pau vazio"[25] e, conseqüentemente, pouco atrativas para aqueles que podiam arcar com os custos de sua manutenção.

De forma semelhante, talvez pudéssemos creditar os pudores da população ao desfilar publicamente portando armas ao fato de ocuparem os postos de menor qualidade nas hierarquias militares locais.

Frente aos elementos acima indicados, tendemos a considerar que a ostentação pública aparentemente produzia entre os habitantes de São Paulo – e talvez das demais cidades coloniais – uma atmosfera de exemplaridade que se engendrava a partir do registro dos comportamentos considerados válidos ou criticáveis. E, a esse respeito, tudo parece indicar que o ambiente urbanizado se constituía num repositório privilegiado de imagens e de comportamentos e valores a elas associados.

---

[25] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras*. São Paulo, 02/12/1766. DI 23: 98-99.

Portanto, não nos parece possível considerar que, mesmo precário, o espaço urbanizado paulistano fosse socialmente neutro. Ao contrário, a concepção social da área diferenciada por seus marcos urbanísticos aparentemente impunha a seus usuários a necessidade de exibir-se de forma satisfatória. Essa idéia, ao que tudo indica, foi estimulada pelos administradores vindos da Metrópole.

Nesse sentido, note-se a insistência de D. Luís Antônio de Sousa em substituir um aparente valor negativo atribuído ao militarismo e às patentes de "pau vazio", a partir de uma nova exposição da população a exemplos positivos. Veja-se, ainda, a necessidade de garantir a continuidade das estratégias acima demonstradas para que, uma vez recuperados, os valores socialmente desejáveis não se perdessem novamente. O mesmo pode ser percebido logo abaixo, nas instruções de Antônio José da Franca e Horta em relação ao alistamento de negros ou mestiços.

> "Sendo-me presente que as recrutas que lhe enviou o Capitão-mor da vila de Conceição são quase negros [...] sou a dizer-lhe que se forem tais que não devam servir em um regimento de homens brancos, Vmce. os torne a remeter ao dito Capitão-mor fazendo-lhe ver da minha parte que eu mando recrutar para as tropas de linha, que se compõem de homens brancos e quando muito alguns pardos, vistas as atuais precisões, e que assim mande recrutas de homens brancos..."[26]

Analisando a carta do governador Franca e Horta é possível perceber, no início do século dezenove, a sobrevivência de um mecanismo semelhante àquele empregado por D. Luís Antônio de Sousa para promoção das tropas a partir de seu reconhecimento e distinção pública. Mas, no lugar da exibição de privilégios e de diferenças sociais reconhecíveis, ou do alistamento das melhores pessoas (frente às quais marcharia o próprio general), o trecho acima transcrito evidencia a exclusão dos negros ou dos mestiços, cuja aparência talvez denunciasse uma condição oposta à das melhores gentes, comprometendo, assim, o valor das ditas tropas.

---

[26] *Carta de Antônio José da Franca e Horta para o Tenente-Coronel Comandante do Regimento de Infantaria de Linha da Praça de Santos.* São Paulo, 17/12/1808. DI 58: 43-44.

Assim, considerando um conjunto de medidas cujo objetivo era distinguir os privilégios cabíveis a um determinado segmento da população civilizada local a partir do reconhecimento público, concluímos que, após o governo de D. Luís Antônio de Sousa, as práticas ilustradas metropolitanas em relação ao ambiente urbano da Colônia privilegiaram a utilização social do espaço urbanizado, no qual a exibição e o reconhecimento dos privilégios individuais incentivaria as rivalidades entre diversos setores da população; conseqüentemente, estimularia seu maior engajamento nos projetos metropolitanos.

Tal possibilidade nos parece bastante plausível, sobretudo quando consideramos as querelas entre os republicanos e os milicianos de São Paulo, como podemos observar no trecho abaixo.

> "... toda esta dificuldade vencida, não é bastante [...] para [...] destas tropas [...] fazê-las durar e conservar para sempre e para que isso tenha efeito [...] exporei a V. Exa. os meios mais conducentes [...].
> O primeiro é predicamentar estas tropas e os seus oficiais de sorte que os que são empregados nelas tenham mais algumas prerrogativas e estimação do que aqueles que por cá chamam republicanos, isto é, os que andam sempre nas vereanças e Câmaras [...].
> É o primeiro meio predicamentar as tropas mais que os republicanos fazendo prevalecer os seus privilégios para não serem obrigados os oficiais a servirem nas Câmaras contra suas vontades...".[27]

Segundo o texto, uma vez levantadas as tropas, era necessário fazê-las durar. Para isso, o governador sugeria que se aumentassem as regalias dos milicianos, em detrimento dos homens que tradicionalmente se ocupavam da administração municipal. Assim, aparentemente contrariando as regras ditadas em sua própria política, que afirmava serem os homens com casas na *cidade* aqueles com direitos de condução da vida política nas áreas recém-fundadas, o governador estimulava, em São Paulo, a rivalidade entre os republicanos (com privilégios adquiridos no controle da "república") e os militares (que em troca do alistamento receberiam direitos dos quais seus rivais não gozariam).

---

[27] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras.* São Paulo, 12/11/1767. DI 19: 81 e 83.

De fato, o trecho acima nos parece duplamente esclarecedor: nos informa a respeito das resistências ao serviço nas Câmaras, supostamente um privilégio dos homens em civilidade, que entretanto nos é apresentado principalmente como uma obrigação à qual estavam sujeitos os republicanos e da qual se isentavam os militares, ambos dignos da admiração da Coroa, que obtinha, com isso, um aparente aumento na adesão da população local aos serviços do Estado.

A esse respeito, é interessante lembrar o grande aumento no número de ocupações e de cargos declarados em São Paulo entre os recenseamentos de 1765 e de 1822, assim como a tendência crescente entre os chefes de domicílio para a informação simultânea de ocupações e de cargos. Frente a esses dados e às manobras sociais acima comentadas, podemos concluir que, entre aquelas duas datas, a população paulistana envolveu-se progressiva e simultaneamente na economia local e no exercício de atividades socialmente estimuladas, tais como os postos da administração e das tropas, o que sugere o sucesso das medidas adotadas pelo Morgado de Mateus e por seus posteriores no governo de São Paulo.

Faz sentido, então, que Martim Lopes Lobo de Saldanha, sucessor de D. Luís Antônio de Sousa, aceitasse as atividades econômicas declaradas pelos militares paulistas, admitindo que a convivência entre o serviço nas tropas e o comércio seria forçosa "... em quase todo o Brasil, especialmente nesta capitania, onde uns são mercadores, outros traficantes, outros tropeiros, outros condutores e poucos são os isentos destes manejos e se por isso não houverem de gozar dos privilégios da nobreza dos postos [...] poucos seriam..."[28].

Como podemos notar, o cerne da discussão a respeito dos privilégios possíveis a partir da permanência em povoado nos parece residir na disputa entre os camaristas e uma nobreza de postos militares, que necessariamente haveria de ser composta por homens de ocupações diversas, em sua maioria pertencentes ao setor terciário. Isto, de fato, se verificava no caso paulistano, como demonstramos através da análise do recenseamento de 1822.

Nesse caso, a análise de Raymundo Faoro nos parece apropriada, ao afirmar que se "... para a investidura em muitas funções públicas era condição essencial que o candidato fosse 'homem fidalgo, de limpo sangue' ou de 'boa linhagem'...", a categoria desses "homens bons"

[28] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Juiz de Fora da vila de Santos*. São Paulo, 02/04/1776. DI 75: 7-8.

compreendia "... os senhores de terra e de engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes..."[29].

De qualquer maneira, os embates sociais característicos da vida com urbanidade foram estimulados pelas iniciativas dos governadores de São Paulo, de tal forma que, a partir de meados do século dezoito, o núcleo urbanizado paulistano marcou-se profundamente pela exibição do valor individual, ou ainda, pela idéia de que mais importante que se exibir era poder fazê-lo de forma apropriada.

E um exemplo veemente de que o ambiente urbanizado era um cenário importante para a afirmação dos valores pessoais pode ser visto nos excertos abaixo transcritos.

> "Tendo V. Alteza Real servido encarregar-me do governo desta Capitania, para efeito de a reger em paz, prosperando a felicidade dos povos em benefício da causa pública, fui obrigado a suspender do exercício de seu cargo o Ouvidor da Comarca de Paranaguá [...].
> Ele principiou por se fazer temido de todos [...]; só ele era grande, ele só o respeitável; todos os mais deviam ter uma igualdade absoluta e o que mais admira é que, nesta igualdade desprezível também deviam entrar as Câmaras e os Juizes Ordinários [...].
> [...] do mesmo modo e para o mesmo iníquo fim de igualdade absoluta, tratava com desprezo aos oficiais de milícias e ordenanças daquela Comarca.
> Prova-se pela carta que escreveu ao Sargento-mor [...] a quem V. A . honrou com a patente [...] porque devendo deprecar-lhe os termos da mais polida urbanidade [...] em desprezo das leis e seguindo o seu plano de igualdade passou a ordenar ao mesmo Sargento-mor desse ao seu meirinho geral o apoio necessário [...].
> Prova-se [...] o referido sistema de envilecer a honra dos oficiais de patente pondo-os na igualdade da mais ínfima plebe [...].
> Vê-se finalmente [...] que tendo pisado aos pés todas as leis de V. A. R., tendo invertido a ordem da sociedade e tendo posto tudo em confusão [...]."[30]

---

[29] Cf. FAORO, *Os donos do poder*. p. 198.

[30] *Participação de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça contra o Ouvidor da Comarca de Paranaguá*. São Paulo, 20/05/1802. DI 30:166-173.

Ao enumerar os motivos para a suspensão do Ouvidor de Paranaguá, Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça arrolou as tantas vezes em que o magistrado inverteu as hierarquias sociais estabelecidas. Além disso, na descrição dos delitos cometidos, o governador citou várias vezes o plano de abominável igualdade utilizado pelo Ouvidor, no qual oficiais de patente eram comparados à plebe. E, cabe ressaltar, com a inversão daquelas hierarquias, o acusado teria faltado gravemente com a polida urbanidade que lhe era esperada, a qual, podemos notar, estava diretamente associada ao respeito às diferenças sociais existentes, legalmente previstas e publicamente estabelecidas.

Conseqüentemente, na medida em que, de acordo com as sugestões de Rouanet, consideramos um conjunto de práticas ilustradas da administração da São Paulo colonial, ou uma *civitas* ilustrada derivada do Iluminismo português[31], devemos reconhecer que tais práticas caracterizaram-se pelo acirramento das tensões sociais locais: isso instituía normas de comportamento que previam a exibição e o reconhecimento dos valores individuais, principalmente no ambiente urbanizado, e constituía a noção de urbanidade como o comportamento civilizado a ser exercido no espaço da *cidade*.

Consideramos pois que, se num determinado momento os administradores metropolitanos e seus representantes na capitania de São Paulo optaram por uma política de valorização social do ambiente arruado ou urbanizado, fizeram-no de modo a transformar tal espaço num teatro no qual, longe dos vícios e transgressões, deveriam ser antes exibidas as virtudes e a adequação individual às normas e aos interesses metropolitanos, dignas das recompensas cabíveis em virtude da manutenção da ordem social.

Guardadas as particularidades da situação, em nosso entender, essa política aproxima-se das sociedades de corte descritas por Norbert Elias, nas quais "... a opinião que as pessoas tinham

---

[31] Nesse caso, nos parece importante ressaltar que, se como sugeriu Maria de Lourdes Vianna Lyra, "... o *iluminismo* ou *ilustração* não se manifestou através de uma única forma de pensar o homem e a sociedade, nem tampouco, se constituiu numa única proposta de mudança e em direção a um objetivo [...] revolucionário...", entre os portugueses o movimento era antes considerado como a opinião de indivíduos "... propensos aos falsos princípios que desolam a França [e] mostram disposições de desunirem entre si os vassalos de Sua Alteza Real...". Cf. LYRA, *A utopia do poderoso império*. p. 32. *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça*. Palácio de Queluz, 12/03/1801. DI 89: 235.

umas das outras e a expressão dessa opinião através do comportamento, considerado como instrumento de formação e de controle tinham [...] um papel de particular importância..."[32], provavelmente não desconhecido pela sociedade e pelos administradores da Colônia.

Nesse sentido, é importante ressaltar que mesmo D. Luís Antônio de Sousa e Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, indivíduos que ocuparam o mais alto cargo político na Capitania, não deixaram de enfrentar as autoridades religiosas locais exigindo receber, sobretudo em público, o tratamento e as honras compatíveis com seus cargos[33]. De forma semelhante, a Câmara de São Paulo também soube exigir seus privilégios públicos, no que foi atendida pelo governador Franca e Horta que prontamente determinou aos "... sentinelas das armas [...] o que deve ser quando entrar ou sair qualquer pessoa da corporação desse Senado, e vem a ser perfilar sua arma, o mesmo que está prescrito fazer quando passar diante dela uma pessoa distinta..."[34].

Assim, a *cidade*, espaço transformado que expressava as concepções sociais ou culturais na época associadas à paisagem urbanizada, nos parece ter se sedimentado entre seus administradores ou seus homens civilizados como um local para a exibição e reconhecimento público das pessoas mais ou menos distintas, aptas a demonstrar uma condição privilegiada ou a "polida urbanidade".

Contudo, tais conclusões não nos permitem afirmar que as pessoas impossibilitadas de se adequar àquela ética imergissem numa igualdade de vícios e transgressões. De fato, como procuramos indicar, se o ambiente urbanizado pode ser tomado como um repositório de imagens, associadas a indivíduos, grupos ou comportamentos mais ou menos valorizados, e, se tais associações podiam ser substituídas, ainda que com certo custo, através da utilização de mecanismos semelhantes aos de sua própria criação, a adoção de uma ética de transgressão não seria uma boa opção.

Passemos, pois, a analisar alguns daqueles comportamentos que podiam fazer discriminar negativamente os indivíduos.

---

[32] ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 71.

[33] Cf. *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras*. São Paulo, 24/12/1766. DI 23:11-14. *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho*. São Paulo, 08/06/1801. DI 30: 73-76.

[34] *Carta de Antônio José da Franca e Horta para a Câmara de São Paulo*. São Paulo, 31/01/1804. DI 55: 246.

"Sendo-me manifesta [...] a consternação a que se viam reduzidas respeitosas famílias nas funestas ocasiões em que falecia alguém das suas casas pelo vaidoso abuso de se dar cera nos acompanhamentos e ofícios não só aos eclesiásticos mas também a todos os seculares que ocorriam [...] e não tendo muitas famílias graves com que a comprassem, pelo que se viam precisadas ou a venderem ou a empenharem alguma coisa que lhe restava, ou a enterrarem os seus defuntos ocultamente, conduzidos em redes [...], ocorri ordenar ... que se desse cera somente aos eclesiásticos oficiantes, debaixo das penas..."[35]

A possibilidade de demonstrar qualidade nos parece arraigada nos hábitos da população de São Paulo em finais do século dezoito a ponto de condicionar o sepultamento dos mortos às expectativas coletivas, como demonstra o trecho acima. Nesse caso, a julgar-se pelas considerações de Martim Lopes Lobo de Saldanha, seria preferível enterrar os mortos incognitamente a submeter-se "... à vergonha que lhes causam os indiscretos reparos e murmurações dos que ocorrem somente por receberem velas ..."[36]. A esse respeito, note-se que Sérgio Buarque de Holanda vinculou o aumento progressivo dos preços da cera nos três séculos da colonização à sua utilização em solenidades festivas ou fúnebres, religiosas ou não, sempre ligadas ao aparato e à ostentação como forma de garantir distinção social[37].

E, mesmo que para alguns os funerais fossem apenas boas oportunidades para a obtenção de velas, é necessário observar a pressão exercida pela opinião alheia sobre a execução desse ritual, pelas ruas da *cidade*, ou ainda, perceber o quanto à visibilidade proporcionada pela área urbanizada demonstra ter criado padrões de conduta necessários para a manutenção de um *status* diferenciado, e o quanto a vigilância, o olhar do "outro" e seus possíveis comentários poderiam contribuir, ou não, para esse fim.

Portanto, nem sempre as condições e comportamentos foram semelhantes: enquanto para alguns parece ter sido importante estar sob os olhares admirados dos demais, para outros, a situação seria um pouco diferente.

---

[35] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro.* São Paulo, 16/11/1775. DI 28: 41-42.

[36] *Bando de Martim Lopes Lobo de Saldanha.* São Paulo, 14/10/1775. DI 84: 46.

[37] Cf. HOLANDA, *Caminhos e fronteiras.* p. 52-53.

Em vários momentos da correspondência dos governadores da capitania de São Paulo o reconhecimento dos indivíduos que circulavam pela *cidade* se destaca como necessário à preservação dos valores religiosos e ao combate à marginalidade. Para tanto, os representantes da Coroa não hesitaram em tentar regulamentar o comportamento dos habitantes dos núcleos urbanos.

Veja-se, por exemplo, a determinação para que homens e mulheres andassem pelas ruas de rosto descoberto, sem baetas, chapéus ou quaisquer outros disfarces[38], indicando tanto o interesse do governo em reconhecer indivíduos de comportamento delituoso quanto o recurso da população às práticas de disfarce ou à estratégia de se ocultar dos olhares da administração e dos demais habitantes da *cidade*. Este empenho surge da documentação como um outro lado dos hábitos visuais presentes no núcleo urbanizado paulistano.

Dessa forma, assim como o transporte oculto dos mortos em redes para fugir da desonra perante aos vizinhos, o uso de baetas e chapéus aparentemente possibilitava aos moradores da *cidade* que porventura deles se utilizassem a oportunidade de circular e atuar irreconhecíveis, e sem máculas sociais, pelas ruas, casas e lugares públicos. Sem dúvida, este poderia ser considerado um comportamento criticável, até por razões de polícia, conforme explicita o governador quando expressa a necessidade de "... reconhecer-se um homem rebuçado que se tem visto de noite, acompanhado de um ou dois negros, pelas ruas desta Capital, com armas proibidas e na figura de fazer algum insulto"[39].

Mas, além disso, é interessante notar que, se o comportamento incógnito podia assumir ares de ameaça e de perigo aos moradores da cidade, também poderia ser permitido e mesmo incentivado pelas autoridades nos momentos de comemoração.

> "Para que nesta Cidade se possa mostrar mais vivamente a alegria [...] pelo feliz nascimento da Sereníssima Senhora Princesa da Beira, concedo a toda a pessoa, de qualquer qualidade e condição que seja, possa mascarar-se até o Entrudo, em todos os dias que não forem de trabalho e igualmente naqueles em que houver festas na Praça."[40]

---

[38] *Bando de Martim Lopes Lobo de Saldanha.* São Paulo, 23.09.1775. DI 84: 38.

[39] *Bando de Martim Lopes Lobo de Saldanha.* São Paulo, 09.12.1781. DI 84:198.

[40] *Bando de Bernardo José de Lorena. São Paulo, 10.12.1793.* DI 46: 242/3.

De acordo com o trecho acima reproduzido, as festas públicas seriam situações nas quais a vigilância visual estabelecida no espaço urbanizado era suspensa pela permissão ao uso dos disfarces. Segundo Mary Del Priore, esses seriam momentos nos quais, estrategicamente, parte da tensão resultante da vida sob o peso da exploração colonial seria extravasada[41]. Neles, pessoas de qualquer origem, com mais ou menos cabedais, mais ou menos nobres, poderiam festejar em aparente igualdade. Indistintas, mascaradas, poderiam circular livremente pela *cidade*, espaço normalmente marcado pela visibilidade, pela diferenciação dos contornos sociais através de sinais propositadamente ostentados.

Tais exceções se fazem ainda mais significativas se consideradas à luz da regulamentação prevista pela Câmara Municipal quando da ocasião das festas urbanas, como no caso das comemorações pelo nascimento do príncipe sucessor do trono português, em 1795, evento que deveria ser festejado por todos. Para o que ordenava a mesma Câmara que

> "... todos os moradores desta cidade, sem exceção de pessoa, iluminem as suas respectivas casas [...] nas três noites do tríduo, com pena de seis mil réis de condenação e trinta dias de cadeia [...] na mesma pena incorrerão todos aqueles que não consertarem e limparem as suas testadas por onde passar a procissão e não adornarem as suas janelas e portas, como é de costume [...]. Por parte desta Câmara [...] e direção do [...] senhor general se farão três dias de encamisadas e três de ópera e, atendendo nós que cada uma das classes do povo costumam [...] encarregar-se de uma parte dos festejos [...] os mercadores desta cidade que nela tiverem loja por si ou por seus caixeiros encarregamos o fogo para três noites. Os taverneiros darão um carro com danças [...], o mesmo farão os alfaiates e sirgueiros [...]. A classe dos ourives, latoeiros e caldeireiros dará ensaiada a seu arbítrio. À classe dos carpinteiros encarregamos outro carro com danças. Os ferreiros, ferradores e pedreiros darão uma dança ou qualquer outra função digna de aparecer em público e finalmente, os negros crioulos forros darão um baile de congos e os da costa as danças que lhes parecer ao modo de seu país."[42]

---

[41] Cf. DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 31.

[42] *Edital da Câmara de São Paulo para as Reais Festas do Nascimento do Príncipe D. Antônio*. São Paulo, 25/07/1795.

Como podemos notar, a ocasião das festas públicas certamente representava um ônus para a população estabelecida na *cidade*, ou para aqueles reconhecidos em "classes" ou ofícios, que deveriam arcar com os custos de carros de dança, ensaiadas e outras funções que deveriam ser dignas de aparecer em público, enobrecendo a festividade e colaborando para a promoção de seus patrocinadores. Para além destes privilegiados, havia aqueles cuja obrigação da festa incluía a necessidade de limpar as testadas de suas propriedades e adornar as janelas e portas, sem qualquer recompensa ou alternativa, a não se o risco das punições previstas. Por fim, aos negros, caberia reverenciar a ocasião com a exibição de suas origens, que reforçariam sua posição na hierarquia social local.

Nesses termos, as festividades oficiais conduzidas pela administração municipal ou da capitania estabeleciam critérios rígidos de comportamento e visibilidade, criando condições para a exibição pública dos supostos privilégios de um ou outro segmento da população. A esse respeito nos parece interessante lembrar finalmente que, assim como a exibição pública da forma socialmente valorizada (que, como indicamos, nos parece característica das sociedades do Antigo Regime), também a aparência, a ostentação e a influência da opinião de observadores externos foram fatores relevantes para a construção de identidades sociais, como demonstrou Richard Sennett, e apenas aos poucos cederam frente às linguagens próprias da sociabilidade cosmopolita[43].

Nesse sentido, os documentos acima analisados demonstram que o ambiente urbanizado paulistano pode ser tomado, em sua rotina, como um local onde o olhar, treinado pela convivência para o reconhecimento de valores individuais, através de sinais ou de procedimentos mais ou menos enobrecedores, teria papel fundamental para a construção da identidade social.

Assim, descartamos a associação imediata entre a presunção de fidalguia[44] e a descrição das áreas urbanizadas coloniais como espaços precários e provisórios reservados ao vício e à transgressão, não só devido às estratégias alternativas de convivência na área arruada (por

---

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Arquivo Municipal de São Paulo. v. 11, p. 619-622. Doravante Registro 11: 619-622.

[43] Cf. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 84/85, 90/91 e 32.

[44] ARAÚJO, *O teatro dos vícios*. p. 109 e seguintes.

exemplo, o simples ocultamento frente aos olhares alheios) como também em função da existência, antes indicada, de áreas diferenciadas estabelecidas em torno do núcleo urbanizado.

Antes disso, a *cidade* seria o espaço transformado física e socialmente que emerge da documentação consultada como uma entre as paisagens urbanas da São Paulo colonial: aquela cujos valores exclusivos eram capazes de tornar alguns de seus freqüentadores distintos do conjunto dos habitantes locais, fossem estes os moradores civilizados do termo municipal ou os fugidios habitantes do sertão, outras paisagens igualmente urbanas, embora não urbanizadas.

II. O esteio do Reino: os interesses da Coroa e a paisagem natural da Colônia

Tendo explorado algumas das perspectivas dos administradores e da população de São Paulo em relação à *cidade* (a área arruada e edificada do município) não podemos nos esquecer de que, na segunda metade do século dezoito, as orientações para a criação dos núcleos de povoamento especificavam a necessidade de uma segunda área importante, destinada à exploração dos recursos naturais disponíveis.

Lembremo-nos, pois, que, se eram dadas instruções específicas para a escolha da área central, na qual se edificariam as ruas, os templos e as moradias, também houve grande preocupação em garantir que em seus arredores os moradores pudessem contar com a água dos rios, seja para a pesca ou a navegação, e com terras para o cultivo necessário à manutenção do povoado.

Assim sendo, mesmo que o fomento agrário tenha permanecido em segundo plano nas preocupações de D. Luís Antônio de Sousa, seus cuidados com os métodos de lavoura praticados na capitania foram constantes no combate ao sistema de "roças de mato virgem". Isso se justificaria pelo fato dos homens, em busca de áreas virgens, irem se afastando da sociedade civil e apenas retornando ao ambiente urbanizado para as festas anuais, sendo que "... fora destes casos vão

seguindo o mato virgem de sorte que os fregueses da Cotia, que dista desta Cidade sete léguas [...] são já hoje fregueses de Sorocaba..."[45].

Como justificativa para esse comportamento, registrou D. Luís, alegavam os roceiros que

> "... a terra e o campo não dão e que por isso toda a grande Campanha desta Cidade está inculta e que não terão que comer se não fizerem roças daqui a oito ou nove léguas [...]; pois esta Cidade está fundada em um alto e naturalmente o alto há de ser mais seco e menos frutífero que o campo, qual a razão porque aqui há quintais donde crescem pés de milho tão altos que igualam um cavaleiro [...] e no campo não há de ser o mesmo, sendo a terra, o clima e o ar o mesmo...".[46]

Se acompanharmos as considerações acima, notaremos certas incoerências entre as perspectivas inicialmente demonstradas pelo governador quanto à criação de núcleos de povoamento na Capitania e a utilização efetiva de seus arredores. Em primeiro lugar, dispersando-se nos matos virgens, as roças estabelecidas pela população local remetem aos sítios volantes que, como vimos, eram criticados por D. Luís como avessos à civilidade desejável. Mas note-se que, de acordo com a descrição do governador, os moradores dessas roças não permaneciam totalmente desvinculados dos serviços e da fiscalização religiosa das paróquias; apenas trocavam uma freguesia por outra, o que nos permite duvidar de que rompessem totalmente com os padrões de vida civilizada então estimulados.

De fato, nos parece mais provável que o verdadeiro incômodo de que se ressentia o governador fosse o afastamento desses homens em relação à área urbanizada central de São Paulo. Nesse sentido, a dispersão populacional aparentemente não colaborava com a constituição de um povo útil aos interesses de Sua Majestade, preocupando o governador antes pela negação da urbanidade, entendida como participação dos indivíduos na dinâmica social da *cidade*, do que por impossibilitar a vida com a necessária civilidade.

---

[45] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras.* São Paulo, 23/12/1766. DI 23: 2-7.

[46] *Carta de D..Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras.* São Paulo, 23/12/1766. DI 23: 2-7.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Em segundo lugar, o interesse recorrente pela lavoura em matos virgens fazia com que abandonassem inculto o campo, ou a Campanha, contrariando as expectativas do governo em relação a uma área que deveria abastecer a região arruada central. E, no que se refere à justificativa dos agricultores de que as terras ali não produziriam, retrucava D. Luís que, se as terras mais altas e secas da área arruada eram capaz de boa produção, por que não seriam as das várzeas mais baixas e alagadiças?

Essa insistência do governador, uma vez mais, nos apresenta seus interesses não apenas na fixação da população, mas também em sua submissão a regras que permitissem a constituição do povo útil, por indivíduos acostumados "... a trabalhar na agricultura dos campos, em que podem colher muitas e repetidas para o seu sustento se os fabricarem como deve ser...". Ou, mais genericamente, na alteração das atitudes da população perante o universo natural. Dificultando o alcance desses objetivos, a busca de matos virgens seria prejudicial porque acreditando os homens "... que as roças hão de ser sempre duradouras [...] ficam todos na pura vadiação de não trabalharem e expostos a viver nas inclemências de um sertão..."[47].

Insistente, como podemos notar, em atribuir à população colonial uma série de imperfeições, no que aparentemente foi acompanhado por outros tantos cronistas e estudiosos, D. Luís Antônio de Sousa apenas conseguiu enxergar na recusa à agricultura como a concebia uma tendência à vadiagem com um futuro previamente determinado: a irremediável pobreza e a extinção dos recursos naturais disponíveis. Julgava a situação, portanto, a partir de um olhar moral e economicamente comprometido com a idealização de uma sociedade hierarquizada, especializada, católica e útil aos interesses de Sua Majestade.

Negadas essas perspectivas, viveriam os homens num sertão inclemente, que cremos pode ser aqui interpretado como um ambiente no qual, por exclusão, está prevista a própria falência do projeto de urbanização orquestrado pelo governador. O sertão não só desestruturava a fixação dos homens nos povoados ou nos campos, uma vez que a exploração temporária das terras não implicava na edificação de cidades e do povo, como também impedia a promoção econômica e política da população. Retirava-lhes, assim, a possibilidade de viver com a urbanidade desejada.

---

[47] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para a Câmara da vila de Jacareí.* São Paulo, 29/08/1767. DI 67: 202.

Como no caso do espaço urbanizado, as perspectivas ilustradas trazidas a São Paulo por D. Luís Antônio de Sousa e por seus sucessores dirigiam-se principalmente aos hábitos da população em sua relação com o espaço físico. Isto se torna mais evidente se considerarmos os conflitos entre duas formas de percepção do universo natural local, tais como podemos observar no embate de D. Luís Antônio de Sousa contra a prática das lavouras de mato virgem. Nesse sentido, insistia o governador,

> "... devo afirmar a V. Exa. por me ajudarem já as luzes de uma mais clara e bem advertida experiência, que se esta não me engana é falso tudo quanto se diz de que estas terras na são capazes de admitir arado e lavoura e só podem dar fruto onde há mato virgem.
> Daqui nasce não só o grandíssimo prejuízo da falta de víveres [...] da carestia com que se vendem e dificuldade com que se acham mas também é a causa de passar o povo com muita miséria [...].
> Além disso, também ocasiona que o necessário uso das roças extingue as madeiras e há de vir acabar com os paus de lei e de canoas, porque já com dificuldade se acham [...] porque muitas léguas ao pé desta Cidade e de outras vilas tudo é campo, porque há muitos anos se lhes acabou o mato virgem...".[48]

No trecho acima, em que coloca suas críticas ao método de lavoura praticado na Capitania, D. Luís Antônio de Sousa nos apresenta basicamente um confronto entre opiniões distintas. Enquanto os roceiros insistiam na alegação de que as terras nos arredores da *cidade* não produziam e resistiam na busca de áreas virgens, o governador – convencido de seu maior esclarecimento, de suas maiores luzes – criticava aquele comportamento, bem como a recusa em adotar as soluções propostas, a saber, o uso do arado.

Ao assumir tal postura, o governador nos indica a existência de duas ordens de problemas que parecem decorrer das formas de ocupação daquelas áreas pertencentes ao termo da *cidade*, ambas vinculadas ao convívio com o universo natural: a primeira delas relaciona-se às formas e conseqüências da exploração dos recursos naturais tropicais. A segunda refere-se diretamente às

---

[48] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Conde de Oeiras.* SP 30/01/68. DI 23: 374-376.

funções a princípio atribuídas aos arredores dos núcleos de povoamento quando de sua criação, ou seja, o abastecimento de sua população.

Em relação à exploração desenfreada da natureza local, os governadores de São Paulo demonstraram preocupações evidentes com o esgotamento dos recursos naturais nativos. Podemos nota-las na resposta de D. Luís Antônio de Sousa ao capitão general de Minas Gerais, que reclamava da falta de madeira em sua jurisdição.

> "Com a ocasião de V. Exa. me falar na falta das lenhas que experimenta a sua capitania, quero participar a V. Exa. que nesta vai sucedendo a mesma falta, porque léguas e léguas se vão pelos braços dos rios adentro buscar as madeiras de que é notável a raridade."[49]

Como podemos perceber pelo comentário de D. Luís Antônio de Sousa, a escassez de madeira em São Paulo e em Minas Gerais ganha a preocupação dos governadores. No caso de São Paulo, D. Luís já havia notado a contribuição do estabelecimento de roças em áreas de matos virgens para a devastação das matas nativas. Além disso, léguas e léguas ao lado dos rios já haviam sido percorridas em direção ao interior do continente prolongando a derrubada e a extinção das madeiras, comportamento explicado por Sérgio Buarque de Holanda[50] através da necessidade de canoas, fator que também favorecia o esgotamento dos recursos florestais da capitania ao ampliar o processo de desmatamento a princípio justificado pela ânsia por terras mais férteis.

Essa extração seria regulamentada pela Metrópole em 1796, quando se estabeleceu que "... ficavam sendo de propriedade exclusiva da Real Coroa [...] todas as matarias e arvoredos situados à beira mar e juntos de rios navegáveis que nele desembocam, proibindo não só que nas ditas terras

---

[49] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Valladares, Capitão General das Minas Gerais.* São Paulo, 19/03/1765. DI 19: 333.

[50] De acordo com o autor, as embarcações utilizadas pelos paulistas em suas expedições fluviais eram construídas de acordo com as técnicas indígenas, utilizando apenas um tronco de madeira, e chegavam a alcançar treze metros de comprimento por meio de largura, medidas que nos permitem imaginar o porte das árvores utilizadas. Se considerarmos que naquelas expedições contavam-se até quatrocentas canoas, torna-se razoável aceitarmos o impacto de sua demanda sobre a forração florestal de São Paulo, no decorrer do século dezoito. Cf. HOLANDA, *Caminhos e fronteiras.* p.145-147.

se não dêem para o futuro sesmarias e que nas já concedidas se cortem paus reais e de lei, mas que pessoa alguma se possa nelas arranchar, introduzir e menos cortar e queimar madeiras ..."[51]. O desaparecimento progressivo da madeira também implicava numa diminuição dos lucros que afluíam para os cofres portugueses. Nesse sentido, podemos compreender as exceções ao decreto real, como na situação relatada abaixo.

> "Sendo-me presente pelas repetidas súplicas que me têm dirigido [...] a grande falta que se experimenta de canoas por se achar defendido o corte dos paus preciso para sua construção e atendendo a ser de uma indispensável necessidade o uso delas assim para as pescarias como para o transporte dos efeitos em razão dos grandes rios e enseadas impedirem que se façam as conduções de outra maneira [...], hei por bem ordenar a Vmce. [...] haja de conceder licença para fazerem as canoas de que se precisarem, bem entendido que cada uma delas será obrigada a declarar os palmos que tem de cumprido e boca para assim se regular e arbitrar o valor correspondente que por ela devem pagar..."[52]

De acordo com o documento transcrito, é possível afirmar que, na inviabilidade da pesca e do transporte fluvial de gêneros em função da falta de madeiras para a fabricação de canoas, o corte das árvores protegidas seria permitido, mas, sob a cobrança dos direitos da Coroa. Dessa forma, se as decisões reais contemplavam a reserva e a proteção dos recursos naturais da Colônia, o faziam principalmente de forma a preservar os interesses econômicos metropolitanos. Nesse sentido, se a derrubada das árvores era imprescindível para a construção de embarcações, deveria, no entanto, originar lucros que compensassem a progressiva falta de madeira para os projetos metropolitanos, como a indústria naval[53] ou, no caso abaixo descrito, a instalação da fábrica de ferro de Araçoiaba.

---

[51] *Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para Sua Majestade D. Maria I.* São Paulo, 19/08/1797. DI 29: 11.

[52] *Carta de Antônio José da Franca e Horta para o Ajudante de Milícias e Comandante de Paranaguá.* São Paulo, 22/04/1803. DI 55: 75.

[53] Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 150-152.

"Sendo indispensavelmente necessário acautelar o estrago dos matos e capoeiras altas existentes no morro de Araçoiaba a fim de se poder delas extrair as madeiras necessárias para a fábrica de ferro [...], ordeno portanto a Vmce. que [...] faça intimar a todos os proprietários e habitantes que em torno dele morarem até a distância de uma légua contada nas suas fraldas para que imediatamente se abstenham de cortar ou queimar [...] mato algum virgem nem ainda capoeira alta, pena de serem presos e rigorosamente castigados pela desobediência..."[54]

Como podemos perceber, a importância de se restringir o devassamento de capoeiras e matas virgens devia-se também à necessidade de reservar a madeira necessária para o consumo nos empreendimentos metropolitanos na Colônia. Assim sendo, o universo natural da Colônia passava a ser progressivamente demarcado, o que acirrava os conflitos entre os interesses metropolitanos, voltados para a exploração mais racional e lucrativa dos recursos disponíveis, as iniciativas dos madeireiros, que lucravam com o corte e o comércio das espécies nobres[55], e as necessidades dos colonos, em busca do mato virgem para a lavoura ou da madeira empregada na manutenção do transporte fluvial.

O aumento e a sustentabilidade dos lucros obtidos com a exploração dos recursos naturais brasileiros eram o cerne das ações do governo de São Paulo para preservar a natureza local, o que se confirma com a descrição da devastação dos manguezais da capitania, como veremos a seguir.

"Pondo na presença de V. Exa. que os homens que fazem [...] a extração da casca das árvores chamadas mangues, que serve para o curtume da fábrica dos atanados dessa cidade, a tiram com tal desordem que, espoliando o tronco de toda a que o circula, com a ambição de juntarem com menos trabalho maior quantidade e interessando nisto os mesmos contratadores pelo interesse de lha comprarem mais barata, deixam as árvores

[54] *Carta de Antônio José da Franca e Horta a o Capitão-mor de Sorocaba*. São Paulo, 02/05/1803. DI 55: 81-82.

[55] Em sua análise da devastação da mata atlântica brasileira, Warren Dean indica que, segundo Azeredo Coutinho, crítico das medidas monopolistas então adotadas, as proibições estabelecidas pela Metrópole poderiam surtir o efeito contrário ao desejado. Submetidos a mecanismos de regulação, os proprietários das terras acelerariam o processo de desmatamento que, em última análise, os livraria do controle da Coroa. DEAN, *A ferro e fogo*. p. 152-154.

despidas de toda a sustância que as anima e vêm totalmente a secarem e a perecer, e têm chegado a tal excesso neste particular que, sendo inumerável a quantidade das árvores de mangues que havia neste distrito, se acham hoje totalmente extinguidas e para as haverem são obrigados de as ir buscar nas partes do Cubatão..."[56]

A julgar-se pela descrição de D. Luís Antônio de Sousa, as cascas das árvores dos mangues utilizadas no beneficiamento do couro eram extraídas de forma abusiva – explicada pela maior possibilidade de lucro por parte dos trabalhadores e de seus contratadores – que causava a destruição das árvores e seu desaparecimento nas cercanias de São Paulo. Frente ao problema relatado pelo governador, comentou o Vice-Rei que o mesmo processo já se havia sucedido no Rio de Janeiro, onde haviam desaparecido todas as árvores "... que nas margens desta imensa baía vi no ano de trinta e seis, trinta e sete ..." sendo que "... este mal se pôs em estado de se não poder remediar, pois que extintas as árvores não sei que se conheçam o como se poderão criar outras..."[57].

Uma vez mais, o impasse dos governos ilustrados de São Paulo nos parece se delinear em torno da necessidade de explorar a natureza colonial sem, entretanto, arruiná-la, ou ainda, dos interesses na produção de riquezas para o Reino sem, contudo, prescindir da reprodução de suas fontes, ou seja, dos recursos naturais da Colônia. Para tanto, cremos, se fazia importante promover uma reforma no modo de se conceber a paisagem natural, o que em tese talvez permitisse não apenas implantar novos objetivos entre a população como também novas técnicas para que fossem alcançados. Tratava-se, em nosso entender, como sugeriu Paul Claval, de alterar as formas de concepção do meio, ao que se seguiria a alteração nas formas de se promover sua transformação.

A princípio, esse processo previa a necessidade de instruir, esclarecer ou iluminar a compreensão da população para os aspectos de interesse da Metrópole, missão que, desde as reformas educacionais promovidas por Pombal[58], envolvia esforços de caráter pedagógico. Nesse

---

[56] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para o Vice-Rei, Conde de Cunha.* São Paulo, 25/07/1765. DI 72: 21.

[57] *Carta do Vice-Rei, Conde de Cunha, para D. Luís Antônio de Sousa.* Rio de Janeiro: 23/08/1765. DI 14: 58.

[58] De acordo com Falcon, as reformas educacionais de Pombal tinham como finalidade colocar o sistema de ensino sob o controle do estado, afirmando a autoridade da Coroa, além de eliminar a orientação humanista, retórica ou ornamental então atribuída ao ensino jesuíta e de contribuir para as novas necessidades do Reino através da observação e experimentação pragmática da natureza colonial. Cf. FALCON, Francisco José Calazans, "As reformas pombalinas e a

sentido, destaca-se a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779 com o objetivo de articular "... o saber produzido na Universidade de Coimbra e a sua aplicação prática em prol do dinamismo da economia..."[59] portuguesa.

Mais tarde, a partir de 1796, especificamente durante o ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, novas medidas seriam adotadas: a criação da Casa Literária Arco do Cego, onde se reuniam estudantes brasileiros "... ocupados na tradução de estudos avançados sobre agricultura, maquinarias, ciências e artes, além do recolhimento de informações gerais sobre a produção agrícola já existente, possibilidades de incremento de novas culturas e verificação de outros recursos existentes nas capitanias do Brasil ..."[60]; e a fundação do Centro de Instrução e Divulgação do Saber, o Seminário de Olinda, com o intuito de instruir os estudantes brasileiros para os serviços da Igreja e da Metrópole ilustrada[61].

Os resultados mais visíveis desses esforços, como podemos apreender através da análise da correspondência dos governadores de São Paulo, foram as insistentes solicitações de amostras de vegetais e minerais para o Reino, onde seriam analisados, e a proliferação de memórias voltadas para a divulgação e a aplicação na Colônia dos conhecimentos então desenvolvidos. Tais resultados podem ser observados nas instruções de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça aos vereadores de São Paulo, incentivando o "... aumento das riquezas que podem produzir as terras desta América introduzindo-se nelas assim um método regular e fácil nos trabalhos da agricultura, como os conhecimentos úteis da indústria no modo de preparar e aperfeiçoar as produções de seu terreno"[62].

E, em memória enviada à Câmara na mesma data, detalhava o governador, deveriam os camaristas estimular a agricultura dos produtos nativos, de "infalível exportação", promover o uso do arado e a adaptação de plantas de climas análogos ao da Colônia, como a baunilha e o cacau e

---

educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a Colônia". *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, vol. 18, n. 2, dezembro/1992. p. 19-20.

[59] Cf. LYRA, *A utopia do poderoso império*. p. 43.

[60] Cf. LYRA, *A utopia do poderoso império*. p. 83-84.

[61] Cf. LYRA, *A utopia do poderoso império*. p. 88-89.

[62] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça para a Câmara de São Paulo*. São Paulo, 20/11/1798. Registro 12: 256-257.

incentivar a indústria de beneficiamento do algodão, arroz, café, açúcar, aguardente, anil, louça, couros e peles de animais. Além disso, deveriam remeter descrições minuciosas sobre a disponibilidade de pedras e metais preciosos, de minerais como estanho, cobre, ferro, chumbo, antimônio, salitre, enxofre, entre outros, e sobre a existência de madeiras para tinturaria ou outra utilidade[63].

De fato, a leitura da correspondência de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça[64] (nomeado justamente no início do governo de Sousa Coutinho, com quem o governador de São Paulo manteve correspondência freqüente) demonstra a grande ênfase da administração metropolitana nos assuntos relativos à exploração do potencial econômico local. Destaque-se, nesse caso, o envio de memórias a respeito do reconhecimento, da aclimatação, do cultivo e do manejo de produtos vegetais exportáveis, da localização e do aproveitamento de reservas minerais, ou ainda, da intensificação da produção de gêneros nativos e para sua circulação dessas mercadorias até os portos metropolitanos.

Também são interessantes as repetidas e mal sucedidas tentativas de comercialização de folhetos e livros a respeito de técnicas agrícolas e de beneficiamento dos produtos locais, aparentemente destinados à melhoria do nível técnico dos produtores e freqüentemente listados na correspondência publicada do governador, que indica os títulos enviados, da quantidade de volumes e de seu preço para venda.

Memórias sobre a produção de algodão, canela, louro, cravo, cânhamo, tabaco, batata, anil, café e açúcar constavam freqüentemente das relações de impressos enviados pelo Reino para o comércio com os agricultores. Além delas, também eram enviadas instruções para produção da potassa e do salitre, tratados sobre abelhas, musgos, queijo *roquefort*, métodos para prevenções de doenças e volumes sobre assuntos diversos, como a história da América, a ciência das sombras,

---

[63] *Memória dos objetos que de recomendação de Sua Majestade e por utilidade pública devem promover os juizes e vereadores da Câmara desta cidade.* São Paulo, 20/11/1798. Registro 12: 258-260.

[64] Abrangendo o período entre junho de 1796 e dezembro de 1802 e reunida nos volumes 29, 30, 39, 87 e 89 da coleção *Documentos Interessantes*, a correspondência publicada de Castro e Mendonça nos permitiu selecionar cerca de 370 cartas entre as quais cerca de 60% se destinavam à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ou a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nessas cartas, destacam-se os assuntos relativos à exploração dos recursos naturais (vegetais), ao comércio interno e externo da Capitania e à exploração dos recursos minerais da região.

cálculos matemáticos, helmintologia, telégrafos e a história dos lazaretos. Constantemente também eram citados exemplares da coleção Fazendeiro do Brasil e de Cultura e Opulência do Brasil, de Antonil[65]. A maioria dessas obras, como destaca Pedro Meira Monteiro, permaneceria sem o consumo desejado com os agricultores locais[66].

Já entre os sucessores de Castro e Mendonça, essas preocupações, embora presentes, ocuparam menos espaço no diálogo com os ministros da Coroa. De fato, nas cartas de Antônio José da Franca e Horta[67], chama a atenção a menor referência ao potencial agrícola e mineral da capitania – que, entretanto, continua representando uma fração considerável dos assuntos tratados pelo capitão general, juntamente com a atenção para o controle e a prevenção de epidemias.

De modo semelhante, a correspondência de Francisco de Assis Mascarenhas e dos posteriores governadores interinos de São Paulo[68] reforça a possibilidade de uma transformação nas atribuições do governo da capitania. Nas cartas selecionadas a partir da leitura da correspondência daqueles administradores, é interessante notar o privilégio à correspondência com os funcionários e aos assuntos voltados à administração da Capitania, com poucas referências às questões exaustivamente tratadas nos governos anteriores, como a exploração dos recursos naturais locais. Nesse caso, algumas hipóteses podem ser levantadas: a centralização progressiva das decisões na Corte, no Rio de Janeiro, e o conseqüente esvaziamento da correspondência dos governadores de

---

[65] Cf. Correspondência de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, entre 1799 e 1801. DI 89: 51, 131-133, 145/146, 153, 197-199, 209, 218/219, 240/241.

[66] Cf. Monteiro, Pedro Meira. *Luzes ao campo, luzes à Nação*. Campinas: Unicamp, 1994. p. 39/40.

[67] Referente ao período de novembro de 1802 a setembro de 1811 e reunida nos volumes 55, 56, 57, 58, 59, 94 e 95 da coleção *Documentos Interessantes*, a correspondência de Antônio José da Franca e Horta apresentou diferenças significativas em relação à de seu antecessor. Entre as 340 cartas selecionadas para o período do seu governo, cerca de 45% foram enviadas a funcionários e oficiais diversos da Capitania e 20% à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

[68] Como resultado da leitura da correspondência de Francisco de Assis Mascarenhas, referente ao período de dezembro de 1814 a junho de 1817, e daquela decorrente do governo de D. Matheus de Abreu Pereira, D. Nuno Eugênio Scilbs e Miguel José de Oliveira Pinto, governadores interinos no período de novembro de 1817 a abril de 1819, respectivamente reunidas nos volumes 89, 90 e 88, da coleção *Documentos Interessantes*, selecionamos aproximadamente 90 cartas.

São Paulo, ou, ainda, uma reconsideração do papel desempenhado pelos capitães-generais e governadores na administração dos domínios coloniais[69].

De qualquer maneira, é interessante notar que, no conjunto da correspondência consultada, as cartas selecionadas referentes aos governos de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça e de Antônio José da Franca e Horta deixam evidente a orientação dos dois governadores para desvendar e explorar as riquezas naturais da capitania. A princípio, isto nos leva a crer numa valorização do universo natural da região como uma fonte, ainda sub utilizada, de riquezas. Também chama a atenção o posicionamento bastante explícito por parte desses dois governadores ao procederem à investigação do potencial econômico natural da capitania de acordo com as diretrizes científicas emanadas da Metrópole ilustrada e divulgarem os resultados dessas iniciativas entre a população local.

Mas, embora o caráter científico ou ilustrado dessas medidas tenha sido intensificado após o período pombalino, as preocupações com a coleta e a produção agrícola nas áreas em torno dos núcleos de povoamento recém fundados já podiam ser observadas durante o governo de D. Luís Antônio de Sousa, como podemos observar no documento abaixo.

> "... vejo que Vmce. me representa a respeito do sítio da nova povoação [...] e não me parece muito bem principalmente pelo defeito de não criar peixe a ribeira [...].
>
> A lavoura deve ser feita conforme o estilo do Reino sempre sobre as mesmas terras usando o estrume e o arado porque só assim se pode estabelecer o povo com civilidade, riqueza e utilidade do bem público [...].
>
> De nenhum modo procurem Vmces. árvores do Reino, como são oliveiras e outras tais para cá plantarem, vencendo as dificuldades da natureza; plantem das naturais, que produz o país, para fazerem bom comércio, trocando os frutos de cá pelos frutos do Reino, porque no manejo consiste o negócio."[70]

---

[69] Nesse sentido, a diminuição progressiva no volume da correspondência publicada, a alteração nos temas abordados e mesmo a manutenção de um longo governo interino na Capitania de São Paulo, nos parecem igualmente sugestivas de transformações no papel das capitanias na administração da Colônia, a partir da transferência da corte para o Brasil.

[70] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa para Lourenço de Andrade, de Curitiba.* São Paulo, 21/05/1767. DI 67:144 e 146.

O trecho reproduzido exibe parte daquelas exigências iniciais em relação às áreas selecionadas para a instalação dos novos povoados e avança ao indicar as formas de exploração desejadas para os arredores da *cidade* e fundamentais para estabelecer a civilidade, a riqueza e a utilidade: a impossibilidade da pesca era vista como um problema para a área escolhida, na qual a agricultura deveria ser fixa, com o recurso ao arado e ao adubo animal, privilegiando os produtos locais e complementares à produção européia, de forma a fortalecer o comércio.

Tais preocupações com as áreas estabelecidas em torno de uma *cidade* podem ser nitidamente verificadas no caso de São Paulo, cujo abastecimento foi um dos problemas crônicos tratados pela municipalidade. Nesse sentido, vale observarmos a atenção da Câmara Municipal para com a pesca nos rios que atravessavam o município.

> "Porquanto somos informados que muitas pessoas que costumam pescar peixe no rio Tietê têm introduzido em pescarem com redes de arrasto, que se chamam lanciaduras, como também botar timbós pelas lagoas e fazerem cercos pelas mesmas lagoas, em várzeas do rio onde se cria o mesmo peixe para sustentação dessa cidade, sem atender ao grande prejuízo que causam ao bem comum e ao grande defraude que causam ao mesmo peixe, pois com este instrumento o esquivam e acabam com a multiplicação do dito peixe...".[71]

A denúncia acima, que evidencia a prática da pesca predatória nos arredores da *cidade*, demonstra um possível diálogo entre as atitudes da Câmara de São Paulo e as instruções do governo da capitania, para preservar as áreas que, pertencentes ao termo do município, deveriam servir ao abastecimento da população do núcleo urbanizado e de seus arredores. E, assim como no caso da extração desenfreada das cascas das árvores dos manguezais, note-se aqui uma preocupação da Câmara com a interferência da pesca com redes e timbós no processo de procriação dos peixes, o que poderia interferir no abastecimento futuro da população local.

---

[71] *Edital da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo*, 30/06/1766. Registro 11: 265-266.

Mas, apesar da regulamentação estabelecida pela Câmara, novas denúncias continuariam chegando ao conhecimento dos vereadores paulistanos[72], de forma que, na final do século dezoito, as iniciativas da administração local encontravam resistências entre a população.

Assim, é importante observarmos que, na medida em que D. Luís Antônio de Sousa esforçou-se vigorosamente para promover a aglutinação dos indivíduos em núcleos de povoamento, a Câmara de São Paulo transferiu fielmente as decisões do governador à população sob sua administração, como podemos notar no trecho abaixo.

> "... em observância da carta do [...] senhor governador e capitão-general [...] em que nos ordena que nos nossos distritos façamos ato exame do viver de cada família e achando nós homens e outras pessoas vadias que não são úteis à república, os obriguemos a que tomem ofícios, ou, aliás, se sujeitem a plantar roças e viverem em terras onde possam ser corrigidos pela justiça secular e eclesiástica, e trabalharem em ocupações úteis à mesma república...".[73]

Como vimos, interessava a D. Luís Antônio de Sousa a reunião e a organização da população de São Paulo em povoados arruados, urbanizados, nos quais a supervisão da Igreja e do Estado poderiam originar as virtudes da civilidade. De igual importância seria a inserção da população na produção de gêneros que garantissem o abastecimento e a manutenção dos núcleos de povoamento recém fundados. Tais medidas nos parecem contempladas pelas orientações transmitidas à população paulistana pela Câmara, as quais reforçam a necessidade de uma população útil, cujo ofício seria o das atividades agrícolas, ou da manutenção das roças.

Novamente, apresenta-se aqui a idéia de que a vida sedentária, a agricultura e a submissão às leis de Deus e da Coroa garantiriam as condições para a civilidade necessária e, também, a possibilidade de manutenção da população congregada e civilizada. Portanto, podemos considerar que, assim como nas tentativas de racionalização da extração desenfreada dos recursos disponíveis, seja através do controle da pesca predatória e da coleta indiscriminada dos produtos

---

[72] Cf. *Edital da Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 24/10/1780. Registro 11: 325-327.

[73] *Edital da Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 09/11/1765. Registro 11: 171-173.

naturais, o governo da capitania emitiu instruções recorrentes, incorporadas pela Câmara Municipal, para a produção sistemática de gêneros agrícolas, através da agricultura com estrume e arado.

Entretanto, isso não garantia sua execução efetiva entre a população local que, no final do século dezoito, ainda se recusava a adotar o arado em suas roças e, com isso, motivava repetidas intervenções do governo da capitania.

> "Sua Majestade desejando promover [...] a felicidade dos seus vassalos, que depende [...] em grande parte da abundância das produções do próprio país, a qual só se pode conseguir pelo aumento da agricultura, ou seja, introduzindo novos artigos de cultura [...] ou aperfeiçoando os antigos métodos de cultivar o terreno e recolher e preparar as suas produções, com estes fins manda recomendar [...] o uso de bois e arados para cultivar as terras [...], assim como a economia das lenhas [...] inculcando o método de queimar as canas já moídas..."[74]

Perceba-se, contudo, no trecho acima, o mesmo interesse enunciado por D. Luís Antônio de Sousa quando de sua chegada a São Paulo: o aumento da produção, o uso do arado e a preservação das madeiras nativas, queimando-se em substituição a cana já moída, com o acréscimo da proposta de introdução de produtos adaptáveis ao clima da região, exemplo do cacau carioca ou ainda da baunilha, "... que a natureza espontaneamente a está produzindo nos matos silvestres desta capitania..."[75]. Note-se também o caráter mais específico e detalhado das instruções encaminhadas à Colônia, resultado prático das reformas iniciadas por Pombal e aprofundadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho[76].

---

[74] *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça.* Palácio de Queluz, 04/01/1798. DI 89: 48-49

[75] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça ao Juiz Ordinário de Santos.* São Paulo, 14/08/1798. DI 89: 112.

[76] Como vimos, apenas depois de superadas as questões militares com a Espanha e com a decadência da exploração dos domínios orientais portugueses, a Coroa portuguesa colocou sobre o Brasil suas esperanças de um futuro grandioso. Nesse sentido, o governo de D. Rodrigo poderia ser considerado como o momento no qual as idéias ilustradas portuguesas alcançariam sua resolução prática no território da Colônia.

Mas, ainda assim, a superação dos antigos hábitos da população permanecia um desafio que reclamava medidas mais enérgicas, como as sugeridas por Castro e Mendonça.

> "Foi-me muito recomendada [...] a introdução dos arados na agricultura desta capitania [...] Este ofício é sem dúvida [...] um dos mais difíceis de executar [...] pois nele se encerra a necessária revolução do sistema de agricultura tão estreitamente ligado com as vantagens desta capitania e de que será por extremo custoso desviar os povos [...] aferrados aos seus antigos costumes [...]. Mas como este é um ponto o mais importante e essencial para aumentar as riquezas do país, e por conseqüência as do Estado, parecia-me que se S. A. R. mandasse se não desse de novo sesmaria alguma sem a condição de cultivarem uma porção delas com arado, que era o meio mais fácil de vencer todas as dificuldades..."[77]

Note-se no trecho acima a dificuldade relatada pelo governador quando se tratava de demover a população de suas antigas práticas, que consistiam em entraves para a implantação de modos mais eficientes para geração de riquezas A esse respeito é importante a sugestão do governador de São Paulo para que não fossem mais concedidas datas de terra sem a condição de que seu cultivo utilizasse, ao menos parcialmente, o plantio com arados, medida com a qual acreditava resolver o impasse.

Mais uma vez, contudo, a normatização excessiva e um tanto inoperante por parte da administração colonial contrariava os princípios mais genéricos da política de urbanização, uma vez que a distribuição das terras em tese garantiria a fixação da população ao redor dos povoados, sob a fiscalização das ordenanças e das autoridades paroquiais – portanto, com a devida civilidade. E, como veremos a seguir, a resistência da população às medidas estimuladas pela Metrópole seria vencida antes pela adoção de medidas mais liberais do que pela radicalização do controle exercido pelo Estado sobre a vida na Colônia.

Nesse sentido são significativos os resultados obtidos já por D. Luís Antônio de Sousa, em relação ao abastecimento de São Paulo, ao fazer público que "... toda pessoa das que costumam

---

[77] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.* São Paulo, 08/01/1800. DI 29:143-144.

trazer mantimento de fora, aves e mais comestíveis, que os possa vender onde melhor lhes convier, sem receio de que lhes possa sobrevir castigo algum por não trazerem ao Largo do Colégio, como costumavam..."[78]

O trecho acima é contemporâneo aos documentos nos quais D. Luís Antônio de Sousa relacionou a falta de mantimentos e sua carestia ao desinteresse por formas intensivas de agricultura[79]; demonstra que, apesar dessa opinião, o governador reconhecia a existência anterior e a interrupção de um importante comércio de gêneros para o abastecimento urbano. A esse respeito, é interessante que D. Luís tentasse reverter a crise convocando os comerciantes para que voltassem a freqüentar a *cidade*, sem receio de castigo ou da interferência do governo.

Dez anos mais tarde, a reiteração de incentivos ao comércio na *cidade* através de medidas editadas e enviadas à Câmara Municipal por Martim Lopes Lobo de Saldanha, nos oferece uma visão semelhante do mesmo problema.

> "Para essa falta de mantimentos nesta Cidade e o punível atravessamento deles, passem V. Mercês todas as providências e ordens necessárias segurando aos lavradores da minha parte por Editais que se farão publicar e fixar até nas freguesias do termo, que podem livremente vir vender os ditos mantimentos, pelo melhor preço que se puderem ajustar..."[80]

Como podemos perceber, o tema abordado permanece o mesmo, a saber, a crise no abastecimento do núcleo urbanizado, embora receba explicação renovada: o atravessamento dos produtos que poderiam remediá-la. Em nossa opinião, apesar da insistência dos governadores quanto aos métodos agrícolas, a escassez de produtos na área urbanizada de São Paulo nos parece ter sido efetivamente solucionada através do atendimento aos interesses dos comerciantes da região: estes buscavam mercados mais lucrativos e menos regulamentados, nos quais lhes seria permitido vender onde melhor lhes aprouvesse e pelo preço mais conveniente.

---

[78] *Edital de D. Luís Antônio de Sousa, São Paulo, 24.10.1766.* DI 65: 111.

[79] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Azambuja, São Paulo, 30.01.1768.* DI 23: 374-377.

[80] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha à Câmara de São Paulo, São Paulo, 15.06.1775.* DI 74: 7; cotado com o documento original (AESP, ordem 386, lata 28, vol. 71) em virtude de erro de transcrição.

De fato, os dois documentos acima citados nos parecem uníssonos em relação a um aparente boicote ao abastecimento da *cidade* e a uma ânsia por mercados menos controlados e mais lucrativos. Essas idéias seriam reiteradas em um documento editado seis meses mais tarde pelo próprio governador, que acreditava ter resolvido o impasse através de uma espécie de desregulamentação da venda dos mesmos produtos no núcleo urbanizado: "... não ponho já taxa aos víveres porque nesta Cidade sucede haver alguma falta de mantimentos e, assim que dei providência que cada um os pudesse vender pelo maior preço que pudessem alcançar, [...] concorreram tantos que é indizível a abundância deles..."[81].

E aqui podemos observar um desdobramento da postura dos ilustrados portugueses em relação à Colônia, com a aparente conclusão de que, além de medidas científicas para melhoria da produção, "... mais valiam os princípios liberais [...] no que concernia ao anulamento dos entraves na máquina do Estado para maior incremento da produção e ao livre comércio..."[82].

Dessa maneira, se nos parece possível que se creditassem as precárias condições de abastecimento da época aos vícios da população, também o seria atribuí-los ao comportamento daqueles comerciantes atravessadores. Estes, talvez mais úteis ao Reino e capazes de sustentar-se nas fileiras militares, não contribuíam para a estabilização da vida civilizada e não agiam com a devida urbanidade, como pretendiam os governadores da capitania. Além disso, desafiavam a fiscalização exercida a partir da área urbanizada central, como podemos perceber no texto abaixo.

> "Faço saber que me é constante que muitas pessoas, especialmente os taverneiros, atravessam os mantimentos fora da Cidade, e nas entradas dela, para os revenderem por preços excessivos com opressão dos mais moradores, a quem os ocultam para afetarem a falta dos mesmos mantimentos e aumentarem a carestia; e porque se devem evitar semelhantes monopólios [...] mando que toda pessoa se abstenha dos referidos excessos, puníveis sob pena de um mês de prisão [e multa] [...]; e a este respeito [...] a metade para o hospital e a outra metade para quem acusar os transgressores..."[83]

---

[81] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Juiz de Fora da vila de Santos, São Paulo, 02.12.1775.* DI 70: 24.

[82] LYRA, *A utopia do poderoso império.* p. 82. Lembremo-nos também, aqui, da crítica de Azeredo Coutinho às medidas de controle adotadas pela Coroa em relação à extração das madeiras tropicais, como destacou Warren Dean.

[83] *Bando de Martim Lopes Lobo de Saldanha.* São Paulo, 05.10.1775. DI 84: 41/42.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTR
SEÇÃO CIRCULAN

Ao que tudo indica, a especulação em torno de melhores preços nos parece realmente ter sido uma opção econômica recorrente, que exigia a distância em relação à regulamentação possível no espaço urbanizado. Note-se, a propósito, que neste último, além do aparato da fiscalização municipal[84], a vigilância dos habitantes sobre os preços praticados era encorajada pela administração, tendo talvez se constituído num empecilho potencial para a prática especuladora.

Mas, ainda que a observação popular pudesse denunciar as transgressões locais, certamente não interfeririam com aquelas de maior porte. Assim, se podemos falar na desregulamentação progressiva da economia colonial, a partir do período pombalino, também nos parece importante reconhecer que esse processo beneficiou de forma distinta os diversos grupos econômicos da população paulistana, como podemos verificar no trecho abaixo.

> "A falta de mantimentos que têm experimentado, e atualmente estão experimentando os Povos de Pernambuco, Bahia, Angola e Benguela, soou aos ouvidos de vários comerciantes que, movidos da ambição de aumentarem os seus interesses, entraram a formar negociações destes gêneros que são os da primeira necessidade para a conservação de todo o vivente.
>
> É certo que, conforme o melhor sistema de política que se tem adotado pelas Nações mais civilizadas, se deve conceder toda liberdade ao Comércio; porém, esta liberdade deve ter a sua limitação, e não se deve estender àqueles gêneros que são indispensavelmente necessários para o consumo do País [...] em razão de não ser lícito socorrer a um para vexar a outros.
>
> Pelo que requeiro a V. Mercês [...] dirijam ao Ilmo. e Exmo. Senhor General [...] as providências que lhes parecerem necessárias contra os atravessadores poderosos que não estiverem sujeitos à jurisdição deste Senado..."[85]

---

[84] A respeito dos funcionários encarregados da fiscalização na jurisdição da Câmara de São Paulo, veja-se o terceiro capítulo do trabalho de Maria da Conceição Martins Ribeiro, *A vida urbana paulistana vista pela administração municipal.*

[85] *Requerimento do Procurador do Conselho à Câmara de São Paulo.* São Paulo, 17.04.1793. DI 45: 356-358.

O documento acima nos informa que entre os comerciantes paulistanos existiam alguns capazes de inserir-se em negociações que extrapolavam não só a economia local como também a da Colônia. Para tanto, ao invés de desviarem os produtos para as áreas ao redor da *cidade*, negociavam-nas em contextos ainda mais lucrativos. E note-se que, enquanto os taverneiros que atravessavam seus produtos para os arredores da *cidade* eram pressionados para terminar com seus monopólios, o mesmo não se aplicava aos "atravessadores poderosos", sobre os quais não se exercia a jurisdição da Câmara.

A propósito, ainda na segunda década do século dezenove, os vereadores de São Paulo reclamavam do governador que ditasse medidas contra os "... opulentos atravessadores desta cidade que vão às estradas do Ó, de Santana e da Penha [...] comprar e atravessar as carregações e levá-las para a vila de Santos e para outras partes fora desta [...] capitania em prejuízo manifesto do sustento do povo desta cidade e seis léguas em roda..."[86].

Fica evidente, portanto, nos documentos acima abordados, que se alguns habitantes da *cidade* podiam ser discriminados a partir de comportamentos publicamente reconhecidos – e talvez por essa razão preferissem agir ocultamente ou longe da área arruadas central, como os taverneiros que traficavam nos arredores da área urbanizada – o mesmo não acontecia com os homens socialmente diferenciados: estes, certamente repletos da civilidade e da urbanidade que deles se poderia esperar, escapavam à própria Câmara, ainda que não pudéssemos conhecer se as origens de tanto poder se fundassem numa economia realmente sólida ou apenas no crédito e nas aparências públicas.

E, ao invés de colaborar com a composição de um quadro decadente, uma cidade vazia e sonolenta, essas informações nos sugerem o dinamismo que vinha alcançando a economia local desde meados do século dezoito; ao contrário de uma retração, nos parecem indicar que a capitania e a cidade de São Paulo participavam ativamente da economia interna da Colônia[87].

De qualquer maneira, como vimos, se o ambiente urbanizado se constituía como o espaço da exibição, facilmente poderia ser também considerado um espaço de fiscalização. Neste caso,

---

[86] *Ofício da Câmara de São Paulo ao governador e capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausen.* São Paulo, 09/08/1819. Registro 15 : 463-466.

[87] Como indicamos no segundo item de nosso primeiro capítulo.

ainda que quiséssemos enquadrá-lo a uma situação de estagnação, tomando com fundamento uma suposta ausência de atividades econômicas – as quais, como demonstram os recenseamentos coloniais, aglutinavam-se justamente nessa área – deveríamos necessariamente reconhecer a existência de uma força centrífuga, exercida a partir da *cidade*, impulsionando o atravessamento de produtos e a especulação para seus arredores.

Conseqüentemente, deveríamos também aceitar a idéia de que o ambiente externo à área arruada, o termo da *cidade*, pode ser definido não só a partir de sua prioritária utilização agrícola – de fato afirmada pelas ocupações recenseadas nos mapas de população, apesar do relatado interesse dos colonos nas áreas de mato virgem – mas também a partir da possibilidade de uma vida menos controlada, pelos olhares dos vizinhos ou da administração colonial.

E, se nos recordarmos da opinião de D. Luís Antônio de Sousa em relação à convivência dos colonos com os matos virgens da Capitania, teremos em mente que desse ambiente apenas poderiam resultar homens "assemelhados a bestas ou feras, sem utilidade a Deus ou ao Estado". Mas não era esse o caso dos arredores da *cidade* de São Paulo: aí, as campinas, os campos ou a Campanha já abriam o horizonte de visão para que, dos diversos montes ao redor, a população pudesse manter em mente os ideais de comportamento ou a urbanidade exigidos na área arruada central, como veremos adiante.

Analisada sob a ótica dos governos ilustrados que a observaram, a área que se estendia entre a *cidade* e os limites do município nos parece emergir da documentação, grosso modo, como um local que embora pertencesse ao município, não dispunha das mesmas características urbanísticas e ou ocupacionais da área central. Uma área que deveria ter sido ocupada pela agricultura intensiva, do arado e do estrume, mas antes afastou os homens, favorecendo sua dispersão e sua pouca urbanidade, que deveria ter tido poupados seus recursos iniciais e antes foi devastada, ou que deveria servir para o cultivo de novas espécies. Em termos mais genéricos, uma área que se delineava, constantemente, por aquilo que deixava de ser.

Dessa forma, se já não eram mais semelhantes ao universo daquelas matas asperíssimas, capazes de barrar o avanço de ofensivas estrangeiras no litoral, as áreas naturais em torno da *cidade* tampouco se equiparavam ao espaço urbanizado central, seja pela ausência de estruturas urbanísticas de apropriação do espaço, pelas ocupações de seus moradores, como demonstramos a

partir da comparação entre os recenseamentos da área central e de alguns dos bairros paulistanos, seja pela maneira como se apresentavam aos olhares e expectativas dos administradores ilustrados.

Como tentamos demonstrar, sobre essas áreas repousavam os interesses da Coroa em relação a novas fontes de riqueza, através da produção agrícola ou da extração de minerais. Paradoxalmente, em função do não arruamento, da ausência de estruturas urbanísticas, como aquelas presentes na *cidade*, os espaços marcados pelo convívio com a natureza colonial se apresentavam como de difícil controle e fiscalização – o que talvez tornasse ainda mais importante a alteração das atitudes da população em relação ao universo natural.

III. A Cidade Nova: uma nova paisagem entre a Cidade e as colinas

Vimos que, a partir da segunda metade do século dezoito, a *cidade* e seu termo eram áreas urbanística, econômica e socialmente distintas e assim se apresentavam ao olhar dos governadores da Capitania de São Paulo. Ao que tudo indica, enviados de uma Metrópole ilustrada, esses administradores reconheceram naqueles dois espaços estruturas cujos usos poderiam ser utilizados a favor das novas orientações metropolitanas para a urbanização, a defesa e a melhor exploração da Colônia.

Para tanto, investiram na promoção da vida em civilidade, submetida ao Estado e à Igreja, como forma de promover a aglutinação da população, dispondo-a de forma a favorecer a execução dos projetos da Coroa. Em seguida, instigaram o reconhecimento e o acirramento das tensões sociais e incentivaram a renovação dos hábitos individuais, fossem aqueles relacionados à permanência no espaço arruado ou os mais apropriados para os campos ao redor da *cidade*. Nesse percurso, definiram e tentaram difundir formas determinadas de relacionamento com o espaço, cuja adoção seria socialmente valorizada na medida em que permitisse o progresso entre a selvageria do sertão, a civilidade do município e a urbanidade da *cidade*.

Mas, tais iniciativas não foram facilmente adotadas pela população local. Isso sugere a configuração de um processo de resistência cuja efetividade pode ser inferida a partir da necessidade constante de reiteração dos comportamentos então estimulados.

Tendo em vista essas tentativas de redefinir a relação entre os habitantes locais e as áreas urbanizadas ou naturais de São Paulo, nos parece importante tentar verificar em que medida elas podem ser relacionadas à transformação do espaço paulistano; ou, retomando a sugestão de Rouanet, buscar esclarecer os vínculos entre a *civitas* engendrada pelo iluminismo português e a urbe dela resultante.

Nesse sentido, cabe inicialmente lembrar que, se a vida com a civilidade exigia que se mantivesse a população em áreas fixas e preferencialmente arruadas, com um número significativo de habitantes, entre os quais seriam exibidos os que mais se aproximavam dos interesses do Estado, o investimento nesses espaços deve ter se colocado como um problema imediato. Ou, mais genericamente, se os espaços da *cidade* e do município foram progressivamente definidos como áreas a serem utilizadas para a afirmação de identidades sociais, esse processo não pode ser desvinculado das transformações sobre o meio físico.

De fato, a atenção para com o arruamento das vilas foi constante na atuação de D. Luís Antônio de Sousa, como podemos notar em uma de suas cartas para a Câmara da vila de Faxina. Naquela, foi reiterada a necessidade de obediência ao "... preceito de um formal e desembaraçado arruamento, sob pena de que obrando o contrário mandarei abolir a dita Vila, ficando suspensa e responsável a mesma Câmara..."[88].

O tom impositivo e ameaçador então empregado por D. Luís Antônio de Sousa em relação à conservação da área urbanizada é revelador de seu interesse na implantação e na manutenção desses espaços na Capitania. E embora essa insistência não implicasse necessariamente em expectativas de um urbanismo muito elaborado, ela reforça os vínculos entre a urbanização e o exercício dos privilégios sociais.

É, pois, importante lembrar que, mesmo quando analisadas à luz dos referenciais de um administrador europeu recém-chegado, as ruas de terra na sede da capitania não pareciam incômodas ao governador (como vimos em sua descrição da cidade de São Paulo) embora retornassem com freqüência à sua correspondência, exigindo cuidados constantes, como podemos perceber no trecho abaixo.

---

[88] *Portaria de D. Luís Antônio de Sousa à Câmara da Vila de Faxina.* São Paulo, 16.05.1772. DI 33: 61/62.

"Como o terreno da Cidade é de terra solta, sem que haja pedra que possa ligar ou fazer sólido o fundamento, vieram as águas e começaram a fazer rota sem impedimento algum; cresceu a violência, a proporção e a altura de que iam caindo e, levando as terras umas depois das outras, sem obstáculo, formaram com o tempo tão horrível socavão que, passando fora das paredes da cerca, tendo arruinado já a maior parte de uma rua, prometia submergir em breve tempo não só todo o Edifício deste Colégio, mas a metade da Cidade ...."[89]

A ameaça das chuvas à metade da *cidade*, como descreve o governador, nos dá idéia da importância da manutenção da área arruada, aos olhos da administração da capitania. Presente em grande parte dos documentos que consultamos, as águas atingiam diversos locais do núcleo urbanizado e motivavam os governadores de São Paulo e a Câmara Municipal a buscarem a melhor solução – na maioria dos casos, o reparo dos danos sem onerar os cofres metropolitanos.

Seja com o auxílio "... da escravatura dos particulares, e Fazendas dos Padres..."[90], através dos "... bens dos mesmos padres jesuítas ..."[91], ou ainda por intermédio de "... contribuições voluntárias rogadas pela Câmara aos habitantes desta Cidade [...] e imposição de pequeno e suave tributo nas entradas da Cidade, durante a obra..."[92], os reparos nos locais afetados eram feitos em nome da utilidade pública. Isto chama a atenção para o discurso oficial a respeito da utilização da área central, sugerindo a possibilidade de seu entendimento como um espaço comunitário[93].

Mas diga-se, a esse respeito, que nem todas as obras realizadas no município eram de responsabilidade de seus cofres. De fato, as obrigações da Câmara se restringiam apenas à região

---

[89] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras.* São Paulo, 11.12.1766. DI 73: 81.

[90] *Carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras.* São Paulo, 11.12.1766. DI 73: 81.

[91] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* 23.03.1765. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo. v. 15, p. 32. Doravante Atas 15: 32.

[92] *Carta de Antônio José da Franca e Horta para a Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 29/02/1804. DI 55: 257.

[93] De acordo com Janice Theodoro da Silva, "... à medida em que se monta a dualidade entre o *público* e o *privado*, o Estado elimina a possibilidade de ser visto como instrumento de dominação de classe. Cria-se uma série de lugares públicos [...] onde os colonos irão se exercitar, para se tornarem *homens civilizados* – policiados, como se dizia no século XVIII – capazes de viverem na urbe". SILVA, *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial.* p. 155-156.

central e, ainda assim, apenas quando a transferência dessa responsabilidade não se fizesse possível. Veja-se, por exemplo, o caso dos caminhos e aterrados considerados "... da obrigação desta Câmara..."[94], os quais não eram necessariamente mantidos com os fundos da municipalidade.

Nessas situações, ao que tudo indica, uma das soluções era colocar em prática a exigência de atendimento aos serviços de Sua Majestade. Uma das condições citadas para uma vida civilizada consistia, por exemplo, em contribuir para as obras necessárias através do pagamento "... não como tributo, mas sim como providência econômica..."[95] de oitenta réis por escravo, por seus proprietários, ou da mesma quantia pelos chefes de domicílio que não fossem senhores. Evitava-se assim a caracterização de um abuso fiscal metropolitano e aparentemente respeitando-se as diferenças econômicas originárias da posse de escravos.

Portanto, apesar das aparências, não se pode sustentar aqui qualquer idéia de investimentos nos usos comunitários do espaço. Isso fica mais claro a partir do momento em que verificamos a atuação dos governos da Capitania e da Câmara Municipal em relação aos caminhos entre São Paulo e as demais vilas da região ou da marinha.

> "Sendo indispensavelmente necessário aos interesses da real fazenda de todas as povoações desta capitania e de cada um dos particulares nelas estabelecidos que se conserve praticável e bom quanto possa ser o caminho que há desta cidade para a vila de Santos, por haver na referida vila o porto principal e a bem dizer o único por onde se move comércio desta capitania [...] rogo e encomendo muito a vossas mercês que, convocando e ouvindo o povo desta cidade e seu termo, vejam o que voluntaria e espontaneamente oferecem para esta útil obra [...]. Vossas mercês me participarão o efeito de sua diligência, na qual devem ouvir em separação aos comerciantes e condutores."[96]

---

[94] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, 27/04/1765. Atas15: 40.

[95] *Ofício de Francisco da Cunha Meneses a Teotônio José Juzarte, Sargento-mor de Dragões Auxiliares de São Paulo.* São Paulo, 23/03/1784. DI 85: 109.

[96] *Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para a Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 25/04/1780. Registro 11: 291-293.

Frente à necessidade de incentivar o comércio da capitania, dirigiu-se o governador de São Paulo à Câmara com ordens para recolher doações daqueles particulares estabelecidos, entre os quais foram citados especificamente os comerciantes e condutores, a fim de se proceder às melhorias necessárias ao caminho entre a cidade e o porto. Note-se, assim, que o primeiro recurso da administração metropolitana em relação à manutenção das estruturas que permitiriam os lucros desejados era o de buscar o investimento daquela parte da população que, de uma ou outra maneira, também ganharia com as mesmas melhorias.

Mais tarde, e ainda lutando para a conclusão do caminho para Santos, obra que popularizou seu governo, Bernardo José de Lorena lançou mão de um segundo artifício: a apropriação das quantias preservadas no Cofre dos Ausentes, atitude que lhe valeu o questionamento da Metrópole, perante a qual justificou-se alegando a

> "... utilidade que resulta a Capitania de um caminho fácil para o porto de Santos, o qual pela sua antiga aspereza era uma barreira para o comércio [...] principalmente para a Fazenda de V. Majestade, como se prova do comércio aqui estabelecido em direitura para Lisboa, pelos direitos que dele resultam, mas, assim mesmo os povos interessados são os que unicamente concorrem." [97].

Novamente, como podemos notar, os interessados em participar dos lucros obtidos com o comércio local eram os poucos que investiam na conservação do caminho para o litoral. Fica claro então que, se haviam interesses envolvidos no zelo para com as estruturas como as pontes e os caminhos paulistanos, estavam vinculados à necessidade de manter ativa a infra-estrutura utilizada para a exploração econômica da região.

Nesse caso, quando não se tratava de um imposto ou suave tributo cobrado oficialmente[98], as contribuições feitas a favor da manutenção do espaço urbanizado concorrem de parte dos interessados, ou de um grupo que, como notou Janice Theodoro da Silva, "... passa a manipular a

---

[97] *Carta de Bernardo José de Lorena para Sua Majestade*. São Paulo, 03/06/1792. DI 45:75-76.

[98] A respeito dos mecanismos tributários utilizados pela Câmara de São Paulo desde o século dezesseis na arrecadação de verbas para as necessidades da municipalidade consulte-se o trabalho de RIBEIRO, *A vida urbana paulistana vista pela administração municipal*. p.108-119.

máquina estatal não apenas para manter em pé a ordem colonial, mas se utilizam dela para obter benefícios...", demonstrando "... não propriamente uma oposição entre propriedade pública *versus* propriedade privada, mas entre interesses particulares e propriedades da Coroa..."[99].

É, portanto, interessante observar alguns comentários a respeito das intervenções realizadas na área urbanizada de São Paulo, a partir da segunda metade do século dezoito.

> "Remeto a V. Exca. a Planta Iconográfica [...] delineada pelo engenheiro João da Costa Ferreira [...] que [...] tem sido muito útil nesta Capitania não só ao serviço de S. M. mas ao público. Tem ensinado a este povo o modo de fazerem os seus edifícios com bom gosto e menos despesas, ensinando igualmente os pintores, tem dirigido o modo de se calçarem as ruas desta Cidade e já muitas delas estão calçadas e ficaram excelentes..."[100]

Logo de início, o texto acima nos permite notar que as alterações da área urbanizada de São Paulo testemunham o surgimento de profissionais certamente mais qualificados que os antigos arruadores nomeados pela Câmara[101], sobretudo porque se tratava de promover reformas numa cidade na qual

> "... é tão grande a irregularidade [...] em quase todas as ruas [...] que não se pode ter emenda sem a destruir, ainda para se formar um projeto para a continuação das novas ruas com arte, é bastante dificultoso, por ser a mesma Cidade uma península formada pelo rio e por um ribeirão, que corre em um pantanal [...] sendo por outro lado um terreno montuoso e desigual...".[102]

Além disso, os excertos acima reproduzidos denotam interesses que iam além dos antigos problemas com as enchentes e erosões causadas pela chuva e dos danos provocados nas ruas pela

---

[99] SILVA, *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. p. 90 e 92.

[100] *Carta de Bernardo José de Lorena para Martinho de Mello e Castro*. São Paulo, 20/05/1790. DI 45: 48-49.

[101] Na segunda metade do dezoito a cidade já contava com um arruador e medidor do conselho, nomeado por provisão da Câmara. Cf. Atas 15:184.

[102] *Carta de Bernardo José de Lorena para a Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo, 17/06/1792. DI 46: 165.

água corrente, passando a contemplar também a necessidade de embelezamento da área urbana. Longe de representar uma particularidade do governo de Bernardo José de Lorena, tal preocupação parece ter sido bem acolhida pela Câmara paulistana, que após providenciar a pedra necessária ao calçamento das ruas da Cidade, solicitou ao mesmo governador a nomeação de tão elogiado engenheiro para a condução daquelas obras[103].

Como podemos notar, a insistência demonstrada por D. Luís Antônio de Sousa logo no início de seu governo quanto à valorização do ambiente urbanizado parece ter se prolongado nas administrações de seus sucessores, aparentemente logrando resultados. De fato, duas décadas mais tarde, no governo de Bernardo José de Lorena, a demanda pela manutenção e pela melhoria da área urbanizada havia sido aparentemente incorporada pela administração municipal e os procedimentos que antes se apresentavam como danosos aos cofres da Câmara passaram a receber tratamento diferenciado.

E lembremo-nos de que nos governos de Franca e Horta, de Francisco de Assis Mascarenhas e de seus sucessores interinos o volume da correspondência dos governadores, principalmente quando se trata de temas ligados à exploração da natureza colonial, sofreu um declínio importante quando comparado ao dos governadores antecedentes. Esses assuntos foram substituídos por questões administrativas tratadas em cartas enviadas aos funcionários da administração da capitania e à corte, no Rio de Janeiro.

Entre essas preocupações destaca-se, já na correspondência de Bernardo José de Lorena, o cuidado com os aspectos urbanísticos da capital, cada vez mais presente nas relações entre a Câmara Municipal e os governadores da capitania. Assim, em 1789, a Câmara de São Paulo solicitava ao governador melhorias na "... rua nova que vai da bica chamada do Açú para o recolhimento de Nossa Senhora da Luz...", e que se dignasse a "... mandar pelos Oficiais Engenheiros alinhar aquela rua, e ainda as mais que tiverem remédio..."[104]. Entretanto, se o remédio e o embelezamento da área arruada parecem ter sido incorporados pelos vereadores de São Paulo,

---

[103] *Carta da Câmara Municipal de São Paulo ao Capitão General e Governador Bernardo José de Lorena.* São Paulo, 12/07/1788. DI 45: 329.

[104] *Ofício da Câmara de São Paulo a Bernardo José de Lorena.* São Paulo, 08.07.1789. DI 45: 338.

é interessante percebermos que nem todos os habitantes da *cidade* parecem ter sido beneficiados com esse processo.

Vejamos, pois, alguns comentários da Câmara Municipal paulistana às mudanças então observadas.

> "Pensava um respeitável sábio da antiguidade que os povos seriam felizes quando tivessem por soberano um príncipe filósofo.
> Debaixo dos bons auspícios do iluminado governo de V. Exa. não podem hoje deixar de ser conformes a estes os nossos sentimentos, pois que [...] temos a mais completa idéia do muito que se interessa pelas vantagens de sua Capitania, querendo que esta Cidade capital dela haja de ombrear com as mais polidas da Europa."[105]

> "O povo desta Cidade que hoje com tanta razão se gloria de ter a V. Exa. por alma ilustre, a cada canto não cessa de repetir-lhe o nome amado apontando para as magníficas obras de ornato e segurança com que o seu gênio verdadeiramente heróico tem caprichado em enobrece-la [...] e principalmente aquela do primeiro canal de seu comércio, que V. Exa. acaba de segurar-lha terraplanando e calçando a serra mais bravia e intransitável que a natureza lhe pôs como barreira impenetrável dividente da sua tão precisa marinha..."[106]

Os trechos acima citados deixam claro que os republicanos de São Paulo, com toda a civilidade e a urbanidade que deles se poderia esperar, pareciam satisfeitos com as obras promovidas na capitania, com destaque para a estrada calçada entre São Paulo e Santos, certamente bastante proveitosa para as transações comerciais locais. Entretanto, o coro dos descontentes não devia ser pouco significativo, uma vez que chegou a motivar uma representação da mesma Câmara ao governador, transmitindo-lhe as reclamações dos moradores em relação aos alinhamentos sucessivos e conflitantes das ruas da *cidade*.[107]

---

[105] *Carta da Câmara Municipal de São Paulo para Bernardo José de Lorena.* São Paulo, 11/04/1789. DI 45: 338.

[106] *Carta da Câmara Municipal de São Paulo para Bernardo José de Lorena.* São Paulo, 22/09/1790. DI 45: 343.

[107] *Carta da Câmara Municipal de São Paulo para Bernardo José de Lorena.* São Paulo, 08/07/1789. DI 45: 338.

Nesse caso, é mesmo admirável a estratégia dos camaristas. Louvando abertamente em nome da comunidade as iniciativas que lhes seriam favoráveis, colocavam-se, em contrapartida, numa total neutralidade em relação aos problemas alegados pelos moradores da *cidade* na medida em que suas reclamações contrariavam os projetos do governo da Capitania. Alegando serem suas "luzes assaz pequenas", deixavam a cargo dos governadores ilustrados os embates com a população que aparentemente não havia sido convencida das vantagens de se remodelar a área arruada.

Tal discurso dos vereadores é esclarecedor quanto aos objetivos e aos principais favorecidos pelos mecanismos da vida com a devida urbanidade: suas "luzes" iluminavam poucos e projetavam sobre muitos uma espessa sombra. Note-se, pois, que os prejuízos relativos aos alinhamentos repetidos das ruas da *cidade* certamente existiam, e em alguns casos envolviam negociações. Podemos percebê-lo na convocação enviada pela secretaria do governo de São Paulo ao Capitão Comandante da Vila de São Carlos, de quem haviam sido compradas algumas casas na "... rua que vai do Açu para a Luz...", das quais deveriam ser retirados alguns pertences, "... visto que é preciso deitá-las abaixo para endireitar a rua..."[108].

Portanto, nem todos seriam igualmente afetados pela remodelação progressiva do espaço urbanizado paulistano e, se tais diferenças podiam ser observadas quando do tratamento de questões como os danos decorrentes da reorganização da área urbanizada, estavam igualmente presentes nas ocasiões em que se fazia necessário reordenar sua população. Veja-se, por exemplo, o caso das medidas sanitárias adotadas por Bernardo José de Lorena para a contenção da epidemia de bexigas que grassava na capital.

> "Achando-se quase extinta a epidemia que tem causado nesta Cidade os estragos que são notórios, principiou a concorrer para a mesma gente que se achava retirada por este motivo e como o mal não estava de todo extinto, tenho certeza de que vai grassar outra vez com força; para o evitar ordeno [...] passem a fazer o mais escrupuloso exame por toda esta Cidade dos doentes de bexigas e sem demora os façam sair logo dela, assignando-lhes

[108] *Carta do Oficial Maior da Secretaria, Manuel Cardoso de Abreu, para o Capitão Comandante da Vila de São Carlos.* São Paulo, 12/11/1798. DI 87: 128.

distritos certos nos seus subúrbios para se curarem..."[109]

Como podemos perceber acima, após subseqüentes epidemias de varíola ou das bexigas[110], a administração colonial preocupou-se em extirpar da *cidade* as pessoas contaminadas, enviadas para os subúrbios a fim de se curarem e só então poderem retornar ao espaço arruado. Nessas circunstâncias, mais uma vez, a visibilidade e o controle permitidos pela permanência na área urbanizada possibilitavam aos responsáveis por sua manutenção o reconhecimento e a expulsão das ameaças potenciais; para tanto, o campo ao redor do núcleo urbanizado aparentemente desempenhava um papel importante: era nesses subúrbios da *cidade* que se podiam reunir os doentes, salvaguardando os habitantes da área central.

Tal estratégia nos permite mesmo conhecer alguns limites prováveis da área que, no final do século dezoito, era provavelmente assimilada como urbana, em oposição a seus subúrbios.

"Os grandes incômodos que tem padecido o povo desta Capital com a epidemia de bexigas se tem aumentado muito mais com a falta de mantimentos causada pela gente do distrito de Vmce. porque ou espera que a necessidade obrigue a este povo a ir lá comprar o seu ou sustento vende os gêneros antes de chegar à Cidade [...]. Portanto ordeno a Vmce. que logo faça expedir para esta Cidade mantimentos [...]. E, para não expor os mesmo condutores [...] ordeno que parem e vendam defronte do Convento de N. Senhora da Luz, exceto os da Freguesia de Nazaré, que por lhe ser mais cômodo devem parar na várzea do Carmo..."[111]

Convocados para abastecer os moradores da área arruada, os comerciantes do município deveriam, segundo o documento acima transcrito, restringir sua aproximação à várzea do Carmo e à região da Luz, que aparentemente demarcavam o perímetro seguro para que não se contaminassem os condutores das mercadorias na área central, ou, numa contrapartida que nos parece válida, para que estes não fizessem avançar o contágio além dessas localidades.

---

[109] *Carta de Bernardo José de Lorena para a Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 10/12/1791. DI 46:146

[110] A respeito das datas e impactos causados pelas epidemias sobre a população paulistana ver MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo.* p. 138-142.

[111] *Carta de Bernardo José de Lorena para o Capitão-mor da vila de Atibaia.* São Paulo, 01/08/1791. DI 46: 126.

De qualquer maneira, nos parece que fica aqui estabelecido um recorte claro entre a *cidade* e seus arredores. Além da Luz e do Carmo estendiam-se territórios nos quais provavelmente não mais existiam aquelas áreas de mato virgem, incompatíveis com a civilidade desejada. Ao contrário, separando duas partes do município inseridas em suas estruturas militares e religiosas, como vimos, tais linhas divisórias nos parecem apenas denotar o rompimento entre diferentes configurações espaciais e simbólicas, ou entre diferentes paisagens: a *cidade* e os subúrbios.

Nesses dois recortes socialmente definidos do espaço municipal, grosso modo correspondentes à *cidade* e a seus bairros periféricos, pudemos verificar diferenças na organização espacial e ocupacional dos habitantes. Mas, apesar dos limites estabelecidos, também na segunda área as pessoas poderiam e deveriam ser reconhecidas e tratadas de acordo com suas faculdades, como afirmou Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça ao determinar o isolamento dos doentes de bexigas, como podemos observar abaixo.

> "Em conseqüência da informação de Vmce. [...] sobre as cautelas que se devem guardar no curativo das bexigas [...] sou servido ordenar: [...] que essa Câmara [...] aja imediatamente de assinalar abaixo mas da banda da vila um lugar apto e sítio cômodo [...]; que para o mesmo lugar sejam conduzidos todos os indivíduos pobres que não tiverem possibilidades e assistentes nessa vila, imediatamente quando se souber eles se acham atacados do referido mal [...]; que as pessoas brancas que se acharem no mesmo caso saiam igualmente para fora da povoação, podendo estas curar-se em qualquer chácara ou sítio, conforme as possibilidades que tiverem, mas em distância tal que não se comunique o seu contágio aos demais moradores."[112]

Segundo o trecho acima, o reconhecimento das diferentes possibilidades (não necessariamente efetivas, como vimos ao tratar da ostentação praticada na área arruada) dos moradores da área urbanizada nos é apresentado como critério para seu destino no caso da expulsão necessária para as áreas contíguas à *cidade*. Assim, a alguns era permitido

---

[112] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça para a Câmara da vila de Santos*. São Paulo, 01/12/1798. DI 87: 132.

permanecerem em suas chácaras ou sítios, enquanto aos outros deveria ser reservado um local apartado, apto e cômodo, *abaixo* da vila, ou seja, provavelmente fora daqueles bairros ou núcleos de povoamento que, mesmo afastados da *cidade*, a ela se alinhavam em sua opção pelo relevo elevado em relação às várzeas.

A esse respeito, nos parece importante lembrar que as chácaras haviam sido antes citadas por D. Luís Antônio de Sousa como locais destinados à produção agrícola, nos arredores da *cidade*. Foram também referenciadas por Ab'Sáber como um dos elementos que caracterizaram a ocupação espacial dos bairros de São Paulo e por Maria Luíza Marcílio como núcleos de povoamento dispersos nos quais se instalavam companhias de ordenanças e paróquias autônomas ou capelas submissas à Sé.

Nesse caso, dentre todas as áreas do termo municipal, esses bairros seriam os que mais se aproximariam das perspectivas de D. Luís Antônio de Sousa em relação a uma vida civilizada. E é significativo notar que os proprietários daquelas chácaras – também moradores da *cidade*, e que como tais ajudaram a edificá-la e a constituir o "povo", aquela fração valorizada de sua população – gozavam de tratamento diferenciado quando obrigatoriamente afastados da área urbanizada.

Lembremo-nos, pois, de que edificar na *cidade* era condição para participar de seu corpo civil e, posteriormente, para administrá-lo de acordo com seus próprios interesses; essa seqüência nos remete ao processo de equipamento e embelezamento da área urbanizada, louvado por seus administradores, embora não necessariamente bem visto pelo restante da população.

De fato, se buscarmos acompanhar as transformações impostas aos subúrbios do município em função das tentativas do governo da capitania para modificar as atitudes da população frente a área arruada central, perceberemos a reificação das diferenças entre os dois recortes da paisagem acima comentados, como explicitou Antônio José da Franca e Horta em relação ao tratamento a ser dispensado aos bexiguentos.

> "... devo dizer-lhe que à semelhança do que mandei praticar em Santos, e se observa nesta Capital, cumpre haver aí uma casa em um lugar retirado e sadio onde os [...] infectados do mal se recolham e conservem separados até uma perfeita convalescença [...].
> Todas as pessoas atacadas desta enfermidade devem ser conduzidas para a dita casa e nela tratarem-se como suas faculdades permitirem: os ricos como ricos, os pobres como

> pobres e, sendo escravos é a seus senhores que pertence o assistir-lhes com o necessário..."[113]

Note-se no trecho acima uma mudança significativa em relação às instruções anteriores: ao invés de isolados em áreas diferentes do termo do município, de acordo com suas possibilidades, as ordens do governador determinavam que todos os doentes de bexigas deveriam ser reunidos numa mesma casa retirada e sadia, qualificativos que talvez nos pudessem indicar sua instalação fora das áreas mais baixas dos subúrbios e seu tratamento em condições mais salubres do que a das oferecidas pelas várzeas alagadiças. Mas, ainda assim, seriam tratados de acordo com suas faculdades.

Estamos, pois, diante de um perfeito exemplo de polida urbanidade, como aquela esperada do ouvidor suspenso em Paranaguá, que consistia no devido respeito às desigualdades individuais. Estas últimas, a propósito, se válidas para os vivos, também o seriam para os mortos, cujos odores doentios deveriam ser evitados e retirados do convívio da área arruada central, como determinou Castro e Mendonça.

> "Tendo-me merecido grande cuidado a epidemia das bexigas [...] contudo não se tem ainda extinto [...]; porém, como este mal pode ter aumento se continuar no uso de vir enterrar ao cemitério os que morrem [...] encarrego a Vmces. que prontamente dêem as providências necessárias para que ou se enterrem em alguma capela fora da Cidade ou nos seus subúrbios se benza e destine um campo próprio, dando-se as providências para que os corpos fiquem enterrados em covas fundas e do que se resolver me darão parte para [...] passar as ordens necessárias às guardas das pontes."[114]

Não por acaso, a necessidade de construção dos cemitérios acima apresentada foi debatida por Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça no momento posterior àquelas louvadas

---

[113] *Carta de Antônio José da Franca e Horta para o Comandante da vila de Paranaguá.* São Paulo, 05/10/1803. DI 55: 180.

[114] *Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para a Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 05/12/1798. DI 87:133-34.

intervenções urbanísticas realizadas em São Paulo. Nesse contexto, é relevante notarmos que assim como os vivos eram expulsos da área arruada quando contaminados pelas bexigas, também os mortos em função da doença passaram a ser rejeitados pelos administradores do solo urbanizado. Seu enterro deveria ocorrer nas capelas fora da *cidade* ou em campos santos criados especificamente nos seus subúrbios.

E, nessa determinação, destaque-se que o sepultamento nas capelas ou em campos bentos denota o reconhecimento de diferenças sociais importantes entre os moradores da *cidade*, como descreveu o governador.

> ".... Nosso Senhor foi servido mandar-me [...] escolhesse um terreno para se construir um cemitério em lugar em que pela situação e proporcionada distância da Cidade não pudessem ser nocivos à saúde dos vivos os miasmas pútridos que exalam os mortos [...] carta pela qual se dignava o mesmo Augusto Senhor proibir que dentro dos templos se continue a dar sepultura aos cadáveres sem exceção de pessoa depois que se tiverem construído os cemitérios [...].
>
> É de notar que nesta Cidade há um cemitério em que se sepultam todos os soldados, pessoas pobre e escravos e suposto que ela não tem senão uma paróquia, que é a da Sé, contudo, como existem diversas confradias e ordens terceiras, cada um dos membros delas são sepultados nas igrejas em que se acham eretas as mencionadas confradias e ordens, resultando daqui ficarem dispersos os cadáveres ...; e como esta Cidade está fundada sobre uma colina um pouco elevada, a fácil circulação do ar [...] coopera sobremaneira para sua salubridade, tornando quase nulo o efeito que aliás produziria na economia animal os miasmas pútridos que saem das sepulturas..."[115]

Como podemos perceber, tratava-se de expulsar da área arruada os miasmas exalados pelos mortos espacialmente ali distribuídos: em função de suas posses ou de sua associação às diferentes irmandades religiosas paulistanas, eram sepultados nas diversas igrejas que se

---

[115] *Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para o Visconde de Anadia.* São Paulo, 04/02/1802. DI 30:141-142.

espalhavam pela paróquia urbanizada da Sé. Todos eles, contudo, contribuíam da mesma forma para a suposta insalubridade do ar e deveriam extirpados de um espaço que se embelezava e higienizava progressivamente.

Mas, uma vez que todos os mortos deveriam ser depositados nos subúrbios da *cidade*, cabia esclarecer se também ali deveriam ser obedecidas as mesmas faculdades dos defuntos, solicitando-se a Sua Majestade que se dignasse determinar "... se depois de construído o cemitério com divisões para cada uma das confradias e ordens, se deve proibir absolutamente se enterrem nas igrejas os cadáveres seja qual for o estado, caráter, preeminência ou graduação..."[116].

Assim, mesmo quando determinada a instituição de um espaço específico para o abrigo dos mortos e a expulsão de todos para além da área arruada, prevaleciam as contendas entre os vivos a respeito das aparências ou das dignidades individuais – discussões, a propósito, repletas de urbanidade no sentido estimulado desde o governo de D. Luís Antônio de Sousa. Conseqüentemente, os subúrbios foram reordenados em função das necessidades e critérios da área arruada e fariam exprimir relevos sociais construídos a partir das antigas ruas de terra, a esta altura em parte já calçadas, ainda que elas permanecessem exclusivas do núcleo urbanizado. A lógica do espaço urbanizado transpunha seus limites e se estendia a suas areas periféricas, acompanhando os doentes e os mortos.

Mas não eram apenas os bexiguentos e defuntos os exilados da *cidade*, como evidenciam as instruções do governo da capitania aos capitães de ordenança dos bairros mais distantes do município de São Paulo.

> "Sendo-me presente as desordens, roubos e desacatos cometidos pelos negros fugidos e aquilombados nas vizinhanças desta Capital [...] ordeno portanto a Vmce. que fazendo juntar todos os soldados da sua ordenança [...] por eles todos mande Vmce. bater e cercar os matos e partes esquisitas em que se possam ocultar os ditos negros e isto não só pelo que parte a seu distrito mas em todos os lugares de suspeita que lhe ficarem próximos, em cuja diligência continuará vindo em direitura a esta Cidade, fazendo prender não só a todos

[116] *Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para o Visconde de Anadia*. Sã o Paulo, 04/02/1802. DI 30:143.

os negros que nos ditos esconderijos se encontrarem como também a todas as pessoas de desconfiança que nas ditas paragens forem achadas, que todos serão conduzidas com a devida segurança a esta cadeia para serem examinados..."[117]

Como podemos notar acima, os campos nos arredores da Capital, os mesmos que segundo D. Luís Antônio de Sousa deveriam ter sido ocupados pela agricultura de arado e estrume e assim contribuir para o abastecimento do povoado, tendo sido antes preteridos pelos paulistas em função das matas virgens, passaram a abrigar os doentes e defuntos indesejados na *cidade* e a acolher também os negros fujões e outros tantos suspeitos. E, podemos imaginar, se tais características que certamente contrariavam os padrões da boa civilidade eram combatidas no espaço arruado, onde as baetas, os rebuços, os chapelões e a escuridão da noite podiam disfarçá-las, provavelmente nos matos ou partes esquisitas dos subúrbios encontrariam ambientes mais próprios, uma vez que menos devassados pelo olhar alheio.

Vivendo nos matos ou partes esquisitas que se alongavam até o termo da *cidade* de São Paulo e das demais vilas da Capitania e que se entremeavam aos seus respectivos bairros ou núcleos de povoamento, esses homens talvez representassem, no início do século dezenove, o que de mais próximo se pudesse chegar da infalível pobreza, da inutilidade ou da selvageria atribuída por D. Luís Antônio de Sousa, em meados dos setecentos, à vida fora dos povoados e longe do convívio civil.

E, sintomaticamente, a perseguição aos supostos desordeiros era planejada de modo que, batendo-se os matos e as demais possibilidades de esconderijos, fossem os milicianos dirigindo-se dos subúrbios para a *cidade*, onde afinal, todos os delituosos seriam certa e publicamente reconhecidos. Mesmo que estes não usassem baetas ou chapéus, ao procurarem ocultar-se dos demais habitantes do município, tornavam-se a princípio culpados até que, examinados sob a visibilidade máxima da *cidade*, pudessem ser inocentados ou punidos como necessário.

Assim, era de tal forma negativa a permanência oculta naquelas partes esquisitas, fora de povoado ou dos bairros, chácaras e sítios, que, mesmo nos momentos de festa, nos quais as

---

[117] *Carta de Antônio José da Franca e Horta aos Capitães de Ordenança das freguesias da Penha, São Bernardo, Santana, do Ò, Cotia, Santo Amaro e Conceição.* São Paulo, 27/08/1807. DI 57: 184.

máscaras permitiam certo afrouxamento das tensões características da área urbanizada, o olhar policial de alguns administradores resistia a uma tendência aparentemente mais liberal, na qual eram permitidos certos desafogos aos escravos, nos subúrbios da *cidade*, como se instruía ao governador de Santos, à semelhança da postura dos governadores que, desregulamentando o comércio de gêneros alimentícios alcançaram melhorias no abastecimento da área central.

> "Recebemos o ofício de Vmce. [...] em que nos participa ter proibido nessa vila os divertimentos que os pretos costumam fazer nos dias santos a fim de evitar as desordens que deles se originam [...].
> É muito louvável o interesse [...] mas nos parece que também não é desacertado o permitir-se aos miseráveis pretos o seu divertimento nos subúrbios dessa vila, naqueles dias próprios para isso, suavizando assim o seu cativeiro, fazendo-os observar pelas rondas necessárias para que não haja desordens e é isto mesmo o que se pratica nesta Cidade."[118]

Como podemos notar, mantidos sob vigilância, também os negros escravos poderiam aliviar-se das imposições do cotidiano, desde que restritos ao exterior do espaço urbanizado, no qual, em dias santos, procissões e festas devidamente civilizadas provavelmente contribuíam para a exibição dos brancos e de seus privilégios, fossem estes mais ou menos fundamentados.

Importante, portanto, ressaltar que os subúrbios instalados nos campos que se alongavam até o término da jurisdição municipal nos parecem representar um território de transição entre o local da polida urbanidade e o espaço que poderia ocultar a transgressão de suas regras. Dessa forma, demarcava-se pelos padrões sociais exigidos e exibidos na área urbanizada, sendo espacial e socialmente organizado a partir dessas diferenças, mas sem deixar de oferecer aos interessados uma possibilidade de existência alternativa à submissão às cobranças exercidas na área arruada.

Isto feito, e na medida em que as diferenças sociais antes exibidas preferencialmente no espaço urbanizado central já extravasavam esses limites, se estabeleciam as condições para que os subúrbios paulistanos passassem a ser delimitados como áreas progressivamente mais urbanas, ainda que não urbanizadas.

---

[118] *Carta dos governadores interinos de São Paulo para o governador de Santos.* São Paulo, 14/01/1818. DI 88: 18.

A propósito dessa configuração repleta de urbanidade, paulatinamente impressa aos arredores da *cidade*, vale a pena considerar rapidamente o processo de distribuição de datas de terra ao redor da área de urbanização mais antiga, como veremos abaixo.

> "Acham-se detalhadas várias ruas além do lugar denominado Campo Redondo e outras além da chácara do coronel José Arouche de Toledo [...]: há muitos que pretendem as dias terras mas que não se contentam com porções pequenas e entre eles é o ilustríssimo senhor general [...]. Mas, como temos o devido provimento que nos restringe a trinta braças, rogamos a vossa senhoria queira dispensar neste caso a observância do provimento para concedermos a referida data. Além disso, há outros lugares onde o benefício das testadas é dispendioso e [...] já um pouco longe da cidade e nestas circunstâncias igualmente suplicamos a vossa senhoria a dispensa do provimento para podermos conceder maior terreno a alguns particulares que sejam capazes de aproveitar bem o terreno [...] pois nos parece ser este o melhor meio de formosear os subúrbios da cidade debaixo dos arruamentos dados e de aumentar a utilidade pública."[119]

Ao dirigir-se ao desembargador e ouvidor geral de São Paulo, no trecho acima, os oficiais da Câmara de São Paulo exibem com clareza o reconhecimento dos privilégios sociais e econômicos de parte dos habitantes de São Paulo e os esforços da administração do município em atender a suas solicitações. Isto revela as orientações que aparentemente secundaram a transformação física e social de algumas das áreas ao redor da *cidade*. Nesse caso, note-se inicialmente o interesse manifesto de alguns indivíduos, entre os quais o próprio governador, em obter datas de terra maiores do que o estabelecido legalmente, em localidades afastadas da área central, o Campo Redondo ou as terras além da chácara do coronel Arouche.

Consideradas pelos camaristas como áreas de manutenção dispendiosa, tais datas, sobretudo no tamanho solicitado, apenas poderiam ser mantidas a contento por homens cujas posses permitissem a feitura das testadas e ruas. Tais obras que contribuiriam para o

---

[119] Ofício da Câmara Municipal de São Paulo ao Desembargador e Ouvidor Geral. São Paulo, 05/04/1808. Registro 13: 510-513.

embelezamento das mesmas localidades, motivo mais do que suficiente para que o citado desembargador permitisse aos vereadores executar a distribuição das terras aos solicitantes, obrigando-os a "... fazerem à sua custa a rua competente com aterrados e pontes, se necessário for..."[120].

Nada mais coerente se, como vimos, a manutenção das estruturas urbanísticas deveriam caber aos homens de maior civilidade e urbanidade, e, por que não, de maior poder econômico, sem dúvida integrantes do povo e úteis ao bem comum. Mas note-se uma vez mais, na concessão intermediada pelos vereadores a favor de indivíduos tão capazes, a transferência de responsabilidades para com a manutenção e o embelezamento do espaço urbanizado para aqueles que lucrariam de algum modo com sua utilização.

E, no caso das áreas acima mencionadas, vale dizer que seriam mais tarde conhecidas como *cidade nova*[121], topônimo bastante lógico, uma vez que, como a *cidade* antiga, nascia a cargo de indivíduos diferenciados, capazes de servir à utilidade pública. Entretanto, instalada numa área além dos limites do perímetro urbanizado a *cidade nova* ressentia-se da presença da natureza. De fato, cerca de dez anos depois da autorização para a concessão daquelas datas alargadas de terra mediante a conservação do arruamento necessário para sua integração à área central, dirigia-se o governador de São Paulo à Câmara solicitando o cumprimento das condições então estabelecidas.

> "Não se devendo deixar perder o grande trabalho feito na cidade nova e executado debaixo de mui excelente risco, ocularmente vi que aquelas ruas estão cobertas de mato quase intransitável, destruindo-se assim até as próprias taipas que dividem as propriedades. Ordeno, pois [...] que sem perda de tempo obriguem aos proprietários daqueles prédios a conservarem sempre limpas e bem aterradas as suas testadas ..."[122].

---

[120] *Ofício do Desembargador e Ouvidor Geral de São Paulo à Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 02/05/1808. Registro 13: 513-515.

[121] Localizada depois do Anhangabaú, depois do núcleo urbanizado central de São Paulo, a *cidade nova* surgiu após as terras do coronel Arouche, na área posteriormente conhecida como Largo do Arouche, entre outras. Cf. DICK, *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo.* p. 202-205, 324 e 334-335.

[122] *Ofício do governador João Carlos Augusto de Oeynhausen para a Câmara Municipal de São Paulo.* São Paulo, 07/06/1819. Registro 14: 437-438.

Note-se, a esta altura, que, mesmo na segunda década do século dezenove, os elementos urbanísticos erguidos para o confronto com a natureza do território municipal demarcavam áreas diferenciadas, antigas ou novas, que deveriam permanecer sob o controle da administração municipal. E, no caso da chamada *cidade nova*, fica evidente o interesse do governo da capitania na expansão da mancha urbanizada central na direção de domínios antes considerados distantes, de custosa manutenção, mas que deveriam ser progressivamente embelezados.

De fato, no início dos oitocentos, seriam instalados nesses subúrbios os marcos urbanísticos capazes de delimitar uma nova experiência da vida na *cidade*, como notaremos a seguir.

> "... me participa V. Exa. o estabelecimento de um horto botânico que [...] o general do Pará ali havia formado, ordenando-me que com a menor despesa possível executasse o mesmo nesta Capitania [...] com o aviso de V. Exa. lancei mão de um maior terreno nos subúrbios desta Cidade, cujas terras devolutas este mês principio a cercar, e logo que o engenheiro acabe os mapas de que se acha encarregado, terei a satisfação de enviar a V. Exa. a planta desse novo edifício..."[123]

Erguido nos arredores da cidade, portanto em uma área semelhantes àquela onde se benziam os campos para os mortos pelas renitentes bexigas, o jardim botânico de São Paulo foi criado num território originalmente reservado para a instalação de um hospital militar, aliás, mais próximo das finalidades dos cemitérios. As expectativas em relação a esse novo espaço, obviamente, eram radicalmente diversas, como descreve Castro e Mendonça.

> "Tanto que recebi o aviso [...] em que V. Exa. me recomendava [...] o estabelecimento de um Horto Botânico [...] obra que há de ser de muito interesse pela utilidade que deve resultar a instrução pública destes povos, único meio de adiantar os seus conhecimentos e com elas e indústria e a riqueza da nação. Tendo de mais a vantagem de verem cultivar-se certas classes de plantas ou famílias tanto indígenas como exóticas que são empregáveis assim na

[123] *Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça para D. Rodrigo de Sousa Coutinho.* São Paulo, 12/01/1799. DI 29: 124

economia rústica e política como na doméstica..."[124]

Em tese favorecendo a instrução pública, como afirma o documento acima, o horto de São Paulo serviria para a aclimação de espécimes vegetais exóticas. De acordo com Hugo Segawa, o projeto comunicado ao governador de São Paulo resultava da opção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho pela implementação prática dos conhecimentos científicos das ciências do Reino a favor da produção de riquezas na Colônia. Para isso mandava instalar outros hortos botânicos no Pará, na Bahia, em Pernambuco e em Minas Gerais[125].

Nessa tentativa, afirma o autor, a fisiocracia e o mercantilismo ilustrado afinavam-se de forma a promover novos lucros para a economia portuguesa[126] e, para tanto, acabaram desempenhando um papel que nos parece quase paradoxal: trazer de volta a natureza para os subúrbios das cidades. Não a natureza indesejada, os matos atraentes capazes de dispersar os agricultores, desgovernados em busca de áreas para suas roças de matos virgens, ou os homens atraídos pela madeira para as embarcações, mas uma natureza contida pelo termo da *cidade*, totalmente controlada, delimitada pelas mãos de hábil engenheiro.

A *cidade* respondia, portanto, aos projetos ilustrados portugueses, tornava-se mais bela, calçada e progressivamente mais livre dos odores contaminantes e, para isso, progressivamente destinava a suas áreas periféricas os elementos de risco. Mas, em seguida, a possibilidade de datas de terra mais extensas do que ordinariamente se concedia e a criação de estruturas urbanísticas como o Jardim Botânico atraíram a atenção da população para os subúrbios. Assim, aos poucos, também as festas chegaram a um território que até então só contemplara o isolamento dos doentes e os comportamentos indesejados, mudança com a qual contentava-se o governador.

"Para animar, pois, o comércio interior [...] julguei que devia estabelecer um mercado público ou feira, na qual se vendessem e permutassem todos os gêneros do país e os de fora; escolhi para este efeito a melhor ocasião do ano, que é desde a dominga da Santíssima

---

[124] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.* São Paulo, 21/02/1800. DI 29:193-194.

[125] SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996. p. 113.

[126] SEGAWA, *Ao amor do público: jardins no Brasil.* p. 147-149.

> Trindade até a que se lhe segue [...] e por ser a única vez em que concorrem a esta Cidade todos os povos circunvizinhos [...] vindo igualmente os milicianos fazer a sua mostra anual, os seus exercícios e por fim cobrirem as ruas da procissão [...].
> [...] cientes os povos da minha deliberação principiaram a concorrer no tempo aprazado ao lugar que lhes destinei, que foi no passeio público defronte do Jardim Botânico e da Praça da Luz, onde se fazem os exercícios militares. A novidade deste estabelecimento atraiu a Cidade muito mais gente fora do costume e excitou a curiosidade dos seus habitantes de maneira que todo o tempo que durou se achou aquele campo coberto de gente, ainda de pessoas que raríssimas vezes eram vistas em concursos, e isto tanto de dia quanto de noite."[127]

Como podemos observar, o passeio público, defronte ao Jardim Botânico e à Praça da Luz, área que anteriormente delimitava o acesso dos mercadores do município a cidade em função das bexigas, erguia-se agora uma feira comercial capaz de alterar esporadicamente a rotina dos subúrbios paulistanos. Ocupando uma data importante no calendário litúrgico, reuniu um número nunca antes junto, como afirma o governador, o que se torna ainda mais significativo se considerarmos que se tratava de uma área limite, como vimos, do espaço da urbanidade.

Tal reunião, incrível, prolongou-se dia e noite, demonstrando que o passeio público talvez já pudesse ser tomado como uma daquelas ruas centrais da cidade, com toda a civilidade e a urbanidade que nelas se podia esperar e praticar. Alteravam-se, aparentemente, mesmo que circunstancialmente, os círculos da vida em povoado, ao que tudo indica abrangendo áreas antes apenas utilizadas para a rejeição dos comportamentos e perigos que ameaçavam a área central. A esse respeito, afirma Segawa, "... o Iluminismo está na base ideológica em que se assentou a fisiocracia e o movimento de valorização das ciências naturais, como também na origem dos espaços ajardinados dirigidos ao usufruto público..."[128].

Assim, ainda que antes tivessem ocultado aqueles comportamentos nitidamente transgressores, que deveriam ser varridos em direção ao centro e lá exemplarmente punidos, os

---

[127] *Carta de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.* São Paulo. DI 29: 213-215.

[128] SEGAWA, *Ao amor do público: jardins no Brasil.* p. 149.

subúrbios que orbitavam a *cidade* passavam a permitir certa flexibilidade de valores, permitindo o convívio de novos usos do espaço, como a o controle da doença e da morte, a domesticação da natureza exótica, com outros mais antigos, tais como a festa, o comércio e a exibição perante a comunidade.

Note-se, portanto, que na medida em que uma *civitas* ilustrada parece ter efetivamente atuado sobre a população paulistana, intensificando seus conflitos internos, também agiu na seleção, na transformação e na avaliação dos espaços nos quais aqueles conflitos seriam exercidos ou amenizados. Em conseqüência, a urbe paulistana, aquela área alta, central e arruada, na qual eram preferencialmente exibidos os comportamentos ideais, assimilou relevos sociais mais diversificados e a princípio menos excludentes, porque menos expostos, e capazes de abrigar tanto os expoentes da civilidade e da urbanidade e quanto aqueles que não correspondiam a estas exigências.

Tais relevos, apesar de referentes à Campanha, às campinas ou ao campo, passam a integrar de forma renovada o conjunto das paisagens urbanas paulistanas, ao partilhar valores engendrados a partir dos mesmos ideais de civilidade e urbanidade associados aos espaços e habitantes da área urbanizada. Configuravam uma nova visão das áreas naturais, simultaneamente voltada para sua utilização pragmática e para o convívio social.

Essa nova forma de assimilação e uso do espaço ao redor da *cidade* nos parece ter contribuído para a conservação das antigas práticas relativas ao espaço urbanizado, como a preservação e a ostentação dos privilégios sociais. Ao mesmo tempo, se dispunha ao aproveitamento mais racional das riquezas naturais locais e à fruição ilustrada e civilizada de uma natureza que, até então, espremia-se entre a *cidade* e o sertão.

Nessa nova apreensão social dos arredores da área urbanizada, engendrada a partir do olhar ilustrado, e em sua aparente e lenta assimilação pela administração paulistana, surgem os elementos próprios de uma nova urbe, que no decorrer do século dezenove passaria a abandonar a materialidade característica de sua experiência colonial. Isso porque a *civitas* iluminista nos parece ter avançado além da *cidade*, domesticando a natureza e talvez criando a necessidade de novas formas de distinção social para o universo urbano, também já concebido como uma nova paisagem.

Considerações finais

Ao concluir este trabalho, é hora de resgatar, entre os tópicos abordados, aquelas idéias que me parecem mais significativas. Hora de escolher, entre as possibilidades disponíveis, aquelas que se apresentam como as mais fortes. Como se não fosse, enfim, exatamente este o processo que mais me chamou a atenção durante a análise dos documentos resultantes do dia a dia da administração de São Paulo, nas últimas décadas dos setecentos e nas primeiras dos oitocentos.

Afinal, não foi isso que fizeram aqueles governadores e vereadores? Escolher entre o universo que os cercava os elementos que lhes pareciam mais dignos de nota, ou que lhes sugeriam ser mais interessantes aos olhos de seus superiores, na Colônia ou além-mar? Não foi uma cidade de escolhas mais ou menos voluntárias aquela que se apresentou através do olhar e da descrição daqueles homens? Ou ainda, não foram cidades idealizadas e imaginadas, aquelas que nos alcançaram através de cronistas e investigadores do passado brasileiro?

Mas não há então uma história das cidades da Colônia, de seus administradores e habitantes? Bem, certamente muitos homens e mulheres andaram pelas ruas paulistanas: escravos e livres, ricos e pobres, negros, mestiços e brancos sem dúvida confrontaram seus interesses e diferenças nos caminhos que interligavam os diversos edifícios, monumentos e bairros da capital. Ocultos por suas baetas e chapelões, conduzindo seus mortos discretamente, ou, ao contrário, trajando veludos de Holanda e sapatos de seda e exigindo a deferência dos guardas da Cadeia e da Câmara, centenas de indivíduos quase anônimos percorreram as testadas de terra, defronte as casas e templos de madeira e taipa, que tão fortemente parecem ter caracterizado a São Paulo colonial.

Entretanto, eles apenas nos deixaram suas imagens fugidias, transcritas pelas penas oficiosas de escrivões, secretários ou mesmo vereadores e governadores. Ou ainda, pela vontade interpretativa de geógrafos e historiadores interessados em compreender a distância entre seu próprio mundo e os que os antecederam. E daqui deriva toda a graça dessa história: nunca andaremos por aquelas ruas de terra, nem nunca veremos as matas fechadas que impressionaram administradores e sertanistas, em suas andanças pela Colônia.

Daí a curiosidade de Warren Dean, ao sobrevoar o território brasileiro, perguntando-se a respeito do que pensariam os viajantes e naturalistas, que nos visitaram ainda sob o domínio português, ao observar a paisagem esfarrapada que atualmente resta da Mata Atlântica. Daí a angústia ao acompanharmos a narrativa de Euclides da Cunha e seu relato do massacre promovido

na defesa dos ideais civilizados da República, ou ainda, a admiração ao nos depararmos com as manifestações de capitães-generais e vice-reis diante da iminente extinção dos manguezais nos litorais de São Paulo e do Rio de Janeiro. E daí a importância de percebermos que cada um desses sujeitos, assim como nós mesmos, descreveram tantas cenas e paisagens operando de acordo com os limites de suas épocas.

Justamente por isso, é importante demarcar o campo que aqui nos interessava investigar: o das percepções possíveis, na segunda metade do século dezoito e no início do dezenove, para com o espaço urbanizado de São Paulo e as áreas naturais que o cercavam e invadiam. Isto posto, buscamos as opiniões de Euclides da Cunha, de Robert Southey e de Capistrano de Abreu, que evidenciam o quanto recortes geográficos como sertão e litoral estão repletos de valores que, distantes cerca de um século e resultado de suas respectivas épocas, nos oferecem significados diametralmente opostos para referenciais muito semelhantes.

Assim, insistimos na idéia de que categorias pertencentes a um imaginário espacial são, primordialmente, representações sociais pertencentes a um determinado contexto histórico. Ou, ainda, são paisagens histórica e socialmente produzidas a partir do meio físico, natural ou transformado pelos homens, para as quais cada nova interpretação contribui com seus pontos de vista, permitindo nos aproximar de seus sujeitos, muito mais do que dos referenciais observados.

E insistimos na sugestão de que aquela mesma seletividade sócio-cultural que Sérgio Buarque de Holanda enxergava na atuação dos portugueses, capazes de preservar suas características culturais mesmo quando imersos num universo novo e no qual dependiam de indivíduos culturalmente distintos, também pode ser encontrada em qualquer representação do universo sobre o qual atuamos, nós e nossos antecessores, de forma a preservar distinções sociais, econômicas e políticas muitas vezes responsáveis pela própria manutenção da ordem social.

Cabe ainda ressaltar que, ao tentar de entender e manusear o conceito de paisagem, abordamos um instrumento conceitual riquíssimo, capaz de articular interesses e pontos de vista diversos e que, portanto, oferece a oportunidade de compreender o passado através do diálogo entre percepções subseqüentes dos objetos abordados.

Lembremo-nos, pois, das várias interpretações da experiência urbana paulistana antes discutidas, as quais nos permitem alcançar os sucessivos valores atribuídos, em diferentes

momentos e contextos, ao espaço urbanizado e às áreas naturais de São Paulo, e, com isso, nos facultam conhecer, mesmo que indiretamente, as concepções de seus contemporâneos.

A propósito, percorrendo retrospectivamente as diversas paisagens paulistanas, desde aquelas compostas por alguns dos historiadores e geógrafos da metrópole contemporânea, passando pelos entusiastas da epopéia bandeirante ou da vida nos sertões da Colônia, até alcançar os administradores ilustrados que se ocuparam da cidade a partir da segunda metade do século dezoito, descobrimos mais a respeito de suas respectivas épocas e sociedades do que propriamente sobre a cidade em si. Mesmo porque, como lembrou Maria Stella Bresciani, as cidades em que aqueles narradores viveram não mais existem, a não ser como suas interpretações.

No que se relaciona ao caso paulistano, nos parece ter ficado clara a idéia de que a "cidade", tal como se apresentava aos olhares de seus administradores e habitantes, entre 1765 e 1822, delimitava uma área repleta de significados: normatização, fiscalização, sujeição, transgressão, exibição, ocultamento, recompensa ou censura. Centralizando uma série de outros recortes espaciais, bairros, freguesias, capelas, colinas e várzeas, a "cidade" erguia-se, no topo da mais alta entre as colinas da região, sobretudo como um referencial de comparação, dado que foi fartamente empregado pelos administradores metropolitanos em São Paulo.

De fato, nos parece seguro que os projetos ilustrados dos governadores pós-pombalinos para a região de São Paulo foram responsáveis pelo olhar treinado daqueles homens, aptos a reconhecer na estrutura urbana paulistana as ferramentas necessárias para implementar as ordens da Coroa. E isso foi feito muito menos através de transformações radicais do espaço do que insistindo numa mudança de comportamentos. Ao invés de investir em intervenções físicas, aqueles administradores nos parecem ter percebido nitidamente as diferentes paisagens paulistanas e atuado de forma a sujeitar seus habitantes às novas necessidades do Reino, considerando-os cada vez mais urbanos na medida em que se tornavam mais úteis.

A idéia acima, longe de determinista, pretende antes reforçar o caráter pragmático de uma visão política na qual a adequação aos projetos oficiais permitia os indivíduos ao reconhecimento do poder estabelecido. Para tanto, sua circunscrição em áreas específicas e articuladas às demais era condição necessária. Ser "urbano", dentro ou fora dos limites urbanisticamente transformados, mais ou menos próximo do convívio com a natureza, era ser útil ao Estado, de forma por ele orientada. Assim sendo, todos os diferentes recortes da área paulistana no período aqui estudado podem ser

tomados como paisagens urbanas, uma vez que estabeleciam comportamentos urbanos ou civilizados, seja para as áreas naturais ou para aquelas urbanisticamente transformadas.

A partir desse ponto de vista, as transformações das formas e usos do espaço paulistano, tais como o combate às epidemias das "bexigas", a proibição dos sepultamentos nas igrejas e a criação de cemitérios, os loteamentos na "cidade nova", a construção do horto botânico, palco de festas e feiras, apenas materializavam idéias bastante pregadas, inibindo comportamentos resistentes e colocando a natureza sob controle, urbanizando-a, civilizando-a.

Conseqüentemente, e na medida em que nos interessava conhecer as transformações nas atitudes voltadas ao espaço urbanizado e ao universo natural de São Paulo após a administração pombalina, nos deparamos com um momento no qual a própria idéia de cidade, ao contrário das concepções que prevaleceriam no decorrer do século dezenove, não decorriam necessariamente de estruturas físicas mas sim dos comportamentos socialmente exibidos.

Nesse sentido, tanto os espaços urbanizados quanto aqueles marcados pela presença da natureza local poderiam abrigar homens civilizados e urbanos, uma vez que estes se definiam por suas atitudes e não por seu pertencimento a um determinado recorte geográfico. Tanto que, conscientes desse mecanismo, os administradores enviados pela Coroa para revitalizar a exploração colonial souberam dele se utilizar para o cumprimento de seus objetivos e, assim, demonstraram claramente que a organização espacial e a manipulação de suas características eram tomadas antes como um meio, como instrumentos, do que como um fim em si mesma.

E, assim, podemos concluir que a São Paulo setecentista, repetidamente diminuída em função de suas limitações urbanísticas, de sua pequena população ou, basicamente, da comparação com modelos urbanísticos posteriores, cumpria todas as missões que lhe eram exigidas pelos homens urbanos de sua época: ocultava os menos favorecidos, em suas práticas de preservação contra o desprestígio, organizava a economia local, articulando a fixação da população e sua distribuição nas áreas de produção e de circulação da riqueza e, por fim, distinguia os melhores homens daqueles que não alcançavam as condições ideais de comportamento.

Assim sendo, era um produto claro de seu tempo, que assim deve ser avaliado e compreendido. A propósito, a esse respeito, lembramos das considerações de Hugo Segawa ao concluir sua análise sobre a criação dos jardins públicos no Brasil: "... a natureza, a paisagem, o jardim público nada significam por si. São os humanos que atribuem significados que vão qualificar

as imagens, os objetos ...". Frase interessante, uma vez que, assim considerados, todos os lugares, todas as paisagens nos permitem melhor conhecer os embates de seus contemporâneos.

Fontes e bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

Recenseamentos e Mapas de População

Como esclarecemos no texto, os mapas de população e recenseamentos consultados em nossa pesquisa abrangem apenas uma fração do município de São Paulo. Mesmo para essa área restrita, não estavam disponíveis de forma regular para todo o período estudado. Assim, os documentos foram listados abaixo obedecendo ao critério espacial e cronológico com o qual foram organizados para sua utilização e comparação.

Companhias de Ordenança da Cidade de São Paulo

1795

Lista da 1 Companhia de Ordenanças da Cidade de São Paulo (janeiro de 1795). Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

Lista da 2 Companhia de Ordenanças da Cidade de São Paulo (do ano de 1795). AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

Lista das pessoas e fogos que contém a 1 Companhia de Ordenanças desta Cidade, 1796. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

Lista da 2 Companhia de Ordenanças da Cidade de São Paulo, 1797. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

1822

Lista dos habitantes da 1 Companhia de Ordenanças desta cidade de São Paulo, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Lista dos habitantes que existem na 2 Companhia de Ordenanças desta cidade de São Paulo no ano de 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Lista dos habitantes da 3 Companhia de Ordenanças desta cidade, tirada no ano de 1823. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista dos habitantes da 4 Companhia de Ordenanças desta cidade no ano de 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista dos habitantes da 5 Companhia de Ordenanças desta imperial cidade de São Paulo, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista da 6 Companhia de Ordenanças desta cidade de São Paulo, 1818. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista dos habitantes da 7 Companhia de Ordenanças desta cidade de São Paulo no ano de 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista dos habitantes da 8 Companhia de Ordenanças da cidade de São Paulo, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.
Lista dos habitantes da 9 Companhia de Ordenanças da cidade de São Paulo, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Bairro de Nossa Senhora do Ó

1795

Lista de toda a gente do Bairro de Nossa Senhora do Ó em 01 de janeiro de 1795. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

1822

Lista geral dos habitantes existentes na Paróquia de Nossa Senhora do Ó, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Bairros de Nossa Senhora da Penha e São Miguel

1795

Lista de todas as gentes dos Bairros de Nossa Senhora da Penha e de São Miguel, 1796. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

1822

Lista dos habitantes da Companhia da Freguesia da Penha de França, 1822. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Bairro de Santana

1795

Lista geral de todas as gentes da Ordenança do Bairro de Santa Anna, 1796. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 39.

1822

Lista dos habitantes das Companhias do bairro de Santa Anna dos anos de 1820 a 1823. AESP, Série Maços de População, Microfilme Rolo 44.

Fontes Impressas

Recenseamentos e Mapas de População

Companhias de Ordenança da Cidade de São Paulo

1765

Lista das gentes que compreende a Cidade de São Paulo e todo seu termo, de que é Capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso (1765). Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (DI). São Paulo: AESP/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937. v 62, p. 7-246.

1775
Lista geral de todos os povos, homens e mulheres, auxiliares de a pé ou a cavalo, suas idades, do distrito desta Cidade de São Paulo, pertencente ao Capitão de Ordenanças dela (1775). Revista do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, v. 34, 1938. p. 553-659.

Atas da Câmara Municipal de São Paulo

Atas da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo. Volumes 13 a 22, referentes ao período de 1763 a 1822 e publicados entre 1920 e 1922.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo. Volumes 11 a 16, referentes ao período de 1764 na 1822 e publicados entre 1920 e 1922.

Correspondência dos governadores da Capitania de são Paulo

A correspondência dos governadores da Capitania de São Paulo foi em parte publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo na coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* e, para o período de nosso interesse, encontra-se assim distribuída:

D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão (Morgado de Mateus), 1765 a 1775: volumes 14, 15, 19, 23, 33, 34, 35, 65, 67, 68, 72, 73 e 93, publicados entre 1895 e 1980.

Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1775 a 1786: volumes 17, 28, 42, 43, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84, publicados entre 1895 e 1961.

Francisco da Cunha Meneses, e seu sucessor interino, José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, 1786 a 1788: volume 85, publicado em 1961.

D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira, 1788 a 1979: volumes 45 e 46, publicados em 1924.
Antônio Manuel de Melllo Castro e Mendonça, 1797 a 1802: volumes 29, 30, 39, 87 e 89, publicados entre 1899 e 1967.

Antônio José da Franca e Horta, 1802 a 1811: volumes 55, 56, 57, 58, 59, 94 e 95, publicados entre 1937e 1990.

Francisco de Assis Mascarenhas, 1814 a 1817, e D. Matheus de Abreu Pereira, D. Nuno Eugênio Scilbs e Miguel José de Oliveira Pinto, governadores interinos no período de novembro de 1817 a 1819, reunidas nos volumes 89, 90 e 88, publicados entre 1963 e 1967.

Bibliografia citada

Estudos sobre o período colonial

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1998.
DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político* brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.
FRAGOSO, João Luís. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FULLER, Cláudia Maria. Os pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840). Campinas: Unicamp, 1995 (Mestrado em História).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. *Raízes do Brasil*. 24ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

MARTINS, Valter. Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX. Curitiba: UFP, 1995 (Mestrado em História).

MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e fortificações. In: SOUZA (Org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*.

ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII. 2 edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

Estudos sobre a administração colonial pós-pombalina

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, janeiro/março 1968.

FALCON, Francisco José Calazans, "As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a Colônia". *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, vol. 18, n. 2, dezembro/1992.

HEREDERO, Laura Santolaya. Sobre el Portugal ilustrado. *Espacio, tiempo y forma*, Madrid, serie IV, tomo 5, 1992.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Luzes ao campo, luzes à Nação*. Campinas: Unicamp, 1994.

MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus no vice-reinado do Conde da Cunha: São Paulo restaurado. São Paulo, 1938. p. 89. Apud: MAXWELL, Marquês de Pombal.

Estudos sobre as cidades e o urbanismo coloniais

ABREU, Maurício de Almeida, A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO (Org.), *Explorações geográficas*.

ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, São Paulo, n. 208, 1956.

BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, junho/1998.

_____. A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII. São Paulo: USP, 1997. Doutorado em História.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. A cidade na América colonial portuguesa. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, junho/1996.

_____. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

LANNA, Ana L. Duarte. *Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo: USP, 1994. Doutorado em História.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

_____. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

_____. Rua e Travessa, outro percurso. Cadernos de História de São Paulo. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1996. v. 5.

MAURO, Frédéric. Preeminence urbaine et reseau urbaine dans L'Amerique coloniale. 1972.

MONKKONEN, Eric. H. America becomes urban: The development of U.S. cities & towns, 1780-1980. Berkeley: University of California Press, 1988.

MORSE, Richard M. Some characteristics of latin american urban history. *The American Historical Review*, v. 67, n. 2, janeiro/1962.

_____. Brazil's urban development: Colony and Empire. *Journal of Urban History*, v. 1, n.1, november/1974.OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2ª edição. Brasília: Ebrasa, 1971.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968.

SMITH, Robert C. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Archictectural Historians*. N. York, v. 14, n. 4, december/1955.

SOCOLOW, Susan M. e JOHNSON, Lyman L. Urbanization in colonial Latin America. *Journal of Urban History*, v.8, n. 1, 1981.

Estudos sobre geografia e paisagens

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEFFONTAINES, Pierre. Posições da Geografia Humana – Por que Geografia Humana? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 32, julho/1959.

HARLEY, J. B. Maps, knowledge and power. In: COSGROVE, Denis and DANIELS, Stephen. *The iconography of landscape: essays on the simbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática do imaginário urbano. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano XXX, n. 171, outubro/ dezembro 1988.

MONBEIG, Pierre. *Ensaios de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. Novos estudos de Geografia Humana brasileira. São Paulo: DIFEL, 1957.

NAXARA, Márcia R. Capelari. Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Campinas: Unicamp, 1999. Doutorado em História Social.

ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. In SCHIAVO, Célia e ZETTEL, Jaime (Coords.). *Memória, cultura e cidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

SOUZA, Candice Vidal e. A pátria geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da Nação no pensamento social brasileiro. Brasília: UnB, 1996. Mestrado em Antropologia social.

TAYLOR, D. R. F. The concept of invisible town and spatial organization in East Africa. *Comparative urban research*, v. 5, n. 2-3/1978.

Estudos sobre a cidade de São Paulo

AB' SÁBER, Aziz Nacib. O sítio urbano de São Paulo. In: AZEVEDO, *A cidade de São Paulo*. v. 1.

ABUD, Katia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antônio Celso (Org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

AZEVEDO, Aroldo de (Org.) *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA (Org.), *Encontros com a História*.

BRESSANIN, Marcelo. *A vida na cidade "vazia": São Paulo, 1765-1797*. Campinas: Unicamp, 1997 (Monografia de bacharelado em História).

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.

FLEXOR, Maria H. M. Occhi. *Os núcleos urbanos planejados do século XVIII: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra: um estudo sobre São Paulo colonial*. São Paulo: USP, 1992. Livre docência em História.

KOK, Maria da Glória Porto. O sertão itinerante: expedições na capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: USP, 1998. Doutorado em História.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana, histórica e genealógica*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1926.

LUCA, Tania Regina de. São Paulo e a construção da identidade nacional. In: FERREIRA (Org.), *Encontros com a História*.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo. São Paulo, 1920.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

_____. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700/1836. São Paulo: USP, 1974. Livre docência em História.

MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difel, 1970.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PRADO JR., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Maria da Conceição Martins. *A vida urbana paulistana vista pela administração municipal*. São Paulo: USP, 1972. Doutorado em História.

SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: USP, 1980. Doutorado em História.

SILVA, Raul de Andrada e. São Paulo nos tempos coloniais. In: AZEVEDO, *A cidade de São Paulo*. v. 2.

Outros

AZEVEDO, Aroldo de. Os Sertões e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, julho/1950.

BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CASAL, Pe. Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817). São Pulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

CHENA, Rodolfo. La población de una parroquia novo-hispana del siglo XVIII: Santa María de la Presentación de Chilalpa. *Estudios demográficos y urbanos*, México, v. 7, n. 1, enero-abril, 1992.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*, São Paulo: IPE/USP, 1979.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

LOBATO, Monteiro. Breve explicação. In: BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NOVAIS, Fernando A. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Obras de referência

BASTOS, Élide Rugai. Iberismo na obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, São Paulo, n. 38, junho/julho/agosto de 1998.

BLUTEAU, Raphael, S. J. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATOS, Odilon Nogueira de. Alguns aspectos da historiografia paulista. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1994/1995, v. 3/4.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. Explicação. In: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1998.

SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: quatro séculos de história. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo/USP, 1994/1995, v. 3/4.

VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu – ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s.d.